

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
CURSO DE HISTÓRIA

CRISTIANE MITSUE CORRÊA

**IMAGENS PÚBLICAS EM DISPUTA: O GOVERNO JOÃO GOULART ATRAVÉS DA GRANDE
IMPRESA CARIOCA (1961-1964)**

Porto Alegre
2018

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

CRISTIANE MITSUE CORRÊA

IMAGENS PÚBLICAS EM DISPUTA:

O GOVERNO JOÃO GOULART ATRAVÉS DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1961-1964)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Dra. Tatyana de Amaral Maia

Porto Alegre

2018

Ficha Catalográfica

C825i Corrêa, Cristiane Mitsue

Imagens públicas em disputa : O governo João Goulart através da grande imprensa carioca (1961-1964) / Cristiane Mitsue Corrêa . – 2018.

183 f.

Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia.

1. Governo João Goulart (1961-1964). 2. Imprensa. 3. Imagem pública. I. Maia, Tatyana de Amaral. II. Título.

CRISTIANE MITSUE CORRÊA

IMAGENS PÚBLICAS EM DISPUTA:

O GOVERNO JOÃO GOULART ATRAVÉS DA GRANDE IMPRENSA CARIOCA (1961-1964)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 22 de agosto de 2018.

BANCA EXAMINADORA:

Profa. Dra. Tatyana de Amaral Maia (Orientadora) - PUCRS

Profa. Dra. Marluza Marques Harres - UNISINOS

Prof. Dr. Luis Carlos dos Passos Martins – PUCRS

Porto Alegre
2018

Dedico esta dissertação aos meus pais, Masako e João
(*in memoriam*).

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão de bolsa de auxílio, que viabilizou a realização da pesquisa e contribuiu com o desenvolvimento do trabalho.

À professora Tatyana de Amaral Maia pela sua orientação durante estes anos, pelo incentivo ao meu aprendizado e crescimento profissional.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul que me acompanham desde a graduação no curso de História e contribuíram com minha formação profissional. Aos colegas pela troca de experiências.

Aos meus amigos e familiares que estiveram ao meu lado nessa caminhada. À minha mãe Masako, ao meu irmão Jean e minha avó Ayako pelo apoio e carinho. Ao Gabriel, pelo companheirismo. À Diandra e Fabi, pela amizade. À Adriane, pelas conversas. Agradeço todas as pessoas que estiveram comigo e me apoiaram nesse importante momento da minha vida.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a construção de imagens públicas do presidente João Goulart e seu governo (1961-1964) através da grande imprensa carioca – *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Analisa-se três momentos políticos que marcaram fases diferentes do governo: a posse de Goulart, em 1961; o plebiscito pelo retorno do regime presidencialista ou a manutenção do sistema parlamentarista, em 1963; e o comício das reformas de base, em 1964. Trata-se de analisar e compreender de que maneira os jornais elaboraram as imagens do presidente em eventos políticos que tinham em comum a discussão de categorias como democracia, cidadania e participação popular, situados em períodos de crises política e militar, em um contexto maior de crise econômica no país. Neste estudo, ao analisar os discursos jornalísticos e as mudanças de opinião dos jornais conforme os acontecimentos políticos, considera-se a importância da produção da grande imprensa na nossa percepção da realidade social, política e histórica, determinando um olhar sobre o passado.

Palavras-chave: Governo João Goulart (1961-1964). Imprensa. Imagem pública.

ABSTRACT

The research aims to analyze the construction of the public image of President João Goulart and his government (1961-1964) through the press in Rio de Janeiro - *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* and *Última Hora*. Three political moments are analyzed that marked different phases and moments of the government: inauguration of Goulart, in 1961; referendum for return of presidentialist regime or maintenance of parliamentary system, in 1963; and reform meeting, in 1964. The aim is to analyze and understand how newspapers elaborated president's public image on political events that had in common the discussion of categories such as democracy, citizenship and popular participation, located in periods of political, economic and military crisis. In this study, when analyzing the journalistic discourses and the changes of opinion of press according to the political events, the importance of production of press in our perception of the social, political and historical reality is considered, determining a look on the past.

Keywords: Government João Goulart (1961-1964). Press. Public image.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – João Goulart em Porto Alegre (<i>JB</i>)	69
Figura 2 – Goulart em Brasília (<i>UH</i>)	70
Figura 3 – Capa de <i>Última Hora</i> I.....	71
Figura 4 – Goulart e Mauro Borges (<i>JB</i>)	73
Figura 5 – Capa de <i>Última Hora</i> II.....	74
Figura 6 – Capa de <i>Última Hora</i> III.....	76
Figura 7 – João Goulart e Tancredo Neves (<i>JB</i>)	78
Figura 8 – Capa <i>Última Hora</i> IV.....	78
Figura 9 – Charge de Goulart e Neves (<i>CM</i>)	79
Figura 10 – Charge de Goulart e San Thiago Dantas (<i>CM</i>)	81
Figura 11 – Charge de Goulart e Parlamentarismo (<i>CM</i>)	90
Figura 12 – Charge sobre plebiscito (<i>CM</i>)	92
Figura 13 – Capa <i>Última Hora</i> V.....	96
Figura 14 – Charge de Goulart e política internacional (<i>CM</i>)	105
Figura 15 – Charge do Plano Trienal (<i>CM</i>)	107
Figura 16 – Charge de Goulart e plebiscito (<i>CM</i>)	112
Figura 17 – Charge de Goulart vendado (<i>CM</i>)	114
Figura 18 – Capa de <i>Última Hora</i> VI	120
Figura 19 - Capa de <i>Última Hora</i> VII	121
Figura 20 - Capa de <i>Última Hora</i> VIII	122
Figura 21 – Charge de Goulart e presidencialismo (<i>CM</i>)	123
Figura 22 – Capa de <i>Correio da Manhã</i>	145
Figura 23 - Capa de <i>Última Hora</i> IX	146
Figura 24 – Comício da Central do Brasil (<i>UH</i>)	146
Figura 25 – Charge de Goulart e reformas (<i>CM</i>)	163
Figura 26 – Charge de Goulart e monopólio do papel (<i>CM</i>)	165
Figura 27 – Capa de <i>Última Hora</i> X	166

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 IMPRENSA, POLÍTICA E PODER NO BRASIL REPUBLICANO.....	22
2.1 <i>CORREIO DA MANHÃ, JORNAL DO BRASIL E ÚLTIMA HORA.....</i>	<i>25</i>
2.2 PRODUÇÃO JORNALÍSTICA.....	30
2.3 NOTÍCIA, ACONTECIMENTO E NARRATIVA.....	31
2.4 IMAGEM PÚBLICA E POLÍTICA.....	37
3 MOVIMENTOS DO POLÍTICO: DA RENÚNCIA DE JÂNIO QUADROS À POSSE DE JOÃO GOULART.....	40
3.1 RENÚNCIA INESPERADA.....	41
3.2 O MOVIMENTO DA LEGALIDADE.....	46
3.3 A GRANDE IMPRENSA E OS MILITARES.....	47
3.4 POSSE DE JOÃO GOULART E A SOLUÇÃO PARLAMENTARISTA.....	53
3.5 IMAGENS VISUAIS NA COMPOSIÇÃO DE IMAGENS PÚBLICAS.....	67
3.6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
4 O POVO VAI ÀS URNAS: O PLEBISCITO DE 1963 E O RETORNO AO REGIME PRESIDENCIALISTA.....	82
4.1 O REGIME PARLAMENTARISTA.....	87
4.2 CAMPANHA DO “NÃO”	89
4.3 O RESULTADO DO PLEBISCITO.....	96
4.4 PERCEPÇÕES DA IMPRENSA INTERNACIONAL SOBRE A POLÍTICA BRASILEIRA.....	99
4.5 POLÍTICA EXTERNA: BRASIL E ESTADOS UNIDOS.....	101
4.6 PLANO TRIENAL.....	104
4.7 AS IMAGENS DE JOÃO GOULART.....	107
4.8 O PRESIDENCIALISMO DA CONSTITUIÇÃO DE 1946.....	121
4.9 A DEFESA PELAS REFORMAS DE BASE.....	124

4.10 A OPINIÃO DE <i>ÚLTIMA HORA</i> PARA O <i>CORREIO DA MANHÃ</i> E <i>JORNAL DO BRASIL</i>	126
4.11 OPINIÃO PÚBLICA NA IMPRENSA.....	130
4.12 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	133
5 ATOS FINAIS DA DEMOCRACIA BRASILEIRA: O COMÍCIO DA CENTRAL DO BRASIL (1964)	135
5.1 VÉSPERAS DO COMÍCIO	138
5.2 EFEITOS DO COMÍCIO	142
5.3 AS IMAGENS DE JOÃO GOULART	145
5.4 <i>CORREIO DA MANHÃ</i> E <i>JORNAL DO BRASIL</i> : MOTIVOS PARA O GOLPE DE GOULART	160
5.4.1 REELEIÇÃO	160
5.4.2 REFORMAS DE BASE	161
5.4.3 MONOPÓLIO DE PAPEL	163
5.5 EXPRESSÃO CONSERVADORA DO CAMPO POLÍTICO BRASILEIRO.....	164
6 CONCLUSÃO	172
REFERÊNCIAS	177
FONTES	183

1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como proposta analisar três eventos políticos ocorridos durante o governo João Goulart (1961-1964) através da perspectiva da grande imprensa carioca. Os acontecimentos marcaram fases diferentes do período: posse de Goulart, em 1961, plebiscito, em 1963, e Comício da Central, em 1964. Eles têm em comum ampla participação popular, crises políticas e militares, a discussão sobre legalidade e a defesa do regime democrático, em um período caracterizado por debates sobre a ampliação da cidadania através das reformas de base. Buscamos analisar as imagens públicas do presidente João Goulart e de seu governo construída pelo jornalismo brasileiro, contemplando como fontes e objetos de pesquisa os jornais *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*. Assim, cabe destacar que tais eventos estão inseridos dentro de um amplo quadro de discussões acerca da participação popular, da cidadania, da legalidade e da democracia. Ou seja, são eventos do campo do político que ganham leituras distintas e concorrentes no espaço público, no qual a imprensa possui um papel de destaque.

O governo João Goulart, marcado por constantes crises de legitimidade, foi caracterizado por debates públicos acerca da necessidade de reformas das principais estruturas do país que, se implementadas, transformariam os campos político, administrativo, econômico e social. Prevaleceu a manutenção do projeto nacional-estatista, tendo como finalidade “a construção de uma nova sociedade, politicamente soberana e socialmente justa”, a partir de um projeto de libertação nacional (FERREIRA, 2005, p. 13). A luta pela realização das chamadas “reformas de base”, em especial a reforma agrária, marcou o governo Goulart.

As reformas eram consideradas como medidas necessárias à ampliação dos direitos políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora, conferindo cidadania e maior liberdade democrática às camadas populares da sociedade, permitindo ao país um desenvolvimento econômico autônomo e o estabelecimento da justiça social. Inserido em um quadro de instabilidade política e crise econômica, o governo enfrentou acirradas disputas em torno da política reformista. Essas disputas ultrapassaram os canais políticos institucionais e reverberaram no espaço público através da grande imprensa. A maioria dos jornais da época contribuíram para a construção de imagens negativas em torno da figura do presidente. O posicionamento de ordem contrária da grande imprensa foi fundamentalmente decisivo para o enfraquecimento da legitimidade governamental do presidente e da sua política reformista.

Apesar do predomínio de críticas, houve a elaboração de imagem pública positiva que reconhecia a capacidade de João Goulart em governar o país e promover as reformas necessárias para a concretização do binômio modernização com justiça social. A imprensa pró-governo destacou a maneira como o presidente soube lidar com as crises política e econômica do período, como foi o caso de *Última Hora*. Mesmo não sendo um jornal oficial, atuou como veículo de propaganda política governamental, em concordância com a tradição trabalhista.¹ Porém, uma imprensa que defendia o governo não era comum. A maioria dos jornais que compunham a grande imprensa na época retiraram o apoio ao presidente, acompanhando as orientações dos grupos favoráveis à queda do governo (ABREU, 2006, p. 108).

A análise da construção que jornalistas e editores dos periódicos fizeram da imagem e da representação pública do presidente e de seu governo é considerado aqui como um ponto importante na reflexão sobre o período e a ruptura do regime democrático. Havia entre os setores conservadores do país uma forte desconfiança sobre João Goulart, desencadeando uma força política de crescente oposição ao seu governo. Além de manterem suas críticas desde os anos 1950, acabaram por reforçá-las nos anos 1960 e, principalmente, radicalizá-las no ano de 1964.² Desde o início de sua carreira e ao longo de sua atuação na política, João Goulart enfrentou constantes e duras críticas de setores oposicionistas. Assim, sua imagem pública ficou marcada por tais posicionamentos negativos. O golpe civil-militar de 31 de março de 1964, que iniciou uma ditadura militar (1964-1985) no país, foi resultado de articulações que se apoiaram na imagem negativa que contornou a figura política do presidente. A historiografia procurou, a partir do final dos anos 1970, refletir sobre a conjuntura do período e a imagem do político frequentemente marcada por caracterizações depreciativas que acabaram por enfraquecer sua política trabalhista.³

¹ O trabalhismo pode ser entendido como um conjunto de ideias, valores, símbolos, rituais e vocabulário que passa a se consolidar especificamente na década de 1940 e que possui raízes na experiência do movimento operário e sindical da Primeira República (1889-1930) (Cf.: GOMES, A. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. *Varia Historia*, nº 28, dez. 2002, p. 67). A ideologia trabalhista, elaborada no Estado Novo (1937-1945), passou a se articular inicialmente como “getulismo”, institucionalizando-se com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) como um projeto chamado “trabalhismo” (Cf.: FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular** (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 12). O trabalhismo caracterizou-se por se vincular à ideia de justiça social, através de direitos e leis sociais que viriam a configurar a legislação da cidadania.

² João Goulart ganhou maior repercussão nacional quando foi Ministro do Trabalho, em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Com sua política de diálogo com os trabalhadores, Goulart sugeriu o aumento do salário mínimo, adquirindo amplo apoio entre setores populares e trabalhistas do país. No entanto, foi o momento inicial em que grupos de oposição, sobretudo membros do partido União Democrática Nacional (UDN), passaram a investir críticas a Goulart devido sua postura política de negociação.

³ Cf.: BANDEIRA, L. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977; TOLEDO, C. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. São Paulo: Brasiliense, 1983

Sobretudo entre o final dos anos 1970 e começo dos anos 1980, houve uma recuperação positiva da memória de Jango. Naquele momento de crise do regime militar, quando toda a sociedade civil parecia ser oposicionista e democrática, livros e documentários destacaram a justeza do projeto reformista de Jango e denunciaram a grande conspiração nacional e internacional contra o seu governo. (NAPOLITANO, 2014, p. 16)

Esta dissertação tem como hipótese que a grande imprensa modifica o seu posicionamento em relação ao governo de Goulart ao longo dos dois anos que separam a posse do golpe. Assim, a imprensa radicaliza seu discurso ao longo dos eventos políticos que marcaram o período. Nos debates referentes à posse e ao plebiscito, os jornais identificados pela linha liberal-conservadora, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, promovem o enfraquecimento da imagem pública de João Goulart para que este não fosse reeleito em 1965.⁴ Após o Comício da Central do Brasil de 13 de março de 1964, o discurso da grande imprensa se radicaliza, defendendo a retirada imediata de Goulart da presidência da República. Também observamos uma mudança no discurso de *Última Hora*. Este jornal radicaliza seu posicionamento ao longo dos anos, ampliando as vitórias de João Goulart na posse, no plebiscito e no Comício.

Dessa forma, pretendemos demonstrar como a imprensa de oposição à Goulart vai construindo um discurso que inicialmente previa a contenção dos poderes presidenciais, mas defendia a manutenção das regras democráticas previstas na Constituição de 1946, até a sua radicalização e defesa irrestrita do golpe como única alternativa. Por outro lado, também pretendemos investigar com o jornal *Última Hora*, também vai modificando o seu discurso e passa a superdimensionar a capacidade de Goulart em promover às reformas de base tal como projetadas pelo trabalhismo já radicalizado. Se em 1961, a imprensa de oposição insistia na possibilidade de manutenção do jogo democrático desde que fossem contidos os movimentos de participação popular e a imagem de Goulart fosse desestabilizada, numa tentativa de evitar qualquer possibilidade de eleger seu sucessor e ampliar a vitória do Partido Trabalhista

e 1984; FIGUEIREDO, A. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993; OLIVEIRA, M. **João Goulart na imprensa:** de personalidade a personagem. São Paulo: Annablume, 1993; FERREIRA, M. **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

⁴ O presidente João Goulart e as propostas reformistas, anunciadas no Comício da Central em 1964, contavam com apoio popular, sendo grande suas chances de vitória nas disputas eleitorais de 1965, caso fosse possível a reeleição para cargos executivos. Neste período, discutia-se a possibilidade de reforma constitucional para a reeleição de cargo presidencial. Sobre o apoio popular de Goulart, cf.: FICO, Carlos. **O golpe de 1964:** momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014, p. 8.

Brasileiro (PTB) nos estados e municípios, após o plebiscito e, sobretudo, o Comício da Central, a grande imprensa se aliou ao heterogêneo grupo que defendia a deposição de Goulart.

O prestígio de João Goulart no cenário político ocorreu pela vinculação política com Getúlio Vargas, estabelecida a partir dos anos 1940. João Belchior Marques Goulart (1919-1976) se formou na Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1939, época e ambiente influente da política getulista e castilhistas. A partir da década de 1940, Goulart torna-se herdeiro de fazendas do seu pai, Vicente Goulart, obtendo a experiência em administrar os negócios da família no campo. Foi nesse período em que se aproximou de Vargas. Em seus encontros, que resultou em um clima de amizade, Goulart decide ingressar na política. Inicia sua carreira como deputado estadual, em 1947, e, poucos anos depois, ascende ao cargo da presidência do PTB gaúcho (BRAGA, et al., 2014, p. 35-83).

Goulart foi bastante influente para que Vargas se candidatasse à Presidência em 1950. Em 1953, Getúlio Vargas o convida para assumir o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, em uma conjuntura de agravamento da crise no setor e a insatisfação dos trabalhadores. Nessa época, Goulart defende o aumento do salário mínimo em 100%. Em 1955, foi eleito vice-presidente de Juscelino Kubitschek, na composição da chapa PSD-PTB. Em 1959, ainda que fosse cogitado a ser candidato à presidência, acabou sendo novamente o mais votado para vice, chegando ao poder com o presidente Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), em 1961.

A vinculação de Goulart a Vargas, enquanto seu afilhado político, indica que Goulart herdou críticas ou mesmo desavenças que, inicialmente, eram direcionadas à Vargas. Tais críticas eram feitas por setores conservadores do país, identificados por empresários, latifundiários, políticos ligados à União Democrática Nacional (UDN) e proprietários de jornais, que conferiam imagens negativas ao presidente, identificando-o como subversivo, demagógico, mal governante, fraco e ambíguo. Entretanto, ao longo de sua trajetória política, Goulart recebeu amplo apoio de organizações de trabalhadores, sindicais e estudantis. Nesse contexto, *Última Hora* foi um dos poucos jornais que representou e foi porta-voz destes setores. Empenhado em defender a política trabalhista e, conseqüentemente, políticos alinhados a ela, *Última Hora* delineou a imagem de Goulart como um forte líder trabalhista.

É neste ponto que a história, essa eterna camaleoa, deixa-se captar pela ficção, devolvendo-nos, nos retalhos jornalísticos, pedaços de um João-presidente entre covarde e herói; liderado e líder; ingênuo e sagaz; comunista e democrático. (OLIVEIRA, 1993, p. 23)

A produção jornalística, a orientação político-ideológica dos veículos comunicacionais e suas trajetórias são considerados aqui como fatores que contribuem junto à análise. O embate entre os campos jornalístico e o político, e conseqüentemente as disputas de imagens e narrativas jornalísticas também são pontos fundamentais deste estudo. A existência de imposição de representações pela atividade jornalística e o desenvolvimento de imagens públicas está diretamente associado à “interferência dos jornais nas crenças, hábitos e expectativas do público” (OLIVEIRA, 1993, p. 23). Neste caso, considera-se a imprensa como um espaço de elaboração de imagens públicas políticas. Ela reforça representações sobre agentes sociais e políticos, compõe uma ordem da realidade pela construção narrativa e determina concepções a longo prazo.

É por uma perspectiva elaborada pelos veículos de comunicação que muitas vezes o leitor é levado a perceber a realidade e a se posicionar diante dos acontecimentos. (...). Há o papel autônomo da imprensa, sua capacidade de encaminhar o debate sobre determinados temas, formular e impor uma agenda e, com isso, interferir no rumo dos acontecimentos, obrigando os outros atores ou instituições a se posicionarem. Nesse caso, sem a participação da imprensa, o desfecho de determinado processo ou acontecimento seria totalmente diferente. (ABREU, 2006, p. 107)

No campo do jornalismo, contemplando a imprensa e a mídia, constroem-se representações sobre a realidade política através da perspectiva dos agentes que manejam e selecionam as informações, e que possuem o domínio da visibilidade pública – jornalistas e editores. É um espaço que cria tensões e tem presente as lutas simbólicas.

O campo jornalístico é, para o autor [Bourdieu], o lugar de uma oposição entre duas lógicas e dois princípios de legitimação: o reconhecimento pelos pares, concedido àqueles que reconhecem esses “valores” e princípios internos, e o reconhecimento pela maioria, materializado no número de receitas, ouvintes ou espectadores, na cifra de venda e no lucro. (AUGUSTI, 2010, p. 7)

Sob perspectiva comunicacional, este trabalho se apoia nas considerações teóricas do conceito de imagem pública.⁵ A imagem pública de algo ou alguém é um “complexo de informações, noções, conceitos, partilhado por uma coletividade qualquer”, sendo essas imagens concepções caracterizadoras e propriedades representacionais, que permitem a atribuição de valores e um lugar narrativo ao sujeito, designando, assim, “posições, juízos, teses, hipóteses a respeito de coisas, estados de coisas, relações, circunstâncias, pessoas, fatos, questões, instituições e suas respectivas classes” (GOMES, 2004, p. 193).

A imagem pública pode ser considerada e entendida como uma ideia, fato cognitivo ou conceitual, construído a partir de mecanismos enunciativos linguísticos, que acabam por formar

⁵ O referencial teórico desta pesquisa tem como base autores que se apoiam na teoria bourdiana.

conceitos em relação aos receptores. Elas se fazem com ações e discursos, além da representação tanto material de um objeto quanto a representação corpórea de uma pessoa (GOMES, 2004, p. 192). No que diz respeito a esta noção, há diversos fatores que a influenciam, principalmente no campo político: disputas simbólicas mediados pela linguagem; processos estratégicos discursivos; elaboração de representações positivas ou negativas, e construção de uma personagem política, seja a um regime ou uma pessoa. A associação que a imagem pública e as relações de poder constroem entre si, traduzem a relação da comunicação com a história política.

No que diz respeito a este aparato teórico, as autoras Célia Lúcia Silva e Ângela Marques, em seus estudos, demonstraram que a existência de uma crise de imagens públicas no âmbito político pode ocorrer através de dois fatores: a “falta de integração entre os interesses partidários e uma desarticulação entre os profissionais de comunicação responsáveis pela coerência das estratégias discursivas de um determinado político” (SILVA, MARQUES, 2009, p. 47).

A formação de imagens públicas não compete apenas à emissão da imagem formada pelas assessorias de imprensa, quando a própria imprensa é quem detém o controle da imagem, que a molda conforme as visões de quem integra a esfera midiática e comunicacional. O meio político não dispõe do controle da interpretação jornalística, assim como a própria imprensa também não possui o controle da imagem e seu efeito entre o público-leitor e sua recepção. Entretanto, neste contexto, a imprensa de oposição fez repercutir imagens negativas que ganhou respaldo entre setores conservadores da população, tornando senso comum considerar João Goulart como fraco e mal político. No que se refere às incoerências das imagens públicas de um sujeito político, as autoras Silva e Marques afirmam:

Para que o sistema político funcione de modo a reduzir as incoerências, é preciso, em primeiro lugar, que a história do partido tenha afinidade com a trajetória do candidato. Se a imagem do candidato permanece “descolada” da imagem atribuída ao partido, ela dá origem a um texto aberto a múltiplas conotações, deduções e entendimentos. Segundo Weber (2004, p. 264), ‘o estatuto da imagem determina e qualifica o estabelecimento de relações e negociações de todas as ordens, como afirmação, montagem, insinuação e como registros parciais de alguma realidade atravessada pelas mídias’. Assim, o processo de ‘descolamento’ representa perigo, pois gera imprevisibilidade no jogo político. (SILVA, MARQUES, 2009, p. 55)

João Goulart e sua trajetória têm afinidade com a história de seu partido, PTB. Entretanto, no que se refere às relações que o presidente tivera durante o governo, acabou por comprometê-lo diante da esfera midiática e pública. Neste período, Goulart se aproximou dos

setores conservadores, como o Partido Social Democrático (PSD). Sua postura de conciliação no espectro político, circulando não apenas na esquerda, mas no centro, fez "manchar" sua imagem entre as esquerdas. O mesmo pode ser dito sobre sua reputação com as direitas: quando sempre esteve alinhado junto a camadas populares, trabalhadores e organizações sindicais, principalmente no momento em que se declarou ao lado das esquerdas radicais na luta pelas reformas de base, Goulart acabou por comprometer, assim, sua imagem junto à oposição conservadora, identificada pela direita política, entrando em conflito com esta.⁶ Sua imagem foi um ponto decisivo que fez parte da radicalização política do país, culminando na derrocada do sistema democrático.

A figura de João Goulart representou, assim, a possibilidade de ruptura da "ordem" do país e do sistema de privilégios sociais que dispunham camadas elitistas e setores conservadores da sociedade brasileira. Além das adjetivações predominantemente desmerecedoras destinadas ao presidente em período de sucessivas crises econômica e militar, sua imagem também foi associada ao comunismo. Em um contexto de medo pelo que a ameaça comunista representava não apenas a nível nacional, mas global, tendo em vista a política da Guerra Fria, que iniciara no pós-guerra e teve seu auge no início dos anos 1960, dividindo o mundo e igualmente o país.

Jango era o líder da ala esquerda do PTB e um dos principais responsáveis pela transformação do partido getulista, concebido originalmente como dique contra o comunismo, em aliado do PCB. Sua presença no comando do país levou os conservadores a imaginar o recrudescimento da "infiltração" comunista, perigo que já haviam identificado e denunciado no governo Kubitscheck. (MOTTA, 2006b, p. 130)

Na relação imprensa e política, o uso de periódicos como objeto de estudo histórico associado aos desdobramentos políticos de um período tem de ser caracterizado como um instrumento de interesses que intervém tanto na sociedade brasileira como no jogo político. Segundo Capelato & Prado (1980, p. XIX) "nega-se, pois, aqui, aquelas perspectivas que a tomam como mero 'veículo de informações', transmissor imparcial e neutro dos acontecimentos, nível isolado da realidade político-social na qual se insere". Tânia Regina Luca analisa o campo da história política ao da imprensa em sua relação com as fontes históricas. Destaca que as renovações no estudo da história política não poderiam dispensar a imprensa,

⁶ Podemos entender a direita brasileira como conservadora. O conservadorismo se apoia e valoriza formas de vida e de organização social passadas, valorizando pressupostos da religião, de associações intermediárias, como a família, e aversão ao igualitarismo (FERREIRA, BOTELHO, 2010, p. 11-12). Nesse contexto da história do Brasil, as reformas de base foram medidas políticas que poderiam romper com o sistema de privilégios a qual se encontrava grupos conservadores do país.

instrumento que registra o cotidiano dos embates da arena de poder e, juntamente com a história cultural, os questionamentos renderam frutos significativos (LUCA, 2005, p. 128).

De fato, jornais e revistas, não são, no mais das vezes, obras solitárias, mas empreendimentos que reúnem um conjunto de indivíduos, o que os torna projetos coletivos, por agregarem pessoas em torno de ideias, crenças e valores que se pretende difundir a partir da palavra escrita (...). (LUCA, 2005, p. 140)

Os jornalistas são considerados aqui como intelectuais mediadores. Com base no estudo de Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen, definem-se os intelectuais como indivíduos pertencentes à produção jornalística e participantes da comunicação de ideias, tratados como “atores estratégicos nas áreas da cultura e da política” que ocupam posição de reconhecimento na vida social (GOMES; HANSEN, 2016, p. 10). A figura do intelectual mediador é entendida como transmissor de uma mensagem ou produto cultural, com o papel de simplificar algum conteúdo, com o esforço de colocar os bens culturais em contato com grupos sociais mais amplos (GOMES; HANSEN, 2016, p. 16-17). Assim, neste trabalho entende-se os intelectuais enquanto porta-vozes de uma opinião já formada (PÉCAUT, 1990, p. 66), considerando uma acepção mais ampla e sociocultural da definição, que engloba os criadores e os mediadores culturais, e abrange jornalistas, escritores, professores, etc. (SIRINELLI, 2003, p. 242).

A metodologia deste estudo consistiu em mapear os três momentos políticos através das capas e editoriais dos jornais, analisados visando a tentativa da construção de imagens públicas pelos periódicos, em que estes constroem sobre o presidente e seu governo, considerando o contexto político e as categorias políticas: democracia, cidadania e participação popular. Os jornais estão disponíveis digitalmente e foram consultados através do banco de dados da hemeroteca da Biblioteca Nacional.⁷ O procedimento inicial das fontes foi seu levantamento geral através da procura pela palavra-chave “João Goulart” no sistema, visando a ocorrência da menção do nome entre as notícias. Os materiais arquivados consistiram nas capas e seções editoriais das edições correspondentes ao mês inteiro de cada evento político. Em seguida, foram elaboradas tabelas para organizar manchetes e notícias da primeira página, e os debates presentes na seção opinativa dos veículos. Tal procedimento facilitou uma melhor análise dos textos e da frequência de temas e assuntos abordados pelos jornais.

⁷ Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Disponível em: <goo.gl/7wNi9C>. Acesso em: 25 jun. 2018.

Para compreender os eventos políticos no olhar da grande imprensa, esta dissertação está estruturada em quatro capítulos, o primeiro dedicado à imprensa e os três capítulos restantes à análise dos episódios políticos. No primeiro capítulo, apresenta-se a abordagem sobre a imprensa, a trajetória de *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora*, bem como discussão teórica acerca da notícia, acontecimento e narrativa enquanto elementos jornalísticos, e as reflexões em torno do conceito comunicacional de imagem pública.

O segundo capítulo é dedicado ao episódio político da posse de João Goulart na presidência da República, em 1961. Após a renúncia de Jânio Quadros e o veto da posse de Goulart pelos militares que compunham o governo, houve o movimento de resistência no país pela defesa da legalidade constitucional. Após discussões em torno da solução da crise política e militar, Goulart foi empossado em regime parlamentarista. Este capítulo contempla análises dos dias 24 de agosto a 30 de setembro de 1961, desde o dia que antecede à renúncia de Quadros até algumas semanas após a posse de Goulart, em 7 de setembro. Para isso, foram vistos no total 130 capas e 117 editoriais. Destas, 66 capas e 32 editoriais são de *Correio da Manhã*, 30 capas e 31 editoriais do *Jornal do Brasil* e 34 capas e 54 editoriais de *Última Hora*.⁸ Considerando os jornais como importantes meios de propagação de informação que delineiam imagens públicas políticas, analisou-se o contexto de 1961 conforme a visão política e ideológica dos veículos comunicacionais.

O terceiro capítulo dedica análise do material sobre as considerações da grande imprensa sobre o plebiscito. A consulta popular realizada no dia 6 de janeiro de 1963 previa a escolha entre a manutenção do regime parlamentarista ou o retorno do sistema presidencialista. Em ampla votação do eleitorado, o sistema político do país volta a ser presidencialista e João Goulart tem agora maiores poderes políticos enquanto presidente da República. Este capítulo contempla análises dos dias 1º a 31 de janeiro de 1963. Foram analisados no total 130 capas e 91 editoriais - 57 capas e 28 editoriais são de *Correio da Manhã*, 26 capas e 27 editoriais do *Jornal do Brasil* e 47 capas e 36 editoriais de *Última Hora*.

O quarto e último capítulo corresponde ao Comício da Central do Brasil, de 13 de março de 1964. Esse evento ficou marcado pelo posicionamento de Goulart junto às esquerdas pela implantação das reformas de base, quando assina os decretos da reforma agrária e refinarias de

⁸ *Correio da Manhã* possui mais de uma capa por dia – em média duas capas por edição, sendo uma com conteúdo nacional e outra internacional. *Última Hora*, em 1961 e 1963, não possui um espaço específico dedicado aos editoriais e por isso estão dispersos ao longo da edição, contabilizando um número maior de páginas analisadas. Eventualmente também possui mais de uma capa por edição.

petróleo. Este estudo contempla análises das edições dos dias 1º a 31 de março e os quatro primeiros dias de abril de 1964. Foram analisados no total 120 capas e 86 editoriais - 55 capas e 25 editoriais são de *Correio da Manhã*, 27 capas e 27 editoriais do *Jornal do Brasil* e 38 capas e 34 editoriais de *Última Hora*.

2. Imprensa, política e poder no Brasil Republicano

A década de 1960 foi o período da emergência de uma indústria cultural e da informação no país, estando inserido nela os meios de comunicação de massa. O processo de modernização, urbanização e industrialização do país teve início nos anos 1940, considerada a fase inicial da sociedade moderna (ORTIZ, 2001, p. 50). O desenvolvimento moderno do país ganhou força ao longo dos anos 1950 e efetivamente na década seguinte. A partir desse momento, a produção cultural e ideológica esteve associada à lógica mercadológica e ao campo econômico, que passaram a exercer força sobre o novo funcionamento da produção de comunicação em massa e no campo jornalístico. Considerando que a história da imprensa acompanha o desenvolvimento da sociedade capitalista (SODRÉ, 1999, p. 1), a indústria cultural estabeleceu aos meios de comunicação – neste caso, especificamente aos jornais e impressos -, o funcionamento como empresas e indústrias de informação, que, cada vez mais, detinham poder econômico.

A dominação da economia sobre a produção intelectual, cultural e jornalística interfere no próprio funcionamento do campo político, quando este campo passa a atuar a partir de uma lógica mercadológica e de interesses da imprensa. O jornalismo se dedica a construir imagens públicas sobre a política, considerando o campo midiático como detentor do poder de visibilidade pública. Assim, passa a existir conflito entre os campos jornalístico e político, e do próprio campo econômico como integrante do jogo de forças atuantes.

Quando as instituições que produzem comunicação de massa passam a funcionar como empresas, obedecendo à lógica do seu mercado, descobrem que podem produzir capital econômico e não apenas capital político, que podem oferecer aos seus consumidores informação, cultura e entretenimento independentes, imparciais, objetivos e verdadeiros a prescindir do seu significado para as lutas que se processam na arena política (GOMES, 2004, p. 130).

A lógica de mercado da indústria cultural reverberou no espaço jornalístico, ocasionando algumas mudanças. O contexto do início da década de 1960 faz parte de um processo de transformação da imprensa brasileira, que se efetivou a partir dos anos 1950. As mudanças ocorreram desde o tratamento em torno da informação, até a crescente autonomia do campo, com o processo de profissionalização, com o objetivo de conquistar um público leitor mais amplo e diversificado. Foi um momento de descolamento junto ao campo político, o que o tornou menos opinativo e mais informativo.

Enquanto o jornalismo francês apresenta-se com todo o vigor opinativo, promovendo debates, levantando problemas, participando ativamente do cenário político, o jornalismo inglês assume uma tendência informativa, retraindo-se do combate, preferindo distanciar-se do confronto direto com o centro do poder. (MELO, 1985, p. 15)

O jornal, principalmente quando formativo, é um tipo de documento que dá aos historiadores a medida mais aproximada da consciência que os homens têm de sua época e de seus problemas; mesmo quando informativo, não está livre de manifestações críticas e opinativas, e omissões' deliberadas. (CAMARGO, 1971, p. 225)

O meio jornalístico passou a enfatizar o papel dos seus agentes junto à objetividade da informação. Buscou-se uma linguagem pautada em aspectos objetivos e de caráter neutro para compor a narrativa jornalística. Privilegiou-se mais a informação do que a opinião. Contudo, tal motivação objetiva e neutra de fato não ocorre, visto que há posicionamentos políticos definidos e determinadas visões sobre a realidade que são impostas - em decorrência da forma em que a notícia e a informação sobre o mundo político e social são transmitidas - carregadas de sentido e opinião pela seleção e enquadramento do real.

O desenvolvimento da imprensa ficou marcado pela luta entre a informação e a opinião, bem como entre a opinião e a publicidade (SODRÉ, 1999, p. 4). No contexto de fase industrial e acelerado crescimento capitalista, o que condicionou o desenvolvimento da imprensa foi a publicidade comercial, atendendo um conjunto de interesses a que o jornal se incorpora (SODRÉ, 1999, p. XIV).⁹

As transformações da imprensa também estão relacionadas ao processo de profissionalização e consolidação do jornalismo, à capacidade de “estabelecer valores, princípios, deontologias e distinções que orientam as escolhas, rotinas e tudo o mais que compõe as atividades” do campo jornalístico (GOMES, 2004, p. 130). Quando ocorre a construção do campo específico do jornalismo, forma-se o que Wilson Gomes afirma ser a “proteção contra a injunção dos interesses políticos e contra a intromissão dos interesses econômicos na produção e estruturação dos materiais e conteúdo que circulam na esfera de visibilidade pública” (GOMES, 2004, p. 130).

⁹ Publicado em 1966, a obra de Nelson Werneck Sodré – *História da Imprensa no Brasil* – é um importante texto de referência da área de comunicação de massa e imprensa do país, pela extensa e minuciosa pesquisa do autor que levou 30 anos para ser finalizada, contando atualmente com várias edições. Sobre sua obra, cf.: RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa. **Intercom – RBCC São Paulo**, v.38, n.2, p. 275-288, jul./dez. 2015. Disponível em: <goo.gl/7f9Gz5>. Acesso em: 5 jul. 2018.

Ao deter o “poder” da visibilidade pública, através do manejo das informações, por meio dos processos de seleção e de divulgação, os agentes atuantes no campo jornalístico estão em constante tensão com o campo político, na medida em que constroem imagens públicas e acabam por estabelecer a agenda política.¹⁰ Para isso, jornalistas e editores passam a dominar a linguagem do campo político e, gradativamente, fazem parte de seu jogo.

Torna-se interessante estabelecer tais relações e refletir em torno do fato de que o campo, com suas próprias regras, valores, hierarquias e lógicas específicas, e determinado por certo grau de autonomia, posições de seus agentes e o capital de que dispõem, entram em conflito quando se deparam com valores e lógicas de outro campo, na busca por uma imposição mais legítima dentro do campo social. Acabam sendo “relações de poder e a imposição de uns sobre os outros depende do capital simbólico acumulado pelos agentes envolvidos” (BARBOSA, 2006, p. 14). Os impressos disputam entre si pela hegemonia de seus discursos, na conquista por um poder simbólico que os legitimem no interior de seu campo. O confronto pelo discurso mais legítimo seria como uma maneira de afirmar suas concepções e identidades, como formadores de opiniões (BARBOSA, 2014, p. 177).

Os jornais buscam, no embate discursivo e retórico diário no interior de seu campo, por hegemonia e monopólio de enunciação legítima dos acontecimentos da realidade e, principalmente, sobre o discurso político. A afirmação de um ponto de vista particular acaba por se tornar uma representação legítima (BARBOSA, 2014, p. 177). Determinadas representações da realidade tornam-se legítimas e “vitoriosas” no embate jornalístico à medida em que são predominantes no meio e disseminadas por jornais e instituições com posicionamento semelhante a elas. Como afirma Bourdieu, “a produção das ideias acerca do mundo social acha-se sempre subordinada de fato à lógica da conquista do poder, que é a da mobilização do maior número” (BOURDIEU, 1989, p. 175). Os veículos, ao concorrerem entre si no interior de um mesmo campo, pela hegemonia de uma visão de mundo da realidade social, acabam por disputarem também a hegemonia frente a outros campos, como o político.

¹⁰ Esse processo é conhecido como teoria ou hipótese do agendamento (*agenda-setting*), onde a agenda midiática ou jornalística pauta as agendas pública e política. Cf.: MACCOMBS, M. & SHAW, D. A Função do Agendamento dos *media*. In.: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. P. 47-62.

2.1 *Correio da Manhã, Jornal do Brasil e Última Hora*

A partir dos anos 1950, a cidade do Rio de Janeiro foi cenário de uma diversidade de periódicos que compunham o jornalismo impresso brasileiro. Havia uma “grande variedade de matutinos, vespertinos, publicações para todos os gostos, tendências e idades” (MEDEIROS, 2009, p. 33). Os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* eram periódicos direcionados e consumidos por um público de elite, enquanto *Última Hora* foi um dos principais impressos populares do país. Compunham a grande imprensa brasileira da época, sendo esta designada como um “conjunto de títulos que compõe a porção mais significativa dos periódicos em termos de circulação, perenidade, aparelhamento técnico, organizacional e financeiro” (LUCA, 2011, p. 149).

Havia também, além dos médios e grandes preferidos pela elite – *Jornal do Brasil, O Jornal, Jornal do Commercio, O Globo, Correio da Manhã, Diário Carioca, Jornal dos Sports, Tribuna da Imprensa* – os “populares” – *O Dia, A Notícia, Luta Democrática, Gazeta de Notícias* – e vários outros, alguns de ocasião, como o *Panfleto*, de Leonel Brizola, que sempre achavam seu público. (MEDEIROS, 2009, p. 33-34)

Correio da Manhã e *Jornal do Brasil* são considerados periódicos tradicionais, que remontam suas trajetórias desde fins do século XIX e início do XX. *Última Hora*, por sua vez, tem sua fundação no início dos anos 1950, como parte do processo de modernização do jornalismo brasileiro. Os primeiros periódicos mencionados nasceram em contexto de proclamação da República, onde reportavam-se ao regime com críticas.

O período em apreço foi marcado pelo final da escravidão, instauração do regime republicano e seu ideal de reformar o ensino e disseminar o letramento, prosperidade trazida pelo café, crescimento dos centros urbanos e do setor de serviços, com particular destaque para o Rio de Janeiro e São Paulo, extensão da malha ferroviária, entrada de grandes levas de imigrantes e início de um primeiro surto industrial, circunstâncias que, a um só tempo, favoreciam e demandavam a circulação da informação. (LUCA, 2011, p. 150)

O matutino *Jornal do Brasil* foi fundado pouco depois do início da República, em 1891, por Rodolfo de Souza Dantas e Joaquim Nabuco. Passou por diversas fases em sua trajetória até os anos 1960, período em que ocorre a reforma do veículo. De acordo com Abreu, “a reforma do *JB* teria grande impacto e serviria de exemplo para as transformações subsequentes da imprensa brasileira” (ABREU, 2002, p. 11). A reformulação do impresso se consolidou com

a entrada do editor de redação Alberto Dines, que esteve no veículo entre 1961 e 1973, e foi quem sistematizou as modificações (FERREIRA, 1996, p. 154).

Essa reforma fez com que o jornal passasse de fato a ocupar outra posição no seio da imprensa carioca, ganhando nova estrutura na formação da opinião pública do país e estimulando a reestruturação gráfica dos demais periódicos. Apesar de tudo, o *Jornal do Brasil* manteve os quatro atributos que sempre nortearam sua atuação, definindo-se como um órgão “católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada”. (FERREIRA, 1996, p. 154)

Jornal do Brasil passou por várias fases. Após o período coordenado por Dantas e Nabuco, foi propriedade de conde Figueiredo, Manuel Buarque de Macedo e Manuel Pinto de Souza Dantas, em 1892; Rui Barbosa, em 1893; Fernando Mendes de Almeida e Cândido Mendes de Almeida, em 1894, sendo esta uma fase popular do periódico; e Pereira Carneiro, em 1919, em fase de recuperação financeira. Em 1935, fundou-se a *Rádio Jornal do Brasil* e houve a entrada de José Pires do Rio para criar uma orientação mais comercial para o jornal. Nesse momento, houve algumas divergências internas. Nos anos 1950, falecem Pires do Rio e Pereira Carneiro e o jornal inicia uma fase de transição, comandado por condessa Pereira Carneiro, Manuel Francisco do Nascimento Brito e Aníbal Freire (FERREIRA, 1996, p. 146-152).

Os nomes que compõem a trajetória dos jornais são parte da intelectualidade do país. Intelectuais estes que transitam pelo meio político, jornalístico e cultural concomitantemente, e compõem o cenário de produção intelectual do país. Suas trajetórias definem-se também pelas redes de sociabilidade que formam, inclusive entre diferentes campos. Ângela Gomes propõe a noção de geração como a memória comum de um grupo que compartilha a vivência de acontecimentos de uma mesma época, configurando, assim, um sentimento de pertencimento. A ideia de geração liga-se aos conceitos de rede intelectual e lugares de sociabilidade, sendo espaços no qual as ideias circulam e há uma relação mais próxima entre os produtores do saber. As revistas e os jornais acabam por ser os espaços de grande atuação e relação da intelectualidade brasileira. A autora afirma que indivíduos com trajetórias mais ou menos semelhantes (origem social, formação superior e atividade jornalística) faziam parte desse “pequeno mundo intelectual” (GOMES, 1996, p. 46).

Sirinelli (2003) define os jornais, revistas, editoras, associações, relações harmônicas, formação de grupos, academias de letras, participação no interior do Estado, manifestos e abaixo-assinados como espaços de sociabilidade intelectual. Estes espaços estruturam a

atividade intelectual inserindo-o no social, por meio de criação de laços entre produtores do saber e do conhecimento. A sociabilidade apresentada pelo autor acaba por estar conectada a outros termos: os intelectuais que pertencem a uma mesma geração estão expostos a um mesmo conjunto de ideias e expectativas, mesmo que haja nuances entre pensamentos e ideologias; movimentos e flutuação nos diferentes campos ideológicos compõem o itinerário dos indivíduos; e microclimas como climas específicos do universo intelectual que acabam por abalar e influenciar a produção dos intelectuais (SIRINELLI, 2003, p. 248-256).

A partir de meados dos anos 1950, houve as primeiras manifestações das mudanças da reforma do *Jornal do Brasil*. Nesse período, o jornal também foi coordenado por Odilo Costa Filho, estando na redação até 1958. Em 1959, a primeira página foi reestruturada completamente. Nos anos 1960, o jornal esteve sob orientação de Amílcar de Castro e, em 1961, houve a entrada de Alberto Dines, onde a reformulação do jornal se consolidou (FERREIRA, 1996).

Nesse período de transformações, a imprensa conheceu múltiplos processos de inovação tecnológica que permitiram o uso da ilustração diversificada – charge, caricatura, fotografia -, assim como aumento das tiragens, melhor qualidade de impressão, menor custo do impresso, propiciando o ensaio da comunicação de massa. No campo gráfico, as transformações foram intensas e impactantes. (...) A imprensa tornava-se grande empresa, otimizada pela conjuntura favorável, que encontrou no periodismo o ensaio ideal para novas relações de mercado do setor. (ELEUTÉRIO, 2011, p. 83)

O jornal *Correio da Manhã*, por sua vez, foi fundado em junho de 1901 e encerrou suas atividades em junho de 1974. Criado por Edmundo Bittencourt, era um impresso diário e matutino, conhecido por ser um jornal de opinião (LEAL, 2015). Inicialmente, o veículo tinha uma aproximação com camadas populares, destacando em suas páginas movimentos de trabalhadores. *Correio* marcou-se por ser um periódico de “ferrenho oposicionismo, de extrema virulência” (SODRÉ, 1999, p. 278). Nesse período, como assinala Sodré, “a grande imprensa fez do tema político a tônica de sua matéria”, neutralizando a influência literária, ainda que na época não houvesse especificamente uma linguagem jornalística bem definida (SODRÉ, 1999, p. 323).

Em 1929, *Correio* passou a ser dirigido pelo filho de Edmundo, Paulo Bittencourt e, nos anos 1930, tinha Costa Rego como chefe de redação. Nessa época, havia a “formação de uma das melhores equipes de redatores” e uma “excelente qualidade gráfica” (SILVA, 2015, p. 21). No final dos anos 1920 e início dos anos 1930, “o periódico passou a se orientar para um

público de maior poder aquisitivo”, passando a ter uma opinião mais moderada do que oposicionista (RIBEIRO, p. 65 apud SILVA, 2015, p. 21). Nos anos 1950, o jornal tinha uma linha política sem compromissos partidários e era orientada por uma “nítida inspiração liberal” (LEAL, 2015, p. 14). Na década de 1960, a linha política do jornal é classificada como liberal-conservadora (LEAL, 2015, p. 17).

A linguagem foi inovadora em uma época em que o texto jornalístico enxuto e direto, com *lide* e *sublide*, era ignorado pelas redações. O jornal de Edmundo Bittencourt, desde os seus primeiros anos, procurava passar emoção ao leitor, mostrando às vezes até mesmo o passo a passo de uma reportagem.¹¹

Correio da Manhã, desde os anos 1950, era um dos jornais “com maior poder de difusão no campo da imprensa brasileira, com a tiragem média de 56 mil exemplares” (SILVA, 2015, p. 15).

Desse modo, na conjuntura dos anos 1960, o matutino carioca era detentor de uma linha editorial política de largo espaço e acentuado prestígio, sobretudo entre a classe média. A opinião do jornal era muito respeitada, principalmente por suas tomadas de posições no cenário político, como no movimento que derrubou Getúlio Vargas em 1945, quando se configurou como uma das principais vozes da imprensa naquele evento. (SILVA, 2015, p. 15-16)

O modelo político defendido por *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* está muito próximo aos princípios liberais democráticos, identificados por uma linha de pensamento liberal-conservador. Como periódicos de uma imprensa de elite, possuíam um tom sóbrio em suas narrativas sobre os acontecimentos (CAPELATO, 1988).

Última Hora, por sua vez, possui um tom mais descontraído, que se distinguia da rigidez dos concorrentes (MEDEIROS, 2009). *Última Hora* foi um dos jornais que destoou da imprensa considerada tradicional e conservadora. Foi representante e porta-voz das camadas populares, empenhado em defender a política trabalhista e, conseqüentemente, políticos alinhados a ela. Assim, esteve muito próximo ideologicamente de João Goulart.

O jornal *Última Hora* (1951-1964) nasce no Rio de Janeiro, no contexto de modernização da imprensa brasileira e de uma situação histórica específica, em que os interesses do jornalista Samuel Wainer combinam-se com os de Getúlio Vargas. Eles se conhecem em 1949, antes da campanha eleitoral que elege Vargas à Presidência da República, durante viagem de Wainer ao Rio Grande do Sul para realizar uma reportagem sobre a cultura do trigo. (FACHEL, 2011, p. 30)

¹¹ PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã**: compromisso com a verdade. Cadernos da Comunicação, Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <goo.gl/Jrp71o>. Acesso em: 3 jun. 2018.

Fundado em 12 de junho de 1951 por Samuel Wainer, *Última Hora* foi um jornal diário e vespertino, com o objetivo de ampliar as bases de apoio ao presidente Vargas e atuar como sua base de sustentação no meio jornalístico (CAPELATO, 1988, p. 51). Meses após sua fundação é o “vespertino de maior circulação na capital” (FACHEL, 2011, p. 31). Reinventou em boa parte o jornalismo brasileiro, quando introduziu inovações quanto à visualidade – diagramação e fotografias – em suas páginas. Como afirma Fachel, este jornal “valoriza as imagens como síntese da notícia, publicando-as em grande formato, e inaugura o uso das sequências fotográficas” (FACHEL, 2011, p. 31).

A Última Hora, criada em 1951, com financiamento do governo, foi um dos jornais mais inovadores do período, ao adotar técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil, uma diagramação revolucionária e grande racionalidade na gestão empresarial. (ABREU, 2002, p. 10)

A fundação de *Última Hora* significou a introdução do jornalismo de massas no país (BARBOSA, 2014, p. 165), sendo um dos jornais mais populares de seu tempo. Samuel Wainer, antes de fundar *UH*, foi repórter, editor, secretário de redação, colunista e redator do Diários Associados, grupo comunicacional e corporação de mídia fundado por Assis Chateaubriand, em 1924 (BARBOSA, 2014, p. 164). O surgimento de *Última Hora* foi resultado do encontro de Wainer com Getúlio Vargas em São Borja, em 1949. Vargas incentivou o jornalista a criar um jornal que se opusesse à imprensa atuante na época, marcadamente conservadora, por se tratar de jornais tradicionais. Um ano após sua fundação no Rio de Janeiro, em 1952, *UH* passa a ser publicado em outras cidades do país - Rio de Janeiro, São Paulo, Niterói, Belo Horizonte, Curitiba, Porto Alegre e Recife (FACHEL, 2011, p. 31). Após dez anos da criação, o jornal possuía em torno de “1.500 funcionários e tinha uma tiragem de 350 mil exemplares”¹².

Uma publicação de tendência socialista, ou mais propriamente trabalhista, que devia representar, na fase inicial, um canal aberto entre o segundo governo de Getúlio Vargas e um segmento social mais ou menos abstrato da população, a que se chamaria hoje de “povão”. (MEDEIROS, 2009, p. 14)

Estes jornais conferiam grande prestígio no jornalismo brasileiro. A cidade do Rio de Janeiro, local sede de tais veículos comunicacionais, ainda era considerada como capital política, cultural e econômica do país, apesar da capital federal ter sido transferida para Brasília, em 1960.

¹² ÚLTIMA HORA. In: ABREU, Alzira Alves de; et al. (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/D9K44H>. Acesso em: 8 jun. 2018.

Essa importância se explica, de modo geral, em função de a cidade carioca possuir uma área de mais elevada concentração demográfica do país; ocupar o segundo lugar econômico no *ranking* dos estados federados, vindo atrás apenas de São Paulo, refletindo a renda per capita mais alta do país, com quase o triplo da média nacional. A cidade além de ser um tradicional produtor e divulgador de padrões de gosto, hábitos e moda, possuía ainda uma sólida estrutura de bens culturais, representados por teatros, cinemas, museus e bibliotecas. (...) Era o principal centro financeiro nacional. (SILVA, 2015, p. 16)

Assim, os impressos das cidades do Rio de Janeiro e São Paulo possuíam grande expressão a nível nacional, exercendo influência sobre a opinião pública dos demais estados.

2.2 Produção jornalística

Constituída em várias etapas, a produção jornalística atua desde a seleção dos acontecimentos elencados como relevantes, a elaboração de notícias, bem como o conteúdo disposto por uma narrativa que a estrutura. Além disso, envolve ainda a distribuição da informação no espaço físico do jornal - considerando as hierarquias de conteúdos -, o processo de publicação, o consumo do público leitor e, finalmente, os efeitos da recepção. Todo esse processo pode ser associado aos modelos comunicacionais, elaborados para pensar os fluxos de informação e redes, na emergência de uma sociedade cada vez mais conectada e submetida aos avanços tecnológicos e seus processos comunicacionais cada vez mais complexos.

Elaborados em meados do século XX em diante, especialmente a partir nos anos 1930 e 1940, os modelos comunicacionais foram importantes para pensar a comunicação enquanto teorização de redes de informação que estavam sendo aprimoradas conforme o avanço das sociedades e suas tecnologias. Há os modelos de base linear e matemática, elaborados por Claude Shannon e Warren Weaver (MATTELART, 2006, p. 57), que consideram a informação de maneira unidirecional; o modelo sistêmico, por Melvin De Fleur, teórico que propôs um esquema que considera tanto elementos do modelo linear quanto circular (MATTERLART, 2006, p. 61); os modelos comunicacionais cibernéticos, circulares ou interacionais – a comunicação vista pelas ciências humanas e não mais pelas ciências exatas -, como Wilbur Schramm, Norbert Wiener, teóricos da escola Palo Alto (MATTELART, 2006, p. 65); e ainda os modelos de comunicação e narratividade propostos por teóricos da comunicação de massa, estruturalistas, e modelos culturais ou orgânicos, no qual consideram o comportamento humano.

Enquanto os modelos lineares consideram o emissor e receptor como independentes um do outro e a transmissão da informação em um único sentido, os modelos circulares incorporam

o *feedback*, a interação entre o emissor e receptor e, assim, a existência de uma interdependência entre eles. Nessa relação há o diálogo, em que o receptor reage e expõe o efeito da mensagem a partir de uma outra mensagem, tornando agora um emissor. Seguindo essa lógica, há um processo de circularidade que permite a comunicação entre indivíduos ou grupos. De acordo com Armand e Michèle Mattelart, “a informação deve poder circular. A sociedade da informação só pode existir sob a condição de troca sem barreiras” (MATTELART, 2006, p. 66). Acredita-se que todos os elementos presentes no modelo circular – emissor, codificador, mensagem, decodificador, receptor, interação emissor-receptor (*feedback*), – são importantes. Contudo, a mensagem impulsiona o sentido da comunicação. Dessa maneira, seja a mensagem emitida ou recebida, os conceitos de acontecimentos, notícia e narrativa são níveis e estágios integrante dessas mensagens.

2.3 Notícia, acontecimento e narrativa

A notícia é resultante de um processo que envolve percepção, seleção e transformação de uma matéria-prima - os acontecimentos - em um produto - a própria notícia. Assim, “a produção da notícia é um processo que se inicia com um acontecimento” (ALSINA, 1989, p. 81). A construção de notícias implica a seleção de fatos, acontecimentos e informações do cotidiano que serão transformados em produto noticioso por meio da constituição de uma narrativa que estrutura seu conteúdo e seu sentido no texto. A narrativa depende da seleção e enquadramento da realidade através da atuação profissional dos jornalistas. Assim, os acontecimentos passam pelo “filtro” dos critérios de noticiabilidade, que validam seu *status* como notícia. Esta, em sua construção, acaba por utilizar recursos narrativos para fazer e dar sentido ao acontecimento tratado. A realidade torna-se visível e pública a partir de recursos linguísticos, enunciativos e cognitivos, presentes nas narrativas contidas nas mensagens do emissor. Estas geram percepções e sentidos diversos ao receptor que decodifica a mensagem.

Dessa forma, as notícias são construções do real e não o “espelho da realidade” (MOLOTCH, LESTER, 1993, p. 21). A informação é mediada através do olhar do jornalista e a realidade é construída em termos linguísticos. De acordo com a definição de Rodrigo Alsina, a notícia é “como uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente que se manifesta na construção de um mundo possível” (ALSINA, 1989, p. 185).

Ao difundir uma narrativa do mundo (selecionada entre múltiplas possibilidades factuais), a mídia não é mero espelho da realidade, realizando sempre um trabalho de

produção de significados, determinantes na constituição daquilo que chamamos realidade. (BARBOSA, 2014, p. 172)

Segundo Michael Schudson, ao abordar as convenções noticiosas no meio político, a existência de mudanças das convenções ocorreu porque “as notícias refletem a realidade, e a realidade política em si própria deve ter mudado” (SCHUDSON, 1993, p. 287). Entretanto, mais do que resultado da mudança da realidade política, as alterações das convenções jornalísticas e noticiosas também são componentes desse processo de mudança política (SCHUDSON, 1993, p. 288). Além disso, essas considerações estariam de acordo com o que Maria Helena Weber considera ao se referir à “intervenção das mídias sobre a política”, assim como “o discurso político obedecerá à configuração das estratégias midiáticas para disputar e capturar o espectador” (WEBER, 2004, p. 275). Assim, as mudanças - seja da política ou das convenções - também levam às transformações da seleção, enquadramento e ênfase que tanto os meios de comunicação darão às suas notícias, quanto a política aos seus “acontecimentos” através da realidade social. De todo modo, considera-se possível a intervenção das mídias sobre a realidade em geral, e não apenas sobre a política.

A notícia, enquanto construção e não como espelho da realidade, também implica em seleções do real. Não há como perceber a realidade em sua totalidade. Há, por outro lado, percepções subjetivas e visões múltiplas do "real". Na visão de Alsina, a constituição da notícia “intervêm em três mundos distintos e inter-relacionados: o mundo real, o mundo de referência e o mundo possível” (ALSINA, 1989, p. 188). A elaboração da notícia ocorre através do exercício profissional dos jornalistas e editores, e do olhar em que terão sobre determinado acontecimento. Nesse sentido, também há a possibilidade de “não só o acontecimento criar a notícia, (...), como a notícia criar o acontecimento” (BERGER, 1997, p. 280), seja das notícias gerarem acontecimentos a partir delas, ou das notícias “criarem” o acontecimento por meio de uma narrativa. Torna-se por ser uma composição estratégica, que passa pelo crivo da seleção, do que ocorre na cidade, no país e no mundo.

Os jornalistas apreendem a realidade e constroem as notícias e narrativas por meio de suas experiências pessoais e profissionais, conforme suas visões de mundo. Segundo Patrick Charaudeau, “partindo do acontecimento, o jornalista interpreta e analisa em função de sua própria experiência, de sua própria racionalidade, de sua própria cultura, tudo isso combinado com as técnicas próprias a seu ofício” (CHARAUDEAU, 2013, p. 156). Ainda que indiretamente e possivelmente inconscientemente, a apreensão da realidade pelo profissional e

a construção da notícia envolve “elementos estruturais no sistema hierárquico” do meio jornalístico, como a disposição das funções do jornalista em uma redação, seu *status*, sua relação junto a seus pares, bem como fatores como competitividade, pressão, imediatismo (DARNTON, 1990).

Esses fatores acabam por “modelar” determinado comportamento de jornalistas e editores dos impressos sobre como tratar um acontecimento, sua construção em notícia e a elaboração da narrativa noticiosa. Todos esses elementos são determinantes para entender concepções prévias – seja pelos critérios de noticiabilidade, valores-notícia ou pelos elementos narrativos pré-construídos -, que educam não somente o meio profissional e produtor destes conteúdos, mas o público que o consome.

A partir do desenvolvimento da chamada *penny press*, em meados do século XIX, o jornalismo passou a valorizar mais a informação e os acontecimentos, do que a opinião, especificamente as opiniões políticas (TRAQUINA, 2005, p. 51-54). O acontecimento é algo exterior ao sujeito, mas é o leitor que dá seu sentido ao ler determinada notícia. O jornalismo é mediador da construção sócio cultural da realidade. A diferença, traçada por Alsina, entre acontecimento e notícia, ocorre na medida em que enquanto o primeiro é uma mensagem recebida, considerado como um fenômeno de percepção do sistema, a notícia é uma mensagem emitida e um fenômeno de geração de um sistema (ALSINA, 1989, p. 92). Ou seja, o acontecimento, enquanto algo externo ao jornal, é informação; enquanto seu produto, torna-se notícia (ALSINA, 1989, p. 81).

O acontecimento para tornar notícia precisa conter determinados elementos e características. Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge (TRAQUINA, 1993 e 2008) apresentam os critérios de noticiabilidade - fatores que influenciam a criação e o fluxo de informações. Elencam em torno de doze valores-notícia: frequência, amplitude, clareza, significância, consonância, fato inesperado, continuidade, composição, referências a nações de elite e a membros de elite, personalização e negatividade (TRAQUINA, 2008, p. 69). Estes valores-notícias – ou fluxo de informação - estão presentes ao longo de toda produção jornalística, seja na seleção dos acontecimentos até a sua elaboração e transformação em produto final. Nelson Traquina define o conceito de noticiabilidade como “conjunto de critérios e operações que fornecem aptidão de merecer um tratamento jornalístico, isto é, possuir valor como notícia” (TRAQUINA, 2008, p. 63). Ainda define os critérios de noticiabilidade como “conjunto de valores-notícia que determinam se um acontecimento é suscetível de se tornar notícia (...)” (TRAQUINA, 2008, p. 63). A noticiabilidade de um acontecimento está relacionada com o

desvio em relação daquilo que é considerado normal. Sendo assim a “variação no sistema” (ALSINA, 1989, p. 98) como elemento essencial do acontecimento, bem como o “inesperado” como seu conceito epistemológico. A variação supõe uma ruptura da normalidade e quanto maior seja esta ruptura mais espetacular será o acontecimento (ALSINA, 1989, p. 99). Traquina delinea a existência de tipos de acontecimentos: mega-acontecimentos, acontecimentos intencionais ou de rotina, pseudoacontecimentos, acontecimentos não-intencionais e acontecimentos midiáticos (TRAQUINA, 2008, p. 97).

Os critérios de noticiabilidade podem variar ao longo do tempo, conforme contexto e sociedade. Há também a possibilidade de um acontecimento político e social ser relevante para um jornal específico, mas não para outro. Envolve, assim, questões de visibilidade, escolhas e seleções, considerando a existência de público-leitor específico e outras variáveis, como a notoriedade do jornal em seu campo. As notícias são fragmentos da realidade, na medida em que o relato noticioso é parte de uma realidade selecionada. Cabe ao escritor-jornalista-editor-emissor dar sentido e unidade por meio da narratividade. O emissor conecta os elementos de determinado acontecimento através dos enquadramentos – *frames* como “princípios de organização” (GOFFMAN, 1975, apud TUCHMAN, 1993, p. 259) -, ou seja, determinar o que é notícia, o que contar e como contar. O sentido também será dado pelo leitor-receptor, que apropria e entende o texto conforme sua visão específica de mundo.

Narrativas pré-construídas estão presentes na construção das notícias, o que leva a aproximação e identificação do leitor com determinadas “estórias”. Como afirmam S. Elizabeth Bird e Robert Dardenne, há a existência de uma repetição, gerando certa semelhança com os mitos e contos populares.

As notícias, como os mitos, não contam as coisas como elas são, mas contam as coisas segundo seu significado. Assim, as notícias são um tipo particular de narrativa mitológica com os seus próprios códigos simbólicos que são reconhecidos pelo seu público. (BIRD, DARDENNE, 1993, p. 267)

Dessa maneira, “o mito só tem significado no contar, os temas e os valores culturais só existem se forem comunicados” e, para terem força, “devem ser constantemente recontados” (BIRD, DARDENNE apud TRAQUINA, 1993, p. 267). Considerando os valores-notícia, estes “são códigos culturalmente específicos de contar estórias” (BIRD, DARDENNE apud TRAQUINA, 1993, p. 268). A partir da escrita da notícia, ou seja, da elaboração da sua narrativa, os jornalistas defendem e elaboram implicitamente as normas e valores da sociedade. Com isso, as narrativas e as estórias noticiosas contêm uma moral oculta, seja pela sua estrutura,

condução da leitura, ou como determinado acontecimento será narrado. Os elementos que constituem uma narrativa, considerando elementos como fato (o que), tempo (quando), lugar (onde), causa (porque), modo (como), personagem (quem), consequência, estruturados nas notícias pela “pirâmide invertida” – estrutura tradicional do texto noticioso, composto por um *lead* -, nos direcionam a determinadas concepções sobre o acontecimento (TRAQUINA, 1993). Os *frames*, como “ideia organizadora utilizada para dar sentido ao acontecimento (...) e que influencia todo processo de seleção e de construção da notícia”, interagem com esses elementos (TRAQUINA, 1993, p. 252). Segundo Tuchman, “como *frames*, as histórias oferecem definições da realidade social” (TUCHMAN apud TRAQUINA, 1993, p. 259).

O jornalismo está encarregado de “informar o real”. Entretanto, a suposta objetividade muito difundida na profissão jornalística – fator que confere a legitimidade ao seu campo - vai sendo diluída na ideia de que o jornalismo também constrói a realidade por meio de histórias, ainda que reais e não ficcionais, mas a partir de estruturas e elementos de ficção. Conforme Cristha Berger, “a realidade produzida pela mídia mantém parentesco com a estrutura do gênero ficcional (...), pela produção que inclui a criação de personagens e um tipo de contrato com o leitor” (BERGER, 1997, p. 279). No entanto, a autora sugere a desfiliação da ficção, pois a verossimilhança é um dos principais componentes da notícia, pela qual a “informação compõe o campo de credibilidade e verdade” (BERGER, 1997, p. 279).

Ainda que os jornalistas e os jornais tratem sobre acontecimentos do cotidiano e notícias em um tempo de curta duração, estas construções sobre a realidade têm efeito duradouro sobre os leitores e a sociedade, na medida em que há possibilidade de moldar visões sobre o mundo, produzir imagens sobre o real, ou seja, “alterar”, nesse sentido, a realidade, ou mesmo reforçar e manter determinadas concepções do pensamento de uma sociedade. A estrutura da narrativa possui significados, sentidos e obedecem a estruturas de organização interna. As narrativas seguem certos modelos em que a realidade é encaixada pelo autor, a partir de uma estrutura pré-construída. Assim, há modelos prévios da narrativa conforme certas temáticas e acontecimentos. Nos discursos há uma pluralidade de interpretações e a possível imbricação de diversas mensagens e enunciados; o conjunto de enunciados não é unívoco, mas sim polissêmico.

Roland Barthes apresenta a narrativa considerando-a como uma “hierarquia de instâncias” (BARTHES, 2009, p. 26), reconhecendo os seus estágios e níveis: funções, ações e narração. Sobre as funções, enquanto eixo horizontal e distributiva, há o espaço para o

denotativo, descritivo, o sentido literal do texto e a dita “objetividade”; enquanto eixo vertical e paradigmática estão presentes o índice, o vestígio, a conotação e a possível existência de elementos secundários que compõe o cenário da narrativa e dão significados a ela. De todo modo, é o que o emissor sugere em seu sentido conotativo, figurado ou nas “entrelinhas”. Além dos níveis de narrativas que são apresentados pelos escritores, jornalistas e editores, em suas notícias, há a existência de níveis de interpretação que serão feitas pelo leitor. Os jornalistas, após a publicação de notícias e editoriais, não possuem o controle sobre o conjunto de apropriações que o leitor irá fazer, e os sentidos e significados que darão sobre determinada informação narrada.

A utilização do modelo comunicacional circular se adequa a esta pesquisa, assim como os conceitos de notícia e acontecimento para as análises de capas dos jornais, e o conceito de narrativa para os editoriais. Sobre notícia e acontecimento, poderão ser relacionados com os critérios e fatores de noticiabilidade ligados a membros da elite. Como mencionou Traquina, uma notícia sobre “o que o Presidente da República faz é importante porque o Presidente da República é importante” (TRAQUINA, 2008, p. 80), envolvendo a notoriedade, posição e *status* do indivíduo sobre o qual a notícia de capa ou editorial abordam. Esse critério acaba sendo relevante para a pesquisa, pelo objeto se tratar de uma figura pública com máxima autoridade política do país, pensando em sua formulação simbólica. Assim, o Presidente em si já é notícia, independente do acontecimento em que estiver ligado.

Nesta análise, é possível considerar a recepção e percepção de um público consumidor identificado como leitores "comuns" ou receptores “anônimos”, incluídos no contexto da emergência de uma sociedade de massa: as elites e classes médias como leitores de *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, e camadas sociais populares para *Última Hora*. Além disso, ao focar a pesquisa sobre o aspecto de disputa de imagens públicas construídas por veículos jornalísticos distintos, há um possível diálogo e fluxos comunicacionais entre produtores de narrativas. Em uma construção de um modelo comunicacional pensado para o presente estudo, enfatiza-se a possibilidade de considerar os jornalistas tanto como emissores quanto como receptores. Afinal, os jornalistas e editores também leem o que seus pares produzem. Nessa disposição, há uma troca, ou seja, uma interação em que narrativas, complementares ou opostas, são postas no debate público do espaço editorial do veículo jornalístico.

O ciclo comunicacional e informacional, portanto, é circular. Jornalistas e editores, enquanto emissores, produzem narrativas - possuidoras de critérios, códigos e sinais, na

construção de uma “imagem desejada”. Tais narrativas são codificadas pelas mensagens dispostas nos periódicos. Seus conteúdos serão decodificados pelos receptores - outros jornalistas, editores, público-leitor ou agentes políticos -, que respondem a mensagem a partir de publicações editoriais ou a incorporação do assunto sobre a agenda pública ou política, que contém a “imagem percebida”, tornando um processo interacional de modelo circular que, ainda que indiretamente, alimenta este processo e o embate diário de imagens públicas e a “imagem aferida”.¹³ É preciso considerar, sobretudo, que este processo não é algo fechado e absoluto; ele varia conforme os acontecimentos políticos.

Além disso, é interessante pensar a configuração da comunicação circular entre produtores de notícia, já que jornalistas ou editores estão em mesmo “nível” de posição de seus pares. Na interação há cultura compartilhada, permitindo a comunicação, e nesse caso, uma cultura jornalística compartilhada. Para esse modelo, acredita-se que as forças acabam por estarem equilibradas. Esse equilíbrio tende a sofrer mudanças conforme capital simbólico de determinado jornalista ou veículo jornalístico. No entanto, há um equilíbrio maior se comparado a jornalistas *versus* leitores e consumidores destes periódicos. Entretanto, mesmo nesse caso, se considerarmos que estes últimos têm seu poder configurado pela audiência e consumo dos jornais, os jornalistas acabam por depender dessa audiência.

A interação emissor-receptor é mediada, inclusive se for entre pares, considerando que “a mensagem” - neste caso, impresso em uma mídia física, o jornal - “não é endereçada ou transmitida para um ator específico, mas para um receptor indefinido”, pensando no alcance “a um grande número de leitores, ouvintes e espectadores” que um jornal possui (BARBOSA, 2006, p. 12). Situações específicas de interação “face a face” podem ocorrer entre jornalistas-editores frente ao embate de imagens políticas e públicas.

2.4 Imagem pública e política

A narratividade e as estratégias enunciativas utilizadas por jornalistas e editores se relacionam ao conceito de imagem pública, quando caracterizam aspectos de agentes sociais e políticos, instituições ou partidos políticos. As imagens públicas, enquanto imagens conceituais coletivas, podem ser consideradas como um “conjunto multifacetado, dinâmico e um tanto

¹³ As imagens desejada, percebida e aferida são apresentadas por Maria Helena Weber (2004, p. 294), considerando a imagem como construção e desconstrução.

volátil de fluxos de informação, opiniões e representações mentais ou articuladas” (NOLETO FILHO, 2009, p. 12).

Trata-se primordialmente de imagens conceituais formadas no indivíduo por influência de sua psique e do meio social, porém externalizadas, tornadas públicas. E, mais ainda, a imagem pública significa imagens conceituais coletivas – ou representações sociais – que circulam na sociedade, na mídia, na cultura política, referenciadas principalmente à reputação, ao caráter, à competência e, comparativamente, ao status e ao prestígio social de pessoas e instituições, bem como à confiança e ao crédito que se lhes atribuem. (NOLETO FILHO, 2009, p. 12)

Wilson Gomes situa o conceito de imagem pública como parte de um outro termo, a “política de imagem” (GOMES, 2004, p. 211). Apresenta suas três funções, sendo a primeira a construção e produção de imagem pública, a segunda como o ajuste de perfis ideais e expectativas dos públicos, e a terceira como o gerenciamento da imagem. De acordo com o autor, “a imagem pública é aquela que o público tem de alguém ou de alguma coisa: a imagem se realiza na recepção” (GOMES, 2004, p. 214). Neste estudo, ao identificar os jornalistas como emissores e receptores, considera-se a construção de imagens na recepção, pensando que os produtores de informação também são parte da esfera pública.

Dedica-se à pesquisa a primeira função traçada por Gomes. Nela, o autor subdivide em três fases, sendo a primeira a codificação da mensagem pelos atores políticos, a segunda fase como a recodificação pelos agentes da esfera da exposição pública, ou seja, midiática – a transformação em material da esfera de veiculação -, e a terceira face como a decodificação pelos públicos – a recepção e o consumo da esfera de visibilidade pública, que decodificam em imagem pública (GOMES, 2004, p. 211-212). Nesse esquema, o estudo situa-se na segunda fase, dedicada à produção jornalística e a interpretação que esta tem da imagem construída pelo campo político sobre seus agentes.

Ao se referir à fase da construção de imagem pelos agentes políticos, o autor considera que o “código da emissão se realiza tentando-se antecipar o movimento de decodificação dos agentes da segunda e da terceira fase à luz de uma determinada conjuntura” (GOMES, 2004, p. 214). E ainda acrescenta:

Administrar a imagem pública significa tentar mantê-la conforme a intenção da emissão, tentar evitar que as sucessivas codificações, decodificações e recodificações dos sinais transtorne de tal modo a interpretação que a mensagem recebida se distancie da imagem-modelo da mensagem emitida. (GOMES, 2004, p. 214)

Acredita-se que essa antecipação também possa ocorrer na produção jornalística, ainda que esta não possua o controle da recepção e da formação de imagens públicas variadas. A narrativa como "estórias" nos direciona a modelos pré-estabelecidos. A criação de personagens e a atribuição de características, com conotações positivas ou negativas, tendem a formar e reforçar imagens públicas, bem como sua difusão. O "arco narrativo", construído pela imprensa, em torno do agente político João Goulart, pode ser associado às representações políticas e públicas feitas sobre Getúlio Vargas e Luís Inácio Lula da Silva, na medida em que houve o predomínio de representações negativas e depreciativas na construção de suas imagens. Podemos considerar como narrativas pré-construídas, que de tempos em tempos retornam e são readaptadas.

As narrativas podem sofrer variações e mudanças conforme o contexto e a radicalização ideológica do período, mas podem manter uma mesma estrutura. As representações e imagens públicas são construídas conforme critérios e percepções próprias das linhas editoriais de cada veículo comunicacional. No caso desses políticos, também houve a elaboração de representações positivas, principalmente através de movimentos sociais de camadas trabalhadoras e populares - que acabaram por exaltar favoravelmente a imagem pública desses indivíduos e seus governos -, além do que o próprio campo político constrói sobre si e seus agentes. Assim, há disputas entre imagens dicotômicas, fazendo com que narrativas entrem em conflito.

3. Movimentos do político: da renúncia de Jânio Quadros à posse de João Goulart

Em 1961 houve uma ampla mobilização popular em defesa da democracia, da legalidade e do cumprimento constitucional, desencadeado pelo movimento político liderado por Leonel Brizola em solo gaúcho. Este movimento esteve entrelaçado com o movimento social e participação popular em favor da preservação do regime democrático. Nesse período, o respaldo social e político em favor da legalidade constitucional – que previa a posse de vice-presidente em caso de vacância na presidência – foi maior do que os apoiadores da tentativa de um golpe pelos ministros militares.

Assim, a democracia foi defendida ostensivamente por amplos setores da sociedade quando apenas uma minoria, que incluía os ministros militares e simpatizantes, estavam comprometidos na articulação de um golpe contra a posse do vice-presidente. A crise política desencadeada com a renúncia de Jânio Quadros fez surgir uma forte resistência em nome e defesa da legalidade constitucional e do regime democrático, demonstrado na ampla participação popular e mobilização social engajadas pelo movimento de resistência.

Neste momento político, os periódicos *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* e *Última Hora* defenderam a legalidade e a posse de João Goulart, como consta na Constituição, e a solução parlamentarista encontrada pelo Congresso. Entretanto, fica claro em alguns momentos o posicionamento desfavorável dos jornais tradicionais, identificados como imprensa de oposição, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, sobre Goulart à ascensão à Presidência. Estes jornais reconhecem que desde sempre criticam João Goulart e deixam claro certa dúvida com relação ao novo presidente. *Jornal do Brasil*, por exemplo, declara que não associaria João Goulart à constitucionalidade nem mesmo imaginava defender sua ascensão à Presidência da República. Além disso, fica evidente a preocupação de *CM*, *JB* e *UH* com o prestígio do país diante de nações estrangeiras e com a imagem que o Brasil tem lá fora.

No que se refere aos acontecimentos que levaram o país à crise política, enquanto *Correio da Manhã* transfere responsabilidade para os militares, *Jornal do Brasil* dirige suas pressões ao Congresso Nacional. *Última Hora*, por sua vez, defende amplamente a posse de Goulart, com um posicionamento de esperança dos desdobramentos da situação política do país.

Desde os anos 1950, o país vem sendo palco de radicalização política de diferentes projetos de sociedade, alicerçados nas ideologias do nacionalismo e do projeto liberal. Enquanto

o primeiro defendia o desenvolvimento do país baseado no capital nacional, o segundo demonstrava apoio ao modelo de desenvolvimento com a participação do capital estrangeiro. Desde então e até os anos 1960, houve sucessivas crises políticas, com tentativas claras de golpismo por parte de setores liberais e conservadores do país pela disputa e imposição de sua corrente (KONRAD, LAMEIRA, 2011).

Este foi, no governo Goulart, o momento inicial do desenvolvimento de dois diferentes projetos de democracia que viriam a ficar mais evidentes somente em 1964. A crescente mobilização e participação popular, neste contexto dedicada à defesa da manutenção da legalidade constitucional e ao longo dos próximos anos apoiada nos debates de reformismo social, passou a reivindicar a ampliação da democracia, que garantiria maiores direitos políticos e sociais, e mudanças conforme a ideologia nacionalista. Já no espectro político oposto, identificado pela direita, havia aqueles que, mesmo em defesa do regime democrático, reivindicavam pela sua limitação. Em 1961, esboçavam o que viria a se concretizar três anos depois, com maior adesão política, militar e empresarial, não apenas limitando tal regime como extinguindo-o.

3.1 Renúncia inesperada

O ano de 1961 significou para João Goulart sua ascensão ao cargo da presidência da República. Goulart, vice-presidente, se encontrava em viagem ao exterior, em missão governamental aos países asiáticos e soviético, tendo em vista os objetivos da Política Exterior Independente (PEI), quando o então presidente da República, Jânio Quadros, renunciou à presidência. Sua renúncia ocorreu no contexto dos diversos "ataques" feito pelo governador da Guanabara Carlos Lacerda, que acusava membros do governo federal em deferir um golpe. Também destinava críticas à política externa governista. As acusações foram feitas em transmissão televisiva. Inicialmente considerava-se que sua renúncia estava ligada a estas acusações, tendo Quadros renunciado, assim, pelas pressões políticas existentes que recebera sobre seu governo na presidência e em torno da política externa que vinha atuando. Em 1960, foi eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC), com apoio da União Democrática Nacional (UDN). Jânio tinha como política conciliar medidas liberais no campo econômico com medidas nacionalistas, que contemplava desde a política externa independente à realização de reformas sociais.

Quadros renunciou na espera por apelo popular para retornar ao cargo, planejando possivelmente um golpe de Estado e utilizando os ataques de Lacerda como pretexto (FERREIRA, GOMES, 2014). Nessa lógica, Goulart, seu vice, não assumiria, já que para os setores conservadores do país seria considerado inadmissível este assumir o cargo, pelas frequentes atribuições comunistas que recebia. No entanto, a ideia do retorno de Quadros não foi uma opção para as partes envolvidas - Congresso e militares -, visto sua postura e imagem considerada contraditória, ambígua e inconstante por muitos, além de não possuir maioria do apoio no poder legislativo.

O jornal *Correio da Manhã* denota repúdio e surpresa ao ato de Quadros, declarando a carta de renúncia como “mensagem demagógica”, com o objetivo de “convulsionar o país”¹⁴. O editorialista colocou-o como traidor e fugitivo, quando este não especifica os motivos de sua “grave resolução”.

Na mensagem demagógica com que o ex-presidente da República se despediu, manifestamente destinada a convulsionar o país, só há vagas alusões a forças reacionárias que teriam imposto a renúncia do mesmo sr. Jânio Quadros que há poucos meses declarou só sair morto ou deposto. (...). Teve a audácia de renunciar, traíndo seu eleitorado, que é a grande maioria do povo brasileiro. (Nesta hora desolada..., **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa I)

No mesmo dia, o jornal dedica em capa amplo espaço para os acontecimentos, tendo as duas capas da edição destinadas à renúncia. *Correio da Manhã* publica desde as informações em torno de João Goulart e sua chegada incerta ao Brasil, a solução constitucional de que o vice-presidente assume de imediato ao cargo, até a repercussão do acontecimento no exterior – comentando sobre os a reação de governantes e da imprensa dos Estados Unidos, Cuba, Argentina, Portugal, Inglaterra e Rússia.

O dia que antecede a decisão de Jânio Quadros, 24 de agosto, também está marcado por outro episódio de renúncia. *Correio* associa 1961 com os acontecimentos de agosto de 1954, comparando os momentos e denunciando Carlos Lacerda como o mesmo sujeito que esteve diretamente ligado a eles. Além disso, o diário associa a data com o contexto de 1955, na crise desencadeada para impedir posse de Juscelino Kubitschek (PSD) na Presidência, cessada a partir da atuação do Marechal Teixeira Lott. Avalia esses momentos como de imenso vácuo político em que gera frustração e descrédito às instituições políticas, transparecendo, assim, sua insatisfação e descrença com a política.

¹⁴ Nesta hora desolada..., **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa I.

Como em 1954 e 1955, há um imenso vácuo político, revestido constitucionalmente da roupagem da legalidade com todos os seus botões, atestando a frustração das esperanças do povo, o desencanto dos homens bons, a descrença total nas instituições, que não dão a ninguém, senão a poucos, a possibilidade de uma vida razoável e decente. (C.D.A., Triste legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1961, p. 6)

O mesmo acontece em *Última Hora*. Octávio Malta¹⁵, em sua coluna Jornais & Problemas, relaciona a renúncia de Jânio Quadros com acontecimento de agosto de 1954, afirmando que há “pouca diferença” entre as datas.

No primeiro, foi imolado Getúlio: as forças que oprimiam o Brasil esmagaram o campeão do nosso nascente desenvolvimento industrial, (...) para que não fosse desmoralizada a autoridade do Presidente da República e para que a paz pública não fosse perturbada, Getúlio derramou o seu sangue. No segundo, as mesmas forças que ainda persistem em oprimir a pátria, em negar-lhe a autodeterminação, levaram Jânio à renúncia. O confronto é da maior importância para esclarecimento do povo brasileiro. (MALTA, Octávio, Agosto de 54 e agosto de 61, Jornais & Problemas, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, p. 3)

Além disso, refere-se à renúncia como “golpe branco” e declara com ênfase “Não há outra solução legal! Jango é o Presidente da República!”¹⁶, defendendo a manutenção da legalidade. *Última Hora* declara sua posição junto a “defesa da liberdade e do regime”¹⁷. Nesse momento, reporta-se aos trabalhadores aconselhando e sugerindo a manutenção da ordem nos dias que se seguem, remetendo à imagem e memória de Getúlio Vargas, com referência ao dia 24 de agosto de 1954.

ULTIMA HORA, com a plena consciência dos deveres da imprensa, nesta hora de apreensões e inquietações, dirige um apelo ao povo carioca, em geral, e em especial, às classes trabalhadoras: mantenham a ordem, evitem explosões emocionais; fujam às provocações, permaneçam vigilantes em defesa do regime democrático, o único que pode assegurar ao Brasil a sobrevivência como Nação soberana e digna do seu destino. Lembre-se o povo carioca, do supremo sacrifício de Getúlio Vargas e inspire-se nele. Também naquele trágico dia de agosto, ULTIMA HORA dirigiu apelo idêntico ao povo e foi ouvido. (Respeito à lei, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa)

Anteriormente à crise política desencadeada no país, *Última Hora* avaliou a política de Jânio Quadros e seu governo como “inércia” em que inquieta a nação¹⁸. Em editoriais a partir

¹⁵ Octávio Malta (1902-1984) foi um jornalista e membro do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Foi redator-chefe de *Última Hora* e havia trabalhado junto com Samuel Wainer na revista *Diretrizes* (1938-1948). Cf.: FIDELIS, Thiago. Sensacional, mas não sensacionalista: a criação do jornal Última Hora (UH). Anais do XX Encontro Regional de História. Uberaba: ANPUH, 2016. Disponível em: <goo.gl/37gq8B>. Acesso em 10 maio 2018.

¹⁶ MALTA, Octávio, Jornais & Problemas, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, p. 3.

¹⁷ Respeito à lei, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa.

¹⁸ Inércia do governo inquieta a nação, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 18 ago. 1961, capa.

do dia 24 de agosto, *Última Hora* pronuncia frequentes críticas destinadas a Carlos Lacerda. Avalia que seu papel na política é de “entravar as reformas”.

Defender, no interesse dos arcaicos de que é porta-voz, a inércia no processo do nosso desenvolvimento. Desenvolvimento para ele só existe um: as negociatas planejadas para enriquecer alguns familiares e alguns amigos. Perdida a base popular, a ponto de só poder falar em público garantido pela Polícia, como ocorreu anteontem em São Paulo, o jovem orador dá saltos com as duas pernas para conseguir, rapidamente, uma base financeira mais ou menos sólida. Faz chantagem para sobreviver politicamente! (MALTA, Octávio. Lacerda e a piscina vazia, *Jornais & Problemas*, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961, p. 4)

Jânio Quadros renunciou na manhã do dia 25 de agosto, após solenidade do Dia do Soldado, anunciado efetivamente na tarde do mesmo dia pelo Congresso. João Goulart estava em Cingapura, local que recebera a notícia da renúncia e a informação de que era o novo presidente da República. Goulart e sua comitiva retornavam ao Brasil, desde o dia 24, da viagem diplomática que se iniciou no dia 16 de agosto de 1961. A notícia foi recebida com surpresa. Não havia motivos claros para a decisão de Quadros em deixar o cargo.

Mas nada que apontasse para uma crise institucional de gravidade, que pudesse resultar na renúncia de um presidente. (...). De fato, não ocorria nenhum grande impasse entre os Poderes da República. Não havia crise militar. O governo tinha apenas sete meses de duração. Jânio vencera indiscutivelmente eleições limpas e disputadas, tendo seus projetos aprovados no Parlamento. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 25)

Jornal do Brasil, antes da crise política instaurada no país, se posiciona favoravelmente à política externa de Jânio Quadros. Enfatiza a autodeterminação e sua independência no cenário internacional e permite-se aconselhar sobre a política interna do país, criticando a política de improvisação como “pior dos vícios brasileiros”¹⁹.

A política externa do Presidente Jânio Quadros, que consideramos inteligente e audaciosa, permite que o Governo, internamente, tenha uma maior área de manobra nos planos econômico, financeiro, administrativo e social. (...). Cremos que o Governo agiria bem se tivesse a determinação de ajustar a política interna à externa. Enquanto nesta última há sinais seguros de que a mão é firme e o rumo certo, na primeira ainda se nota, de maneira evidente, a presença da maior das virtudes e do pior dos vícios brasileiros: a improvisação. (Revisão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961, p. 6)

Em capa da primeira edição após a renúncia do presidente, o jornal dedicou pouco espaço para o acontecimento, publicando as manchetes “País em calma espera chegada de João

¹⁹ Revisão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961, p. 6.

Goulart” e “*O último ato*”. Nestas publicações o jornal transparece certa calma do ocorrido, apresentando Jânio Quadros como tranquilo e bem-humorado em seu último ato público nas comemorações do Dia do Soldado²⁰.

Entretanto, em seção editorial, os jornalistas de *Jornal do Brasil* desenvolvem melhor a opinião sobre os recentes acontecimentos. Avaliam a renúncia de Quadros como a que “coloca o País inteiro num clima de compreensível perplexidade”, como um “gesto drástico e inesperado”, sem compreender a “impaciência e a resolução” do então ex-presidente²¹. Fala-se ainda na preservação da unidade nacional e das instituições democráticas, apontando o caminho mais prudente, certo e lúcido como do “cumprimento rigoroso do texto constitucional”, para recuperar o prestígio nacional agora enfraquecido²².

Após sua renúncia, Jânio aconselhou a formação de uma Junta Militar, que reunia os ministros militares de seu governo: marechal Odílio Denys (Ministro da Guerra), brigadeiro Gabriel Grün Moss (Aeronáutica) e almirante Sílvio Heck (Marinha). Estes, que pertenciam à “linha dura das Forças Armadas” (FIGUEIREDO, 1993, p. 36), formaram a Junta e vetaram a posse do vice João Goulart como presidente da República. Em sua ausência, quem assumiu provisoriamente a presidência do país foi o presidente do Congresso, Ranieri Mazzilli (PSD). Este ficou encarregado de enviar mensagem dos ministros ao Congresso, informando o desacordo com a posse do novo presidente. Além disso, os ministros lançaram manifesto, em 30 de agosto de 1961, que evidenciava descontentamento à posse do novo presidente. João Goulart foi considerado como uma ameaça ao país, tendo em vista suas possíveis posições políticas associadas ao comunismo que desencadearia, segundo ministros, uma série de agitações que poderia se tornar uma ameaça à segurança nacional. No discurso anticomunista associa-se os Estados comunistas como antítese da liberdade e da democracia (MOTTA, 2002, p. 38).

²⁰ O Último Ato, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa.

²¹ Renúncia, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, p. 6.

²² Continuidade, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, p. 6.

3.2 O movimento da legalidade

Enquanto os chefes militares governistas formavam forças contra Goulart no poder, houve no país a defesa pelo o que estava definido constitucionalmente: em caso de renúncia, o vice-presidente assume. Formou-se, então, uma força, ainda que simbólica, capaz de enfrentar os ministros. João Goulart recebeu apoio de seu cunhado e governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola (PTB), quando este realiza a Cadeia da Legalidade, em Porto Alegre. Brizola criou uma rede radiofônica com transmissão inicialmente local, mas em seguida com alcance nacional, em que fazia recorrentes discursos, carregado por seu forte posicionamento ideológico. Era direcionado à população para defender a posse de Goulart e os preceitos constitucionais do país.

Sob o porão do Palácio Piratini, sede do governo gaúcho, encontrava-se espaço dedicado a rádio, formada por aparelhos e equipamentos cedidos pela Rádio Guaíba²³. Inicialmente Brizola obtinha apenas o apoio da Brigada Militar, que contava com 13 mil homens a sua disposição. Sua força, portanto, residia quase que exclusivamente por meio de seus discursos. De acordo com Ferreira, “os clamores de Brizola para que a população reagisse e defendesse a posse de Goulart encontraram imediata adesão e entusiasmo” (FERREIRA, 2005, p. 287).

O precário dispositivo militar e o entusiasmo popular em Porto Alegre, no entanto, eram insuficientes para garantir a posse de Goulart. Para sustar o golpe, não bastava mobilizar apenas o Rio Grande do Sul, mas também o restante do país. Era preciso, por amplos meios de comunicação, disseminar ideias, imagens e representações que atingissem a dignidade das pessoas, mobilizando-as e incitando-as a ações e atitudes de rebeldia em grande escala. (FERREIRA, 2005, p. 286)

Três dias após a renúncia e dois dias após a divulgação do acontecimento pela imprensa carioca, no dia 28 de agosto, o comandante do III Exército, José Machado Lopes, segue em encontro com Brizola, em Porto Alegre, para conversação em torno das movimentações feitas pelo governador gaúcho. Esse encontro ocorreu a mando da Junta Militar. Brizola esperava por sua deposição feita pelo comandante do III Exército, com a ordem vinda diretamente do ministro da Guerra, Odílio Denys. Entretanto, após conversações na sede do governo gaúcho, Brizola recebeu apoio do general Machado Lopes, quando este adere à campanha da legalidade e desacata às ordens do ministro da guerra em depor Brizola de seu cargo.

²³ Atualmente, neste mesmo local, há o Memorial da Legalidade, inaugurado nas comemorações dos 50 anos da Campanha da Legalidade, em 2011. Disponível em: <goo.gl/gAhmf3>. Acesso em: 11 abr. 2018.

A tensão no Palácio Piratini e na Praça da Matriz atingiu o auge quando, no dia 28 de agosto, logo após o emocionado discurso de Brizola, o general Machado Lopes, acompanhado de todos os generais do III Exército, entrou no Palácio. Atrás dele, na Praça da Matriz, a multidão, calculada em 100 mil pessoas, gritava compassadamente “Brizola”, “legalidade”, “resistência”. Esperava-se que o comandante, obedecendo ao ministro da Guerra, comunicasse ao governador a sua deposição. Brizola, em seu discurso desafiador, avisara que não se submeteria. O conflito armado, assim, parecia inevitável. (FERREIRA, 2005, p. 291)

O jornal *Última Hora* comenta sobre o movimento organizado pelo governador Leonel Brizola, em Porto Alegre, através da manchete em capa “*Exército vigilante em Porto Alegre*”²⁴. Ainda na primeira página, evidencia-se o perigo em que se encontram tanto as instituições democráticas como a própria Nação, traçando a imagem de Jânio como irresponsável.

O crime cometido contra o progresso e a paz do povo brasileiro, por este triste equívoco que foi o Sr. Jânio Quadros, cuja irresponsabilidade política e insensibilidade cívica constituem o maior desapontamento até hoje conhecido pelo povo brasileiro, só pode ser detido, mediante um movimento nacional, acima dos partidos e dos grupos, pela preservação da legalidade. (...) o pior será o desencadear de uma guerra civil, cujo ponto de partida não é difícil localizar, mas cujo ponto de chegada, nesta hora de conturbação universal, é ainda mais fácil prever. (Acima de partidos e de grupos, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1961, capa)

3.3 A grande imprensa e os militares

Após a decisão de Machado Lopes, o ministro marechal Denys destituiu-o de seu cargo como comandante e nomeia em seu lugar o general Osvaldo Cordeiro de Farias. O ministro da Guerra, além disso, convoca Machado Lopes para se apresentar no ministério, mas este não aceita o pedido para deixar o cargo. Assim, rompe com alta cúpula militar do país, posicionando-se a favor da preservação da ordem legal e da posse de João Goulart. Nesse contexto, houve uma clara divisão do Exército diante dos acontecimentos. O III Exército, sediado no Sul, compunha a maior força militar do país, em termos de armamento, sendo superior que os I, II e IV Exércitos juntos.²⁵ Houve uma grande mobilização popular em torno da defesa da legalidade e, agora, Brizola recebia forte apoio militar. Dos governadores dos estados brasileiros, a campanha da legalidade recebeu maior apoio do governador de Goiás, Mauro Borges.

²⁴ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 ago. 1961, capa.

²⁵ O I Exército tinha jurisdição na Guanabara, Rio de Janeiro, Espírito Santos e Minas Gerais; o II Exército em São Paulo e Mato Grosso; o III Exército no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul; e o IV Exército nos estados do Nordeste (FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela. **1964: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 32).

Do dia 25 de agosto, dia da renúncia de Quadros, até o dia 7 de setembro, posse de Goulart, o país se encontrava em tensão. Apesar dos poucos dias que o separam, já foram suficientes para a instabilidade do país. Nesse período, temia-se a deflagração de uma guerra civil, tendo em vista o acirramento e conflito militar e a ampla mobilização política e social de governadores e da população.

Aos militares, *Correio da Manhã* associa primeiramente a falta de patriotismo, pela crise a qual iniciaram no país. Investe críticas àqueles que atuaram nos acontecimentos pós-renúncia. A imagem que o periódico constrói sobre os militares, nesse momento, é que estão inquietos, perturbados, despreparados, são antipatrióticos e ditadores. Segundo o periódico, “entregar essa responsabilidade total aos chefes militares, totalmente despreparados para corresponder a ela, significa arruinar totalmente o país. É o cúmulo do antipatriotismo”²⁶.

Nos últimos dias de agosto, *Correio* publica seu descontentamento frente aos militares, em especial ao marechal Odílio Denys, na medida em que o editorialista se dirige diretamente a ele. Sugere que os congressistas rejeitem e “cumpram com seu dever patriótico de resistir”, sem discussão, a mensagem de Denys, “que parece ser esquecido o que é patriotismo ou coragem”, em recusa ao nome de Goulart. Ainda acrescenta: “Coragem, marechal! Tenha a coragem de continuar e terminar rapidamente a obra nefasta da destruição do Brasil democrático!”²⁷. Além disso, *Correio da Manhã* sugere que “rasguem o tumor da hipocrisia atrás do qual a ditadura militar ainda se pretende esconder”²⁸, considerando os ministros militares como “ditadores”. Observa-se que o veículo considera os militares atuantes na crise política do como destruidores da democracia no país.

O periódico publica em capa trechos do “*Manifesto à Nação*”, redigida pelos militares. Não fica claro que tais considerações fazem parte do manifesto; não há, por exemplo, algo que indique especificamente que seja apenas uma transcrição, como o uso de aspas. Parece-nos, assim, que tal mensagem possa ser a própria opinião do jornal. Entretanto, com muita atenção, entende-se de que não se trata realmente do posicionamento do veículo jornalístico, principalmente porque o mesmo texto foi publicado por outros jornais. Abaixo do manifesto possui uma nota com grande destaque, sob o título “*Ditadura*”, que atribui toda a crise e responsabilidade aos ministros militares. Apesar de se voltar contra os militares, a manchete

²⁶ Informações aos chefes militares, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, capa.

²⁷ Coragem, senhores!, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961, p. 6.

²⁸ Ibid.

principal e de maior destaque da edição enfatiza as considerações dos oficiais: “*Para ministros militares, J. Goulart é o caos*”²⁹.

Lemos o manifesto dos ministros militares, coagindo o Congresso. É o golpe abolindo o regime republicano no Brasil. É a ditadura militar. Agora, a responsabilidade por tudo que acontecer ao Brasil, é de: Odylio Denys, Sílvio Heck, Grun Moss. (Ditadura, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, capa)

Jornalistas e editorialistas de *Correio da Manhã* avaliam e rejeitam a possibilidade de uma ditadura militar e refutam as atitudes golpistas que comprometeriam com o regime democrático do país. Afirmam que o manifesto assinado pelos três ministros militares agravou a crise, por estes considerarem a volta de Goulart ao país como inconveniente³⁰. O fato do vice-presidente ter sido vetado fez o jornal ter um posicionamento de indignação frente às declarações militares, posicionando estes como contrários ao regime democrático.

Com a chegada de João Goulart em Porto Alegre, após longa viagem, o jornal anuncia o encerramento da crise política, afirmando com ênfase que “queiram ou não, o sr. João Goulart é o presidente da República”, afirmando que “todo o país” o reconhece assim, “com ou sem parlamentarismo”³¹. Segundo o periódico, encerra-se a crise política, mas inicia-se a crise militar do país, com as Forças Armadas divididas. Fala-se no dever do marechal Denys de “entregar as armas que levantou em rebelião contra o Brasil”, onde a “guerra civil seria o fim inglório das Forças Armadas”³². As críticas continuam nos dias que seguem, com o jornal afirmando que alguns militares estão inquietos e “mentalmente perturbados”, por levantar-se em armas contra a Nação.³³ Além disso, junto aos militares está Carlos Lacerda, governador da Guanabara. Este é retratado como o indivíduo que incendiou o país, dopado por sua megalomania, responsável imediato dos acontecimentos³⁴.

Todas as mentiras perigosas de Carlos Lacerda servem para este fim: fazer esquecer que ele, *ele*, incendiou o país, rebelando-se contra o governo federal e chamando para isso alguns generais no Rio de Janeiro, os esbirros da sua polícia, e alguns fanáticos da Aeronáutica e da Marinha. (Verdade e Legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 set. 1961, capa)

²⁹ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, capa.

³⁰ Mundo político, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6.

³¹ Última advertência, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

³² *Ibid.*, capa.

³³ Verdade e Legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 set. 1961, capa.

³⁴ *Ibid.*, capa.

Carlos Lacerda já vinha sendo criticado com frequência pelos jornais. Lacerda (1914-1977) foi um político e jornalista que protagonizou no cenário político do país por seu posicionamento crítico e radical aos governos Vargas e Goulart. Desde os anos 1920 escreve artigos para jornais e em 1945 chegou a trabalhar no *Correio da Manhã*. Em 1947, foi eleito vereador pelo Rio de Janeiro pela UDN e dois anos depois fundou o jornal *Tribuna da Imprensa*, fazendo oposição ao getulismo. Esteve em meio à crise política de 1954, quando após o Atentado da rua Toneleros intensificou críticas ao presidente Vargas, exigindo sua renúncia. A situação política acabou por resultar no suicídio do presidente. Também esteve presente no impedimento de posse de Juscelino Kubitschek, em 1955, e João Goulart, em 1961. Enquanto governador da Guanabara, eleito em 1960, pertencente a ala radical da UDN carioca, Lacerda fez recorrentes críticas ao governo Goulart, apoiando sua deposição.³⁵

Por conta da crise desencadeada no país, a partir da renúncia, os jornais cariocas foram censurados pelo governador da Guanabara – exceto *Tribuna da Imprensa*, de sua propriedade. No Rio de Janeiro, foram apreendidas edições do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Diário da Noite*, *Gazeta da Noite*, interditadas as oficinas de *Última Hora* e invadidas as redações de *A Notícia* (FERREIRA, 2005, p. 299). *Última Hora* denuncia o fracasso do governo carioca como “política de chantagem” e “traição”³⁶. Ainda afirma que a missão da imprensa, agora liberada da censura, é “informar para orientar”³⁷.

Romperam-se as odiosas mordanças da censura que durante vários dias mutilou e desfigurou os jornais da Guanabara, impedindo ao grande público tomar conhecimento do que verdadeiramente ocorria no País. A essa grande vitória democrática junta-se o desmascaramento de um traidor da profissão de jornalista, o Sr. Carlos Lacerda, cuja expulsão dos quadros da Sociedade Interamericana de Imprensa foi unanimemente reclamada pelos diretores de jornais do Rio de Janeiro. Acabou-se a censura que o Sr. Lacerda instituía para levar avante o seu torvo plano de implantar a ditadura no País. (Rompida a barreira da censura à imprensa, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, capa)

No que se refere à atuação dos chefes militares, a própria condição dividida das Forças Armadas e a postura de Lacerda, fica evidente o posicionamento contrário de *Correio da Manhã*. Nesse contexto de crise, o jornal revela-se contra a presença de militares em chefias de ministérios, sugerindo assim que não interfiram no meio político, estando apenas os civis

³⁵ CARLOS LACERDA. In: ABREU, Alzira Alves de; et al. (orgs.). **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/6h5Tgx>. Acesso em: 13 maio 2018.

³⁶ “Reagem contra a farsa da renúncia os próprios aliados de Lacerda” e “Arinos F. e Adauto: ‘Estamos com Jânio contra a traição!’”, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 24 ago. 1961, capa.

³⁷ Rompida a barreira da censura à imprensa, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, capa.

habilitados para tal função. A descrença, neste caso, foi atribuída ao campo militar. A força militar desprendida do político tornaria o governo forte.

Mas para que o governo seja forte, também é necessário libertá-lo de toda e qualquer tutela. Os militares serão limitados ao cumprimento das suas tarefas técnicas: as chefias dos Estados-Maiores. Mas os ministros das pastas militares só podem ser civis. (Um governo forte, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, capa)

O jornalista de *Última Hora*, Paulo Silveira, na *Coluna UH*, investe críticas aos setores e membros militares responsáveis pela situação do país, afirmando que caso de existência de subversão do esquema democrático pelas Forças Armadas há, portanto, um atentado à Constituição e às instituições democráticas. Avalia, assim, como “lamentável” a atuação dos ministros e chefes militares do governo Quadros, sendo um “gesto de indisciplina”³⁸. O colunista defende Goulart como presidente da República e exige obediência a ele.

(...) o Sr. João Goulart é o Presidente da República. Assim o entende o Poder Civil, porque assim o determina expressamente a Constituição. A ele, como Chefe Supremo, devem obediência as Forças Armadas, do seu Ministro ao mais raso dos seus soldados. A ele devemos obediência todos nós, que somos o povo. Esta é a hora de guardar as armas e reconduzir as tropas aos quartéis – a hora da verdade. O futuro do Brasil, como Nação soberana, assim o exige. E quando é o interesse nacional que entra em cena, os demais têm que emudecer. (SILVEIRA, Paulo. Afirmação do poder civil, Coluna UH, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, p. 3)

Os militares que participaram da crise política no país e vetaram a posse do presidente, foram retratados pelo jornal como grupos de políticos “camuflados sob o verde-oliva do uniforme militar”³⁹. Além disso, são vistos como conspiradores contra o regime democrático, prestes a direcionar o país a uma guerra civil. Tal conflito não existiu, segundo o jornal, justamente pela “patriótica resistência da unanimidade da opinião civil e de ponderáveis setores das Forças Armadas legalistas”. Também avaliam estes militares como falsos pacificadores, pouco interessados na união das Forças Armadas, “que se escondem em seus pelotões para agir com impunidade”, bem como pequeno grupo de agitadores e grupos de perigosos conspiradores que estão em ação permanente contra a democracia brasileira, que sempre veem a necessidade de provocar crises, como em 1954, 1955 e agora em 1961.⁴⁰

³⁸ SILVEIRA, Paulo. Afirmação do poder civil, Coluna UH, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, p. 3.

³⁹ A nação não tolera mais políticos camuflados de militares!, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 21 set. 1961, capa.

⁴⁰ Ibid., capa.

A junta militar formada pelos ministros militares de Quadros é considerada como uma “ditadura fascista disfarçada”, em que cometeram crime de lesa-Pátria. Criticando militares e civis que contribuíram para a crise, o jornal aponta que o fortalecimento da democracia ocorrerá quando existir a união do Congresso com o governo, a união das Forças Armadas e do próprio povo em ampla frente nacional. Posiciona os congressistas, o governo, as Forças Armadas e o povo como setores alinhados ao regime democrático. *Última Hora* reforça o papel das Forças Armadas, afirmando que não são um poder nem mesmo partido político ou uma facção ideológica, “mas, apenas, e ainda por imposição constitucional, a garantia do exercício livre, da autoridade, do respeito e da dignidade do poder civil”.⁴¹ Entendem o Exército como “o próprio povo em armas”, que não se divide ideologicamente entre os extremos do espectro político como àqueles em que o veículo destina suas críticas.⁴²

Caracterizando o momento na qual o país estava passando como “vendaval político-militar”, *Última Hora* define o então episódio Operação Mosquito, empreendido por pilotos da Força Aérea Brasileira (FAB) para abater o avião em que estava o presidente Goulart em voo para Brasília, como “sinistro esquema”, considerando este acontecimento como um grande crime⁴³. O grupo de oficiais que organizou tal ação foi retratado como um grupo de desesperados, incendiários e irresponsáveis, bem como “conspiradores sanguinários”. Ao criticar a atitude dos pilotos, transpondo esses ao lado da guerra e da ruína do país, *Última Hora* afirma que o momento é de mobilização geral. Há ênfase sobre o acontecimento em duas grandes manchetes.⁴⁴

Já o periódico *Jornal do Brasil* possui um posicionamento que destoa dos outros jornais. Este jornal considera o ministro da Guerra, Odílio Denys, como aquele que “fez esforços redobrados no sentido de impedir que o Brasil mergulhasse numa guerra civil” e que “impediu um golpe militar puro e simples e que abriu margem para as negociações políticas”, com postura de desarmar os campos conflitantes.⁴⁵ No entanto, no que se refere às Forças Armadas, *JB* investe críticas por estarem divididas neste momento de crise política e sugere que se silenciem, como uma grande tarefa patriótica a seguirem: “Nada mais significativo (...) do que o disciplinado silêncio dos militares, que é um sinal seguro da maturidade de um país”⁴⁶. *Jornal*

⁴¹ Os militares e o poder civil, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

⁴² A nação não tolera mais políticos camuflados de militares!, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 set. 1961, capa.

⁴³ Crime sem perdão, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 set. 1961, capa.

⁴⁴ “Golpistas lançam ‘Operação Mosquito’ para aprisionar Jango em pleno voo!” e “Brasília dá o alarma: FAB rebelada contra regime” (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 set. 1961, capa).

⁴⁵ Bom senso e decisão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 3 set. 1961, p. 6.

⁴⁶ Silêncio, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 20 set. 1961, p. 6.

do Brasil, em editorial de 10 de setembro, transfere a responsabilidade dos acontecimentos do país para o Congresso e o editorialista questiona se os congressistas estão em condições de arcar com essa responsabilidade.⁴⁷

Desde o início do mês de setembro, o *Jornal do Brasil* tem publicado variadas considerações em torno das reformas de base, afirmando que “o Brasil, mais do que nunca, precisa das reformas sempre prometidas e sempre adiadas”⁴⁸ em que o “ atual Governo – e com ele o regime parlamentarista – tem uma oportunidade principal, talvez única, de sobrevivência: realizar as reformas de base sem as quais o País continuará desatualizado, desambientado e desconjuntado”^{49, 50}.

3.4 Posse de João Goulart e a solução parlamentarista

Durante este período, os ministros militares “tentaram, primeiramente, transformar seu veto em decisão do Legislativo”, para que o Congresso votasse o impedimento de Goulart pelas “alegadas razões de segurança nacional” (FIGUEIREDO, 1993, p. 37). Entretanto, “não obtiveram o apoio buscado, pois os partidos recusaram-se a pactuar com o golpe” (FIGUEIREDO, 1993, p. 37).

No dia 29 de agosto, o Congresso Nacional abriu votação sobre a decisão do impedimento de Goulart. Foram 299 votos contra o veto e 14 a favor (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 42-43). Os encontros efetuados entre os ministros militares com os congressistas na possibilidade de impedir a ascensão de João Goulart ao cargo da presidência da república, tornaram-se um meio para discutir alternativas sobre o que poderia ser feito, “desembocando na mudança do sistema presidencialista e na limitação do poder de Goulart” (FIGUEIREDO, 1993, p. 37). Assim, a ideia de implantar um novo regime, neste caso parlamentarista, serviu aos interesses militares e congressistas.

⁴⁷ O responsável, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 10 set. 1961, p. 6.

⁴⁸ Trégua, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, p. 6.

⁴⁹ Reforma, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 16 set. 1961, p. 6.

⁵⁰ Outras notícias e editoriais que dedicam falar sobre as reformas de base: Goulart reclama reformas de base com urgência (*JB*, 19 set. 1961, capa); Reafirmação (*JB*, 21 set. 1961, p. 6); Advertência (*JB*, 22 set. 1961, p. 6).

Em fins de agosto, *Jornal do Brasil* informa sobre a formação de uma comissão para estudar a possibilidade de impedimento de Goulart ao cargo da presidência e posteriormente o estudo da implantação do regime parlamentarista. Segundo a publicação:

O Congresso Nacional aprovou ontem à noite a constituição de uma comissão, composta de oito senadores e deputados, para estudar, em 48 horas, a reforma da Constituição de forma a impedir a posse do Sr. João Goulart, considerado oficialmente pelos ministros militares, como *persona non grata* à segurança do País. (...). Segundo se informa, o Sr. João Goulart e altas patentes militares concordariam com a emenda, segundo a qual o Vice-Presidente assumiria a Presidência, mas esta passaria de cargo de Governo a cargo apenas de representação. (...) (Comissão decide em 48h impedimento de Goulart, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, capa)

João Goulart retorna ao Brasil apenas no dia 1 de setembro de 1961, e no dia seguinte foi aprovada a Emenda Constitucional n. 4, que instituiu o regime parlamentarista no país.⁵¹ A mudança de regime foi a solução encontrada pelo Congresso Nacional em conciliar as partes envolvidas: tornava Goulart presidente, mas com limitações no poder, visto que sua liderança se deslocava ao primeiro-ministro.

Do ponto de vista dos parlamentares do Congresso Nacional, a defesa da posse de Goulart, não só evitava uma guerra civil de desdobramentos imprevisíveis como garantia seus próprios poderes, igualmente ameaçados pela crise. (...). Goulart, portanto, assumiu a presidência com apoio dos grandes partidos do Congresso, com destaque do maior deles, o PSD. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 55)

Correio da Manhã defende o regime parlamentarista por ser uma solução que acalma a crise política existente e alivia, além disso, a situação financeira e o prestígio do país no exterior. Os jornalistas do periódico avaliam que as “atividades golpistas de uma pequena minoria custaram ao país vários bilhões de papel-moeda, vários graus de prestígio-internacional e muitas horas de trabalho”⁵². Observa-se grande preocupação do jornal carioca frente os custos que gerou o golpe e a crise política brasileira, afetando na economia do país, afirmando que “teremos de pagar os custos das movimentações de tropas, navios e aviões”, nos “teatros de operação” feitas⁵³. Sugere-se, ainda, a elaboração de um plano econômico, “coerente e exato”, que ataque as causas da inflação.

⁵¹ BRASIL. Constituição (1946). Emenda constitucional n.º 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o sistema parlamentar do governo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8034, 2 set. 1961. Disponível em: <goo.gl/waHXRL>. Acesso: 18 abr. 2018.

⁵² Normalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 set. 1961, p. 6.

⁵³ O preço do golpe, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, p. 6.

Em capa de 29 de agosto, há a informação de que a emenda parlamentarista teve apoio de Goulart, em que o presidente “declarou que sua disposição é a de cumprir a Constituição e de servir, sobretudo, ao país, sem preocupações individualistas”⁵⁴. No dia seguinte, 30, o jornal carioca informa que o regime parlamentarista foi vetado pelos chefes militares, “por entenderem que ela não soluciona a crise” e, tendo João Goulart maioria no Congresso, “poderia organizar um gabinete inteiramente solidário com a política que pretendesse executar, não estando, assim, garantida a segurança nacional, objeto da atitude assumida pelas Forças Armadas”⁵⁵. Diferentemente da notícia publicada em capa no dia 30 de agosto, no dia 1 de setembro, *Correio da Manhã* informa que os militares passam agora a concordar com a emenda⁵⁶, além de que as Forças Armadas também aceitaram a solução parlamentarista.

A possibilidade de realização de um plebiscito, presente no texto constitucional da emenda nº 4, não é defendida pelo *Correio da Manhã*, neste contexto. No dia 9 de setembro, quando o Congresso Nacional aprovou Tancredo Neves (PSD)⁵⁷ como primeiro-ministro do governo (259 votos a favor contra 22), o jornal carioca considera, em editorial, que o plebiscito, neste momento, não seria adequado, podendo agravar ainda mais a crise política, econômica e militar existente.

Só discordamos totalmente da exigência de um plebiscito, que significaria novo terremoto político. Os brasileiros não suportariam tanto. Acreditamos falar em nome da grande maioria do nosso povo, rejeitando energicamente o plebiscito exigido e preferindo, por enquanto, a calma que garante melhor segurança contra o ataque das emissões maciças de papel-moeda e das convulsões dos preços. (Estabilidade e segurança, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, p. 6)

Os editorialistas do jornal desenvolvem com maior ênfase essa posição contrária ao plebiscito no editorial “*Plebiscito desaconselhável*”⁵⁸. Nele, afirmam que o momento político pede por adaptação ao sistema parlamentarista, sendo “altamente desaconselhável e condenável” a realização da consulta popular, por motivos de que o país acabou de passar por

⁵⁴ Emenda parlamentarista com apoio de Jango: João Goulart concorda, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, capa.

⁵⁵ Parlamentarismo vetado pelos chefes militares, *Correio da Manhã*, 30 ago. 1961, capa.

⁵⁶ Concordam chefes militares com emenda parlamentarista, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, capa.

⁵⁷ Tancredo Neves (1910-1985) formou-se na Faculdade de Direito, em Belo Horizonte, em 1932. Em 1945, aderiu ao Partido Social Democrático (PSD). Em 1947, foi eleito deputado estadual (MG) e, três anos depois, deputado federal. Foi ministro da Justiça entre 1953 e 1954, no governo Vargas (1951-1954), no mesmo período em que João Goulart exerceu o cargo no Ministério do Trabalho. (NEVES, Tancredo. In: ABREU, Alzira Alves de; et al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: < goo.gl/m7AP7x>. Acesso em: 22 jun. 2018)

⁵⁸ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 set. 1961, p. 6.

forte crise e que o plebiscito seria capaz de desencadear outras. Assim, “o parlamentarismo tem de ser, pois, fortalecido e institucionalizado”⁵⁹.

O colunista de *Última Hora*, Paulo Silveira, defende a realização de um plebiscito sobre a emenda parlamentarista. O jornalista concorda com o governador Brizola quando este “exige um plebiscito imediato para a ratificação ou não do ato praticado pelo Congresso”, afirmando que “fugir a este imperativo será um desrespeito ao poder soberano do povo”⁶⁰.

Em editorial de *Jornal do Brasil*, Tristão de Athayde – pseudônimo de Alceu Amoroso Lima⁶¹ -, sugere, após o episódio de renúncia de Jânio Quadros, a própria renúncia de João Goulart, defendendo um plebiscito para a escolha de um novo representante político para liderar o país.

Renunciar, para que então o País, dentro de sessenta dias, como manda a Constituição, possa de novo manifestar-se. Trata-se assim de um verdadeiro plebiscito, de um plebiscito constitucional, dentro da mais estrita legalidade. (E agora?, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6)

Ainda que afirme que todo movimento contra a posse de Goulart seja antidemocrático e inaceitável, insiste em uma “renúncia espontânea da parte do vice-presidente”, na medida em que Goulart aceitando qualquer proposta imposta – neste caso o parlamentarismo -, “já começará enfraquecido”⁶². De acordo com o articulista, “o Sr. João Goulart, nesta oportunidade, poderá dar um grande exemplo cívico, concorrendo livremente a uma eleição”⁶³. Mesmo sugerindo a possibilidade da renúncia do novo presidente e considerando-o como o “flagelo de Deus”, *Jornal do Brasil* situa João Goulart como àquele que “não conseguirá (...) arrastar o País ao desastre”⁶⁴.

Como vice-presidente nas eleições de 1960, João Goulart obteve expressiva votação. Assim como no ano de 1955, Goulart já havia disputado a vice-presidência e elegeu-se com

⁵⁹ Plebiscito desaconselhável, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 set. 1961, p. 6.

⁶⁰ SILVEIRA, Paulo. É preciso ouvir a voz do povo. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, p. 4.

⁶¹ Alceu Amoroso Lima (1893-1983) formou-se na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, em 1913. Em 1919, colaborou como crítico literário no *O Jornal*, momento em que utiliza o pseudônimo de Tristão de Athayde. Em 1935, foi diretor nacional da Ação Católica Brasileira, eleito para a Academia Brasileira de Letras e nomeado membro do Conselho Nacional de Educação. Nos anos 1940, foi professor de literatura brasileira. No final da década de 1950, começou a colaborar no *Jornal do Brasil* e na *Folha de São Paulo*. (LIMA, Alceu Amoroso. In: ABREU, Alzira Alves de; et al. (orgs.). *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro: pós-1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/9fKmeq>. Acesso em: 8 jul. 2018).

⁶² E agora?, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6.

⁶³ *Ibid.*, p. 6.

⁶⁴ Arquite-se, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, p. 6.

votação acima do então presidente Juscelino Kubitschek. JK e JG assumiram os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente, com a aliança PSD-PTB.

Durante a experiência republicana de 1945 a 1965, as eleições para presidente e vice-presidente eram independentes, podendo ser eleitos candidatos de chapas distintas. Ser vice-presidente, nesse período, implicava em fazer campanha e ser eleito pelo povo nominalmente, tal qual o presidente. Ele podia, inclusive, ser mais votado que o próprio presidente. Havia, assim, legitimidade e liderança políticas na função da vice-presidência. Essa função política adquiria contornos e espaços que acabariam por se perder com a mudança das regras eleitorais.⁶⁵

João Goulart, em sua carreira política, seja desde a sua atuação na presidência do PTB (1952), como Ministro do Trabalho no governo Vargas (1951-1954), e vice-presidente dos governos Juscelino Kubitschek (1955-1960) e Jânio Quadros (1961), esteve responsável em reduzir os conflitos e disputas internas de seu partido. Passa a dialogar com trabalhadores e organizações sindicais, com postura de intermediador e negociador. Goulart inaugurou um novo estilo de relação entre o Estado e os sindicatos, tendo em vista seu incentivo à participação de trabalhadores na vida política do país (FERREIRA, 2011). O resultado foi de grande prestígio de João Goulart nos meios sindicais, tornando-se figura central do trabalhismo brasileiro. Entretanto, sua proximidade com trabalhadores, sem formalidades, cada vez mais agravou os conflitos na vida política do país e os ataques da oposição ao trabalhismo.

Concorrendo como vice-presidente duas vezes, João Goulart não havia pretensão de ocupar o cargo da Presidência. Após a renúncia de Quadros em agosto de 1961, a opção de Goulart por ocupar o cargo ganhou sentido após o país entrar em grave situação política desencadeada pelo veto de militares membros do governo Jânio Quadros. A proposta pela implantação do parlamentarismo, como regime político do país, pelos congressistas, foi aceita por Goulart, ainda que inicialmente tivesse resistido e depois aceitado “a contragosto” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 44).

Nesse período em que esteve em diversos países, Goulart concedeu entrevistas para a imprensa estrangeira, proferindo opiniões e defendendo a ordem legal. O vice-presidente cogitou a possibilidade de renunciar. Mas observando a situação do país, ponderou que tal ação poderia agravar ainda mais a crise política existente. Ao chegar em Porto Alegre, inclusive, não proferiu discurso para a população. A participação popular presente no movimento da legalidade se viu frustrada diante do silêncio de Goulart. Não se pronunciar foi um dos pedidos

⁶⁵ GOMES, Ângela de Castro. **O vice de JK**. Disponível em: <goo.gl/3hDnCr>. Acesso em: 04 jan. 2018.

do ministro da Guerra e Goulart preferiu não discursar para não agravar mais a crise. O governo Goulart surgiu na resistência de várias tentativas de impedimento de sua ascensão. A data da posse, assim como a chegada do presidente ao país, era incerta. Foram vários os dias cogitados. No fim, foi decidido o dia 7 de setembro, que dividia, assim, espaço com as comemorações do dia da Independência.

Sua atitude cessou a efervescência política, inclusive o movimento da legalidade iniciado por Leonel Brizola. Entretanto, uma crise política se instaurava no país. O governo Goulart iniciou em um momento delicado e se mostrou frágil. Desde então, Goulart e seu governo foram alvos de críticas, sobretudo no que dizia às expectativas e pressões em torno de responsabilidades ao ascender à Presidência da República. Desde o início de seu governo e ao longo dos anos, com seu compromisso no planejamento em torno das mudanças na estrutura do país,⁶⁶ fez com que ganhasse cada vez mais responsabilidade e recebesse muitas pressões de amplos setores sociais e políticos, inclusive midiáticos.

De sugestões ao presidente, bem como a omissões de seu nome em determinados momentos, *Correio da Manhã* delineia a imagem de João Goulart de maneira positiva, mas sobretudo de forma que o desqualifica timidamente, em sua postura no novo regime, agora parlamentarista. *Correio da Manhã* publica em capa editorial em que defende a legalidade, citando o que consta na Constituição Federal, e passa a discorrer sobre o novo presidente do país, em que os jornalistas do veículo admitem ter “sempre manifestado as necessárias reservas quanto à personalidade do novo presidente da República”⁶⁷. Tal afirmação não impede o jornal de considerar que a posse do sr. João Goulart é a legalidade.

É um fato que o sr. João Goulart foi eleito; e com maioria muito mais maciça do que alguns dos seus adversários. É um fato que o art. 79 da Constituição Federal o designa substituto do já ex-presidente da República; esse fato não pode ser modificado pela mais parnasiana cultura jurídica. É um fato que a legalidade é mais importante que o sr. João Goulart e mais importante que todos os seus adversários. É um fato que o sr. João Goulart tem que ser empossado, logo que chegar (...). A posse do sr. João Goulart, isto é a legalidade. (Em defesa da legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1961, capa)

⁶⁶ Seu governo esteve marcado pelo debate e realização das reformas de base – a reformulação dos setores agrário, fiscal, bancário, administrativo, universitário, político -, tendo, em 1962, o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social desenvolvido para contribuir com o crescimento do país em conjunto com a política reformista.

⁶⁷ Em defesa da legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1961, capa.

Correio defende o texto constitucional e a posse de João Goulart. Acredita, ainda, que a violação do direito do vice assumir “fere frontalmente a Constituição e abastarda a vontade popular (...)”⁶⁸.

É claro e insofismável que, se o vice-presidente João Goulart teve o direito de candidatar-se, e se foi sufragado, pela maioria das urnas, para a Segunda Magistratura da Nação, cabe-lhe o direito irrefutável de assumir a Presidência da República, na atual conjuntura, conforme o mandamento constitucional. (Nenhuma fórmula de coação, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6)

No início do mês de setembro, em editorial publicado em capa, *Correio da Manhã* se direciona ao Congresso, na medida em que pedem por definição “com a maior urgência” sobre as “condições o sr. João Goulart possa ou deva ser empossado”. *Correio* deposita confiança nos congressistas.

O céu do Brasil ainda está avermelhado pelo incêndio da crise. Depende da ação do Congresso a definição do significado dessa cor. Pode ser reflexo das chamas da guerra civil e pode ser a aurora da paz. Esta última, não a amamos ao ponto de submeter-nos à força. Exigimos uma definição, que preserve, sem restrições, a Constituição e a liberdade. (Hora da definição, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, capa).

Nota-se um claro posicionamento favorável e positivo sobre a atuação do novo presidente da República. De acordo com o impresso, João Goulart revelou “sensibilidade política surpreendente”, se ajustando à nova ordem política e transformando-se “na principal mola que impulsiona todas as conversações”, destacando assim a política de conciliação e diálogo do político.⁶⁹ Sobre sua relação com o primeiro-ministro Tancredo Neves, *Correio da Manhã* observa-os como “duas pessoas que se identificam e se entrosam numa mesma linha de pensamento”⁷⁰.

O mesmo pode ser dito no editorial de 19 de setembro. Ainda que o texto não seja o principal da página, nem ganhe destaque, visto seu posicionamento no impresso e o tamanho reduzido da fonte com relação aos outros escritos, João Goulart recebe alguns elogios do jornal carioca. Sua imagem, nesse sentido, é construída a partir dos termos “bom senso”, “ponderação”, “equilíbrio”, “prudência”, com atitudes para “evitar agitação”.

O sr. João Goulart, no exercício da mais alta magistratura, vem surpreendendo inclusive aos mais acirrados adversários, pelo bom senso no exame das questões. Revela-se, a propósito, que nas próprias reuniões do Conselho, a palavra do sr. João

⁶⁸ Nenhuma fórmula de coação, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6.

⁶⁹ Mundo Político: Perfeita identificação de JG, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 set. 1961, p. 6.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 6.

Goulart oferece sempre as características da ponderação e do equilíbrio. Quando se cogitou, por exemplo, dos novos níveis salariais, o sr. João Goulart foi o primeiro a recomendar prudência na equação do problema, justamente com o fito de evitar que se desencadeassem, nas atuais circunstâncias, campanhas de agitação popular em torno do assunto. (Mundo Político: Jango surpreende, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 set. 1961, p. 6)

Em meio ao contexto de crise e acirramento dos posicionamentos políticos, João Goulart ganha destaque por ser retratado como indivíduo de calma e equilíbrio. Sua postura conciliatória, por muitas vezes associada ao negativo, é aqui vista como algo importante e positivo para a situação do país. No entanto, quando *Correio da Manhã* aponta nomes daqueles políticos que, segundo o periódico, merecem destaque em meio a esta crise, não há menção do novo presidente. Os políticos Tancredo Neves, San Thiago Dantas, Walter Moreira Sales e os governadores Carvalho Pinto e Magalhães Pinto são mencionados como importantes nomes da política neste contexto de crise. Assim, observa-se a inexistência de João Goulart entre eles e a opção do jornal em omitir seu nome.

Além disso, *Correio da Manhã* se porta ao governo como o “governo Tancredo Neves”⁷¹, dando invisibilidade a Goulart enquanto presidente da República - ainda que em regime parlamentarista o primeiro-ministro ou chefe de governo tenha mais poder, funções e responsabilidades políticas que o chefe de Estado. No mais, é interessante, pois, identificar o silêncio do jornal em momentos específicos, que deixam de qualificar a atuação do presidente junto a outros nomes, considerados importantes, da política nacional. O jornal comenta que em regime parlamentarista “a figura do chefe do Estado está apagada”⁷². Mas é possível que tenha uma personalidade forte, como o do rei Edward VII da Inglaterra, a ponto de incorporar poderes que não são de suas atribuições. *Correio da Manhã*, portanto, ao falar sobre o caso brasileiro, comenta que

Ninguém afirmará que o João Goulart seja uma forte personalidade assim. Mas em torno dele existem várias omissões, tantas que chegam a formar um vácuo. E nesse vácuo infiltra-se à vontade o presidente da República, assumindo atribuições que a emenda nº 4 da Constituição já não lhe faculta. (Desvirtuamento perigoso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 set. 1961, p. 6)

Ao reassumir “poderes de presidente presidencialista”, o jornal considera que o regime parlamentarista está “sendo desvirtuado antes de ter entrado em funcionamento”. Sugere que o

⁷¹ Exceções, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 set. 1961, p. 6.

⁷² Desvirtuamento perigoso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 set. 1961, p. 6.

governo “tem o dever de relegar o sr. João Goulart para sua limitadíssima esfera de poder e influência”⁷³. Quando *Correio* comenta sobre o convite que Goulart recebeu da União dos Portuários do Brasil para assinatura de decreto de enquadramento de classe, o jornal dá ênfase ao fato do presidente estar “ignorando a sua posição de presidente da República”, conferindo posicionamento negativo sobre a trajetória de Goulart, retomando os tempos como ministro do Trabalho, em 1953:

Não é mais ele o jovem líder herdeiro de uma bandeira demagógica. Não é mais, tampouco, o irresponsável ministro do Trabalho que agitava a bandeira do aumento do salário mínimo para conquistar a simpatia e os votos da massa operária. (Tópicos & Notícias: Advertência a Jango, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 set. 1961, p. 6)

Correio sugere à João Goulart recolher-se “à exata posição em que foi colocado e que aceitou”, considerando demagógico a atitude de ultrapassar os limites de suas atribuições, possivelmente ocasionando agitação⁷⁴. No fim, acaba por associar a agitação, demagogia e irresponsabilidade à sua imagem. O mesmo pode ser dito sobre o encontro de João Goulart com o presidente argentino Arturo Frondizi (1958-1962). *Correio da Manhã* volta a criticar Goulart, de que não cabe a ele orientar a política externa do país. O jornal não tolera tais atitudes, afirmando que tanto o presidente quanto o primeiro-ministro erraram e que ambos arranharam o texto da emenda, reconhecendo a fragilidade desta⁷⁵. Como demonstra Toledo (1984), o sistema parlamentarista fracassou porque além de se mostrar ineficaz em termos administrativos, teve caráter híbrido pela disputa do presidente da República e Conselho de Ministros no controle do poder Executivo, dificultando assim a tomada de decisões. O regime se revelou como “fonte permanente de crises institucionais e políticas” (TOLEDO, 1984, p. 39).

Assim como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* afirma que o posicionamento de João Goulart “se mantenha nos limites constitucionais da sua competência”⁷⁶. O jornal, assim, defende a legalidade dentro do arranjo imposto. Segundo o editorial, o presidente “poderá receber apelos, manifestos, reivindicações”, mas que deverão ser entregues ao Primeiro-Ministro “que é quem formula a política de Governo, a sustenta, a retifica e por ela se torna

⁷³ Desvirtuamento perigoso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 22 set. 1961, p. 6.

⁷⁴ Tópicos & Notícias: Advertência a Jango, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 23 set. 1961, p. 6.

⁷⁵ Tópicos & Notícias: Arranhão político, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 set. 1961, p. 6.

⁷⁶ A Nação e o Presidente, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 set. 1961, p. 6.

responsável, juntamente com o seu Conselho”⁷⁷. Nesse sentido, João Goulart acaba por ter que se posicionar em segundo plano diante de Tancredo Neves. O mesmo ocorre no dia 29 de setembro de 1961, quando Goulart novamente é contestado diante das suas “quebras de regras” do comportamento que se espera em regime parlamentarista.

Aliás, o Sr. João Goulart não poderá emitir queixa alguma pois ele tem sido o primeiro a quebrar as regras do comportamento político, ignorando ou fingindo ignorar que estamos em regime parlamentarista e procurando agir como se fosse o Presidente de uma República sob regime presidencialista. (O regime, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 1961, p. 6)

Ainda que o jornal também coloque a “culpa” em Tancredo Neves e de que ambos estão “empenhados em quebrar as regras do jogo parlamentarista”, Neves é visto como “homem muito inteligente para que admitamos a hipótese de estar ele errando por descuido ou distração”⁷⁸. Assim, surge aqui a reflexão de que a formação da imagem pública de algum indivíduo – neste caso João Goulart - pode sofrer alteração ou influência da imagem pública de outro indivíduo – como de Neves, por exemplo -, utilizado como parâmetro para delimitar uma boa ou má imagem pública.

Nesse sentido, *Correio e Jornal do Brasil* estão alinhados a um dos pontos que compete a ideologia liberal ao qual se apoiam, o direito de liberdade. O possível fortalecimento do Executivo, ou seja, nesse caso com o presidente orientando áreas que não compete com suas funções, levando em conta o regime parlamentarista a qual se encontra, pode ser visto como uma “ameaça de autoritarismo que acarretaria o fim da liberdade política” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 92).

Alguns posicionamentos presentes nos textos de *JB* são interessantes de serem observados de como o novo presidente da República, João Goulart, está disposto em cena pelo impresso. *Jornal do Brasil* defende sua posse, entretanto, afirma que a nação tem o direito de confiar na Constituição, mas não nele. Além disso, quando empossado, “não receberemos em festas”⁷⁹. Sob o título “Prejuízo”, o periódico investe comentários sobre Goulart, em que renasce dúvidas em torno de sua ascensão ao cargo da presidência, levando “em conta as tendências naturais do trabalhismo nacionalista que ascende ao Governo na pessoa do Sr. João Goulart”. E segue:

⁷⁷ Ibid., p. 6.

⁷⁸ O regime, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 set. 1961, p. 6.

⁷⁹ O caminho, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, p. 6.

Tudo indica que será preservada a parte relativa à política externa e que vinha valendo ao País sua reafirmação através da linha de independência. Mas há programas internos na produção agropastoril e na indústria, cuja preservação deve ser garantida. Mas não resta dúvida que a incerteza que rebrotou ontem importa em sério prejuízo para o País, no campo econômico e financeiro. (Prejuízo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, p. 6)

O editorialista de *Jornal do Brasil* reconhece as frequentes críticas que tem dirigido a Goulart e declara surpreso por defender a sua posse. Fala-se em “figura controvertida” sobre ele, jogando toda e qualquer responsabilidade que, se não devidamente cumprida, será um erro seu, transferindo assim toda carga e pressão ao novo presidente.

Temos criticado o Sr. João Goulart repetidas vezes e achamos, mesmo, que é uma pena que a renúncia do Sr. Jânio Quadros tenha colocado o País na situação de ter como Presidente da República um político que foi eleito por uma margem de votos menor e menos expressiva. Mas a lei é clara e o Brasil tem a obrigação de respeitar-se a si mesmo. (...). Francamente, nunca pensamos que, um dia, iríamos afirmar que a ascensão do Sr. João Goulart à Presidência seria um sinal de que o País está disposto a cumprir, fielmente, os preceitos constitucionais. (Respeito, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 ago. 1961, p. 6)

O que se observa sobre a posse e ascensão de João Goulart como presidente da República é a surpresa com que jornalistas receberam a notícia. Maurício Joppert da Silva, em editorial, sempre considerou Goulart “desaconselhável para assumir a Presidência da República”, quando este, segundo o jornalista, estava “comprometido com dívidas não pagas ao Banco do Brasil, responsabilizado em inquéritos sobre irregularidades cometidas nos Institutos de Assistência Social que explorava em proveito de seu partido, com flagrante imoralidade”⁸⁰. Associa-se, assim, a corrupção à imagem do futuro presidente. Além disso, apagado por trás do Conselho de Ministros, o editorialista questiona se Goulart vai ficar “honesto e bonzinho”.⁸¹

Em data que João Goulart tomou posse na Presidência da República, *Jornal do Brasil* publica texto editorial que considera o novo presidente como “mais decorativo do que outra coisa” e a nação “pouco entusiasmada com o sr. João Goulart”⁸². São críticas sutis que aparecem de forma velada ou oculta e que denotam um sentido de desmotivação à ascensão de Goulart ao cargo, demonstrando o pouco entusiasmo da população. Sobre sua posse à Presidência e de seus ministros, *Jornal do Brasil* avalia o presidente como “gaúcho de nascimento e herdeiro

⁸⁰ As surpresas da política, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 set. 1961, p. 6.

⁸¹ *Ibid*, p. 6.

⁸² Conspiradores, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 set. 1961, p. 6.

político do último gaúcho que ocupou a Presidência – Getúlio Vargas”⁸³. O diário questiona a posse e apresenta dificuldade em considerar Goulart apto ao cargo.

Na cerimônia em que o presidente recebe a faixa presidencial de Ranieri Mazzilli, o jornal associa a solenidade à confusão e agitação das pessoas presentes junto à Goulart e a desorganização do Cerimonial do Itamarati.⁸⁴ No dia 23, quando João Goulart chega ao aeroporto do Rio de Janeiro, podemos observar a informalidade e espontaneidade, quando

o protocolo do Cerimonial do Itamarati foi violado pelo povo, que carregou o Sr. João Goulart nos ombros. Um manifesto contendo as reivindicações dos trabalhadores da Guanabara foi entregue ao Presidente, momentos antes de seguir, em jipão aberto, diretamente para o Palácio das Laranjeiras (Generais e sindicatos recebem Goulart em festa, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 set. 1961, capa).

Última Hora, por sua vez, em seção editorial e colunas assinadas, reforça com frequência a defesa da legalidade e do cumprimento da Constituição: “A única, a verdadeira, saída honrosa para qualquer brasileiro inimigo ou não de João Goulart, mas filho deste País, está em acatar o cumprimento da Constituição”⁸⁵.

Sobre os desdobramentos da situação do país, percebe-se posicionamento positivo do veículo comunicacional. Ainda que seja de grave crise política, *Última Hora* demonstra certo otimismo à reação da população brasileira frente aos momentos de ruptura constitucional. Nas vésperas da posse do presidente, o periódico avalia como corajosa a demonstração popular contra “a mais feroz guerra civil branca” desencadeada por alguns, considerando como uma lição histórica ao país. Demonstrando a participação popular, *Última Hora* conclama a união. O povo brasileiro é aqui especificado como operários, soldados, estudantes, professores, jornalistas e artistas.

Volvamos nosso pensamento para este gigantesco “NÃO” que o povo brasileiro, pelos seus dirigentes de todas as classes, pelos seus operários e soldados, estudantes e professores, jornalistas e artistas, soube dizer aos que ousaram desencadear contra ele a mais feroz guerra civil branca que o Brasil conheceu nos seus 461 anos de existência. (...) A lição histórica desses dias de depuração coletiva não será esquecida. A Nação pode voltar ao seu trabalho, pois já pode hoje confiar em que os frutos do seu suor e da sua capacidade criadora estão entregues à guarda de um povo que não recua, não cede e não transige na defesa de sua lei e de sua liberdade. (O povo soube dizer não, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, capa)

⁸³ Empossados Ministros do Parlamentarismo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, capa.

⁸⁴ Goulart entra na faixa, de roldão, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 set. 1961, capa.

⁸⁵ NERY, Adalgisa, Retrato sem retoque, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, p. 5.

Em *Correio da Manhã*, as manifestações populares e o movimento da legalidade no Rio Grande do Sul não apareceram com amplo destaque na primeira página, sendo textos, em sua maioria, secundários. Entretanto, eventualmente recebe maior destaque⁸⁶. Quando presente, a participação popular foi retratada como aquela que tornou as imediações do Palácio Piratini em “autêntica praça forte”⁸⁷. Evidencia o protagonismo do movimento político do estado gaúcho como “um dos mais sérios momentos de sua vida política”, comparando com a força que tivera com os movimentos de 1930⁸⁸. Quando Goulart chega de viagem ao país no início do mês de setembro, o jornal apresenta o novo presidente como “alvo de uma das maiores manifestações populares que povo do Rio Grande do Sul já prestou a um homem público”, reconhecendo-o como o “presidente constitucional”⁸⁹. Na véspera da posse de Goulart ao cargo, *Correio* publica a manchete “*Goulart vai iniciar política visando desarmar os espíritos*”⁹⁰, evidenciando a constituição, pelo presidente, de um governo de confiança nacional e a consciência de suas responsabilidades.

Já *Jornal do Brasil*, quando João Goulart chega ao Brasil, retrata a mobilização popular em torno de Goulart como uma “recepção triunfal” que contou com 70 mil pessoas em frente ao Palácio Piratini, em Porto Alegre, “que lhe prestaram uma ovação sem precedentes na história da Capital”.⁹¹

Jornal do Brasil comenta acerca da repercussão internacional sobre a situação brasileira, no qual afirma que tais reações “estão provando que o nosso País é, de fato, um centro de decisões políticas que, dia a dia, se torna mais expressivo para a compressão dos problemas americanos e questões mundiais”⁹². É notável uma clara preocupação com o prestígio do país diante de nações estrangeiras. O editorialista de *Jornal do Brasil* lamenta o prestígio perdido com a crise brasileira.

A Nação está, de certo modo, mudada: depois dos píncaros a que foi alçada em Punta del Este (...) vemo-nos atirados ao nível mais baixo do prestígio internacional; acusam-nos de divididos, de irresponsáveis, de levianos, de pretenciosos, e muito tempo passará antes que recuperemos a liderança tão depressa alcançada, tão logo desperdiçada. (Chamado, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, p. 6)

⁸⁶ Brizola conclama o povo a defender a Democracia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, 2ª capa.

⁸⁷ Manifestações em P. Alegre em defesa da legalidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, 1ª capa.

⁸⁸ III Exército hipoteca solidariedade a Brizola, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1961, 1ª capa.

⁸⁹ Presidente constitucional do Brasil em Porto Alegre, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

⁹⁰ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, capa.

⁹¹ João Goulart chega a Porto Alegre com recepção triunfal e ouve Brizola. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

⁹² Repercussão no exterior, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 29 ago. 1961, p. 6.

Sobre a imagem pública do país, é importante destacar que o veículo *Correio da Manhã* e seus jornalistas também demonstram notável preocupação em torno da repercussão da crise brasileira no exterior e o quanto isso pode afetar as relações do Brasil com outros países. De acordo com *Correio*, “pensamos (...) no prejuízo maior que infligiram ao prestígio internacional do Brasil. Hoje, todos os jornais do mundo inteiro publicarão manchetes sobre *mais um golpe na América Latina*”⁹³. Ao questionar a atuação dos militares nas frequentes tentativas de impedir João Goulart de ascender o poder, o jornal igualmente põe em pauta sua preocupação em torno do prestígio do país no exterior, que “cai verticalmente” com as investidas militares: “todos, por certo, estão pensando no vergonhoso papel que o Brasil representa neste momento diante do mundo”⁹⁴. Tal preocupação com a imagem do país no exterior demonstra a importância que o periódico dedica ao prestígio frente às relações internacionais. A crise política poderá acarretar prejuízo e agravamento da situação financeira, bem como comprometer com o desenvolvimento e avanço do diálogo no cenário internacional.

No início do mês de setembro, *Correio da Manhã*, ao mencionar o texto “*Jornais de Nova York comentam renúncia JQ*”⁹⁵, dedicado a apresentar os comentários da imprensa norte-americana sobre a crise no país, acreditam que “houve nisso uma grande dose de exagero”, quando jornalistas norte-americanos mencionam a existência de fidelização ou comunismo no Brasil. Mas o jornal carioca faz “um esforço de compreensão”, afirmando que:

Durante mais de um século, os norte-americanos estavam acostumados a ver o Brasil fazer sempre e exatamente a mesma política exterior dos Estados Unidos. De repente, o Brasil faz outra política, sua, diferente. Estavam tão surpreendidos que só a uma intenção fidelista ou comunizante conseguiram atribuir a mudança. (Caminho, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 set. 1961, editorial, p. 6)

Além deste momento, a única menção que *Correio* faz sobre o comunismo nos meses de agosto e setembro de 1961, foi no editorial de 25 de agosto, no mesmo dia da renúncia de Quadros. Neste editorial, fala-se no perigo comunista.

O comunismo é hoje muito forte no mundo inteiro. Tem suas células e seus emissários em toda a parte. Dispõe das baionetas, canhões e armas nucleares de uma grande potência. Alega-se ser o inevitável, o fatal *trend* da História. Por essa tendência avassaladora ficaria parada às portas do Brasil? (...). O perigo existe: e é sério. Para combatê-lo com segurança, é preciso saber onde, em que lugar, está o inimigo. Localizá-lo. (A cidade e as serras, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 ago. 1961, p. 6)

⁹³ Nesta hora desolada..., **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 ago. 1961, capa I.

⁹⁴ Reflexos, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, p. 6.

⁹⁵ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 6.

Após alertar sobre o perigo e a grandeza do comunismo, o jornalista discorre sobre sua história, afirmando que a força do proletariado fracassou em toda parte do mundo, inclusive no Brasil. Afirma-se que o comunismo venceu em países como Rússia e China, e é forte na Itália e Espanha, devido às populações rurais e não ao proletariado industrial. Logo, o editorialista alerta para o caso brasileiro, associando os latifundiários anticomunistas do país como os “grandes aliados do movimento subversivo”, quando expulsam posseiros e fomentam o êxodo rural.

De acordo com a opinião do jornal, “é perfeitamente possível suprimir as ligas camponesas. Mas não é possível ignorar o que elas reivindicam: a proteção dos posseiros contra a expulsão arbitrária”⁹⁶. O jornal defende a ideia de que é preciso combater o comunismo, mas que para isso necessita-se eliminar “seu mais poderoso aliado, o anticomunismo falso ou cego”⁹⁷.

Os liberais recusavam (recusam) o comunismo por entender que ele atentava contra os dois postulados referidos [político e econômico], por um lado sufocando a liberdade e praticando o autoritarismo político e, por outro, destruindo o direito à propriedade, na medida em que desapossava os particulares de seus bens e os estatizava. (MOTTA, 2002, p. 38)

O jornal possui um discurso anticomunista que deslegitima os latifundiários e proprietários rurais do país. Inverte a noção do combate ao comunismo, na medida em que há uma mudança de narrativa sobre o perigo vermelho.

3.5 Imagens visuais na composição de imagens públicas: fotografias e charges⁹⁸

As imagens visuais, plásticas e fotográficas podem contribuir decisivamente para a elaboração de percepções sobre o público e a recepção; não apenas como complemento do texto, mas articulado junto a ele. Na medida em que imagens públicas e conceituais são elaboradas diariamente nos jornais a partir de estratégias discursivas e enquadramentos da realidade por parte dos jornalistas, redatores e editores, também são inseridas nesse jogo o poder

⁹⁶ A cidade e as serras, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 ago. 1961, p. 6.

⁹⁷ *Ibid.*, p. 6.

⁹⁸ No que se refere às fotografias do presidente e charges do período, foram encontradas em *Correio da Manhã*, 9 fotografias e 16 charges; *Jornal do Brasil*, 18 fotografias e nenhuma charge; e *Última Hora*, 15 fotografias e nenhuma charge.

que a imagem visual possui nos jornais, considerando a importância da visualidade no mundo contemporâneo, principalmente a partir dos anos 1960.

Wilson Gomes (2004) procura distinguir a imagem pública – fato cognitivo e conceitual - da imagem visual gráfica pública – fato plástico e iconográfico -, sendo ambas espécies diferentes de um mesmo gênero - a imagem -, constituídas por apenas uma propriedade em comum: o fato da representação. De acordo com a autora Maria Helena Weber, “a imagem pública dos sujeitos políticos vai sendo formada, individual e simultaneamente, a partir da combinação das representações visuais e das representações mentais” (WEBER, 2004, p. 261).

Conforme seu estudo, a imagem pública é resultante da “imagem conceitual, emitida por sujeitos políticos em disputa de poder e recuperada na soma das imagens abstratas (o intangível, a imaginação), com as imagens concretas (o tangível, os sentidos)” (WEBER, 2004, p. 262). A imagem seja ela “conceitual e visual, individual e social, real e abstrata”, é sempre intermediada e com a capacidade de representar algo (WEBER, 2004, p. 263). Enquanto as imagens visuais de alguma forma dependem de uma “associação à imagem conceitual”, o mesmo não ocorre com as imagens públicas, no qual “subsiste sem a identidade visual” (WEBER, 2004, p. 269).

A emergência do uso da fotografia no jornalismo, considerando sua postura e sua auto intitulação enquanto instituição objetiva, neutra e imparcial, e a fotografia enquanto registro visual que legitima os acontecimentos da realidade, a articulação entre narrativa e imagem contribui como um dos principais fatores para “moldar” imagens públicas sobre pessoas, agentes políticos e instituições. Assim como o texto, há a construção de um imaginário através das fotografias. De acordo com Mauad:

A fotografia comunica através de mensagens não verbais, cujo signo constitutivo é a imagem. Portanto, sendo a produção da imagem um trabalho humano de comunicação, pauta-se, enquanto tal, em códigos convencionalizados socialmente, possuindo um caráter conotativo que remete às formas de ser e agir do contexto no qual estão inseridas como mensagens. (MAUAD, 1996, p. 12)

Jornal do Brasil publica algumas fotografias do presidente em capa, em que divide espaço com outros sujeitos em cena. As radiofotos⁹⁹ publicadas pelos impressos, no contexto em que Goulart voltou ao país depois de passar por diversos países, foram produzidas pelas

⁹⁹ Radiofotos ou radiofotografia é a transmissão de imagem (fotografia, gráfico, ilustração e outras reproduções) por meio de ondas de rádio. (BAHIA, Juarez. Dicionário de jornalismo: século XX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.)

agências internacionais de notícia e fotografia de imprensa da época, sendo a Associated Press (AP) e United Press Internacional (UPI) as principais.

Agências de notícias são empresas especializadas em coletar informações de interesse jornalístico dispersas, formatá-las como notícia e redistribuí-las para assinantes – veículos de imprensa que são seus clientes comerciais e pagam para ter direito a publicar o material recebido. Existem agências segmentadas por tema (economia, meio ambiente, ciência...) ou por local (como no caso de agências estatais que divulgam atos oficiais de um país). (AGUIAR, 2008, p. 22)



Figura 1: Goulart quer reconciliação. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 e 4 set. 1961, capa.¹⁰⁰

Assim como ocorre o enquadramento da realidade por parte da produção de notícias pela atividade jornalística, o mesmo pode ser dito sobre a produção de fotografias e a disposição dessas na composição do jornal físico. São recortes, fragmentos e seleções da realidade e do mundo social organizados visualmente. O emissor, considerando os jornalistas, conecta os elementos de determinado acontecimento através dos enquadramentos, ou seja, determinam o que é notícia, o que contar e como contar. No caso dos fotógrafos, o que fotografar e por qual ângulo retratar determinado acontecimento. Todos esses elementos desembocam na produção fotojornalística, articulação de texto e imagem. A fotografia publicada por *Jornal do Brasil* (figura 1), sob o título “*Goulart quer reconciliação*”, demonstra a recepção do presidente no país entre profissionais do jornalismo e da rádio. Este registro fotográfico tem como elemento principal as expressões faciais sorridentes e o aceno do presidente. Tal registro também revela

¹⁰⁰ Legenda da fotografia: “Ao chegar, ontem, a Porto Alegre, onde teve recepção triunfal, o Vice-Presidente João Goulart, cercado por repórteres e locutores, declarou que logo após o impacto provocado pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, nenhum Governo pode estabelecer-se no País, a menos que o seja na base da reconciliação de todas as forças por ele responsáveis”.

momento de simpatia, acolhimento e comemoração, semelhante à fotografia publicada por *Última Hora* (figura 2).



Figura 2: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, capa.

Esta fotografia acompanha a manchete principal da primeira página, “*Jango: ‘Legalidade é vitória de todos os trabalhadores’*”¹⁰¹. Em legenda, o jornal anuncia o fim da crise político-militar, quando João Goulart chega em Brasília, “recebido em triunfo pelas altas autoridades dos três poderes e pelo povo em geral”. Além disso, avalia que essa consagração é a vitória da legalidade democrática. A fotografia se destaca por Goulart estar no centro, rodeado pela multidão.

De acordo com Jorge Pedro Souza, o fotojornalismo é uma “atividade singular que usa a fotografia como um veículo de observação, de informação, de análise e de opinião” (SOUZA, 2002, p. 5). Tem como função dar credibilidade à informação textual. A fotografia jornalística “pode ser usada em vários suportes, desde os jornais e revistas, às exposições e aos boletins de empresa” (SOUZA, 2002, p. 5). O texto é um elemento imprescindível da mensagem fotojornalística, no qual não existe fotojornalismo sem texto (SOUZA, 2004, p. 65).

Para informar, o fotojornalismo recorre à conciliação de fotografias e textos. Quando se fala de fotojornalismo não se fala exclusivamente de fotografia. A fotografia é ontogenicamente incapaz de oferecer determinadas informações, daí que tenha de ser complementada com textos que orientem a construção de sentido para a mensagem. (...). Uma imagem fotojornalística, para ter sucesso, geralmente precisa de juntar a força noticiosa à força visual. (SOUZA, 2002, p. 9).

¹⁰¹ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 6 set. 1961, capa.



Figura 3: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 set. 1961, capa.

Na figura 3, *Última Hora* enaltece a relação de João Goulart com a população carioca através do título “*Cariocas carregaram nas ruas o ‘Presidente da Legalidade’*”, da manchete principal “*Jango abriu ao povo as portas do Laranjeiras!*” e da fotografia, cuja legenda é:

O povo carioca, um dos que mais lutaram, durante a crise político-militar, pela posse do Sr. João Goulart, vibrou, ontem, com a chegada do Presidente da República ao Rio. Alvo de estrondosa manifestação popular que começou no Aeroporto e estendeu-se até ao Palácio das Laranjeiras, o Presidente chegou a ser carregado nos braços do povo, para o qual mandou abrir as portas do Palácio - gesto até então inédito em toda a nossa história republicana. A foto que estampamos acima diz bem da recepção entusiástica tributada pelo povo da Guanabara ao Presidente que venceu a grande crise. (Jango abriu ao povo as portas do Laranjeiras!, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 set. 1961, capa)

No caso da fotografia, o enquadramento corresponde ao espaço da realidade visível representado na imagem visual, sendo o fotógrafo o agente que dita o seu recorte (SOUZA, 2004, p. 67). Além disso, ocorre o reenquadramento de uma fotografia, que é “um gesto frequente em fotojornalismo, pois assim pode concentrar-se a atenção do observador no motivo e retirar da imagem elementos que desviem o olhar do que é importante” (SOUZA, 2004, p. 67). Dessa maneira, as imagens fotográficas compostas nos jornais - ou seja, o fotojornalismo e todo processo que o compõe, nas condições de produção, circulação, agenciamento, o olhar do fotógrafo e a seleção que este agente faz da realidade – se articulam em um diálogo ou embate diante da seleção que jornalistas e editores fazem da realidade ao abordar determinado assunto ou perspectiva em sua escrita e texto. Segundo Lorenzo Vilches, “o fotojornalismo é,

portanto, a tradução espacial do esforço humano em capturar a realidade cotidiana” (VILCHES, 1997, p. 34). Em relação a recepção, segundo Lorenzo Vilches, atenta-se para o fato do leitor habitual de um jornal se sentir mais desorientado com uma mudança repentina de formato, tamanho e tipo de letra do que com uma mudança repentina de linha editorial e equipe de redatores (VILCHES, 1997, p. 41). Por isso a importância do fotojornalismo e do conjunto visual de um jornal.

Em sua maior parte, as fotografias publicadas em capa por *Jornal do Brasil*, no que se refere ao presidente da República e o governo, são de coberturas de reuniões políticas (figura 4), entrevistas coletivas, atividades diplomáticas, cerimônias, manifestação popular, encontro com familiares. Tais fotografias normalmente não vêm acompanhadas de destacadas manchetes com conteúdo relacionado, apenas títulos e legendas.



Figura 4: Abraço entre testes. João Goulart e o governador de Goiás, tenente-coronel Mauro Borges Teixeira. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 7 set. 1961, capa.

O registro de encontros do presidente com políticos diversos denota o que Jorge Pedro Souza chama de “*photo opportunities*”: os momentos cerimoniais, onde os “políticos posam em grupo ou se deixam fotografar e cumprimentarem-se” (SOUZA, 2002, p. 112).

(...) uma fotografia será mais relevante se o foto-repórter conseguir surpreender um gesto e uma expressão facial susceptíveis de transmitir as emoções ou as ideias dos

sujeitos fotografados, como uma expressão de enfado ou uma de alegria, um gesto de desagrado ou um dedo acusador. Tanto quanto possível, o foto-repórter deverá também procurar explorar os traços visíveis da personalidade dos sujeitos. (SOUZA, 2002, p. 113)

O autor afirma que mesmo encontros políticos serem acontecimentos de rotina, pode ocorrer fatos notáveis e “imprevistos com grande significado ou interesse”, resultando, assim, na “necessidade do fotojornalista se encontrar preparado para a diversidade de ocorrências que podem surgir” (SOUZA, 2002, p. 113). A expressão facial do presidente Goulart (figura 4) pode ser considerado como um “instante decisivo”, na percepção de Henri-Cartier Bresson, que Souza define como “um gesto ou uma expressão indicativa do caráter e da personalidade de um sujeito”, ou ainda “um instante de uma ação ou o esgar do rosto que desvela a emoção de um sujeito” (SOUZA, 2002, p. 10). No registro de uma expressão de surpresa de Goulart, diferente da expressão sorridente do governador Mauro Borges, há indícios de que o presidente não gostaria de ter sido fotografado, por exemplo, ou apenas ficou surpreso com as luzes da fotografia.

Em *Última Hora*, assim como João Goulart, o governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, também ganha amplo destaque no veículo comunicacional, através de manchetes e fotografias que compõem diariamente o mosaico que o jornal constrói em primeira página. O jornal apresentou o político gaúcho como “herói nacional” e a recepção que recebeu em Guanabara como “verdadeira consagração popular”.¹⁰² A fotografia selecionada sobre o acontecimento e publicada em capa (figura 5) possui ângulo que favorece a figura de Brizola, de baixo para cima, dando maior destaque e autoridade para o político, em registro fotográfico em que discursa. Ao lado, há a imagem do conglomerado de pessoas com cartazes denunciando golpistas e contra o governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda.

¹⁰² Brizola: “Será esmagado quem tentar novo golpe”, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 set. 1961, capa.



Figura 5: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 26 set. 1961, capa.

Anteriormente à realização da posse do novo presidente do país, o jornal publica imagem da carta assinada por João Goulart, mensagem destinada ao povo carioca em que transmite sua palavra de confiança para preservação do regime vigente (figura 6)¹⁰³. *Última Hora* ainda publica a imagem da carta da mãe de João Goulart, assinada por ela.¹⁰⁴ Sua mensagem está carregada por conteúdo religioso, destinada às mães brasileiras, que ora para o “Exército de Caxias, que um dia preservou a paz e a unidade nacional nas terras do meu Rio Grande do Sul”.

A capa desta edição é um importante registro de análise do movimento da legalidade. Além de conter as cartas de João Goulart e sua mãe, *Última Hora* impulsiona a defesa da posse do presidente com base no número de pessoas que o receberam em Porto Alegre, 200 mil, e a porcentagem da pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE) - 81% dos cariocas a favor da posse imediata. Ao lado direito, em texto, o jornal fala nos 80 milhões de brasileiros que “se opõem a esta perspectiva de sangue e ruína, que pode abrir para a Nação até mesmo o caminho da perda da soberania”¹⁰⁵. Abaixo, uma fotografia que registra a mobilização popular no centro histórico de Porto Alegre, com 40 mil pessoas presentes, dimensionando para além do que a própria fotografia pode demonstrar, através da legenda:

Oitenta mil mãos bateram palmas, quarenta mil bocas gritaram “Legalidade, Legalidade!” na Praça da Matriz e suas imediações, em Porto Alegre, quando o General Machado Lopes reafirmou que o III Exército não se dobraria às imposições inconstitucionais, e quando o Governador Leonel Brizola declarou: “Quero vos dizer

¹⁰³ Mensagem de João Goulart ao povo carioca, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

¹⁰⁴ D. Vicentina Goulart às mães brasileiras: apelo de paz e concórdia, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

¹⁰⁵ Os militares e o poder civil, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

que, da nossa parte, haverá resistência até o fim. Mas posso vos garantir a todo o Brasil que não daremos o primeiro tiro. Mas, creiam, o segundo será nosso”. O povo gaúcho – homens, mulheres e até crianças – vibrou nas ruas, pedindo a posse de João Goulart. (Gaúchos em massa vibram nas ruas!, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa)

Figura 6: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 2 set. 1961, capa.

Podemos ver a ênfase em que *Última Hora* destina sua defesa à Constituição, legalidade e à posse de João Goulart quando explora a visualidade das manchetes com letras garrafais e fotografias que ocupam boa parte das capas. Há uma vitalidade na identidade visual do jornal que salta aos olhos, e a composição das páginas, em especial a capa, demonstra espontaneidade gráfica. O “tom descontraído da *UH*” que compete com a “sisudez engravatada dos concorrentes” (MEDEIROS, 2009, p. 18) também reflete em seu projeto gráfico. A visualidade construída em *Última Hora* combina com sua “narrativa extremamente pessoal e qualificativa”, próxima a um “diário íntimo das sensações populares”, estando o jornal profundamente envolvido nos acontecimentos (OLIVEIRA, 1993, p. 56). Destoa, assim, de *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* que apresentam os acontecimentos políticos de forma distante.

O espaço da capa acaba sendo o principal ponto referencial do jornal, posto que é ali o espaço no qual o veículo comunicacional prioriza as informações do dia consideradas mais relevantes e o primeiro contato do leitor com o jornal. Considera-se o papel dos jornalistas e

fotógrafos enquanto agentes que selecionam acontecimentos ou enquadramentos da realidade social, e o papel dos editores e dos indivíduos com suas funções profissionais específicas que vão condensar a informação em uma narrativa textual e visual na diagramação do diário. Essa composição poderá ser em relação à distribuição da informação ou o tamanho que será dedicado aos textos e fotografias no espaço físico do impresso. Tais elementos constroem uma narrativa visual e direcionam o olhar do leitor. O olhar da recepção, a longo prazo, poderá ser “educado” pelos jornais, no sentido em que estes revelam a realidade e o mundo social por meio de estratégias visuais, discursivas e enunciativas.

Sabemos que a forma física de um texto, na tela ou no papel, seu formato, o modo de disposição dos elementos na página, são fatores que determinam a relação histórica entre autores, textos e leitores. O campo físico e visual que se define a partir dos recursos tecnológicos de escrita constitui um espaço condicionante a partir do qual alternativas de articulação da retórica tipográfica são responsáveis por conformar um texto. Assim, diferentes edições de um mesmo conteúdo permitem a proposição de novas significações, podendo atender expectativas de públicos diferenciados, evidenciando o papel do projeto gráfico na conformação de produtos jornalísticos. (GRUSZYNSKI, 2011, p. 3)

Última Hora, para anunciar os nomes de políticos que integram a formação do primeiro Ministério do regime parlamentarista, compõe a primeira página da edição de 9 de setembro com recortes dos rostos dos políticos (figura 8), conferindo autenticidade e descontração na composição visual sobre o acontecimento. Os líderes desse novo regime, o presidente João Goulart e o primeiro-ministro Tancredo Neves, ganham destaque na página. Podemos observar uma divisão das imagens entre Goulart e Tancredo, compondo a liderança do governo federal do país. A tipografia dos títulos e manchetes são carregados, dando contraste com o fundo. Nesse momento, Goulart divide espaço com a imagem de Tancredo, na liderança do governo. Agora em regime parlamentarista, há uma divisão das imagens entre os dois políticos. Os jornais apontam tal união através de fotografias, no caso de *Jornal do Brasil* (figura 7) e *Última Hora* (figura 8), e charges, em *Correio da Manhã* (figura 9).



Figura 7: Associated Press. O presidente e o “premier”. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, capa. Foto de João Goulart e Tancredo Neves.¹⁰⁶



Figura 8: **Última Hora**, Rio de Janeiro, 9 set. 1961, capa.

Em *Correio da Manhã*, a relação política entre os dois foi explorada através da charge de Alvarus (figura 9).¹⁰⁷ *Correio* utiliza imagens gráficas na composição de suas páginas. Para ilustrar notícias e acontecimentos em pauta, publica imagens, ainda que nesse caso o volume destas seja predominantemente menor que o de textos. No que se refere especificamente ao presidente João Goulart, foram observadas apenas ilustrações caricatas. O mesmo também pode

¹⁰⁶ Legenda: “Esta radiofoto do Presidente com o Premier Tancredo Neves foi transmitida pela AP para todo o mundo”.

¹⁰⁷ Álvaro Cotrim (1904-1985) foi um caricaturista e jornalista carioca, formado em ciências jurídicas pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil. Iniciou sua carreira nos anos 1920, ilustrando páginas de jornais e revistas brasileiros, como *A Bola*, *A Pátria*, *Para Todos*, *A Manhã*, *A Crítica*, etc. Nos anos 1970, foi diretor executivo do Museu da Imagem e do Som (MIS), do Rio de Janeiro, e trabalhou no jornal da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), permanecendo até 1985. (ÁLVARO Cotrim. In: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileiras. São Paulo: Itaú Cultural, 2018. Disponível em: <goo.gl/AoNLvL>. Acesso em: 23 maio 2018.)

ser dito sobre o governo e o movimento da legalidade: o jornal publica poucas fotografias, mas dedica espaço para os desenhos, especificamente, as charges. Elas acompanham textos e manchetes, que estabelecem certa conexão. Ao iniciar a leitura de um texto, é possível que o leitor tenha um olhar preestabelecido, adquirido através da mensagem impulsionada pela charge, que se encontra em destaque em capa.

Trata-se da convicção de que as expressões visuais possuem notável poder de comunicação, alcançando efeito superior ao do discurso verbal (...). O suposto é que as imagens têm capacidade de transmitir mensagens com concisão e clareza inigualáveis, gerando nos olhos e na mente do espectador impressão marcante e imediata. Seu uso como meio de comunicação, além de oferecer rapidez na transmissão de mensagens, teria vantagem adicional, mobilizando signos que podem ser compreendidos por todos, inclusive os analfabetos. (MOTTA, 2006, p. 17-18)

Na figura 9, Tancredo Neves se observa e ajusta sua gravata no espelho, enquanto pronuncia “*Responda espelho meu, há alguém... mais bonito do que eu?*”, fazendo alusão aos contos de fadas, em especial, à fala da rainha da história da Branca de Neve. João Goulart, com trajes gaúchos e sorridente, aparece refletido no espelho. O desenho demonstra que a liderança do governo pendula entre os dois políticos, ou uma vontade do primeiro-ministro de ser o próprio líder do governo. Esta charge foi posicionada em parte inferior da primeira página. A manchete principal desta edição menciona os dois líderes do governo - “*Grupos de Goulart influenciam o governo com omissão de Tancredo*”¹⁰⁸.



Figura 9: ALVARUS. Charge: João Goulart e Tancredo Neves. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 set. 1961, capa.

¹⁰⁸ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 set. 1961, capa.

O artista traduz por meio da expressão visual do desenho determinados acontecimentos a ser melhor e rapidamente compreendidos. O desenho, assim, acaba por reforçar o humor sobre situações específicas, do governo e de líderes políticos. De acordo com Motta, “a representação é distorcida, caricata, mas a mensagem está lá (...)” (MOTTA, 2006, p. 26). As charges acabam por estabelecer “comunicação eficiente com o grande público” (MOTTA, 2006, p. 73).

A caricatura pode ser incluída entre as várias formas de crítica. Apesar de sua simplificação exagerada, não é desprovida de fundamento real; trata-se, antes, de uma linguagem lúcida, e deve ser encarada dessa forma. Através de anedotas e charges estampadas na imprensa muitas situações são esclarecidas. (...). Pela caricatura penetramos na intimidade e na sutileza das relações sociais, às vezes pouco tangíveis, de difícil abordagem. Deve-se levar em conta, também, os efeitos desse tipo de crítica ilustrada e sua acolhida pelo público leitor; Emília Viotti sugere, nesse sentido, que as caricaturas que ridicularizam os escravistas eram, talvez, mais atuantes do que os inflamados artigos abolicionistas. (CAMARGO, 1971, p. 231)

Na grande e pequena imprensa, a caricatura política é uma respeitada forma de expressão jornalística (FONSECA, 1999, p. 13). A palavra charge vem do francês e significa carregar e exagerar. É um cartum que satiriza um fato específico (FONSECA, 1999, p. 26). É uma das manifestações da categoria maior caricatura. Para Fonseca:

A caricatura é a representação plástica ou gráfica de uma pessoa, tipo, ação ou ideia interpretada voluntariamente de forma distorcida sob seu aspecto ridículo ou grotesco. É um desenho que, pelo traço, pela seleção criteriosa de detalhes, acentua ou revela certos aspectos ridículos de uma pessoa ou de um fato. Na maioria dos casos, uma característica saliente é apanhada ou exagerada. (FONSECA, 1999, p. 17)

Os traços caricaturais das charges são um dos meios que ajudam a construir a realidade, influenciando na percepção dos acontecimentos de forma cômica e humorada. Henry Bergson, em seus estudos acerca do riso, afirma que a arte do caricaturista consiste em captar o “movimento às vezes imperceptível, e em torná-lo visível a todos os olhos mediante ampliação dele” (BERGSON, 1980, p. 22).

...o riso é acompanhado de insensibilidade, pois rimos da desgraça dos outros. Não é puro o prazer de rir. Mistura-se a ele uma segunda intenção de humilhar, e com ela, certamente, de corrigir, pelo menos exteriormente. O riso é sobretudo um castigo, uma forma de castigar. Feito para humilhar, deve causar à vítima dele uma impressão penosa. A sociedade vingava-se através do riso das liberdades que se tomaram com ela. O riso não atingiria o seu objetivo se carregasse a marca da solidariedade e da bondade. (BERGSON, 1980 apud FONSECA, 1999, p. 22)

Também podemos ver o diálogo de João Goulart com San Thiago Dantas (figura 10). Tal reunião denota a continuidade da política externa empreendida por Jânio Quadros, mas sem

as condecorações polêmicas que houve no período, levando Goulart a ter uma expressão sorridente. Tal conversa é apresentada através da legenda abaixo do desenho: “San Thiago Dantas – Manteremos a mesma política externa...; Jango -...mas sem condecorações!”¹⁰⁹. Nesta mesma edição, tem como manchete principal “*Conselho unânime: mesma atitude do governo com relação a Cuba*”¹¹⁰.



Figura 10: ALVARUS. Charge: João Goulart e San Thiago Dantas. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 set. 1961, capa II.

Dessa maneira, o modo como as fotografias e charges se articulam junto ao texto, bem como o texto articulado junto às imagens, são capazes de elaborar, estabelecer e determinar imagens públicas que, em um longo espaço de tempo – através do olhar das análises em série dos jornais e nas redes de imagens do fotojornalismo -, acabam por definir concepções sobre o mundo, agentes e instituições políticas. Além disso, a articulação entre diferentes jornais e a imposição de diferentes imagens públicas pode conferir disputas entre essas imagens. Disputas que podem também ser visualizadas entre texto e fotografia. Há possibilidades de contradições, na medida em que o texto diz algo e a fotografia outra, mas a fotografia acaba por se encaixar na narrativa quando as legendas nos explicam sobre determinada imagem, fazendo-nos algum sentido, ou quando as próprias fotos dão sentido ao texto.

¹⁰⁹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 set. 1961, capa II.

¹¹⁰ *Ibid.*, capa II.

3.6 Considerações finais

Neste momento político, podemos perceber através das análises a defesa unânime dos jornais pela legalidade e a posse de Goulart como presidente da República, e surpresa e repúdio com a renúncia de Quadros do poder. Ainda assim, há nuances entre os jornais. Mesmo defendendo a posse do novo presidente, *Jornal do Brasil* denota desmotivação e desconfiança com a figura de Goulart, sugerindo que este renuncie. *Correio da Manhã*, por sua vez, associa sua imagem à ponderação e equilíbrio, ainda que por vezes não dê visibilidade a seu nome em meio a outros políticos. Além disso, associa a corrupção a sua imagem e sugere que o presidente não ultrapasse sua esfera de poder - neste caso, possui postura semelhante ao *Jornal do Brasil*. *Última Hora*, destoando do posicionamento político-ideológico dos demais periódicos, acentua a participação popular no movimento pela legalidade constitucional, exalta a figura do presidente e apresenta a situação política do país através de um olhar otimista. Este jornal explora a visualidade do momento através de fotografias e manchetes marcantes.

4. O povo vai às urnas: o plebiscito de 1963 e o retorno ao regime presidencialista

Este capítulo terá como enfoque o olhar da imprensa carioca sobre os acontecimentos de janeiro de 1963. Como a imprensa carioca representou João Goulart e a retomada do presidencialismo neste contexto? Os jornais apoiaram o referendo popular de 1963? Essas são algumas questões parte da problemática central da análise de pesquisa deste capítulo. O plebiscito e o governo, neste momento, receberam apoio dos veículos comunicacionais sobre o retorno do presidencialismo. No entanto, a campanha governista do “não” ao parlamentarismo não foi incorporada pela imprensa de oposição. Nesse contexto, os jornais tiveram eventualmente uma postura moderada ao presidente João Goulart, não tendo tanto espaço para a elaboração de uma imagem que o desfavoreça assim como ocorreu em 1964. Entretanto, este momento é possível perceber o início de uma mudança na construção da imagem pública do presidente, que vai se intensificar com maior definição e clareza no ano seguinte.

Ainda no plebiscito não havia por parte da grande imprensa uma oposição que inviabilizaria a permanência do governo Goulart. Isso só ocorre em finais de 1963 e início de 1964. De acordo com Carlos Fico, desde 1961 houve uma “campanha de desestabilização” contra o governo e o presidente. No entanto, não há indícios de que todos os setores conservadores e a grande imprensa desejavam derrubar o presidente do poder, apenas enfraquecer sua imagem. Foi somente no final de 1963 que surgiu a “conspiração” que defendia a derrubada de Goulart, tendo, neste caso, maior envolvimento dos militares, que resultou no golpe (FICO, 2014, p. 31). Para o autor, enquanto a desestabilização foi organizada, a conspiração “foi difusa e resultou em ação militar que se desencadeou sem o conhecimento dos principais chefes militares” (FICO, 2014, p. 31).

O Congresso Nacional que instituiu o parlamentarismo, em 1961, limitando os poderes políticos de João Goulart, foi o mesmo que aprovou a antecipação do plebiscito em setembro de 1962 e que, em 24 de janeiro de 1963, revogou o sistema parlamentarista, aprovando o retorno do presidencialismo e entregando os poderes para Goulart. O plebiscito ocorreu no dia 6 de janeiro de 1963, com a objetivo de consultar a população sobre a escolha do regime político do país: a manutenção do parlamentarismo ou o retorno ao sistema presidencialista, sob os preceitos da Constituição de 1946. O resultado do plebiscito significou o retorno do regime presidencialista e a vitória de João Goulart, tendo os seus poderes como presidente da República reestabelecidos. Eles foram restringidos quando o parlamentarismo foi instituído através da Emenda Constitucional nº 4, no ano de 1961, pelos ministros militares do governo Jânio

Quadros. Para evitar maiores conflitos no país, Goulart aceitou, na época, assumir o cargo de chefe de Estado sob um sistema parlamentar de governo.

O Ato Adicional que havia instaurado o sistema parlamentarista, em seu artigo 25, dizia que o Congresso Nacional poderia aprovar a realização de um plebiscito para confirmar a manutenção do regime de gabinete ou o retorno ao regime presidencialista. No caso de convocação da consulta popular, ela deveria ocorrer nove meses antes do término do atual mandato presidencial. A estratégia de Jango era que o Congresso aprovasse o plebiscito e o antecipasse para dezembro. (FERREIRA, 2011, p. 306)

O regime parlamentarista foi instituído em 1961 pelos congressistas como solução política ao veto da posse de Goulart e a crise política-militar instituída no país. Desde praticamente sua posse, mas principalmente no ano de 1962, o presidente - com setores governistas, militares e sindicais - buscou antecipar o referendo popular, como parte da luta de restauração do regime presidencialista. A convocação e a realização de um plebiscito estavam previstas no texto do Ato Adicional nº 4, em artigo 25 (2 de setembro de 1961). Poderia, assim, ocorrer a consulta da população sobre a continuidade deste Ato ou o retorno do presidencialismo. Caso fosse convocado, previa-se sua realização para nove meses antes do fim do mandato de João Goulart, ou seja, apenas no primeiro semestre de 1965. Segundo Ferreira e Gomes, “o artigo 25 era, certamente, mais um dispositivo contra o governo Goulart”, onde apenas seu sucessor “poderia reaver os poderes presidencialistas” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 113).

Após muitas articulações e pressões de setores militares e sindicais, a decisão do Congresso Nacional ficou para janeiro de 1963. A votação foi aprovada através da Lei Complementar nº 2, de setembro de 1962.¹¹¹ A decisão ocorreu logo após a renúncia do primeiro-ministro Brochado da Rocha, que compunha o segundo gabinete do governo parlamentar de João Goulart. Antes de ser aprovada para janeiro de 1963, previa-se sua realização para o segundo semestre de 1962. De acordo com Otero, “interessava a Goulart que tal consulta ao eleitorado coincidisse com a eleição parcial de legisladores e governadores que se efetuariam em outubro de 1962” (OTERO, 2001, p. 128).

Assim como em 1961, os meses de agosto e setembro de 1962 foram bastante agitados. Em ambos os anos houve articulações iniciadas pelos setores militares, onde em 1961

¹¹¹ BRASIL. Lei Complementar nº 2, de 16 de setembro de 1962. Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CI, n. 175, p. 1, 17 set. 1962. Disponível em: <goo.gl/sftGNt> e <goo.gl/E5uG2N>. Acesso em: 4 jan. 2018.

“impuseram o parlamentarismo”, mas que em 1962 “seriam os primeiros a se manifestar abertamente contra o novo regime” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 114). Em agosto deste ano, Goulart recebeu uma carta redigida pelo comandante do III Exército, general Jair Dantas Ribeiro, destinada ao Congresso. Com apoio e assinatura dos generais Osmino Ferreira Alves, comandante do I Exército, e Peri Bevilacqua, comandante do II Exército, também foram enviadas cópias para o primeiro-ministro Brochado da Rocha e ministro da Guerra, general Nelson de Mello. Na carta constava a posição favorável dos militares para a realização do plebiscito, confrontando os congressistas para a antecipação da consulta popular. Segundo a carta: “Negar-lhe o direito de pronunciar-se sobre o sistema de governo que lhe foi imposto é abominar o regime ou querer destruí-lo” (RIBEIRO apud FERREIRA, GOMES, 2014, p. 115).

Ferreira afirma que “o texto era um ultimato ao Congresso Nacional e, embora não estivesse escrito, havia velada ameaça de seu fechamento. Os ministros da Marinha e da Aeronáutica (...) manifestaram opinião favorável pela antecipação da consulta popular” (FERREIRA, 2011, p. 307). De acordo com Otero, “o III Exército não poderia garantir a ordem, se o povo se levantasse contra o Congresso, por não ter sido devidamente antecipada a data do plebiscito” (OTERO, 2001, p. 129).

Alguns dias após o plebiscito, *Última Hora* afirma que os chefes militares foram “os primeiros a proclamar a necessidade de restaurar-se a legitimidade do poder pela anulação das restrições ilegalmente impostas à autoridade do Presidente da República”¹¹². Acompanhados por adjetivos de cunho bastante positivo (autênticos, patriotas, bravo, ilustre), alguns nomes considerados importantes da oficialidade brasileira são citados pelo impresso. O jornal retoma os acontecimentos em torno da antecipação do plebiscito, em agosto e setembro de 1962.

São herdeiros, todos eles, dos gloriosos exemplos deixados por Floriano, Tamandaré e Caxias. São depositários do legado dos heróis da FAB, que ofereceram a própria vida, durante a Guerra, na luta contra o fascismo. São homens, como dissemos, que abriram o caminho através do qual pôde, enfim, o povo, nas urnas do Plebiscito, emitir o seu julgamento final e inapelável. Agora, investidas de maior autoridade ainda e unidas pela confiança popular, saberão as nossas Forças Armadas manter-se na firme disposição de impedir que o voto do povo seja deformado e de assegurar que a expressão de plena soberania democrática dada nas urnas a 6 de janeiro seja levada às suas consequências finais. Desta decisão haveremos de partir, sem temores, para a grande revolução constitucional, para as grandes reformas estruturais que o País reclama, a fim de mais depressa atingirmos à plena realização do nosso destino. (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1963, capa).

¹¹² “Forças Armadas impedirão que o voto do povo seja deturpado” e “Forças Armadas, vanguarda da vitória democrática de 6 de janeiro” (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1963, 1ª e 2ª capa).

Assim como os comandantes militares, os setores sindicais também reivindicaram a antecipação da consulta, pressionando os congressistas pela realização da votação para o mesmo dia das eleições legislativas, em 7 de outubro de 1962 – que ocorreriam em pouco menos de um mês.¹¹³ Havia a possibilidade de realização de greve geral no país, organizado pelo Comando Geral dos Trabalhadores (CGT).¹¹⁴ De acordo com Kornis, “caso essa data não fosse aceita, os trabalhadores deflagrariam uma greve geral no dia 15 de setembro”, o que acabou acontecendo, pois o Congresso aprovou a realização do plebiscito para até abril de 1963.¹¹⁵

Contrariando a bancada udenista, a maioria dos parlamentares aprovou a antecipação para até 30 de abril de 1963. As pressões dos setores nacionalistas do Exército e das lideranças sindicais levaram Brochado da Rocha a pedir nova delegação de poderes ao Congresso e a propor a data do plebiscito para 7 de outubro de 1962. O movimento pelo retorno ao regime presidencialista tornou-se majoritário dentro do Exército. (FERREIRA, 2011, p. 307)

Enquanto os comandantes militares e o primeiro-ministro Brochado da Rocha – este encarregado de enviar nova mensagem à Câmara dos Deputados propondo a votação para outubro - concordavam em antecipar o plebiscito para o final de 1962, o Ministro da Guerra general Nelson de Mello, ainda que apoiasse a antecipação do plebiscito, “não aceitou pacificamente um ato que entendeu como ameaça à disciplina e à hierarquia militar” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 115) e “considerou menosprezo à sua autoridade o comportamento do general Jair Dantas Ribeiro e exige sua transferência” (OTERO, 2001, p. 129). O general acusou o governador Leonel Brizola de “estar por trás da atitude de indisciplina” do general Jair Dantas Ribeiro (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 116). A ideia do governador gaúcho, juntamente com os generais comandantes, seria fechar o Congresso e dar à Goulart “poderes excepcionais para decretar as reformas de base” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 117). O golpe não aconteceu porque o presidente João Goulart se opôs: “Naquele

¹¹³ KORNIS, Mônica de Almeida. **Parlamentarismo**: sim ou não? Disponível em: <goo.gl/TL8TCU>. Acesso: 19 dez. 2017

¹¹⁴ O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) surgiu em substituição ao Comando Geral de Greve (CGG), durante o IV Congresso Sindical Nacional dos Trabalhadores, realizado em São Paulo, entre 17 e 19 de agosto de 1962. O CGT congregou organizações como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Crédito (Contec), a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS) e o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Ver: KORNIS, Mônica; MONTEIRO, Débora. O movimento sindical urbano e o papel do CGT. Disponível em: <goo.gl/hsR3se>. Acesso em: 25 fev. 2018.

¹¹⁵ Comando Geral dos Trabalhadores (CTG). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/MiQujH>. Acesso em: 25 fev. 2018.

momento o presidente escolheu manter seu governo na legalidade, afastando se das articulações golpistas” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 117).

Mas, realmente, o General Jair Dantas Ribeiro tinha razão, quando previra a possibilidade de guerra civil no País. Segundo Hermes Lima, Ministro do Trabalho no Gabinete de Brochado da Rocha, se o Congresso não concordasse com o plebiscito, a situação tornar-se-ia crítica. O que aconteceria era imprevisível. Ele próprio, com as informações de que dispunha, telefonou ao deputado Ranieri Mazzilli, Presidente da Câmara Federal, e ao Senhor Auro Moura Andrade, Presidente do Senado, para adverti-lo sobre as consequências que adviriam, caso o Congresso negasse ou postergasse a solução do problema. Desde agosto, os principais chefes militares estavam indóceis, insatisfeitos com a instabilidade do regime. (BANDEIRA, 1977, p. 61)

Otero afirma que a proposta do general Mello não pôde ter andamento, “já que Brochado da Rocha, como havia sido combinado em Porto Alegre, apresenta sua renúncia ao cargo, provocando desta forma a queda total do gabinete e, em consequência, também a do ministro Nelson de Mello” (OTERO, 2001, p. 129). A renúncia de Brochado da Rocha e do segundo gabinete parlamentar aconteceu em 14 de setembro de 1962 e foi resultado das articulações militares ocorridas no contexto da luta pela antecipação da consulta. No dia seguinte, houve a greve geral convocada pelo CGT. Goulart, por sua vez, buscou negociação política com o Congresso, apostando em sua capacidade de negociador (FERREIRA, GOMES, 2014).

O presidente estabeleceu contatos com os líderes dos partidos políticos, em especial os do PSD. Ele procurou e conseguiu convencê-los de que não era a favor do golpe; (...). O golpe consistia na imediata convocação do plebiscito ou na simples revogação do Ato Adicional, com o restabelecimento do presidencialismo, para posterior referendo. Era preciso reverter tal corrente exaltada e, para tanto, o presidente precisava do PSD. (FERREIRA, GOMES, 2014, P. 118)

O jornal *Correio da Manhã* inicia o ano de 1963 sob retrospectiva do que aconteceu no ano anterior. Relembra os acontecimentos e avaliam a desunião nacional como uma “série de crises governamentais e institucionais, agravadas por ameaças sindicais e militares, sem suficientes motivos e sem desfecho certo”¹¹⁶. Aqui se referem ao episódio das articulações militares e sindicais pela antecipação do plebiscito, avaliando “os efeitos da desorganização administrativa”¹¹⁷.

Restou, então, ao Congresso “discutir e aprovar, entre 14 e 15 de setembro, a emenda do Senador Benedito Valadares a um projeto do Deputado Gustavo Capanema, fixando a data

¹¹⁶ Esperança, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 6.

do plebiscito para 6 de janeiro de 1963” (BANDEIRA, 1977, p. 63). Assim, permitiu a Goulart constituir um Conselho de Ministros provisório, sendo o que o autor considera como “restauração informal do presidencialismo” (BANDEIRA, 1977, p. 63). O terceiro e último gabinete parlamentar foi liderado pelo primeiro-ministro Hermes Lima, em que este dizia que o país estava em uma “atmosfera mais presidencialista que parlamentarista” (LIMA apud BANDEIRA, 1977, p. 64). O novo ministério tomou posse no dia 18 de setembro de 1962.

Assim, com o acordo político entre Goulart e o Congresso, no momento pressionado pela greve geral convocada pelo CGT, foi votada uma Lei Complementar pela qual o plebiscito se realizaria em 6 de janeiro de 1963. Foi, portanto, nessa situação de pressão militar e sindical, mas com o desmonte de um golpe político-militar, que se aprovou a lei que antecipou o plebiscito. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 120)

No período do terceiro gabinete, com Hermes Lima como primeiro-ministro chefiando um corpo ministerial provisório, “o parlamentarismo era um regime em descrédito”, em que grupos de esquerda, setores conservadores e o empresariado “uniram-se pela volta ao antigo regime” (FERREIRA, 2003, p. 359). A realização da consulta popular foi apoiada por amplos setores políticos da sociedade. Nesse período até a realização do plebiscito, Goulart adiou qualquer medida que pudesse comprometê-lo (FERREIRA, 2003).

4.1 O regime parlamentarista

Em sua maior parte, não houve quem defendesse o parlamentarismo. O retorno do presidencialismo daria garantia à realização das eleições presidenciais de 1965. Havia políticos com a intenção de serem candidatos para disputas eleitorais, como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda. No Brasil, o regime parlamentarista foi um sistema inédito de governo imposto na República que acabou por não dar certo, pois “todos os atos do presidente deviam ser referendados pelo primeiro-ministro, o que na prática podia produzir dificuldades e mesmo impasses para o funcionamento do governo” (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 52).

De qualquer forma, a falta de clareza da legislação era um limitador para as ações do presidente João Goulart. Isso explica sua resistência inicial em aceitar a proposta e, principalmente, seu claro posicionamento a favor do retorno ao presidencialismo, desde o momento de sua posse. Algo que não era simples e dependeria, em grande parte, do sucesso ou fracasso desse novo e complexo parlamentarismo brasileiro. (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 52-53)

Jornal do Brasil avaliou os 16 meses da experiência parlamentarista no país com saldo final negativo: paralisação de iniciativas, diminuição do ritmo de expansão do país e com clara

tendência para o imobilismo. Com o regime presidencialista, portanto, teria novas medidas para recuperar a situação do país¹¹⁸. Além disso, o parlamentarismo é avaliado como um “regime híbrido que esclareceu, pelo método confuso, o julgamento definitivo de grandes áreas do eleitorado”¹¹⁹. O descrédito a esse sistema de governo é uma unanimidade entre os jornais.

Última Hora, por sua vez, avalia o período de um ano e quatro meses do regime parlamentarista no país como a “história de mesquinhas conspirações contra o povo”¹²⁰. Em *Correio da Manhã*, podemos observar a derrocada do sistema parlamentarista através da charge publicada em capa. A crítica ilustrada retrata o período conturbado em que o presidente se encontra. Em mar agitado, o presidente João Goulart está em pé em uma vela náutica, no topo de uma onda, enquanto alguém se afoga segurando um pano com os dizeres “Parlamentarismo”. João Goulart, com expressões de preocupação e aflição, segura um remo em que o sujeito no mar tenta se segurar, mas não consegue.

A charge do desenhista Augusto Bandeira¹²¹ (figura 11) nos indica que o regime parlamentarista não conseguiu se salvar ou ser salvo pelo presidente. O desenho pode estar aberto também à interpretação de que, mesmo não estando mais sob governo parlamentarista, o presidente continuará a ter de enfrentar um mar agitado. Entretanto, há uma vela em cena, metáfora de que tem capacidade para navegar, ainda que seja uma situação de instabilidade. Este desenho tem sua maior correlação com a manchete “*Novas greves anunciadas para as próximas horas: governo omissivo*”¹²².

¹¹⁸ Recuperação externa, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, p. 6.

¹¹⁹ A hora final, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6.

¹²⁰ MALTA, Octávio. Iremos decidir sobre o destino do Brasil. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 5.

¹²¹ Carlos Augusto Moniz Bandeira (1937-2000) natural de Salvador, Bahia. Se destacou na produção caricatural de sua época, publicando nos principais jornais brasileiros. Era irmão do historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira (1935-2017).

¹²² **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 jan. 1963, capa.



Figura 11: AUGUSTO BANDEIRA. O presidente e parlamentarismo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1963, capa.

4.2 Campanha do “não”

Após a antecipação da votação, João Goulart e o seu governo fizeram uma intensa campanha para o “não” no final de 1962. O “não”, no caso, estaria direcionado à negação ao Ato Adicional. A campanha seria contra o regime parlamentarista, garantindo o retorno dos poderes para o presidente. Foi investido, assim, em propaganda publicitária, que constituiu desde material de divulgação impressa como conteúdo sonoro. Alguns artistas foram intérpretes de músicas do plebiscito, como a atriz Bibi Ferreira, divulgada em rádio (HERMETO, 2010).¹²³ A arrecadação financeira da campanha ficou responsável por Hugo de Faria, ex-ministro do Trabalho no governo Vargas e próximo à Goulart (FERREIRA, GOMES, 2014). Este voltou da França em novembro de 1962, com “modelos de cartazes que sugeriam ao povo votar não: “*Não* contra a carestia. *Não* contra a inflação. *Não* à reação. *Não* no plebiscito e *sim* para as reformas de base” (MELO, 2009, 155).

Na campanha do NÃO Goulart contou (...) com a coordenação financeira do banqueiro José Luiz Magalhães Pinto, sobrinho do governador mineiro e presidente do Banco Nacional de Minas Gerais, que contratou os serviços das seguintes agências de publicidade: Dennison (para a TV), Standard Propaganda (para a imprensa), Interamericana e MPM (para o rádio, jingles e músicas), e Publicibrás (para a coordenação política). (MELO, 2009, p. 156)

¹²³ Um dos jingles está disponível em: <goo.gl/s4JQGt>. Acesso em: 26 fev. 2018. Outros jingles do plebiscito estão disponíveis para consulta no acervo digital da Biblioteca Nacional (<goo.gl/UHtKNC>).

Correio da Manhã apresenta críticas à campanha de Goulart ao retorno do presidencialismo e aos investimentos em torno da propaganda dedicada ao plebiscito. Fala-se em “orgia publicitária” e faz recorrentes críticas a enxurrada de “nãos” nas mídias, em que “todos os problemas foram rebaixados a objetos de politicagem, em primeira linha o do plebiscito tratado entre os extremos do suborno publicitário e da subversiva campanha abstencionista que deixaria o país sem regime”¹²⁴. Ainda assim, acredita no potencial que o plebiscito pode significar.

Mas haverá o plebiscito. Independente do seu resultado, esse fato é sinal de convalescência política. O país será institucionalizado. É a vitória da realidade sobre a demagogia e o bacharelismo. É um primeiro motivo que inspira esperança. (Esperança, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6)

O jornal sugere a existência de corrupção do governo através da “campanha plebiscitária” como um “festival despudorado à custa de verbas subtraídas (...) do bolso do povo”¹²⁵. Além disso, sugere que o presidencialismo “torne um sistema de governo responsável, que não retorne à irresponsabilidade da Carta de 1946”¹²⁶. Sobre a campanha que julga corruptiva, critica a forma como o governo vem declarando insistentemente seu apoio ao retorno do regime presidencialista, através do “não”.

É preciso o governo fugir da psicose do não. Fazer algo mais do que repetir a negação. O povo e o país estão exigindo medidas hoje para amanhã não terem problemas e desculpas esfarrapadas. Será que ainda terão de esperar muito para que o governo mude seu repertório? (Comédia do NÃO, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, p. 6)

A partir da fala, opiniões e considerações de terceiros - políticos, em sua grande maioria -, *Correio* tende a se posicionar, quando publica com frequência opiniões contrárias aos atos do governo. Isso acontece, por exemplo, quando o jornal se posiciona através das considerações do deputado Herbert Levy (UDN), deslegitimando a campanha do “não” do governo por meio da opinião do político.

Frisou o presidente udenista que encontrou boa receptividade para tese de sustentação do sim, que defendeu com maior convicção, pois a verdade é que as populações do interior não manifestaram o menor entusiasmo pelo plebiscito, apesar da propaganda cara e dos recursos que o governo vem manipulando para derrotar o Ato Adicional. (*Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6).

¹²⁴ Esperança, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6.

¹²⁵ Definição e expectativa, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, p. 6.

¹²⁶ Sem sim, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, p. 6.

Na edição do dia 6 de janeiro, *Correio* publica a charge que trata da defesa do “não” (figura 12). Neste caso, João Goulart está presente em uma cerimônia de casamento, onde impulsiona o “não” com o gesto da mão e expressão de seriedade, em resposta à pergunta do padre: “Sim ou não?”. Enquanto o noivo possui expressão gestual e facial de dúvida, a noiva tem expressão sorridente. O casamento é uma cerimônia de compromisso. Nesse sentido, entendemos que o “não” rompe o compromisso que até então o governo e o país possuía com o regime parlamentarista.



Figura 12: AUGUSTO BANDEIRA. Sim ou não?
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963, capa.

Jornal do Brasil, por sua vez, faz constantes críticas àqueles políticos que apoiaram e propagandearam o abstencionismo no dia da votação, considerando estes como os grandes derrotados. Com frequência os jornalistas de *JB*, em seus editoriais, aconselham o comparecimento dos leitores às urnas. Tristão de Athayde explica para o leitor que votar “sim” é escolher o parlamentarismo e “não” é escolher o presidencialismo, esclarecendo a “confusão geral” que se formou¹²⁷. O colunista deixa claro sua posição ao votar “não”, pois, segundo ele, a experiência parlamentarista não deu certo. Deseja-se, assim, reagir contra o “ambiente apático, parado, cético” em que encontrou o país votando “não”. Vale a pena destacar sua defesa pelo presidencialismo, desde que se preserve as liberdades constitucionais e a ação fiscalizadora da imprensa.

¹²⁷ O referendo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, p. 6.

Acredito, por isso, que devemos voltar ao regime presidencialista, desde que sejam rigorosamente resguardadas as liberdades constitucionais, a pluralidade partidária, a ação fiscalizadora do Legislativo, da oposição e da imprensa, o poder revisor do Judiciário, para que o Executivo não tenha pretextos para não pôr um paradeiro à chaga número um que está desmoralizando o Brasil perante o mundo e perante si mesmo: a espiral inflacionária. (ATHAYDE, Tristão de. O referendo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, p. 6)

Conforme o editorialista, “não é o êxito que caracteriza os regimes democráticos, mas a participação na vida cívica”. Por isso o impacto da frase final em que “referendar significa responsabilizar-se”, ainda que o autor afirma prenciar uma grande abstenção¹²⁸. Além disso, o jornalista Carlos Alberto Dunshee de Abranches considera a não ida de eleitores à votação como “infração penal” e “ato impatriótico”¹²⁹. Para ele, a abstenção significa menos autenticidade da “expressão da vontade soberana do povo”. Nesse sentido, tanto o plebiscito como o comparecimento são visto como “o único caminho democrático a trilhar para salvar o Brasil, qualquer que seja a convicção pessoal e as ideias políticas de cada cidadão”¹³⁰.

O editorialista acredita que “motivos doutrinários não levarão ninguém às urnas para votar a favor do Ato Adicional nº 4”¹³¹. Também apoia o presidencialismo quando afirma assertivamente o encerramento do regime parlamentarista: “O parêntese parlamentarista, aberto em setembro de 1961, será fechado amanhã nas urnas”¹³².

Os adversários políticos do Sr. João Goulart, que teimam em lhe recusar o Governo, com todas as responsabilidades e possibilidades que lhe foram negadas, serão os únicos a votar pela manutenção do regime, mas destituídos de qualquer convicção doutrinária. Porque, de resto, muitos deles alimentam sonhos presidencialistas. E aí começa a grande contradição das forças que não conseguiram coesão política que se traduzisse em ação de rua. (A hora final, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6)

Os sonhos presidencialistas dos políticos pelos quais o editorialista afirma, são os interesses que esses têm para concorrerem nas eleições previstas de 1965. *Jornal do Brasil* afirma que “o plebiscito (...) ficou restrito à propaganda em torno do comparecimento”, fazendo com que os “interessados em perturbar a consolidação do governo” apelassem para a “guerra de nervos no sentido de incentivar a abstenção”¹³³. As recorrentes críticas do veículo ao abstencionismo fazem com que afirme de modo enfático que a população irá comparecer às

¹²⁸ Ibid., p. 6.

¹²⁹ Abstenção criminosa, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6.

¹³⁰ Ibid., p. 6.

¹³¹ A hora final, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6.

¹³² Ibid., p. 6.

¹³³ A hora final, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6.

urnas, em que “todos sabem que a hora de julgar a impotência do sistema parlamentarista é amanhã”¹³⁴. Segundo *Jornal do Brasil*, a abstenção foi de 20 a 30%, considerada normal¹³⁵.

Apesar das campanhas de pessimismo e de negação, apesar das polêmicas e das previsões apocalípticas, apesar da propaganda simplista e esquemática, o povo brasileiro provou, no plebiscito, que se enganam todos aqueles que o julgam uma simples massa de manobra que, periodicamente, é tangida para currais eleitorais (...). E a prova de tudo isso está no fato de que a abstenção foi muito menor do que tanta gente temia e do que alguns políticos desejavam. (...). Os grandes derrotados, no plebiscito, foram os políticos mais radicais e extremados que pregavam a abstenção. (Mais uma prova, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6)

Políticos que apoiaram a abstenção do voto, segundo o veículo, foram Carlos Lacerda, governador da Guanabara, e Francisco Julião, líder das Ligas Camponesas¹³⁶. Estes que deixaram de votar foram retratados como “minoría radical”¹³⁷. Os que votaram no sim “pronunciaram-se contra o atual governo e não a favor do sistema parlamentar de governo ou do ato adicional”. Já entre os que votaram não, “houve um respeitável contingente eleitoral que, embora discorde do atual governo, preferiu que as coisas fossem postas (...) no plano familiar do presidencialismo, inclusive porque acredita que ele abre melhores perspectivas para a oposição”¹³⁸.

O colunista Octávio Malta, em *Última Hora*, defende o comparecimento às urnas e a não indiferença ao plebiscito, para adquirir o direito de em 1965 votar para presidente da República.

Não, meu leitor. Não é pelos lindos olhos de Jango que devemos amanhã votar NÃO. É que esse NÃO categórico liquidará com o engodo parlamentarista que levou à Nação, de setembro de 61 para cá, a maior confusão, a uma incrível distorção da realidade, graças à qual as quadrilhas exerceram, ao máximo, uma ação espoliativa contra o bolso das massas assalariadas e a economia nacional. (MALTA, Octávio. A significação do “não”. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 5)

¹³⁴ Ibid., p. 6.

¹³⁵ Mais uma prova, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6.

¹³⁶ As Ligas Camponesas foram associações de trabalhadores rurais, inicialmente denominadas Sociedade Agrícola e Pecuária de Plantadores de Pernambuco (SAPPP). As ligas surgiram na década de 1950, em Pernambuco, e, a partir de 1959, expandiram suas atividades em outros estados do país. Teve como principal porta-voz Francisco Julião (1915-1999). Formado em Direito, foi membro do Partido Republicano (PR) e do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Julião, com as ligas, reivindicava uma reforma agrária radical. (Verbetes: Ligas Camponesas e Francisco Julião. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/QWr5M1> e <goo.gl/fnvXgt>. Acesso em: 10 jul. 2018.)

¹³⁷ Mais uma prova, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6.

¹³⁸ Ibid., p. 6.

O periódico *Jornal do Brasil* demonstrou que o apoio e a mobilização popular em torno da votação que concedia maiores poderes ao presidente seriam fatores de consciência política do eleitorado. O voto e o plebiscito foram considerados, respectivamente, como arma e conquista democrática, ressaltando que “o comparecimento é um dever de todos”¹³⁹. Essa afirmação indica que o jornal se posiciona a favor do sistema representativo no país como forma de participação política, em respeito às instituições vigentes, mostrando-se assim favorável ao que o plebiscito significou para a população através do “poder” do voto. A participação popular, portanto, é evidenciada como parte das regras institucionais, ou seja, apenas o voto.

O plebiscito de hoje é também uma conquista democrática, que sacudiu o País com um debate radical e uma sucessão de crises. As raízes da consulta popular mergulham nas dificuldades que se acumulam, desafiando soluções. Renunciar a esse direito (...) é inutilizar a melhor arma que a democracia nos assegura: o voto. (Às urnas, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 e 7 jan. 1963, capa)

Para Norberto Bobbio, só é possível ocorrer o exercício da soberania popular através da “atribuição ao maior número de cidadãos do direito de participar direta e indiretamente na tomada das decisões coletivas”, considerando a extensão dos direitos políticos dos cidadãos na democracia representativa (BOBBIO, 1993, p. 43). Há várias dimensões da cidadania, sendo composta pelos direitos civis, políticos e sociais. Enquanto os direitos civis são os “direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade, à igualdade perante a lei”, os direitos políticos “se referem à participação do cidadão no governo da sociedade”, que “consiste na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar, de ser votado”, ou seja, é o direito do voto (CARVALHO, 2004, p. 9). Os direitos sociais, por sua vez, garantem a participação na riqueza coletiva, incluindo o “direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria” (CARVALHO, 2004, p. 10).

Considerado como o “único jornal da grande imprensa incondicionalmente leal ao governo” (MOTTA, 2006, p. 71) e que esteve ao lado de João Goulart, visto sua postura junto à política trabalhista, *Última Hora* dedicou amplo espaço para publicações em torno da votação. No mês de janeiro, somente em capa, há cerca de 32 manchetes que tem como ponto central o plebiscito. A leitura do jornal sobre a realização da consulta popular foi positiva. O jornal atribui grandeza ao evento quando se posiciona favoravelmente ao sistema presidencialista. Enfatiza a

¹³⁹ Às urnas, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 e 7 jan. 1963, capa.

palavra “não”, para que esta ganhe destaque (figura 13).¹⁴⁰ Também realça a mobilização do país às urnas.¹⁴¹



Figura 13: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, capa.

As manchetes que tratam do plebiscito, governo ou presidente, normalmente estão posicionadas na parte superior ou central da capa. Possuem uma tipografia marcante com tamanho acentuado. Dos dias 2 a 15 de janeiro e 23 a 31 de janeiro, predominantemente, na maioria das edições, tiveram as suas capas com a parte superior direcionadas para assuntos sobre a votação do regime com o presidente João Goulart sendo mencionado.

Segundo notícias divulgadas pelo *Última Hora*, houve um comício referente ao plebiscito no início de janeiro e nas vésperas da votação. Destacam, assim, a participação popular direta. Os outros jornais não chegam a mencionar este acontecimento. Em *Última Hora*, o comício do plebiscito foi visto como uma “grandiosa passeata”, com amplo apoio de setores trabalhistas, estudantis e líderes políticos para promover o plebiscito e a importância da votação para o país. Além de comunicar sobre este comício que precede a votação, o jornal ainda publica a opinião de alguns políticos, como Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul, e Lourival Fontes, do PTB de Sergipe, no reforço à campanha contra o parlamentarismo.

O presidente João Goulart encerrará amanhã, nos jardins do Palácio das Laranjeiras, a campanha nacional para realização do plebiscito, quando apelará para o comparecimento maciço às urnas, no próximo domingo, escusando-se, porém, de pedir ao povo que vote SIM ou NÃO. O pronunciamento do Sr. João Goulart será o ponto final de grandiosa passeata, organizada por líderes estudantis e operários, e que

¹⁴⁰ Amanhã é dia do NÃO!, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, capa.

¹⁴¹ Campanha ganhou as ruas para o domingo do ‘Não’, “Corrida às urnas do plebiscito mobiliza o país de norte a sul”, “Campanha do “não” já tomou conta das ruas” (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, capa).

se iniciará na Esplanada do Castelo com um comício, de que participação destacados líderes nacionalistas (...). Após o comício, os manifestantes irão à Cinelândia, conduzindo cerca de três mil archotes, iluminados e um retrato do Sr. João Goulart. Na Cinelândia, prestarão homenagem ao ex-Presidente Getúlio Vargas, e dali seguirão até o Largo do Machado, onde integrantes do Centro Popular de Cultura da UNE encenarão o “Auto do Não”, concitando o povo a votar contra o parlamentarismo. Em seguida, pela Rua Gago Coutinho, dirigir-se-ão ao Palácio das Laranjeiras, quando novos pronunciamentos se farão ouvir culminando com a palavra do Presidente João Goulart. (Plebiscito: comício do ‘não’ e discurso de Jango, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, p. 4).

Nas vésperas da votação, *Última Hora* afirma que “o povo tem um encontro marcado com o seu próprio destino”, referindo-se à votação como o “exercício do direito de soberania, do qual é o povo o detentor exclusivo e absoluto”¹⁴². No que tange ao parlamentarismo, *UH* se posiciona favoravelmente à mudança de sistema político: “No momento, o presidencialismo significa a possibilidade de progresso. O parlamentarismo é a estagnação e o retrocesso certos”¹⁴³. Além de apoiar o retorno do presidencialismo, *Última Hora* menciona de forma favorável a execução do Plano Trienal, que aqui será posteriormente analisado.

4.3 O resultado do plebiscito

O plebiscito obteve uma expressiva votação da população. O eleitorado brasileiro da época era constituído em torno de 18 milhões de pessoas, sendo que 11 milhões e meio participaram do plebiscito e 9 milhões e quinhentos mil pessoas votaram no “não” (FERREIRA, 2003, p. 362). Para Goulart o resultado da votação foi como “sua verdadeira eleição para a Presidência da República, a mais expressiva de toda a história do País”, inclusive maior que Jânio Quadros, com recorde de 6 milhões de votos (BANDEIRA, 1977, p. 88). A partir da aprovação do retorno do sistema presidencialista, João Goulart esteve ocupado na articulação da sua composição ministerial.

Após o plebiscito, o veículo comunicacional *Correio da Manhã* deu pouca ênfase à mobilização do eleitorado às urnas e à vitória do presidencialismo e do presidente Goulart. *Correio* divulga em números precisos o andamento da apuração do plebiscito, inclusive o do ‘sim’¹⁴⁴. Mesmo reconhecendo a expressiva manifestação popular através dos números,

¹⁴² Pelo plebiscito, a revolução constitucional, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, capa.

¹⁴³ O voto é não, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, p. 2.

¹⁴⁴ No dia 8 de janeiro publica em capa: “No país: não – 2.903.013, sim – 689.031” e “Na GB: não – 493.944, sim – 169.642”. No dia seguinte somente o resultado carioca: “Resultado final da Guanabara: Não – 768.796, Sim – 227.078”. Apenas estas informações sobre o resultado foram divulgadas.

restringe a importância da participação popular e não a destaca em capa. Direciona o episódio a uma perspectiva de pouca importância para o cenário político do país, considerando muito mais a imobilidade em que se encontra o governo (“*Governo imobilizado pela política apesar do resultado do plebiscito*”¹⁴⁵). Demonstra, ainda, a apatia que surgiu no governo federal. Segundo a notícia, “os meios políticos e setores financeiros do país estão apreensivos com a apatia que se verifica no Executivo (...) apesar do resultado do plebiscito”¹⁴⁶.

Esperavam que, diante da expressiva manifestação popular, os responsáveis pelo governo passassem a tratar da solução dos problemas que nos afligem. Mas os dias se sucedem ao referendo e ainda não se tem o conhecimento da existência do Executivo. Sustentam que o povo aceitou a reivindicação do sr. João Goulart e do seu Gabinete; restava agora o início imediato de uma ação administrativa que correspondesse aquela confiança. O eleitorado, ao repudiar o Ato Adicional, reclamou o funcionamento do governo federal. (Governo imobilizado pela política apesar do resultado do plebiscito, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa)

Jornal do Brasil avalia o plebiscito como “uma prova a mais de que o povo brasileiro acredita na democracia e não quer abrir mão dela”¹⁴⁷. O plebiscito significou para os jornalistas do periódico como uma demonstração de amadurecimento democrático do povo¹⁴⁸. O resultado do plebiscito é publicado na primeira página das edições de *Jornal do Brasil* através das manchetes: “*Votação maciça é contra parlamentarismo com abstenção inferior a trinta por cento*”¹⁴⁹, “*Sete milhões de ‘não’ em todo o país*”¹⁵⁰ e “*‘Não’ vai a 10 milhões e Goulart sorri*”¹⁵¹. Estas são as informações em torno do resultado em números obtidos no plebiscito. *Jornal do Brasil* reconhece a vitória de Goulart, quando afirma que “os resultados do plebiscito do dia 6 de janeiro demonstram que o Presidente João Goulart teve uma expressiva vitória política”¹⁵². A isso não se referem apenas aos votos contra o Ato Adicional, mas também ao considerado baixo índice de abstenção, que “teve o significado de uma derrota para aqueles adversários do Presidente que sustentam posições de intransigência total e ressentida”¹⁵³.

A manchete do dia 8 de janeiro dá destaque à baixa abstenção do plebiscito. Isso seria como uma resposta àqueles políticos que o jornal vem criticando há alguns dias: seu descontentamento com quem se comprometeu publicamente a não comparecer às urnas e que

¹⁴⁵ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa.

¹⁴⁶ *Ibid.*, capa.

¹⁴⁷ Mais uma prova, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6.

¹⁴⁸ Nova consulta, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963, p. 6.

¹⁴⁹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa.

¹⁵⁰ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1963, capa.

¹⁵¹ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 e 14 jan. 1963, capa.

¹⁵² A hora da opção, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 6.

¹⁵³ *Ibid.*, p. 6.

estimulam outros a também não votarem. O não comparecimento na votação é vista como a negação à participação da principal forma de ter contato com o regime democrático e de fazer valer a participação da esfera civil na política. Nesse caso, os próprios representantes da população na esfera política se negam a comparecer ao plebiscito, enfurecendo a opinião do jornal.

Já *Última Hora*, após a votação, apresentou a consulta popular de modo bastante expressivo, em que as manchetes publicadas a exaltavam. Apenas na edição do dia 7 de janeiro há duas capas com pelo menos seis chamadas que destacam a manifestação popular nas urnas.¹⁵⁴ No dia seguinte, o jornal continua a publicar frases de cunho otimista.¹⁵⁵ Além disso, os resultados do plebiscito, a repercussão na imprensa internacional e a construção de uma imagem positiva de Goulart também foram aspectos frequentemente abordados em capa. Destaca-se a “vontade soberana” do povo nas urnas de modo pacífico:

O povo brasileiro ditou ontem, através das urnas, a sua vontade soberana. Pelo exercício do voto, mudou o regime. Isto que tantas vezes, em tantos outros países, particularmente da nossa América Latina, tem custado sangue e lágrimas, aqui se fez pacificamente, democraticamente, num ambiente de festa cívica. Podemos, com justa razão, orgulhar-nos dessa jornada que acabamos de vencer. Nosso povo, mais uma vez, revelou seu alto índice de maturidade política. (...) Entramos, assim, sob os melhores auspícios, numa nova fase da vida nacional. O povo atendeu ao apelo que lhe foi dirigido e deu a sua palavra – um categórico “NÃO” ao regime nascido da usurpação e do golpe. (Vitória da democracia sem sangue nem lágrimas, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1963, capa)

As manchetes “*Primeiros resultados: ‘não’ vence no Brasil*” e “*Panorama eleitoral*”¹⁵⁶ apresentam o andamento do resultado em alguns estados do país. O jornal dispõe em capa o resultado em números precisos obtidos na votação favorável ao não.¹⁵⁷ No dia 8 de janeiro, a notícia “*Marcha vitoriosa do ‘não’ em todo o país*”¹⁵⁸ apresenta o resultado de 22 estados do país, com o número de votações de cada um para o “não” e o “sim”. Além disso, o jornal afirma que os resultados “representam uma insofismável e esmagadora vitória do presidencialismo”¹⁵⁹.

¹⁵⁴ “Domingo de festa democrática no país”, “Povo votou não nas urnas do plebiscito!”, “Espetáculo de civismo no domingo do NÃO”, “Cariocas derrotaram sabotagem de Lacerda nas urnas: comparecimento recorde de mais de 80% no plebiscito”, “Disparou o “não” contra a reação”, “Vitória da democracia sem sangue nem lágrimas” (**Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1963, 1ª e 2ª capas).

¹⁵⁵ “Soberania popular restaura nas urnas o poder legítimo”, “O povo disse ‘sim’ a Jango”, “Marcha vitoriosa do “não” em todo o país” (**Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa).

¹⁵⁶ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 jan. 1963, capa.

¹⁵⁷ “Até zero hora de hoje: parlamentarismo condenado por 3.247.555 (88%) no país e 592.022 (77%) na GB” (**Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, 1ª capa), “Brasil de norte a sul liquida parlamentarismo: 4.005.279 votos pelo NÃO contra 786.103 SIM!”, “GB: 1º voto foi ‘não’”, “85% do país disse ‘não’” (**Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, 2ª capa).

¹⁵⁸ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa.

¹⁵⁹ *Ibid.*, capa.

E complementa dizendo que “na verdade, o povo brasileiro disse ‘sim’ ao presidente João Goulart, privado de suas atribuições pelo Ato Adicional de setembro de 1961. A soberania popular restaurou o poder legítimo, representado pelo presidente da República”¹⁶⁰. O não foi para o sistema até então vigente do parlamentarismo e o sim para o presidente, reconhecendo e afirmando que o povo está ao seu lado e que o presidente representa o poder legítimo.

Nos dias seguintes, o impresso continua atualizando o leitor com novos números. A edição do dia 9 de janeiro é composta por duas capas.¹⁶¹ Nesta edição o jornal atualiza os dados obtidos na votação por 26 estados do país. Dois dias depois, anuncia novo número: “*Rompe a barreira dos 9 milhões de votos*”¹⁶². Todas essas informações indicam que o corpo jornalístico e editorial de *Última Hora* esteve preocupado em informar com precisão os resultados obtidos no plebiscito, incluindo os dados de cada estado do país.

Ainda que 9,5 milhões de pessoas votaram a favor do presidencialismo, era preciso a votação dos membros da Câmara dos Deputados e Senado Federal para revogar o Ato Adicional nº 4. No final do mês, “no dia 23 de janeiro de 1963, com a revogação da emenda parlamentarista, João Goulart reassumia os plenos poderes que a Carta de 1946 conferia ao presidente da República” (TOLEDO, 1984, p. 41).

4.4 Percepções da imprensa internacional sobre a política brasileira

Correio da Manhã em alguns momentos apresenta a opinião da imprensa internacional¹⁶³. No editorial intitulado “*O referendo brasileiro*”, fala-se sobre os jornais espanhóis *Arriba* e *ABC*. *Arriba* afirma que “o regresso ao sistema presidencialista está assegurado, mas hipotecado pela precariedade da vitória”¹⁶⁴. Em outro momento, fala-se sobre a repercussão da votação, sendo citados os periódicos *The Christian Science Monitor*, de Boston, e *Diário da Manhã*, de Lisboa¹⁶⁵. O editorial do periódico “semioficial” – segundo

¹⁶⁰ Ibid., capa.

¹⁶¹ “Últimos resultados de todo o país: ‘NÃO’ – 5.584.350; ‘SIM’ – 1.180.594”, “Final na GB: “‘NÃO’ esmagou ‘SIM’ por 768.143 x 227.143” (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963, 1ª capa); “Últimos resultados nacionais: 7.259.655 Não contra 1.416.782 Sim”, “90% do país liquidaram o Ato Adicional”, “JK: ‘Povo fez uma reparação histórica a João Goulart!’”, “Carnaval no Maracanãzinho festeja vitória do ‘não’”, “Abstenção na GB foi de 9%” (*Última Hora*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963, 2ª capa).

¹⁶² *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 jan. 1963, capa.

¹⁶³ Plebiscito realizado dia 6 último no Brasil visto pela imprensa espanhola, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963, capa.

¹⁶⁴ Ibid., capa.

¹⁶⁵ Imprensa mundial faz comentários sobre o plebiscito brasileiro, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa.

dizeres do jornal brasileiro - da capital portuguesa Lisboa, afirma que “se pratica um erro quando se atribui à votação uma vitória do presidente Goulart”¹⁶⁶. Relativiza-se, assim, a vitória do presidente nas urnas, tratando o assunto de forma a atenuar sua importância.

Sobre o veículo *The Christian Science Monitor*, *Correio* menciona trechos do editorial do periódico norte-americano, em que este afirma: “As decisões do presidente Goulart podem não ser muito agradáveis aos olhos dos homens de negócio, mas certamente serão menos daninhas do que se temia inicialmente”, quando se refere ao episódio da renúncia de Jânio Quadros. Além disso, o impresso estrangeiro ainda considera que a política internacional de João Goulart é “neutralista em alguns aspectos” e que está “voltada para Washington”. Sobre o presidente especificamente, considera-o como “homem de expressões esquerdistas”¹⁶⁷.

Além do plebiscito, foi visto a menção de considerações da imprensa internacional sobre outros assuntos. *Correio da Manhã* menciona o posicionamento de uma revista norte-americana sobre o governo nacional: “Revista ‘Barron’s’: não há confiança no governo brasileiro e no Cruzeiro”¹⁶⁸. Essas são referências que o jornal carioca faz dos periódicos internacionais. Jornalistas falando de outros jornais. Provavelmente citam veículos comunicacionais estrangeiros para legitimar suas próprias opiniões, entendendo que podem ser jornais com uma mesma linha opinativa.

O mesmo ocorre com *Última Hora*. Além da repercussão das urnas, o jornal apresenta a repercussão positiva do plebiscito na imprensa internacional, a partir de uma série de notícias.¹⁶⁹ As notícias sobre a imprensa estrangeira são as principais em capa, normalmente posicionadas ao topo ou no centro da página. Ao apresentar a repercussão positiva na imprensa internacional e posicioná-la em espaços estratégicos e de grande destaque, *UH* acaba por reforçar a relação Brasil com estes países. *Última Hora* apresenta a opinião do diário *Clarín* que, segundo o periódico brasileiro, “um dos mais importantes jornais de Buenos Aires”. Sobre as considerações argentinas em torno do plebiscito, o impresso brasileiro afirma que “esta opinião expressa o entusiasmo argentino ante a vitória da tese presidencialista, afirmando que

¹⁶⁶ Ibid., capa.

¹⁶⁷ Imprensa mundial faz comentários sobre o plebiscito brasileiro, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa.

¹⁶⁸ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, 1ª capa.

¹⁶⁹ “‘Lição para a América’ – Eis como a imprensa argentina exalta o plebiscito brasileiro” (**Última Hora**, 10 jan. 1963, 1ª capa), “Imprensa argentina exalta referendo popular: -Plebiscito foi a lição do Brasil para América” (**Última Hora**, 10 jan. 1963, 2ª capa), “‘*Christian Science Monitor*’: ‘Plebiscito acabou com a confusão existente no Brasil’” (**Última Hora**, 12 jan. 1963, p. 4), “‘*Washington Post*’: -Resultado do plebiscito foi ‘considerável vitória para Goulart’” e “Imprensa dos EUA: - Jango vitorioso” (**Última Hora**, 15 jan. 1963, capa).

‘as cifras do Plebiscito completam, no Brasil, um ciclo político que agora se encerra com a restauração dos direitos populares’¹⁷⁰. Na seção editorial, *UH* publica texto integral do jornal argentino sobre o plebiscito. O periódico *Clarín* cita “tais episódios, não por sua expressão curiosa, mas por seu profundo significado democrático”¹⁷¹.

Ainda apresenta as considerações, segundo *UH*, da “prestigiosa revista *Business Week*” dos EUA.¹⁷² A revista afirma que os “homens de negócio norte-americanos veem indícios promissores na situação brasileira, em consequência do recente plebiscito (...)”. Além disso, segundo a revista norte-americana, “o referendo deu a Goulart amplos poderes para governar o Brasil”, em que no ano de 1961 “os militares conservadores temiam a fama de liberal esquerdista de que gozava Goulart e o apoio que lhe davam os sindicatos (...). O sistema revelou-se inteiramente ineficaz”. E conclui que “Goulart deverá provar a Washington que não se deixa manobrar pelos grupos esquerdistas ou extremistas”¹⁷³. Podemos observar que *Última Hora* se apropria do discurso da revista norte-americana.

4.5 Política externa: Brasil e Estados Unidos

Além do plebiscito, em fins do mês de janeiro, *Última Hora* apresenta a repercussão da situação política e econômica brasileira em outros países. Neste momento, o jornal evidencia a autoridade, firmeza e confiança do país diante do cenário internacional, após a queda do dólar.

A instalação do novo governo presidencialista e a presença real do Presidente da República no comando da administração (...), [e] todo esse novo plano da vida democrática brasileira repercutiu de maneira satisfatória nos quatro cantos do mundo. (...). Os círculos financeiros reagiram satisfatoriamente ao fato, como índice positivo da realidade brasileira. De outra face, os meios político-administrativos mostravam-se sensíveis ao episódio, como demonstração de vitalidade das instalações e de como, confiantemente, é encarada a ação governamental no exterior. Ontem, no encontro informal, que manteve com a Imprensa, no Palácio do Planalto, o Presidente João Goulart acentuava que a cotação decrescente do dólar era uma demonstração de confiança no País e na ação governamental. (Confiança no Brasil: queda espetacular do dólar, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 4).

Ao se referir à queda do dólar, *Última Hora* considera que o novo momento da República instaurou um clima de tranquilidade no país e de amplas perspectivas para a vida

¹⁷⁰ Id., 10 jan. 1963, 1ª e 2ª capa.

¹⁷¹ ‘*Clarín*’: Plebiscito brasileiro foi lição para toda a América, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 jan. 1963, p. 4.

¹⁷² ‘*Business Week*’: Goulart deve ganhar a confiança dos homens de negócios, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 4.

¹⁷³ Ibid., p. 4.

nacional, baseado no “verdadeiro diálogo de Jango com o povo”¹⁷⁴. Nesta mesma edição, *UH* investe críticas ao embaixador norte-americano Lincoln Gordon. Em tom de insatisfação em editorial, a jornalista Adalgisa Nery alega que este tornou-se o primeiro-ministro, tomando o lugar do PSD no governo, já que o embaixador tomou “conta” do país. Lança seus descontentamentos pela forma em que Gordon caracterizou o embaixador brasileiro Roberto Campos como “mentiroso, cínico e destituído de personalidade”.

O embaixador norte-americano concede ou não empréstimo àqueles que gozam da sua maior simpatia, como se o Brasil não fosse Brasil e sim um loteamento sem unidade, sem governo central, em que qualquer endinheirado, à custa de gorjetas, transforma-se em proprietário legítimo da gleba, instala-se e passa a dirigir uma empresa imobiliária. (...). Quando é permitido pelo dono da casa que sob seu teto estranhos opinem sobre questões domésticas, o caminho está aberto a interferências mais profundas. Apesar de no Brasil haver sido devolvido pelo povo ao Presidente Jango o regime presidencialista, na prática, entretanto, continuamos no Parlamentarismo, no qual o Primeiro Ministro é o Lincoln Gordon. Isto para o PSD não deve ser muito agradável pois passou de cavalo a burro e inclusive o cavalo (salvo seja) é animal estrangeiro. Onde estão os políticos, os governantes, a imprensa brasileira que assistem a essa ocupação na dignidade nacional e uma palavra de justa reação não aparece em defesa ao brio da Nação?” (NERY, Adalgisa. Frustração do PSD, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 4)

O contexto que envolve a realização do plebiscito e a vitória de Goulart nas urnas está marcado pelas relações do governo brasileiro com o governo norte-americano. Enquanto o presidente buscava a antecipação de seus poderes presidenciais, o governo brasileiro reafirmou sua posição política de independência, através da PEI - Política Externa Independente -, com San Tiago Dantas a frente das relações exteriores. O Brasil reatou “relações diplomáticas com a URSS” com “uma firme defesa do princípio de não-intervenção em relação à Cuba na segunda Conferência de Punta del Este, em 1962” (VIZENTINI, 2003, p. 209).

Na percepção norte-americana, o Brasil afigurava-se como o novo “elo frágil”, como uma possível “nova Cuba”. Assim, as pressões se aprofundaram, especialmente após a crise dos mísseis em Cuba, em outubro de 1962. (...). Tudo se tornou ainda mais complicado após o retorno do presidencialismo, em janeiro de 1963, pois a Casa Branca viu neste fato o desaparecimento de uma garantia limitadora à ação de um governo que considerava “esquerdista”. (VIZENTINI, 2003, p. 209-210)

A rapidez com que [Goulart] reiniciou as gestões junto ao FMI, após o plebiscito, surpreendeu e animou bastante as autoridades de Washington. (BANDEIRA, 1977, p. 97)

Com frequência pode ser observado a relação que *Jornal do Brasil* estabelece entre o Brasil e os Estados Unidos. Se não em todos os dias do mês de janeiro, mas em sua maioria, o

¹⁷⁴ Confiança no Brasil: queda espetacular do dólar, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 4.

jornal publica em capa notícias sobre essa relação.¹⁷⁵ *Jornal do Brasil* se posiciona favoravelmente à política externa independente do Brasil com relação aos países de maior influência enquanto potências econômica-política mundiais. No ano de 1963, afirma que “a política externa brasileira (...) deve adaptar-se ao novo degelo nas relações entre os Estados Unidos e a União Soviética para que os interesses do nosso País sejam preservados”, mas que seria “um erro pensar-se que a política externa brasileira deve abrir mão da sua independência porque as duas superpotências resolveram entender-se”¹⁷⁶. Defende a ideia de que a política externa brasileira não deve perder as características de independência que contribuíram para maior consciência política ao povo e para o orgulho nacional.

A política externa será uma arma ainda mais preciosa para que o País persiga dois dos seus principais objetivos permanentes: a preservação da paz e a aceleração do processo de desenvolvimento econômico e de emancipação do Brasil. Dessa forma, intensificando a sua atuação no campo econômico, a política externa poderá adaptar-se, também, à nova realidade interna, simbolizada pela restauração do presidencialismo e pela decisão governamental de executar o Plano Trienal. (Flexibilidade e realismo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1963, p. 6)

JB dedica espaço considerável ao texto “*Campanha irracional*”, ocupando praticamente metade da página destinada ao editorial da edição do dia 6 de janeiro. Isso indica sua preocupação frente ao assunto. *Jornal do Brasil* comenta sobre a imagem distorcida do Brasil que se criou nos EUA, através de publicações da imprensa norte-americana.

Esperamos que os Estados Unidos terminem por compreender que o fato de não pensarmos como norte-americanos não significa que pensemos como russos ou (o que é, sem dúvida, mais assustador) como chineses (...). Compreendemos as apreensões norte-americanas. Temos exata noção dos problemas internos e externos daquele país. Compreendemos os pontos de vista norte-americanos, inda que os Estados Unidos não compreendam os nossos. Mas sabemos, também, que o Brasil tem um destino a cumprir e um exemplo a dar no mundo conturbado em que vivemos e nesta época cheia de perigos, de agonia e de incompreensão. (Campanha irracional, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963, p. 6)

¹⁷⁵ São os casos das notícias de *Jornal do Brasil*: Brasileiros esclarecem americanos (1 jan. 1963, capa), Emissário aos EUA só com novo Ministério (3 jan. 1963, capa), Casa Branca examina Plano Celso Furtado (4 jan. 1963, capa), EUA recebem com restrições Plano Trienal (5 jan. 1963, capa), Campos prega aproximação com os EUA (6 e 7 jan. 1963, capa), Kennedy vem logo ao Brasil (8 jan. 1963, capa), EUA acham Goulart fortalecido com plebiscito (9 jan. 1963, capa), Brasil fala com EUA por satélite (13 e 14 jan. 1963, capa), Goulart quer superar área de atritos com os EUA (17 jan. 1963, capa), Goulart pede ao FMI envio de missão ao Brasil (22 jan. 1963, capa), Kennedy vê Goulart com cauteloso otimismo (23 jan. 1963, capa), Goulart nega convite ao FMI (23 jan. 1963, capa), Embaixada: ajuda dos EUA é sob condição (24 jan. 1963, capa), Gordon diz que nota do Brasil está errada (25 jan. 1963, capa), Missão do FMI foi a San Tiago (29 jan. 1963, capa), Negociações em 3 etapas Brasil-EUA (30 jan. 1963, capa), Relações Brasil-EUA vão melhorar (31 jan. 1963, capa).

¹⁷⁶ Flexibilidade e realismo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 jan. 1963, p. 6.



Figura 14: AUGUSTO BANDEIRA. Goulart e a política internacional.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963, capa.

Podemos observar os riscos da política externa, em *Correio da Manhã*, através da charge do dia 23 de janeiro (figura 14). O presidente aparece de costas e perfil, pisando descalços em ovos espalhados pelo chão, carregando nos braços seus sapatos. Apesar de alguns ovos quebrados, o presidente está sendo cauteloso, procurando ser cuidadoso em seus passos e ao “pisar em ovos”. Vai em direção à política internacional, marcada por uma placa. Tudo isso indica, metaforicamente, os riscos referentes à política externa, ou mesmo as decisões que o governo tomou ou que deve tomar no que compete à política internacional e os riscos que ela promove.

4.6 Plano Trienal

A abordagem da política internacional também compete aos planejamentos do crescimento econômico do país e o controle da inflação. *Jornal do Brasil* dá um amplo destaque ao Plano Trienal, considerando-o como uma importância histórica para o país, equiparando à construção de Brasília, por exemplo.

Como fator capaz de manter aceso o orgulho nacional e de permitir que o povo tenha, à vista, objetivos claros e definidos, o Plano Trienal poderá ser tão importante, na História do Brasil contemporâneo, quanto o foram a construção de Brasília e a implantação de uma política externa afirmativa. (Unidade de comando, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, p. 6)

No final do regime parlamentarista, em dezembro de 1962, foi criado o Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico-Social (1963-1965), pelo ministro do Planejamento Celso Furtado. Tinha como principal objetivo combater a inflação e controlar a dívida pública, também como meta a transformação das bases da economia da sociedade brasileira, mantendo a elevada taxa de crescimento econômico do país (MOREIRA, 2014, p. 83). As reformas de base, juntamente com o Plano Trienal, ampliariam, então, os direitos políticos, econômicos e sociais da classe trabalhadora e da população em geral. Este plano econômico “procurava compatibilizar o combate ao surto inflacionário com uma política de desenvolvimento que permitisse ao país retomar as taxas de crescimento semelhantes às do final dos anos 50” (TOLEDO, 2004, p. 16).

Como reconheciam alguns setores de esquerda, o *Plano* constituía-se num avanço em relação às teses ortodoxas dominantes, pois afirmava ser possível combater o processo inflacionário sem sacrificar o desenvolvimento. Apesar de não atribuir aos salários efeitos inflacionários, na prática, o Plano pedia – como todos os planos de “salvação nacional” – que os trabalhadores (novamente) “apertassem os cintos”, em nome de benefícios que viriam obter a médio e a longo prazo. Os tradicionais apelos à “colaboração” e ao “patriotismo” da classe trabalhadora eram reiterados pelos formuladores do *Plano*. (TOLEDO, 2004, p. 16)

O governo Goulart enfrentou grave crise econômica. De acordo com Bandeira, no final de 1962, “a inflação atingira fase crítica, com o nível geral dos preços aumentando em mais de 8% e as emissões de papel-moeda atingindo a casa dos Cr\$ 90 bilhões” (BANDEIRA, 1977, p. 89). Os ápices da inflação do governo Goulart ocorreram em outubro de 1961, novembro de 1962, janeiro de 1963 e janeiro e março de 1964, diretamente relacionados com as ações do governo, como os reajustes salariais e pagamento do décimo terceiro salário (MOREIRA, 2014, p. 91).

Os jornalistas de *Jornal do Brasil* consideram que “a Nação precisa mobilizar-se para pôr em execução a política geral preconizada pelo Plano Trienal”¹⁷⁷. O Ministro da Fazenda, San Tiago Dantas, é visto como um “sinal seguro”, em que “tão bem soube representar as melhores tradições do Brasil e as suas mais recentes conquistas, quando ocupou a Pasta do Exterior, tem as condições requeridas para vencer, com método e equilíbrio, os obstáculos mais difíceis”¹⁷⁸.

¹⁷⁷ Unidade de comando, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, p. 6.

¹⁷⁸ *Ibid.*, p. 6.

Jornal do Brasil afirma que “duas coisas muito contribuíram para que o prestígio do Brasil no exterior subisse e para que o povo brasileiro recuperasse a confiança em si mesmo: os resultados do plebiscito e as linhas-mestras do Plano Trienal”¹⁷⁹. No entanto, ainda que sobre o plebiscito o jornal não dedique espaço para considerações estrangeiras, discorre sobre a repercussão mundial do plano econômico. Os jornalistas do periódico afirmam que o plano, se bem-sucedido, ao conter o processo inflacionário sem comprometer o ritmo do crescimento econômico do país, poderá abrir amplas perspectivas para as nações emergentes e, assim, elevar a estatura política do presidente¹⁸⁰. Para isso, *Jornal do Brasil* sugere que Goulart persiga o futuro e não se perca em meio às velhas fórmulas do poder pelo poder.

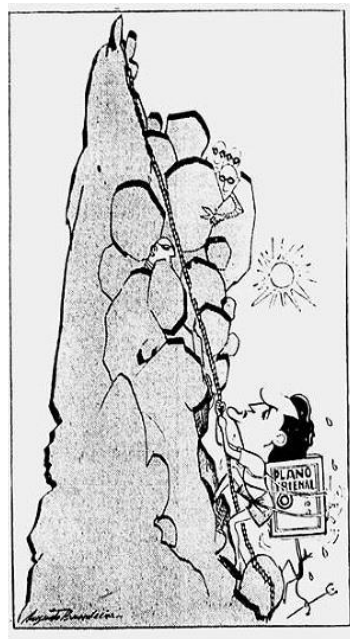


Figura 15: AUGUSTO BANDEIRA. Plano Trienal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa.

Combinada e acompanhada com a manchete “*Governo imobilizado pela política apesar do resultado do plebiscito*”¹⁸¹, a charge (figura 15), publicada em capa por *Correio da Manhã*, apresenta um sujeito carregando uma espécie de cofre, ou algo muito pesado, que representa o Plano Trienal. O sujeito que aparece possivelmente é Celso Furtado, economista e criador do plano. Ele está subindo e escalando, com uma corda, uma montanha de pedras, para chegar ao

¹⁷⁹ Ibid., p. 6.

¹⁸⁰ Futuro e passado, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1963, p. 6

¹⁸¹ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, capa.

topo. Entre as pedras, estão presentes alguns sujeitos anônimos. Um deles está com uma tesoura, prestes a romper a corda e sabotar a subida do Plano Trienal e de quem o carrega.

Em uma montanha íngreme, Celso Furtado tem dificuldade de subir, visto o peso do plano e do esforço que faz. Isso representa a ideia de que o Plano Trienal é uma grande responsabilidade do governo para o país naquele momento. *Correio da Manhã*, sobre a incerteza da plena execução coerente do Plano Trienal, afirma que “o governo é pequeno”¹⁸². Para este jornal, o plano econômico foi lançado somente com a finalidade da campanha plebiscitária governamental para ser posteriormente descartada pelo presidente da República.

(...) foi com o Plano Trienal na mão que o presidente João Goulart pediu votos para o Plebiscito. Foi seu programa de governo. O abandono, desse programa, apenas 17 dias depois da votação, pode ser sinal de falta de convicções ou de leviandade ou mesmo de traição à vontade popular. Pois não esquecemos que o presidente da República apresentou o Plano Trienal como imposição do momento e das necessidades nacionais. (Adeus aos planos, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963, p. 6)

Sobre a formação do novo ministério, *Jornal do Brasil* exige unidade na composição do novo governo. Considera que "o Ministério inteiro tem de agir de modo coordenado. O País não pode mais permitir-se ao luxo de ter um Ministério sem unidade nem coerência"¹⁸³. Sugere ao governo que "precisa não esquecer que se comprometeu a realizar uma tarefa de precisão, em circunstâncias difíceis e com riscos que nem sempre podem ser calculados. Para fazê-lo vai ter que demonstrar que possui unidade e flexibilidade"¹⁸⁴.

4.7 A imagem de João Goulart

Constantemente o jornal *Correio da Manhã* apresenta opiniões desfavoráveis sobre o presidente João Goulart. No editorial do dia da votação, consta a nota “*Jango quer desmoralizar Congresso*”¹⁸⁵. O texto fala sobre à “grave denúncia à Nação” que Herbert Levy – presidente do diretório nacional da UDN - tem a fazer: “consiste na elaboração, pelo sr. João Goulart, de um esquema de desmoralização do Congresso para força-lo a capitular ante sua sede de poderes, que não tem limite”. Isso indica a própria incorporação, ainda que não tenha sido claramente defendida pelo jornal, da fala do político.

¹⁸² Esperança, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6.

¹⁸³ Unidade de comando, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, p. 6.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 6.

¹⁸⁵ *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963, p. 6.

Ao pronunciar sobre a formação de gabinete e do corpo ministerial governamental, o editorialista de *Correio* questiona-se: “por que o presidente João Goulart pensa em convidar para o Ministério o sr. Carvalho Pinto?”. Em seguida, o próprio editorialista responde: “porque o paulista possui todas aquelas qualidades de seriedade, calma, bom senso e realismo que faltam ao sr. João Goulart”¹⁸⁶. Ao falar de Carvalho Pinto, o representante do veículo acaba por delinear suas percepções acerca do presidente da República.¹⁸⁷

Ao representar a imagem do presidente como o “novo João Goulart”, *Correio da Manhã* mescla a sensação de otimismo, expectativa e esperança muito característico do ano novo no mês de janeiro – dando créditos a esta nova fase do presidente. Entretanto, além de relacionar Goulart a imagem de seus companheiros políticos, como “ineptos e desonestos”, desqualifica o presidente e o que poderia ser considerado como o “antigo” João Goulart pelas “confusões” que gerou no passado, elaborando uma visão um tanto quanto desfavorável de sua trajetória e carreira política.

Mas o que importa não é o novo ministério e sim o novo João Goulart. O João Goulart investido, enfim, - e segundo as probabilidades – dos poderes presidencialistas. (...) O novo JG dará também a sua medida na escolha dos novos dirigentes das grandes empresas estatais (...). (...) Não será recrutando os costumeiros pelegos, os ineptos e os desonestos que até hoje o acompanham, que o presidente da República logrará impor-se à Nação como um homem público desvinculado daquele outro que tantas confusões gerou. (Expectativas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 6)

Alguns dias após a realização do plebiscito, o editorial do *Correio da Manhã* apresenta uma sutil insatisfação ao resultado da consulta popular e da vitória do “não” ao parlamentarismo quando faz as seguintes considerações em torno de Jango: “o sr. João Goulart parece estar disposto a desprezar os caminhos democráticos (...). O sr. João Goulart parece um alucinado pelas inesperadas dimensões da vitória do não”¹⁸⁸. Ainda que apresente posicionamento negativos sobre Goulart, *Correio da Manhã*, reconhece que o resultado do plebiscito o fortaleceu:

¹⁸⁶ Pastas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 9 jan. 1963, p. 6.

¹⁸⁷ Carlos Carvalho Pinto (1910-1987) formou-se em 1931 na Faculdade de Direito de São Paulo. Entre 1938 e 1945 foi assessor jurídico da prefeitura de São Paulo, em 1953 foi secretário de finanças da prefeitura paulistana e em 1958 foi eleito governador de seu estado. Fez parte das articulações com chefes militares em torno da solução para a crise de 1961, resultando na fórmula do regime parlamentarista. Em 1963, assumiu o Ministério da Fazenda do governo Goulart, sendo um dos nomes que compunha os setores conservadores e empresariais do governo. Acabou por apoiar o golpe civil-militar de 1964. (CARVALHO PINTO. In: **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/Y4t4N4>. Acesso em: 03 jun. 2018.)

¹⁸⁸ Golpe, não, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1963, p. 6.

O presidente da República pode apresentar esse seu Ministério sem correr o risco de deflagrar nova crise. Pois o resultado do Plebiscito fortaleceu-o de tal maneira que o Congresso (...) concentrará seus esforços para (...) elaboração do regime que o povo escolheu (...). ('Jeitinho' e dignidade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 6)

Mas como pode ser observado em dias posteriores, há um posicionamento claro do que o jornal considera sobre o presidente. Ao focar o texto sob as considerações do político João Mangabeira, Ministro da Justiça, em que o mesmo afirma “que um cadáver não pode governar um país como o nosso”, o jornal esclarece que “cadáver, no caso, é o regime parlamentarista”¹⁸⁹. Sobre o presidente, portanto, há a opinião de que este já é uma múmia.

O ministro da Justiça podia acrescentar que também as múmias não podem governar um país como o Brasil. (...) Múmia já é – apesar de sua pouca idade física – o próprio presidente da República, cujos métodos e costumes políticos são idênticos a de antigos caudilhos de nossa vida pública. (Cadáveres e múmias, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6).

A construção da ideia de múmia, pelo jornal, gira em torno de um governante que recorre aos costumes políticos antigos. A definição do parlamentarismo como um cadáver, feita pelo ministro da Justiça, impulsionou o jornal a realizar considerações sobre João Goulart como múmia quando essa ideia remete à preservação do antigo, mas já morto. Neste caso, a partir dos dizeres de que os costumes políticos de Goulart são “idênticos a de antigos caudilhos de nossa vida pública”, fica claro sua referência à Getúlio Vargas. A imagem de João Goulart forma-se também por sua principal ligação na política: herdeiro e afilhado político do ex-presidente e de seu legado calcado no trabalhismo.

Além disso, no que compete à formação do Ministério, considera-se o “jogo dúbio” do presidente. É neste momento que começa uma transição em relação ao período anterior, as críticas se tornam mais violentas.

Seja como for, a manobra do sr. João Goulart não pode durar muito tempo. Logo mais, quando o líder Almino Afonso iniciar o diálogo com os líderes partidários, tudo começará a ficar mais claro e o jogo dúbio de que se vem utilizando o presidente, acabará caindo no domínio público. (Dispositivo de segurança, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6)

Sobre a dubiedade do presidente, bastante difundida como uma das marcas da sua imagem, Motta afirma que, durante os anos em que João Goulart atuou como presidente e especificamente nos momentos de maior instabilidade, “disseminou-se bastante a crença de que

¹⁸⁹ Cadáveres e múmias, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6.

ele era um político de atitudes ambíguas e convicções ideológicas vagas” (MOTTA, 2006, p. 70). Seus adversários e críticos o viam como “um fraco, suscetível a moldar suas crenças e aspirações em decorrência de pressão de terceiros, e um líder de caráter e ideias frouxas” (MOTTA, 2006, p. 70).

Correio da Manhã ainda faz referência sobre a vida particular do presidente. Na seção editorial, o texto “*Festa*”¹⁹⁰, incluído na seção Tópicos & Notícias, fala-se sobre a ida do presidente à boate, onde “sentiu-se eufórico”, fazendo uma leve crítica:

Não nos cabe criticar a vida particular do presidente. Mas, a sua presença extensiva num centro de diversões noturnas, em hora de extrema gravidade e de sérias decisões só poderia ser explicável como a procura de descanso depois de um extenuante trabalho de governo (Festa, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6).

O jornal se refere ao governo federal como “desgoverno”, em que o “custo de vida chega a limites dramáticos”. E finaliza que ‘na orgia inflacionária, as boates estão cheias, mas a grande maioria já não pode, quase, continuar vivendo com decência mesmo, sem sair de casa. Ainda não chegou a hora da festa’¹⁹¹, evidenciando o período de crise econômica no país.

Além das críticas em textos editoriais, utiliza-se as charges como uma maneira de emitir a opinião do jornal sobre o presidente e a situação do país. Os traços caricaturais das charges são um dos meios que ajudam a construir a realidade, influenciando na percepção dos acontecimentos de forma cômica e humorada. As charges são expressões visuais que carregam mensagens de crítica capazes de sintetizar determinados acontecimentos do mundo político por meio do humor e do traço caricato. Localizadas na imprensa, são importantes meios de posicionamento ideológico. Diferentemente de cartuns, que são atemporais, as charges são expressões visuais sobre um acontecimento específico. Precisam estar inseridas em um contexto para serem entendidas. Além disso, expõem a opinião do desenhista e do veículo comunicacional a que está ligada.

Charges não são meros instrumentos de humor para ilustrar o texto escrito, mas são, em si mesmas, importantes instrumentos de leitura do cenário político e podem ser considerados termômetros de avaliação da imagem pública de determinado sujeito político, instituição ou evento. Estão carregados por um discurso ideológico, capazes de enfatizar ou questionar, por meio do traço, determinado quadro político, econômico, social ou cultural. A charge alia o

¹⁹⁰ **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6.

¹⁹¹ *Ibid.*, p. 6.

conteúdo crítico com o humor. Entende-se as charges como pertencentes a um espaço de debate político e como parte da disputa de imagem. Há a possibilidade das charges, enquanto expressões imagéticas e visuais, interferirem na imagem pública política e no jogo político. É uma forma de comunicação que se apresenta como um discurso político alternativo à maneira tradicional da comunicação escrita, adaptando o conteúdo discursivo à forma cômica.

A primeira charge do mês de janeiro, posicionada em destaque no espaço superior e central da capa, apresenta o presidente João Goulart com vestes de bobo da corte, tocando um instrumento e cantando “*Vamos dizer que não, não, não!*” (figura 16). Esta frase faz parte dos jingles elaborados no fim de 1962 para a campanha do plebiscito, em que um dos trechos é:

Meu povo a decisão agora está em sua mão, no dia 6 vamos dizer que não. O Ato Adicional só aumentou a confusão, com o lápis na mão, vamos dizer que não, não e não. (Jingle do plebiscito, 1962/1963)



Figura 16: AUGUSTO BANDEIRA. O presidente Goulart como bobo da corte. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 4 jan. 1963, capa.

Não há manchete que possa ter conexão direta com a charge. O bobo da corte através de “sua vestimenta e atributos refletem sua posição, qual seja, cópia irrisória do rei” (FERNANDES, 2012, p. 38).

Rei, mas na paródia, figura o poder no grotesco. O bobo tem sua natureza situada ao lado da feiura, da animalidade, mas através de técnicas físicas adquire expressão corporal e tem na fala seu instrumento, apesar de sua insana aparência. Assim como o bufão, o bobo demonstra que o poder, quando não exercido por meio de convenções, descamba para o ridículo. Pela prova contrária, corrobora a ideia de que as aparências

mostram-se necessárias na manutenção do poder. Sob a proteção da loucura, o bobo é a contrapartida do poder real. (FERNANDES, 2012, p. 38)

A figura do bobo da corte ou bufão está ligada ao sujeito que está encarregado de acompanhar reis e rainhas e entretê-los. Uma das interpretações que se pode ter é de que está implícita a ideia de que esta fantasia possui proximidade a imagem do palhaço, nos indicando o papel em que o presidente se submeteu à campanha do “não”, fazendo todos rir. A defesa do “não” ao parlamentarismo pelo presidente da República, o faz ser visto sob fantasia de bobo da corte, que o torna ridicularizado. A abordagem de João Goulart como um bobo da corte permite ser interpretada como possuidor de um caráter dúbio, a imagem que um bufão carrega.

Goulart como personagem, imbuído com traje e fantasia pitoresca, permite ser interpretado como aquele que age de forma teatral. Segundo Balandier, “esta figura brinca com as aparências e com a realidade escondida, com a ordem e com a desordem; não se lhe pode fixar uma posição, pois onde quer que esteja, ‘erra’, desordena e ordena o curso do jogo” (BALANDIER, 1982, p. 30). O autor ainda acrescenta:

Mas, deve-se enxergar mais longe - a função real do bufão é ambivalente - como o é o próprio personagem. Ele mostra que as classificações impostas pela sociedade e pela cultura podem ser confusas; ele parece destruir para reconstruir de modo diferente; ele cria na desordem; ele apresenta uma imagem adoidada e heroica da aventura individual, conduzida fora das convenções sociais. (BALANDIER, 1982, p. 30)

A imagem negativa de João Goulart é caracterizada com base em sua “dubiedade”, aquele que se situa fora das convenções sociais, onde passou a ser questionado por suas quebras de hierarquia militar e aproximação sem protocolos governamentais com setores sindicais e trabalhistas. A definição de Balandier (1982) sobre os bobos da corte e bufões pode ser associada à falta de ordem que a imagem negativa do presidente carrega.

Duas edições depois, publicam a charge em capa (figura 17) posicionada acima da manchete: “*João Goulart dá posse ao seu novo ministério e faz discurso*”¹⁹². Centralizada e posicionada na parte superior da página, o desenho nos mostra João Goulart vendado. Atrapalhado, com pernas e braços bambos, o presidente tateia objetos que estão ao seu redor, que acabam por cair e quebrar. Os objetos representam a “reforma bancária”, a “reforma agrária” e o “Plano Trienal”. O plano está representado por uma bússola, que possivelmente servirá de guia para encontrar um rumo próspero para o país e solução para a crise econômica.

¹⁹² **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 25 jan. 1963, capa.

Existe a conotação de que o presidente é uma pessoa atrapalhada por conta de sua cegueira. A pequena criatura presente em praticamente todas as charges de Bandeira, segura a bengala – possivelmente em alusão ao problema da perna de Goulart, que não está a sua disposição para ficar equilibrado.



Figura 17: AUGUSTO BANDEIRA. João Goulart, as reformas e o Plano Trienal. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1963, capa.

No que se refere à construção da imagem pública de João Goulart em *Jornal do Brasil*, este veículo, ao focar o plebiscito, direciona sua perspectiva sobre o isolamento e desamparo do presidente da República, em que se encontrará sozinho.

Daqui a alguns dias, contados os votos que vão ser depositados nas urnas no próximo domingo, o Presidente da República estará sozinho em cena, incomodamente exposto às forças desencadeadas por ele próprio (...). (1963 esgota em Goulart a capacidade de manobra, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6)

Segundo o jornal, a “libertação do Presidente no slogan funciona positivamente para efeitos de campanha, mas depois de 6 de janeiro em sentido negativo pela responsabilidade presidencial diante dos problemas sem solução no país”, evidenciando que “por mais expressiva que seja o resultado do plebiscito, não libertará o presidente”¹⁹³. Além disso, ao se posicionar em torno das reformas de base, afirma que essas não terão progresso pela ação pessoal do presidente que está comprometido no “processo de frustração da expectativa nacional”¹⁹⁴.

¹⁹³ 1963 esgota em Goulart a capacidade de manobra, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6.

¹⁹⁴ *Ibid.*, p. 6.

Apresenta João Goulart como futuro desamparado pelos grupos de esquerda e “mantido sob suspeita nos meios conservadores”, com a previsão de que sua popularidade também estaria comprometida. O jornal critica o radicalismo da esquerda e da direita, a agitação social e as greves. Reforça a importância da opinião pública, ou seja, a imprensa, bem como a atuação das Forças Armadas e a área da iniciativa particular¹⁹⁵, ampliando as críticas à Goulart.

Ao mencionar João Goulart, *Jornal do Brasil* comenta sobre as responsabilidades acumuladas por ele¹⁹⁶. O editorialista do jornal afirma que “há fatores positivos da maior importância que muito facilitarão a missão de um Presidente disposto a colocar-se à altura das suas responsabilidades”. Em contexto de “saldo negativo”, onde “o povo confiou no Presidente”, o jornal deposita crédito de confiança à situação do país.

Neste momento, nesses dias que se aproximam, o Senhor João Goulart dará a medida definitiva e inapelável daquilo de que é capaz ou daquilo de que não é capaz. Serão os seus primeiros atos, as suas primeiras decisões como Presidente presidencialista que o farão passar em julgado no consenso da opinião pública. E se há um pesado saldo negativo ao se inaugurar o novo regime, não resta a menor dúvida de que há também fatores positivos da maior importância que muito facilitarão a missão de um Presidente disposto a colocar-se à altura das suas responsabilidades. (Ação e decisão, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6)

Ao reconhecer a conquista de apoio popular do presidente através do plebiscito, *Jornal do Brasil* traça os limites no avanço do trabalhismo. O jornal identifica:

o Presidente ganhou um apoio popular equivalente ao que teve o Sr. Jânio Quadros, para pôr em execução, as linhas mestras de uma política democrática, baseada em um nacionalismo moderado e não xenófobo e na aceitação, quase generalizada, da tese (...) do planejamento global da economia brasileira. (A hora da opção, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 6)

O veículo comunicacional destina algumas sugestões ao presidente, quando diz que “deve entender a vitória que teve e, por isso mesmo, renovar-se, atualizar-se e libertar-se de quaisquer compromissos contrários aos reais interesses do povo brasileiro”¹⁹⁷. Esse é um exemplo de como jornais se permitem fazer, constantemente, recomendações e sugestões para o campo político. O jornal faz exigências na postura de Goulart. Reivindica-se atitudes como compromisso, honestidade, eficiência, trabalho e ação quando é momento da composição do

¹⁹⁵ Brasil 1963, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 1 jan. 1963, p. 6.

¹⁹⁶ Ação e decisão, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6.

¹⁹⁷ A hora da opção, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 6.

governo e execução de ações necessárias para o desenvolvimento e a retomada de crescimento do país.

O Presidente assumiu, com o povo, um compromisso: o de pôr em execução, de maneira eficaz, a política geral que traduz as grandes aspirações da maioria do eleitorado. Muitos políticos ainda cometem o erro de pensar que o povo somente devolveu os poderes ao Sr. João Goulart por motivos de ordem sentimental. A verdade é que o povo espera que o Presidente faça um governo eficiente, honesto, metódico, capaz de exigir sacrifícios desde que prove que não está disposto a dar privilégios a ninguém, nacionalista, mas não xenófobo, trabalhista mas não demagógico, decidido a manter a política externa independente, a debelar a inflação, a executar as reformas de base, a pôr em execução o planejamento global da economia e do desenvolvimento brasileiros, e definitivamente democrático. (Os deveres do poder, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1963, p. 6)

Podemos observar que *Jornal do Brasil* é menos liberal do que *Correio da Manhã*. Ao referir-se ao presidente, *Jornal do Brasil* afirma e reconhece a posição de João Goulart junto à política trabalhista e o que ele representa para a resolução de questões que competem aos trabalhadores e às melhorias das condições trabalhistas. O editorial afirma que - com a votação do plebiscito e a devolução de poderes presidenciais para Goulart – “o povo não devolveu os poderes a um caudilho nem a um oligarca”, mas que “delegou-os a um líder popular para que execute uma determinada política”, afirmando que “o Presidente representa, como político, o trabalhismo”¹⁹⁸.

[João Goulart] tem, portanto, a obrigação de resolver os crescentes problemas trabalhistas: a questão sindical (que vai do direito de greve até a utilização dos recursos do fundo sindical) e a da Previdência Social – inclusive para que esta última funcione e não seja, apenas, uma imensa e desumana rede burocrática espoliando (...) os trabalhadores. Em outras palavras: o povo quer Governo, trabalho, ação. Está cansado de crises, fuxicos e contemplação. (Os deveres do poder, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1963, p. 6)

O diário avalia João Goulart como aquele que “vencendo todos os obstáculos”, desde 1961, “conseguiu chegar aonde queria”, acompanhado nas urnas a seu favor pela “maré popular” com “extraordinária demonstração de força e de consciência no plebiscito”¹⁹⁹. Complementa que o presidente:

(...) graças ao esforço paciente do povo, recuperou os poderes que lhe haviam retirado e pode, finalmente, governar o País e cumprir as promessas que ele, o seu partido e todos aqueles que o apoiam fizeram antes, durante e depois de cada pleito. (Os deveres do poder, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1963, p. 6)

¹⁹⁸ Os deveres do poder, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1963, p. 6.

¹⁹⁹ *Ibid.*, p. 6.

Em fins do mês de janeiro, *Jornal do Brasil*, ao discorrer sobre a composição do novo governo, elogia o presidente, ao afirmar que ele “agiu muito bem ao livrar-se de determinados auxiliares” e por ter acertado ao fazer “finca-pé no caso do Plano Trienal”, atuando “com precisão ao instalar o esquema econômico-financeiro centralizado na Fazenda”²⁰⁰.

O novo Governo, escolhido pelo Presidente Goulart de acordo com as forças políticas, já demonstra possuir uma arca dinâmica: aquela que é encabeçada pelo Ministério da Fazenda, que se formou sob a influência do Plano Trienal, que é representada, especialmente, pelos Srs. San Tiago Dantas e Celso Furtado. Nessa área, os sinais de atividade e de compreensão são visíveis. É de esperar-se que esse espírito consiga contagiar, com a maior rapidez possível, todas as outras áreas. O Governo tem que atuar de acordo com uma escala de prioridades, dentro das linhas-mestras do Plano Trienal, de maneira harmoniosa e em ritmo extremamente rápido. (Futuro e passado, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro 26 jan. 1963, p. 6)

Ao longo do mês, *Última Hora*, além de apresentar postura favorável sobre o presidente no contexto do plebiscito, acaba por acentuar ainda mais sua defesa a Goulart a partir da dimensão dos votos que recebeu nas urnas. Enfatiza-se, assim, sua grandeza, contribuindo para uma imagem pública positiva do presidente. No início de janeiro, anteriormente à realização da votação, o colunista Batista de Paula fala sobre o presidente, quando este passeia pelo povo despreocupadamente, em Copacabana. Acentua o jeito do presidente como uma pessoa simples, sem a necessidade de estar acompanhado de “nenhuma guarda-pessoal”²⁰¹.

Jango é assim mesmo. Homem simples, bom, sem maldade e por isso mesmo muito visado pelos falsos líderes, pelos desajustados, pelos golpistas, pelos reacionários. Acompanhei Jango por este Brasil imenso, em duas campanhas eleitorais. Pude observar de perto a afinidade que ele tem com as massas e o magnetismo que emana de sua figura, do seu jeitão despreocupado, nas grandes concentrações populares. Pudesse ele agora participar de comícios para a realização do plebiscito e substituiria com vantagem todos os “slogans” da propaganda que estão sendo divulgados pelas emissoras de rádio e televisão. De qualquer maneira, porém, o eleitorado comparecerá para dizer “Não” ao parlamentarismo, porque acredita na capacidade de trabalho do Presidente, na sua simplicidade de homem do povo e na orientação que dará ao seu governo depois que os poderes que a Constituição lhe atribuíra, antes de ser vergonhosamente emendada na crise de agosto-setembro de 1961, voltarem às suas mãos. Vamos votar com o Presidente que passeia livremente nas ruas do Rio, sem guarda-costas, porque acredita no seu povo. (Batista de Paula, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, p. 7)

Nas notícias e manchetes que evidenciam os resultados da consulta popular e a vitória expressiva de João Goulart nas urnas²⁰², é possível perceber a relação que se estabelece entre o

²⁰⁰ Futuro e passado, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 26 jan. 1963, p. 6.

²⁰¹ Plantão militar, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 3 jan. 1963, p. 7.

²⁰² Sobre João Goulart, *Última Hora* declara em capa: JG convocou Brasil à paz; Convite ao trabalho e à paz a mensagem de JG (3 jan. 1963); Jango em Brasília: -O povo votará em massa! (4 jan. 1963); Povo devolve poderes ao presidente (7 jan. 1963); O povo disse ‘sim’ a Jango (8 jan. 1963); Jango volta a Brasília cercado pelo voto de

presidente da República e o povo. Goulart, desde o início de sua carreira na política, se coloca como figura pública na defesa dos direitos da população e dos trabalhadores, empenhado em buscar melhores condições trabalhistas e de cidadania. Procurou dialogar abertamente com setores populares, sindicais, trabalhistas, estudantis, etc. Esse diálogo teve seu início mais especificamente quando atuou como Ministro do Trabalho, em 1953, no segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954). Sua imagem, portanto, está atrelada à relação com o povo, especificamente, os trabalhadores. Inevitavelmente, *Última Hora*, que também pertence a este universo, afirma a posição do presidente junto à população – que votou consideravelmente para a volta do presidencialismo – como um líder popular. Este momento é considerado, segundo o periódico, de extrema importância histórica para o país. A relação entre presidente e povo não se observa em *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, que não buscam estabelecer tal conexão, nem mesmo dialogar com setores mais populares.

A votação do “não” ao parlamentarismo faz com que *UH* brinque com as palavras e impulsione o “sim” ao presidente João Goulart: “*Na verdade, votando NÃO o povo disse SIM a Jango, restaurando o poder legal*”²⁰³. Ainda que apresente uma perspectiva favorável do presidente, o periódico tende a considerar João Goulart como “secundário”²⁰⁴. No entanto, também enfatiza sua imagem como Presidente da República e a importância em lhe devolver seus poderes. *Última Hora* nesse momento está construindo uma imagem de plenos poderes e amplo apoio popular para o presidente, diferente dos outros periódicos.

A pessoa do Sr. João Goulart é secundária. Importante é o Presidente da República, que o Ato Adicional tem impedido de governar. Importante é devolver ao Presidente da República as prerrogativas que lhe são concedidas pela Constituição. (...). Importante, enfim, é assegurar através do voto no referendo, a Revolução Constitucional, isto é, o encaminhamento pacífico das reformas inadiáveis na estrutura da sociedade brasileira. (Pelo plebiscito, a revolução constitucional, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, capa)

De modo mais expressivo e otimista que os outros jornais, *Última Hora* reconhece a vitória do presidente nas urnas, onde afirma que “o voto de confiança popular jamais tributado, antes, a um chefe de governo em nosso país”²⁰⁵. Além disso, também manifesta seu reconhecimento de que “tem ele merecido este voto”²⁰⁶. *UH* refere-se a Goulart como “o

confiança do povo; JG: -Vamos arregaçar as mangas (10 jan. 1963); Maioria absoluta com Jango (11 jan. 1963); O povo com JG (24 jan. 1963).

²⁰³ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa.

²⁰⁴ Pelo plebiscito, a revolução constitucional, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, capa.

²⁰⁵ Nas urnas a sabedoria do povo, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 10 jan. 1963, capa.

²⁰⁶ *Ibid.*, capa.

homem que soube, em agosto de 1961, colocar os interesses da pátria acima de tudo (...)”²⁰⁷. Ainda acrescenta que neste momento político “este homem deve saber usar os poderes que o povo lhe devolveu na plenitude de sua expressão”. Apresenta o presidente como indivíduo que resiste às variadas pressões e sabe enfrentar crises institucionais.

Com isso, podemos observar a elaboração de uma imagem de heroicidade para Goulart, através do tom eufórico e exclamativo do jornal, presente a dramaticidade e a subjetividade em torno da vitória do presidente da República. Como afirma Maria Rosa de Oliveira, “o presidente-herói que é do povo. Seu guardião. Seu porta-voz. O escolhido. O marcado” (OLIVEIRA, 1993, p. 80). Segundo esta autora, *Última Hora* constrói e reforça João Goulart como a imagem da liberdade e da democracia (OLIVEIRA, 1993, p. 80). Uma das formas que *Última Hora* legitima o presidente, é reproduzindo suas opiniões e falas, publicadas em capa e com grande destaque visual nas manchetes²⁰⁸.

O Brasil deve a Jango este serviço histórico. Ele conseguiu, com a sua admirável habilidade política, forçar os políticos a abrirem as urnas na qual o povo, eu e Você, leitor, iremos depositar o voto excepcional. Ele levou os políticos a se submeterem a sentença popular. E ele próprio que com a vitória do presidencialismo vai recuperar os poderes que na conspiração de setembro de 61, lhe foram escamoteados. Ele ergue galhardamente suas bandeiras entre as quais se destaca o Plano Trienal. (MALTA, Octávio. O regime e suas bandeiras. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 5 jan. 1963, p. 5)

Em *Última Hora* há o uso constante de fotografias de Goulart.²⁰⁹ A disposição das fotografias junto às manchetes dá um destaque maior para o que o jornal informa, principalmente quando existe diálogo entre as imagens visuais e o texto. Em sua maioria, no mês de janeiro, fotografias e manchetes relacionadas ao presidente ou o plebiscito se encontram na parte superior da página. Assim, a mensagem do veículo comunicacional está presente na relação que as fotografias fazem com textos e vice-versa, considerando a própria mensagem que carregam.

As imagens visuais de João Goulart publicadas, além de muitas vezes estarem redimensionadas, ganhando amplo destaque na página, trazem – em sua maioria – expressões faciais e corporais positivas do presidente. Recorrente são as imagens de João Goulart sorrindo,

²⁰⁷ Ibid., capa.

²⁰⁸ Em capa de *Última Hora*: Jango em Brasília: -O povo votará em massa! (4 jan. 1963); Jango conclama: ‘Escolha o povo o regime que lhe assegure a liberdade de opinar’ (5 jan. 1963); Jango em Brasília: -Agora, o ‘rush’ decisivo pela emancipação nacional; JG: -Vamos arregaçar as mangas (10 jan. 1963).

²⁰⁹ Sobre imagens visuais que se referem ao presidente ou ao governo no período do plebiscito, foram encontradas 16 fotografias em *Última Hora*, 13 charges em *Correio da Manhã* e 3 fotografias em *Jornal do Brasil*.

com o braço levantado e acenando. Em suas capas, foram observadas 16 fotografias do presidente, sendo 11 com expressões positivas. Além das fotografias, as próprias manchetes possuem grande destaque, através do tamanho da fonte tipográfica e o próprio contraste que existe na diagramação elaborada em capa. O fotojornalismo - articulação de manchetes, textos e fotografias - compõe um mosaico em que os acontecimentos da realidade social e política são organizados graficamente.

Podemos perceber que, na maioria das fotografias publicadas pelo jornal, Goulart está com expressão otimista. Percebe-se com frequência que o presidente possui o olhar voltado para baixo, em uma postura corporal retraída. Também faz gestos de aceno e, quando divide o registro com alguém, tem postura de companheirismo. A escolha de três imagens e recortes da primeira página de *Última Hora* é uma tentativa de análise da maneira como o plebiscito e o presidente foram retratados visualmente, para compreender as estratégias de composição visual do jornal (figuras 18, 19 e 20).



Figura 18: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, 1ª capa.

PRESIDENTE DO TRE: "LACERDA INFRINGIU A LEI E DEVE SER PUNIDO" (P. 2)

★ Até Zero Hora de Hoje: **Parlamentarismo Condenado Por 3.247.555 (88%) no País e 592.022 (77%) na GB**

SOBERANIA POPULAR RESTAURA NAS URNAS O PODER LEGÍTIMO

O POVO DISSE 'SIM' A JANGO

RESULTADOS ATÉ AGORA CONHECIDOS DO REFERENDUM POPULAR REPRESENTAM UMA VITÓRIA NAVERE E CONSIDERAM VOTADA A PRESIDÊNCIA DO PRESIDENTE GOUART. O POVO BRASILEIRO DISSE "SIM" AO PRESIDENTE GOUART, REJEITANDO AS SUAS ATENÇÕES PARA A ANEXÃO DE OUTUBRO DE 1961. A SOBERANIA POPULAR RESTAURA O PODER LEGÍTIMO, REPRESENTADO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

ANO XIII — Rio de Janeiro, Terça-Feira, 8 de Janeiro de 1963 — Nº 1.029

Última Hora

PREÇO DO EXEMPLAR: CR\$ 15,00

★ **MARÇA VITORIOSA DO "NÃO" EM TODO O PAÍS**
(RESULTADOS — CONTINUADOS ATÉ A ZERO HORA DE HOJE)

ESTADOS	"NÃO"	"SIM"
GOIABARARA	592.022	179.156
BRASILIA (encerrada)	44.010	3.315
AMAZONAS	4.816	991
PARÁ	5.091	1.316
MARANHÃO	3.096	508
PIAUÍ	8.789	1.846

NOVOS TRIBUTOS ASSALTAM A GB!
LICENÇAS PARA CARROS ELEVADAS EM 400%



Figura 19: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, 2ª capa.

As duas edições do dia 8 de janeiro possuem capa que destacam a imagem do presidente junto a uma manchete de impacto. Ambas apresentam fotografia de Goulart que ocupa metade da capa.²¹⁰ Na figura 18, ele está sorrindo, com o olhar à direita, acenando. Ao lado da imagem está presente a manchete de grande destaque “*Ato Adicional é morto: povo diz “sim” a Jango!*”²¹¹. *Última Hora* utiliza em suas manchetes letras em caixa alta em negrito, dando ainda mais impacto para seus títulos. Na próxima capa (figura 19), a fotografia está posicionada à direita. O presidente está voltado para a esquerda, novamente acenando, com postura retraída, com o olhar para baixo e sorrindo. Ao lado desta fotografia, há a manchete de tamanho consideravelmente grande, com os dizeres “*O povo disse ‘sim’ a Jango*”²¹².

²¹⁰ As imagens adicionadas a este capítulo são recortes, não estando as capas em sua totalidade. O logo de *Última Hora* se posiciona predominantemente sempre no centro da página, nos dando a dimensão que as fotografias possuem em capa.

²¹¹ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, 1ª capa.

²¹² *Ibid.*, 2ª capa.



Figura 20: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963, capa.

O mesmo pode ser observado na primeira página da edição do dia 23 de janeiro (figura 20), quando o Congresso Nacional e o Senado Federal aprovam e reestabelecem o regime presidencialista, revogando a emenda parlamentarista de 1961. *Última Hora* dá ênfase e amplo destaque em manchete para a proclamação da sexta República no país, com fotografia do presidente com expressão facial e gestual positiva.

4.8 O presidencialismo da Constituição de 1946

Desde o dia 12 de janeiro, os textos opinativos de *Correio da Manhã* tendem a criticar o regime presidencialista de 1946. Com frequência esse sistema de governo passa a ser desqualificado como irresponsável²¹³, absolutista e híbrido²¹⁴. A sua volta é considerada como “absolutamente inadmissível”²¹⁵, traição ao povo, “falso presidencialismo de 1946”²¹⁶, e obsoleto por não ter condições para “executar fielmente os planejamentos nacionais”²¹⁷. A crítica feita ao regime de 1946 traz à tona a reforma desse sistema, em que o jornal sugere com frequência o “compromisso de reformar o presidencialismo”²¹⁸. Após 1945, “o ambiente internacional era novamente favorável à democracia representativa, e isto se refletiu na

²¹³ Jeitinho e dignidade, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 6.

²¹⁴ Solução política, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 13 jan. 1963, p. 6.

²¹⁵ Carta de 46, não, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 15 jan. 1963, p. 6.

²¹⁶ Porta para o futuro, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1963, p. 6.

²¹⁷ Esperando o Ministério, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 22 jan. 1963, p. 6.

²¹⁸ *Ibid.*, p. 6.

Constituição de 1946, que, nesse ponto, expandiu a de 1934”, tendo o voto estendido a todos os cidadãos maiores de idade (CARVALHO, 2004, p. 145).

A Constituição de 1946 manteve as conquistas sociais do período anterior e garantiu os tradicionais direitos civis e políticos. Até 1964, houve liberdade de imprensa e de organização política. Apesar de tentativas de golpes militares, houve eleições regulares para presidente da República, senadores, deputados federais, governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Vários partidos políticos nacionais foram organizados e funcionaram livremente dentro e fora do Congresso, à exceção do Partido Comunista, que teve seu registro cassado em 1947. (CARVALHO, 2004, p. 127)

Correio defende uma possível reforma do presidencialismo para não haver abusos de poder por parte do presidente, posicionando este regime como um “gabinete de decisões semiditatoriais”²¹⁹ e relacionando a imagem do presidente como um possível ditador.



Figura 21: AUGUSTO BANDEIRA. Goulart e presidencialismo. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro. 16 jan. 1963, capa.

Tal opinião pode ser observada também na charge publicada em capa. A charge correspondente à figura 21 apresenta João Goulart com a faixa do Presidencialismo de 1946. O alfaiate, com semblante sério e preocupado que acompanha o presidente em cena diz, “*Mas está muito folgada!*”. O presidente, por sua vez, contempla os dizeres com um sorriso no rosto. Isso indica que o regime presidencialista necessita de ajustes para servir no presidente. Pela expressão de Goulart, é possível que não se importe com o fato da faixa estar folgada demais. Possivelmente um componente característico das charges de Augusto Bandeira, está presente uma criatura. Esta oferece uma pequena faixa presidencial ao presidente.

²¹⁹ Porta para o futuro, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 17 jan. 1963, p. 6.

Em *Última Hora*, na coluna de João Pinheiro Neto, o jornalista fala sobre a aprovação da emenda, pelo Senado, que “derroga o regime parlamentarista”²²⁰. Ao comentar sobre, afirma que a emenda constitucional “enterrará a malograda experiência parlamentarista”. Entretanto, o colunista afirma que o presidente, ao restaurar seus poderes, é um “ditador”, mas que seu poder de administrar “é precário, débil e insuficiente”²²¹. Nesse sentido, representando *Última Hora*, Pinheiro Neto se aproxima das considerações de *Correio da Manhã*, que declara insatisfação com o regime presidencialista de 1946. No entanto, afirmando que seu poder é menor, o jornalista minimiza a ideia do presidente enquanto “ditador”, ao mesmo tempo que também minimiza o próprio governo.

O Presidente João Goulart, restaurado em todos os poderes previstos na carta de 1946, adquire, realmente, uma soma imensa de arbítrio pessoal. É quase um ditador, a prazo fixo, soberano no exercício do mando ilimitado. Mas, por estranho que pareça, o Poder do Presidente da República de administrar, acionando decisivamente a máquina burocrática da Nação é precário, débil e insuficiente. (PINHEIRO NETO, João. Arbítrio do Presidente e inoperância do governo. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1963, p. 2)

Essas críticas são rebatidas pelo editorial do *Jornal do Brasil*. Carlos Dunshee de Abranches, colunista de *JB*, considera que “críticos apressados voltam a atribuir os erros praticados por nossos homens públicos a defeitos dos sucessivos estatutos políticos que nos regeram, desde a proclamação da República”, com indícios de que esses críticos aos quais se refere pode ser associado às considerações publicadas pelos jornalistas dos outros jornais cariocas.²²² Adiante, o colunista acrescenta que “o resultado significativo do plebiscito não desanimou, porém, os reformistas. Acusam de absolutista o presidencialismo da Constituição de 46”.²²³ A Constituição de 1946, como é mencionada por *Correio da Manhã*, é citada pelo *Jornal do Brasil* como a Constituição de 18 de setembro. Sobre ela, afirma que não possui “fetichismo pela Carta de 18 de setembro”. Sustenta-se a ideia de que:

Ela é das mais avançadas, que as suas linhas fundamentais correspondem às realidades brasileiras e que ela constitui, no seu conjunto, um instrumento político capaz de permitir a realização da justiça social, do saneamento financeiro e das reformas eleitoral e partidária, reclamadas pelo desenvolvimento da Nação. (ABRANCHES, Carlos D. de. O presidencialismo de 46, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1963, p. 6)

²²⁰ PINHEIRO NETO, João. Arbítrio do Presidente e inoperância do governo. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1963, p. 2.

²²¹ *Ibid.*, p. 2.

²²² ABRANCHES, Carlos D. de. O presidencialismo de 46, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1963, p. 6.

²²³ *Ibid.*, p. 6.

O jornalista defende a ideia de que o texto constitucional comporta emendas “necessárias para aperfeiçoá-la (...), sem, no entanto, afetar-lhe a estrutura básica”²²⁴. Menciona a Constituição norte-americana como o exemplo que dá certo ao estar em constante atualização e aperfeiçoamento.

4.9 A defesa pelas reformas de base

Fica claro o posicionamento altamente favorável de *Correio da Manhã* com relação às reformas de base. Desde a seção editorial do dia 4 de janeiro, *Correio da Manhã* aborda as propostas reformistas conforme a divulgação do Congresso Brasileiro de Definição das Reformas de Base em suas páginas. Em capa, o jornal mencionou este Congresso 21 vezes. *Correio* atribui muita importância às reformas, com destaque à agrária. Predominantemente defende-as e expõe suas considerações, propondo indicativos de que é necessário falar sobre e defender sua realização para a prosperidade do país. O Congresso das Reformas foi um evento ocorrido em São Paulo, na Faculdade de Direito, a partir do dia 20 de janeiro de 1963, sob o patrocínio dos jornais *Correio da Manhã* e *Folha de S. Paulo*. *Correio* se coloca, ao lado do jornal paulista, como o veículo de imprensa pioneiro no debate das reformas de base no país. Nesta época, havia muitos projetos de reforma circulantes.

O fato de estarmos tão de perto interessados no sucesso dessa iniciativa não nos deve inspirar a atitude falsamente modesta de minimizá-la. Na verdade, trata-se de um empreendimento inédito: o de reunir espécie de parlamento brasileiro de técnicos, especialistas, intelectuais e leigos para discutir e esclarecer problemas de importância transcendental para o futuro da nação. (Os poderes e as reformas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6)

O modelo político defendido por *Correio da Manhã* está muito próximo aos princípios liberais democráticos. A reforma agrária, defendida pelo periódico em suas páginas, é um dos pontos que toca o direito de propriedade, que garante o direito de maior igualdade entre os cidadãos, desde que não toque nas instituições conservadoras a qual a própria ideologia se apoia ou que interfira em sua estrutura base (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 91).

Afirma-se que “nem o Presidente da República, nem seus ministros, nem os líderes dos partidos políticos, nem parlamentares, nem governadores de Estados, manifestaram muita vontade de falar sobre as reformas de base”²²⁵. Além disso, “por imposição da consciência

²²⁴ ABRANCHES, Carlos D. de. O presidencialismo de 46, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jan. 1963, p. 6.

²²⁵ Os poderes e as reformas. **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6.

nacional não podemos admitir esse silêncio (...). Quanto menos falam os responsáveis, tanto mais alto falará nosso Congresso reunido em São Paulo (...)”²²⁶. Consideram o evento como um “Congresso apolítico”, em que sua “imparcialidade é garantida justamente pela participação de representantes de todas as tendências políticas (...)”²²⁷. No editorial do último dia do mês, *Correio* afirma que o evento desempenhou a função de formação de uma “opinião tão irresistivelmente organizada”²²⁸.

Com efeito, os ecos do Congresso estão chegando ao outro Congresso, o Nacional, onde várias teses debatidas em São Paulo já foram comentadas pelos deputados e senadores. Também estão chegando à Presidência da República e aos Ministérios, onde terão de desempenhar a função de despertar energias adormecidas. (Ecos do Congresso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 6)

Algumas críticas são dirigidas ao Executivo. *Correio* avalia a formulação das reformas pelos setores governistas como “pseudo-reforma”, conseqüentemente associando à destruição da confiança do país.

Quanto às levandades da pseudo-reforma constitucional podemos apelar para o futuro Congresso. Mas a retificação dos erros do Executivo seria confiada a um governo agido da União Nacional que decreta aquela pseudo-reforma. (Resistência, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1963, p. 6)

Mas o governo age, praticamente, de tal maneira que chega a destruir a confiança. E este é o perigo. (...). Se o sr. João Goulart e os líderes dos partidos pensassem com sinceridade nos planejamentos nacionais, não esqueceriam tão totalmente que o objetivo final de todos os planos são as reformas de base. Essas reformas de que hoje ninguém fala. (Crise de confiança, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 jan. 1963, p. 6)

Além disso, *Correio da Manhã* possui insatisfação em torno da improvisação, serenidade e contradição dos políticos responsáveis pelo direcionamento político e econômico do país.

Líderes, imbuídos da mais grave serenidade e emissários palacianos, imbuídos da mais leviana precipitação, chegam a entendimentos, consubstanciados em projetos que mudam como as imagens no caleidoscópio. A improvisação está desenfreada. Dizem, repetem e se contradizem o presidente e as cúpulas no Rio de Janeiro e os congressistas em Brasília. (Resistência, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1963, p. 6)

²²⁶ Ibid., p. 6.

²²⁷ Nosso Congresso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 jan. 1963, capa.

²²⁸ Ecos do Congresso, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 jan. 1963, p. 6.

Em editorial “*Os poderes e as reformas*”, dando ênfase à importância da realização das reformas no que se refere à rejeição do regime parlamentarista, o jornal afirma que o povo:

Disse *não* ao Ato Adicional porque espera reformas – justamente as reformas de base – de um governo forte e responsável. De um governo que tenha autoridade. É por isso – e não por causa da pessoa do sr. João Goulart – que deu a preferência ao presidencialismo. (Os poderes e as reformas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6)

Assim, evidencia-se que a preferência do presidencialismo pelo povo aconteceu não pelo presidente João Goulart, mas pela realização das reformas de base. Neste caso, o povo - ao qual o jornal não especifica que povo é esse - disse sim às reformas e não a tomada de poderes pelo presidente. Reivindica-se tanto responsabilidade como autoridade do governo para executar tais reformas. Sua denúncia é de que “quanto mais o governo se ocupou do plebiscito, tanto menos falava nas reformas de base” e retomado o regime presidencialista, “existe o perigo das reformas ficarem totalmente esquecidas”²²⁹. Esta crítica indica-nos a ideia de que as reformas de base só foram incorporadas pela agenda governista para beneficiar o presidente na campanha da volta ao regime presidencialista.

4.10 A opinião de *Última Hora* para *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*

Na coluna Jornais & Problemas, o jornalista Octávio Malta apresenta as considerações de jornais de grande relevância nacional sobre o país e governo, e opina sobre suas publicações. *Correio da Manhã* é alvo frequente de análise, diálogo e crítica do colunista de *Última Hora*, em que se dirige ao jornal a partir dos “rapazes do *Correio da Manhã*”, em claro diálogo. Sobre a volta do regime presidencialista e a posse do Ministério de Goulart, Malta afirma sobre *Correio*: “(...) os rapazes do *Correio da Manhã* mostram-se discretos. Dão mais importância aos debates do Congresso que patrocinam em São Paulo sobre problemas de reformas, considerando que ali aparece a face de um Brasil novo”²³⁰. Malta critica o fato de *Correio da Manhã* deixar em segundo plano o governo federal e o Congresso Nacional, enquanto dá destaque ao congresso de reformas que patrocina e promove constantemente.

Com frequência Malta menciona o Congresso Brasileiro de Definição de Reformas de Base, promovido em São Paulo, por *Correio da Manhã*. O jornalista afirma, em tom de

²²⁹ Os poderes e as reformas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 16 jan. 1963, p. 6

²³⁰ MALTA, Octávio. O Ministério e os Jornais. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 25 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4.

insatisfação, que “há quem tome a sério os rapazes e seu comando remoto, agora, todavia direto, imediato, diário e, nem por isso, menos vago!” e finalizando que, como no caso da reforma agrária no México, “é assim que se faz, quando se quer fazer, uma Reforma Agrária. Quando não se quer fazer, se faz como no Brasil, onde até os rapazes do ‘*Correio da Manhã*’ botam banca!...”²³¹. Nos dias que seguem, Malta continua a destinar críticas ao *Correio*. Ao se referir ao editorial “*Nosso Congresso*”, de 20 de janeiro, presente em capa de *CM*, Malta se dirige ao jornalista Paulo Bittencourt, filho de Edmundo Bittencourt – fundador do *Correio da Manhã*.

Os rapazes do ‘Correio da Manhã’ estão dando muita ênfase ao que eles chamam ‘Nosso Congresso’, ou ‘Nosso Congresso de Reformas’. É um Congresso que, pelo jeito, vem suprir deficiências do Congresso Nacional, na base de que um sociólogo francês, que escreveu “um dos melhores livros sobre o Brasil”, distinguiu dentro do Brasil, dois Brasis diferentes: “o arcaico e o moderno”. (...) Os rapazes do ‘Correio’, agora sob o comando direto, imediato do Paulo Bittencourt, recém-chegado de Paris, tem suas razões para aceitar como melhor o que vem da França. (...). Vamos, entretanto, pôr de lado o Congresso, dito de Definição das Reformas de Base. Vamos tratar do ‘Correio’, simplesmente do jornal. Vamos saber a que Brasil ele serve: ao Brasil arcaico ou ao Brasil moderno? (MALTA, Octávio. Um jornal em face de dois Brasis. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4)

Durante todo texto, Malta parece querer estabelecer um diálogo ou mesmo enfrentar Paulo Bittencourt, quando diz: “Então, vamos conversar, como homens de jornal. E começo eu dizer que o ‘*Correio*’ me parece arcaico. Você sabe, Paulo, o que é um jornal moderno”²³². Ao comentar sobre a greve dos gráficos do *New York Times* e a existência de correspondência de notícias internacionais ou mesmo de procedência dos principais estados do Brasil, Malta “pede” para comparar com outros jornais e procurar, em *Correio da Manhã*, o que se passa hoje em variados lugares do mundo.

(...) nada disso Você, velho Paulo, encontrará. E se Você não sente falta disto, Paulo amigo, é sinal de que Você está tão arcaico, como o ‘*Correio da Manhã*’. Você demorou-se tanto em Paris... e Paris não lhe serviu de nada! Você não aprendeu nada e, certamente, não sentiu nada... Não soube buscar o tempo perdido. (MALTA, Octávio. Um jornal em face de dois Brasis. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4)

Alguns dias depois, o jornalista cita trechos de editorial “*Brasília e São Paulo*” do tradicional jornal carioca. Neste editorial, *Correio da Manhã* avalia a cidade de São Paulo, por receber o Congresso de Reformas, como espaço de um “Brasil novo” e de forças novas, ao

²³¹ MALTA, Octávio. Reforma agrária. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 21 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4.

²³² MALTA, Octávio. Um jornal em face de dois Brasis. **Última Hora**, Rio de Janeiro, 22 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4.

passo que Brasília seria aquela do “Brasil antigo” e das “pseudo-elites esgotadas”, afirmando existir um “contraste doloroso” entre elas²³³. *Última Hora* com Malta, por sua vez, rebate as críticas de improvisação administrativa delineada por *Correio*.

Esgotadas na intriga e na corrupção!... De resto, os rapazes estão certos: reclamam uma administração na base da execução correta de planos adequados. “Um grande país como o Brasil já não pode ser governado nem pela rotina política, nem pela improvisação administrativa”. Errados estão os rapazes quando batem palmas ao Adhemar de Barros por bolorentas declarações feitas a propósito da iniciativa privada. Afinal, em que ficamos? A iniciativa privada, entre nós, é improvisação: atrita-se violentamente com a tese de planificação, sobretudo com a planificação do Estado. E quando os rapazes se mostram contrários à “improvisação administrativa” estão ou não estão defendendo a planificação estatal? Paulo Bittencourt, desate o nó!... (MALTA, Octávio. O Ministério e os Jornais. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4).

O colunista de *UH* aproveita para fazer algumas críticas quando comenta novamente sobre o evento das reformas. As reformas de base defendidas pelo tradicional jornal carioca, segundo ele, são diferentes das de fato planejadas pelo governo. As reformas preconizadas pelo *Correio* são enfatizadas como àquelas de interesses “deles!”, palavra que aparece repetidamente. O patrocínio do Congresso pelo *Correio* e a defesa das reformas de base são consideradas como uma “grande manobra” por *UH*. Ainda que *Correio da Manhã* também reivindique pela reformulação do Plano Trienal, *Última Hora* avalia essa postura como continuação do “parasitismo” das tradicionais famílias e grupos no plano nacional, e dos monopólios no plano internacional.

Ainda agora, os rapazes do “*Correio da Manhã*”, numa grande manobra, estão patrocinando, em São Paulo, um Congresso de Reformas de base. Que pretendem os marotos? Planos... Sim, uma planificação geral para que os lucros do incontrolável desenvolvimento brasileiro não escorreguem de suas mãos. Querem uma Reforma Agrária, mas ao saber deles! Querem uma Reforma Administrativa, mas do apetite deles! Querem uma Reforma Tributária, mas do gosto deles! Querem uma política externa independente, mas... na base deles! Querem uma reformulação dos planos já existentes (inclusive do Plano Trienal) para continuar o parasitismo das grandes e tradicionais famílias e grupos no plano nacional e o parasitismo dos monopólios, dos carteis, dos “trusts” no plano internacional. (MALTA, Octávio, Manobra tradicionalista. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4)

As “provocações” de *Última Hora* em direção ao *Correio da Manhã* pode nos indicar a ideia de que *UH* se “atreve” a fazer tais considerações, para o caso de *Correio* como um jornal

²³³ Brasília e São Paulo, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, p. 6.

arcaico, porque possui legitimidade para se pronunciar, tendo em vista que o veículo comunicacional é conhecido e se afirma por sua “inovação” no cenário jornalístico brasileiro.

A década de 1950 assistiu também ao lançamento de jornais que foram precursores da modernização do jornalismo brasileiro, e a reformas de outros que atuavam desde o início da República e então ganharam novo fôlego. A *Última Hora*, criada em 1951, com financiamento do governo, foi um dos jornais mais inovadores do período, ao adotar técnicas de comunicação de massa até então desconhecidas no Brasil, uma diagramação revolucionária e grande racionalidade na gestão empresarial. (ABREU, 2002, p. 10)

Malta também faz considerações ao *Jornal do Brasil*: “Seja como for, nenhum jornal da manhã transmite ao leitor uma ideia mais nítida da situação do que o *Jornal do Brasil*. Honra se faça ao tradicional!”²³⁴. O jornalista se refere ao texto “*Goulart caracteriza Ministério pelo complexo Fazenda-Exterior*”, na coluna Coisas da Política²³⁵. Malta afirma que:

Não tenho espaço para conversa mais longa, senão iria mostrar ao leitor o que explica a coluna de *Coisas da Política* num esforço para dar a medida do trabalho ou da ginástica de Jango visando a arrumar para o Brasil um governo de sentido humanista, sem terror. A hora é da transparência dos sentimentos, sem qualquer mancha de ódio. Uma frente de relativa amizade nacional será tentada como base para as reformas substanciais. Possivelmente substanciais. Reformas burguesas, todavia! (MALTA, Octávio. Trilha conservadora. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4).

O colunista de *Última Hora*, sobre o trecho de *JB* acerca da escolha de Almino Afonso como Ministro do Trabalho - “delicada missão de conter as inquietações na massa operária, sem lançar mão de certos recursos de repressão violenta, como os que se inspiram no famoso decreto 9.070”²³⁶ - avalia que, ao se referir ao decreto mencionado, “de qualquer forma aquele número fica como uma advertência, a inquietar, pela ameaça que representa as grandes massas. Estas devem saber que o Governo segue uma trilha conservadora...”²³⁷.

²³⁴ MALTA, Octávio, Trilha conservadora, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4.

²³⁵ Coisas da Política, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 23 jan. 1963, p. 6.

²³⁶ *Ibid.*, p. 6.

²³⁷ MALTA, Octávio, Trilha conservadora, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 24 jan. 1963, Jornais & Problemas, p. 4.

4.11 Opinião pública na imprensa

No dia da realização do plebiscito, muitos pontos foram questionados pelo *Jornal do Brasil* no que se refere ao futuro político e econômico do país. O veículo questiona sobre a formação dos membros do governo, a implantação do Plano Trienal, as tendências no próximo Congresso, iniciativas do Brasil na política internacional e forças políticas que podem surgir pensando nas eleições de 1965. Todas essas questões são feitas em nome da opinião pública e do povo: “a opinião pública brasileira quer saber muitas coisas” e “o povo quer – hoje mais do que nunca – saber tudo, com minúcias”²³⁸.

O jornalismo se propõe a ser o porta-voz da população. Constantemente *JB* fala em nome da opinião pública, ainda que não a defina. O jornal atribui sentidos ao que o povo deseja com o rumo do país.²³⁹ Ao referir-se de modo geral à opinião pública, entende-se que a população é homogênea, sem algum tipo de conflitos e divergências existentes. O veículo converge a existência de várias opiniões públicas em uma só, dando unidade de pensamento às pessoas que compõem o país e seus leitores. Se há alguma definição dela, seria o “amadurecimento sensível dos setores mais atuantes da opinião pública brasileira”²⁴⁰ ou mesmo “opinião pública mais categorizada”²⁴¹.

O jornal justifica seus posicionamentos frente aos acontecimentos como se fossem da “opinião pública”. Ao se colocar como porta-voz e intérprete desta vontade popular e em nome da coletividade, o periódico faz questionamentos e cobranças aos governantes, e assume determinada posição política. Neste momento, o periódico tende a considerar essa opinião pública e a “maré popular” como consciente, ainda que dependente do que a imprensa pode oferecer. O jornal se autopromove como um meio de comunicação capaz de mediar a vontade popular e os representantes políticos no poder.

Os jornais constroem e referendam um discurso que faz da eloquência arma política, valendo-se da retórica intempestiva e emocionada. Por outro lado, articulam uma concepção que visualizam os leitores como sujeitos quase passivos diante da notícia, cabendo à imprensa o papel de induzi-los a pensar e, em consequência, atuar como atores políticos. Há ainda que se acrescentar a reprodução de um discurso bacharelesco, falando como oradores e portadores de um ideal de verdade, defendido

²³⁸ Campanha irracional, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963, p. 6.

²³⁹ São vários os exemplos: “[a opinião pública] já percebe, embora confusamente, que há alguma coisa errada – apesar de todas as declarações oficiais que visam a tranquilizá-la – no que diz respeito às relações do Brasil com os Estados Unidos. A opinião pública começa a preocupar-se (...)”; “Enquanto os brasileiros (...) procuram solucionar os problemas, preservando a democracia representativa (...)”; “porque é ação e trabalho que o povo está exigindo. É de desenvolvimento e estabilidade que o país está precisando”, “o que o povo não mais tolera é o manobristismo político (...)” (Ação e decisão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6).

²⁴⁰ Campanha irracional, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 6 jan. 1963, p. 6.

²⁴¹ Ação e decisão, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, p. 6.

como fundamental para a consecução da justiça. Os jornais se auto instituem como lugares de formação do leitor. Pelo combate, seja nos editoriais, seja nas notícias, produzem um sentido único para a cena política, não abrindo espaço ao diálogo. (BARBOSA, 2014, p. 175)

A opinião pública, segundo Alfred Sauvy, é um poder anônimo que pode se tornar uma força política (SAUVY apud CHAMPAGNE, 1998, p. 77). A atual ideia de que se tem da expressão “opinião pública” surgiu a partir do século XIX, entendida como a opinião do próprio público, mais direta e espontânea. Tal noção se distingue da primeira versão do termo, utilizada anteriormente, que era uma expressão de uma elite de cidadãos bem informados e qualificados, sendo a “opinião pública” uma opinião autorizada, formal e reconhecida pelas instituições políticas, por isso pública (CHAMPAGNE, 1998). Ambas noções de opinião pública coexistiram durante a segunda metade do século XIX até meados do século XX. Sobre a noção atual do termo:

Trata-se menos da opinião resultante da reflexão do que de preconceitos profundamente enraizados ou, então, de uma opinião alheia, pouco exigente, mal interiorizada, rapidamente abandonada, próxima daquela que é emitida na tagarelagem habitual. Essa forma de “opinião pública” que passa pela imprensa e pelos movimentos públicos de protesto foi sendo reconhecida progressivamente, ou seja, na medida em que “a multidão” foi deixando de ser sinônimo de irracionalidade para a maioria das elites políticas. (CHAMPAGNE, 1998, p. 64)

Conforme Gabriel Tarde, os públicos existem essencialmente pela e para a imprensa, agindo por intermédio dos publicistas, manifestando-se os jornalistas a favor dos públicos (TARDE apud CHAMPAGNE, 1998, p. 68). De acordo com Patrick Champagne:

Por profissão, os jornalistas tornar-se-ão influentes “líderes de opinião”: exprimem sua opinião que pensam ser também a opinião de seus leitores e essa opinião pré-ajustada ao público, lida pelos leitores, tende a tornar-se a opinião dos leitores e, por consequência, um importante componente do que é percebido como “opinião pública”. (CHAMPAGNE, 1998, p. 71)

A importância que o jornal dá para a opinião da população através da defesa da “opinião pública”, termo muitas vezes colocado como sinônimo de povo, está diretamente ligada às formas democráticas de fazer política e do jornal se colocar como instituição porta-voz da democracia. Wilson Gomes explicita bem tal questão quando afirma que a “centralidade da ideia de opinião pública” faz parte de “fenômenos típicos da forma histórica da democracia liberal” (GOMES, 2004, p. 276).

Os conceitos democráticos modernos de “público” e de “povo” como sujeitos de direitos e como esfera da cidadania, a imposição de que a legitimidade da decisão política depende da adesão da esfera civil e não de operações meramente internas da esfera política e a exigência da esfera pública são ao mesmo tempo a razão de ser da política de opinião em sociedades democráticas e os fundamentos conceituais e institucionais da própria democracia dos modernos. (GOMES, 2004, p. 277)

Além disso, a própria formação da opinião pública é uma situação de competição, onde “disputa-se politicamente a opinião em sociedades democráticas porque se reconhece a soberania política da esfera civil” (GOMES, 2004, p. 278).

A democracia estabelece que a cidadania, a esfera civil, é a instância que autoriza o exercício legítimo do poder político, devendo, portanto, ser convencida (ou seduzida) pelos sujeitos do interesse político que se opõem no campo de disputas. (GOMES, 2004, p. 278)

A relação entre os termos opinião pública e imagem pública são muito próximos, ainda que a “opinião pública” possa ser utilizada como sujeito, em sua maioria entendida como sinônimo de “povo”, enquanto imagem pública designa as caracterizações e qualidades, referentes à personalidade de um agente político. De acordo com Gomes, “são expressões que designam um complexo de posições teóricas acerca de um objeto qualquer” (GOMES, 2004, p. 193). Ambos podem ser formados e constituídos através da mediação de instituições de comunicação. Tornam-se públicos as opiniões e imagens quando existe uma percepção comum entre as pessoas que compõem a esfera pública de uma sociedade. Entretanto, seja a opinião ou imagem, não necessariamente é a percepção comum que se sobressai quando os próprios meios de comunicação e seus agentes constroem e formulam tais percepções sobre a realidade, falseando uma imagem pública sobre alguém ou formulando opiniões prontas para os públicos, que na realidade apenas convergem com os interesses da própria instituição comunicacional.

Prefere-se usar o termo “imagem pública” para as concepções sobre a natureza de instituições, pessoas e produtos, para os juízos intelectuais acerca das propriedades estáveis de sujeitos e instituições. Assim podemos falar da imagem do Presidente da República, do Congresso Nacional, da Federação das Indústrias, da CUT, do MST e do ministro *x* ou *y*. Formar uma imagem é, portanto, *reconhecer* um conjunto de propriedades como características de determinadas instituições e atores políticos – um “reconhecimento” que, a bem da verdade, é uma atribuição. O uso do termo “opinião pública” é um pouco mais complexo, na medida em que parece poder ser usado para se referir a qualquer posição conceitual acerca de qualquer objeto. Inclusive a respeito das propriedades características de pessoas e instituições. Nesse sentido, a imagem pública é claramente uma espécie do gênero opinião pública. Uma espécie bem particular, certamente, e que merece um tratamento privilegiado, mas sempre uma espécie. (GOMES, 2004, p. 194)

A soberania popular é a própria opinião pública, no qual o sistema democrático moderno põe como princípio de sua verdade (LANDSHUT apud CAPELATO, PRADO, 1980). Sobre isso, Capelato e Prado afirmam que essa noção é o fundamento das instituições democráticas, fazendo com que jornais tendem a ser intérpretes da opinião pública, justificando “posições assumidas como sendo ditadas pela vontade popular, pelo sentimento coletivo” (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 94).

4.12 Considerações finais

Após as análises feitas é possível perceber que a imprensa de oposição, identificada pelos jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, se posicionou, em sua maior parte, mais desfavoravelmente ao presidente, não incorporando a campanha do plebiscito em sua narrativa. Ao passo que o jornal *Última Hora* foi o único veículo comunicacional que apoiou a vitória do sistema presidencialista e ofereceu uma imagem positiva do Presidente e seu governo, reforçando a dimensão dos votos favoráveis ao “não”. O plebiscito, e principalmente seu resultado, representou a vitória de Goulart nas urnas, significando este momento político como a eleição para a Presidência da República que Goulart não teve quando assumiu o cargo em meados de 1961.

As narrativas dos jornais *Jornal do Brasil* e *Correio da Manhã* contrastam com a narrativa construída pelo *Última Hora*. Enquanto *Correio da Manhã*, assim como *Jornal do Brasil* em posicionamento moderado, reivindicam com frequência responsabilidade, autoridade, unidade, coerência e ação do presidente João Goulart quanto aos temas caros para a população, na efetivação prática do crescimento do país e na formação de seu governo presidencial, *Última Hora* já considera haver, neste clima pós retorno do presidencialismo, clima de tranquilidade e ampliação das perspectivas nacionais, embasadas no diálogo e no apoio do presidente com o povo.

Dessa maneira, considerou-se o quanto os jornais dedicam espaço ao plebiscito e como retratam o assunto. *Última Hora* tende a elaborar e fortalecer uma imagem positiva do presidente, pensando na narrativa que reforça sua “grandeza” em relação ao resultado do plebiscito, além de utilizar recursos gráficos na capa (seja fotografias ou manchetes com letras de grande destaque) que enfatizam seu apoio junto ao Presidente. O jornal *Correio da Manhã*, por outro lado, acaba por não dar tanto destaque ao episódio. Quando menciona Goulart, é de uma forma desfavorável que tende a reforçar uma imagem pública mais negativa, considerando

as recorrentes críticas ao regime presidencialista de 1946, também não dando ênfase a vitória do presidente nas urnas.

Além disso, utiliza-se mais do texto do que de imagens ou componentes gráficos - quando utilizam destes últimos, inserem charge com tom irônico, que debocham do presidente. A título de exemplo, a manchete de *Correio da Manhã* - “Plebiscito: 1ª urna na Guanabara respondeu “não” ao Ato Adicional”²⁴² - é interessante de se observar pois a escolha das palavras é bastante significativa. O jornalista preferiu utilizar “urna” ao invés de eleitores ou população. Preferiu também ao “não ao Ato Adicional” do que o “sim ao Presidente”, como a *Última Hora* fez: “O povo disse ‘sim’ a Jango”²⁴³. São essas escolhas e preferências que o jornal vai delineando o seu posicionamento junto a votação. O *Jornal do Brasil*, por sua vez, também tende em parte a desprestigiar a imagem de Goulart, visto que tende a colocá-lo em uma situação de isolamento e acaba por desmerecer sua popularidade. Ainda que dê destaque ao plebiscito e ao Presidente através das manchetes e títulos, não reforça a imagem de Goulart pelas fotografias ou atributos visuais ou gráficos.

²⁴² *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa.

²⁴³ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 8 jan. 1963, capa.

5. Atos finais da democracia brasileira: o Comício da Central do Brasil (1964)

A análise do material consistiu em verificar o discurso presente nos editoriais dos jornais sobre o comício, bem como sobre o presidente e seu governo. Para este capítulo foram priorizadas e analisadas as edições do mês de março e os quatro primeiros dias de abril. As análises, assim, contemplam especialmente a recepção dos jornais sobre o comício das reformas, a revolta dos marinheiros e a participação de Goulart na reunião com sargentos.

O Comício da Central do Brasil, também conhecido como Comício das Reformas, foi realizado no dia 13 de março de 1964, na praça Cristiano Ottoni, centro da cidade do Rio de Janeiro. Foi organizado por líderes sindicais, trabalhistas e comunistas, integrantes do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Comunista Brasileiro (PCB). O comício teve início às 18 horas, porém o presidente João Goulart iniciou seu discurso apenas às 20h45. Houve uma grande concentração popular - que começara a chegar ao local desde o início da tarde - calculada em torno de 200 mil pessoas, com faixas e bandeiras que sinalizavam seu apoio às reformas e ao presidente.

O evento teve a segurança do I Exército. A polícia do Estado da Guanabara, por intermédio do governador Carlos Lacerda, não esteve presente no evento. João Goulart, horas antes do comício iniciar, decidira não ir ao local, preocupado com sua segurança no evento. O ministro do Exército, entretanto, garantira sua proteção. No palanque, João Goulart esteve acompanhado e protegido por Oswaldo Pacheco, membro do CGT. Além disso, ao lado da Central do Brasil, a sede do Ministério da Guerra esteve tomada por homens armados nas janelas para proteger o evento e o presidente (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 267).

O objetivo do governo com a realização deste comício foi demonstrar apoio popular às propostas reformistas, especialmente à implantação da reforma agrária. Na agenda deste evento estava previsto a assinatura do decreto da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), com a desapropriação das propriedades de terras, e a nacionalização das refinarias particulares de petróleo. Especulava-se, principalmente nos meios de comunicação, um possível anúncio de campanha de reeleição de Goulart nas eleições que deveriam ocorrer em 1965.

O discurso de João Goulart foi improvisado e carregado por emoção. Falou sobre o decreto da SUPRA, que já havia assinado no Palácio das Laranjeiras, sobre o decreto de encampação das refinarias de petróleo, decreto da reforma urbana, à mensagem que enviaria ao Congresso sobre a reforma universitária, eleitoral, e o decreto que regulamentava alugueis de imóveis (FERREIRA, GOMES, 2014, p. 275).

A linha opinativa de *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* se assemelham bastante. São contrários a possível reforma constitucional que possibilita a reeleição de candidatos em cargos políticos e ao próprio "continuismo" de Goulart no poder. Os jornais avaliam a reeleição como um pretexto para a realização de um golpe da parte do presidente. Ambos os jornais tendem a enfatizar a imagem negativa de João Goulart quando mencionam aspectos positivos ou elogiam atitudes de outros políticos. Com frequência observamos que *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* defendem e recorrem à atuação das Forças Armadas, ao Congresso, à constitucionalidade, à manutenção da lei e da ordem, à defesa da legalidade democrática e à tranquilidade social, sob os preceitos de uma democracia aos moldes liberais e pressupostos do pensamento conservador.

A democracia concebida pelos liberais embasa-se ainda no princípio da "soberania popular". Segundo a teoria da "vontade geral" preconizada por Rousseau, a soberania pertence exclusivamente ao povo, como órgão corporativo, sendo o governo seu mero agente, com poderes delegados que podem ser retirados ou modificados consoante a vontade popular, dentro de uma concepção em que a vontade da maioria dos cidadãos ativos era o instrumento preciso de mensuração dessa impalpável "vontade geral do povo". (CAPELATO, PRADO, 1980, p. 93)

Ambos os jornais investem duras críticas ao presidente e seu governo. No entanto, enquanto *Jornal do Brasil* tem seu posicionamento bastante crítico desde o início do mês, conferindo caracterizações negativas ao comício e investindo críticas a João Goulart como caudilho, antirreformista, etc., o jornal *Correio da Manhã* tem uma postura diferente no início de março. Nos dias que antecedem o comício, *Correio da Manhã* possui uma postura moderada, em que não associa o radicalismo de Brizola a Goulart, dando um voto de confiança para o presidente, na expectativa de que este não radicalize sua posição e que surpreenda com suas atitudes e discursos. Entretanto, após o comício, o jornal aparenta decepção aos discursos dos políticos e líderes presentes no comício. Ainda assim, não radicaliza seu posicionamento. Isso só ocorre no final de março. *Correio* investe críticas mais pesadas apenas quando o presidente participa do evento no Automóvel Clube, com sargentos e suboficiais, não existindo mais espaço para posicionamento moderado por parte do jornal.

Enquanto *Correio da Manhã* delineia desde meados de março previsões para o rumo político do país, traçando uma possível ruptura no regime democrático, configurado por um golpe de esquerda ou de direita, o *Jornal do Brasil* tem uma perspectiva mais otimista sobre o cenário da política brasileira, assinalando a continuidade da democracia, que civis e militares saberão preservar a paz e a ordem. Mesmo assim, possui postura contrária ao governo e ao presidente. *Última Hora*, por sua vez, possui em todo mês de março posicionamento favorável

às decisões governistas e atitudes do presidente Goulart, elogiando sempre que possível a política janguista e defendendo a preservação do regime democrático.

Considerando sua trajetória no cenário do jornalismo brasileiro e vinculações com o trabalhismo desde sua fundação, *UH* é o único jornal que destoa da narrativa dos demais periódicos, também por ser um jornal considerado governista. *Última Hora*, neste mês de março, pauta seus textos editoriais em torno de alguns assuntos que são recorrentes: posicionamento favorável ao presidente João Goulart e ao comício, bem como às reformas de base; constantes críticas ao IBAD, desmentindo a ideia de pânico criada pelas elites políticas em torno da suposta “agitação” que o comício proporcionou. Além disso, *UH* promove e apoia o diálogo de trabalhadores, setores populares e estudantes com o presidente, e reforça a relação entre eles.²⁴⁴

O comício teve a participação de diversos oradores, que discursaram em torno da implantação das reformas de base.²⁴⁵ Importantes nomes da política e organizações sindicais e estudantis estavam presentes para promover apoio às reformas de base, a pauta central do comício. As reformas foram medidas nacionalistas e populares, que visavam a ampliação das liberdades democráticas.

O comício do dia 13 de março repercutiu de maneira impactante no quadro político brasileiro da época. Para as esquerdas (coalização pró-reformas), a notícia do evento surgiu como a vitória dos grupos reformistas que, desde a posse de Goulart na presidência da República, procuravam tê-lo como aliado exclusivo nas mudanças econômicas e sociais que defendiam. Para as direitas e conservadores, a manifestação atuou como um alerta, como uma senha que unificou grupos e propostas heterogêneas no sentido de romper com o jingo democrático. (FERREIRA, 2011, p. 411-412)

A política reformista e a realização das reformas representariam a democracia de participação ampliada das camadas populares do país. Especificamente, o foco central do comício esteve direcionado à implantação da reforma agrária. Para a realização desta, dependia também da reforma constitucional, que consistia na alteração do artigo 141 (pagamento prévio

²⁴⁴ Nesse momento, os textos opinativos de *Última Hora* estão concentrados em uma mesma página, diferentemente de 1961 e 1963 quando se encontravam dispersos ao longo de todo jornal.

²⁴⁵ Dentre eles estavam: José Lellis da Costa (presidente do Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara), Olímpio Mendes (presidente da União Brasileira de Estudantes Secundaristas), Sérgio Magalhães (deputado, Frente Parlamentar Nacionalista), Seixas Dória (governador de Sergipe), Artur Virgílio (líder do PTB no Senado), João Pinheiro Neto (presidente da Superintendência de Reforma Agrária - SUPRA), José Serra (presidente da União Nacional dos Estudantes – UNE), Miguel Arraes (governador de Pernambuco, PST), Hélio Ramos (deputado BA-PSD), Doutel de Andrade (líder do PTB na Câmara), Leonel Brizola (deputado pela Guanabara, PTB, Frente de Mobilização Popular), Elói Dutra (vice-governador do estado da Guanabara), Badger da Silveira (governador do Rio de Janeiro) (FERREIRA, GOMES, 2014).

em dinheiro por desapropriações feitas por interesse público) e da regulamentação do artigo 147 (desapropriação por interesse social). Enquanto as esquerdas defendiam o pagamento em títulos de dívida pública, os conservadores não aceitavam a alteração do artigo constitucional (FERREIRA, 2003, p. 350).

O comício do dia 13 de março foi um evento político de grande impacto e repercussão (TOLEDO, 1983), sob um clima de tensão política no país, que representou a retomada de João Goulart com as esquerdas. Segundo Ferreira, “com o evento, a aliança do governo com o movimento sindical urbano, com os trabalhadores rurais e as esquerdas, notadamente o PCB e a ala radical do PTB, foi selada” (FERREIRA, 2003, p. 382). Além disso, demonstrou o “elevado grau de politização que começava a atingir diferentes setores da sociedade brasileira” (TOLEDO, 1983, p. 95).

5.1 Vésperas do comício

O jornal *Correio da Manhã*, em editorial publicado no dia do evento, mantém uma postura equilibrada e neutra em torno do acontecimento.²⁴⁶ Apesar de reconhecer o clima tenso proporcionado pelo momento político, o jornal não deslegitima, ao menos neste primeiro momento, a realização do comício. Além disso, afirma não haver nenhum motivo convincente “para que se crie, no Brasil, um clima de intranquilidade econômica, política e social”²⁴⁷.

Quem pode destruir as instituições? Esses grupos de camponeses que invadem terras e logo são forçados a recuar? Os sindicatos rurais ainda em formação? As milícias de fazendeiros? Os líderes sindicais mais afoitos? Evidentemente que não. Só as Forças Armadas poderiam mudar o regime. Poderiam em tese, mas de fato, não podem. (O comício, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6)

Já *Jornal do Brasil* deixa claro seu posicionamento no dia anterior à realização do comício. Caracteriza-o como um “outro show de retórica reformista ao ar livre”, relacionando à “intranquilidade e radicalização”, bem como a “superficialidade espumante do comício”, descaracterizando o evento e sua proposta.²⁴⁸ O texto indica que a realização do comício atrapalha a rotina do trabalho e da ordem, sendo estas expressões de convicções democráticas;

²⁴⁶ O comício, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6.

²⁴⁷ Defesa das instituições, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, capa.

²⁴⁸ Votos para o comício, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6.

sendo “nervosas e provocativas” todas aquelas que quebrem com o ritmo normal, neste caso e segundo eles, o comício.

Nesse rumo, por esses processos de comício de rua, a pregação das reformas logo se estará transformando em pregação da ruína nacional. E o Brasil não poderá ser arruinado, a pretexto algum, nem pelo seu Primeiro Magistrado, transformado em “procurador do povo”. Se é certo que o Presidente e sua política se sustentam na afirmação de que é o homem do compromisso, de que ele é o homem providencial que separa da linha do “*paredón*”, se é certa essa vocação de compromisso, os resultados refletidos no Brasil de 1964 são a própria negação do compromisso. Ao contrário: o Brasil de hoje, o Brasil do Presidente dito do compromisso, está chegando ao paroxismo da radicalização mais do que condenável. (Votos para o comício, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6)

O editorialista, além de deslegitimar o comício, caracteriza-o como “pregação das reformas” e estas como “pregação da ruína nacional”. As adjetivações em torno de João Goulart, como “Primeiro Magistrado”, “procurador do povo”, “homem de compromisso” e “homem providencial” logo são questionadas pelo veículo comunicacional como não adequadas para se referir ao presidente da República, pela sua falta de compromisso. Também passa a utilizar o termo “Presidente moderado”, quando sugere a Goulart refletir “sobre o seu fracasso e sobre a origem do mesmo”.

A origem é simples: é impossível ao mesmo tempo preconizar o compromisso e agitar as ruas e os campos com expectativas inatingíveis a curto prazo. O resultado da política dita de compromisso é um comício de agitação que paralisa a energia nacional, coisa que o Presidente da República não tem o direito de fazer. (Votos para o comício, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6)

O “comício de agitação” acaba evidenciando a insatisfação de *Jornal do Brasil* perante a realização do evento. Além disso, ao apresentar Goulart como defensor de uma teoria reformista do papel das Forças Armadas e de um conceito moderno de soberania, o periódico afirma que o país comandado por Goulart é “o Brasil do acirramento da hostilidade ao capital privado em geral e ao capital estrangeiro em particular”. Nesse sentido, transmite a ideia de ameaça ao capital privado e estrangeiro pelo governo, tão caros à “doutrina” conservadora que o jornal possa se identificar.

A extensão é descabida e certamente as Forças Armadas não se deixarão engajar em movimentos favoráveis à estatização progressiva da economia, a pretexto de defesa da soberania patrimonial da Nação. Os seus deveres já são muitos para recursos escassos. E o primeiro dever interno é o da manutenção dos poderes constituídos, a lei e a *ordem*.

Amanhã, a responsabilidade das Forças Armadas na defesa da ordem se engrandece. Na missão de polícia que lhes é imposta pela obediência ao Presidente no comício, cabe a elas total responsabilidade pela ordem nessa Cidade-Estado. Não podem falhar, a pretexto algum, deixando-se arrastar pelo torvelinho da paixão política. Sua missão

amanhã será a de assegurar a paz e o trabalho tranquilo dos cidadãos da Guanabara e do Brasil inteiro. (Votos para o comício, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6)

Jornal do Brasil defende a manutenção da ordem pela atuação das Forças Armadas - em contraponto às consideradas agitações promovidas pelo Presidente através do comício e do debate em torno das reformas estruturais -, sugerindo que a força militar não seja corrompida pelos ideais reformistas de Goulart. Assim, passam a pedir ajuda às Forças Armadas já no início do mês, ao contrário do evento político de 1961.

Os seus deveres já são muitos para recursos escassos. E o primeiro dever interno é o da manutenção dos poderes constituídos, a lei e a *ordem*. (Votos para o comício, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6)

É interessante que a palavra “ordem” está em itálico no texto original, visto que seu destaque – seja em relação à forma gráfica no texto ou como ponto principal do discurso – delinea o pensamento conservador pelo controle, ordem e harmonia social do país. No texto intitulado “*Em tempo*”, da seção editorial correspondente ao dia da realização do Comício das Reformas, permanece o tom contrário às agitações:

O comício de hoje pode ser o começo de novo período de agitações comandadas pelo Presidente da República. Também pode ser o fim, no nascedouro, da agitação plebiscitária visando ao continuísmo, a uma “ditadura consentida”, a um bonapartismo sem galões, de bombacha e chimarrão. (...) O país já desconfia até onde vai a ambição do Presidente João Goulart. (Em tempo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6)

Já *Última Hora* caracteriza o evento como um “grande comício”²⁴⁹. Antes mesmo da realização do evento, o diário considera o resultado do comício como êxito e sucesso, considerando-o como um ato histórico. A assinatura da SUPRA é visto como “fazer história” e o seu decreto como a “vitória do povo”. De todo modo, o jornal evidencia o evento e dá o seu destaque quando menciona como o “maior comício da história do Brasil”, “um dos maiores acontecimentos de todos os tempos”, caracterizado também como um “comício-monstro” ou mesmo um “*meeting* histórico”²⁵⁰. Assim, acaba hiperdimensionando o evento. Ao lado do editorial “*O povo em comício*” e abaixo da expressiva manchete principal “*Exército garante*

²⁴⁹ Pronto o esquema de segurança para o grande comício do dia 13, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, capa; Tudo pronto para o grande comício de amanhã, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, editorial.

²⁵⁰ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa.

povo no Comício da Reforma”, da edição correspondente ao dia do evento, *Última Hora* publica fotografias e retratos de cinco homens²⁵¹ e, sob legenda, seus respectivos depoimentos de expectativas ao comício.²⁵²

Para prestigiar a reunião que as classes trabalhadoras e seus organismos convocaram, lá estará o próprio Presidente da República. É este mais um emocionante testemunho de que fruimos todos os privilégios de um regime democrático: o primeiro mandatário a encontrar-se com o seu povo em praça pública, para o exame em comum dos nossos problemas mais urgentes. (O povo em comício, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa I)

O Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) fez parte da organização do evento. Ficou claro que o posicionamento do presidente João Goulart, a partir deste momento, esteve alinhado às esquerdas, obtendo apoio das organizações sindicais e trabalhistas. Isso porque a assinatura dos decretos de SUPRA e a encampação das refinarias de petróleo, além da defesa de votos de analfabetos e outras reformas, contemplava as diretrizes do CGT, fundado em 1962. O CGT foi um dos organismos de coordenação sindical do país, sendo a primeira organização que atuou como central sindical a nível nacional (RODRIGUES, 1991, p. 547). Nesse momento, o CGT “ameaçou com uma greve geral para exigir do Congresso a aprovação das reformas de base, com a mudança da Constituição” (BANDEIRA, 1977, p. 104). Leonel Brizola, liderando as correntes de esquerda na Frente de Mobilização Popular (FMP), defendia o fechamento do Congresso para instituir as reformas. Mesmo que João Goulart não tivesse um posicionamento radical – inclusive distanciava-se do radicalismo político esquerdista - a ponto de fechar o Congresso, ele estava em alinhamento a estas correntes, o que o distanciava ainda mais do centro político, identificado pelo PSD, e que dificultava a realização das reformas no país. Além disso, foi um contexto de muitas reivindicações.

Os conflitos abalaram tanto as cidades como os campos. Os trabalhadores, em Pernambuco, paralisaram pela primeira vez os engenhos de açúcar. As invasões de terras tomaram as características de rebeliões. E as lutas de classes refletiram-se no seio das Forças Armadas, onde a questão da inelegibilidade fomentou a radicalização política dos sargentos, antagonizados com parte da oficialidade. (...). A rebeldia contaminou todos os escalões militares. (BANDEIRA, 1977, p. 104)

Em editorial “*Critérios de autoridade*”²⁵³, *Jornal do Brasil* identifica o “teor marcadamente subversivo da ação de todo o dispositivo sindical que lhe dá apoio e da

²⁵¹ O jornal os intitula como funcionário, portuário, motorneiro, bombeiro e livreiro.

²⁵² **Última Hora**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa.

²⁵³ **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6.

verborragia revolucionária do Sr. Leonel Brizola”. As organizações trabalhadoras, estudantis e sindicais são vistas como “dispositivo de agitação sindical e comunista” que investem contra o Congresso, a estrutura do Poder Legislativo e poderes institucionais.

5.2 Efeitos do comício

No dia posterior à realização do comício, o editorialista de *Jornal do Brasil* inicia seu texto com a seguinte frase: “A democracia saiu, no mínimo, humilhada ontem na Central”²⁵⁴. Segue afirmando que foi o “comício de dois políticos inelegíveis”, supostamente se referindo à Goulart e Brizola, tirando assim o protagonismo de Goulart como a voz de comando central do comício. Ao longo do texto, apresenta a relação do presidente com outras figuras políticas como “solidariedades promíscuas com inimigos ostensivos”, com o propósito de “destruir a Constituição”.

Não estranhamos a presença do deputado fidelista ao lado do Presidente, depois de muita encenação de antagonismo. Eles estão unidos no alvo comum de destruir a Constituição para chegarem a ter alguma possibilidade de permanência ou ascensão no poder. Desunidos estarão no futuro, na hora da crise, porque disputarão o poder um contra o outro, sobre o cadáver da democracia representativa.

(...) A definição desafiadora dos inelegíveis tem de ser respondida pelos candidatos elegíveis, irreversíveis ou potenciais. A disposição de impedir o pleito é clara de um lado: será necessário que tal disposição seja respondida por outra mais vigorosa e democrática – a de chegar ao pleito. Essa é a missão de todos nós. Tudo fazer para chegar ao pleito, reagindo contra o desafio à ordem constitucional. É principalmente missão dos candidatos e das forças políticas que os apoiam. Inclusive do PTB, cujo destino político permanente não poderá ser sacrificado numa ditadura peronista ou numa revolução fidelista, para satisfazer os apetites dos inelegíveis que tentam se sobrepor ao partido e às correntes afins ao PTB. É inevitável depois do comício de ontem na Central que os candidatos e partidos se abroquelem numa frente institucional, acima de divergências mediatas ou não. (Os inelegíveis, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 6)

O editorialista segue declarando o “problema do poder” e “frontal incompatibilidade com o processo sucessório” de João Goulart, ameaçado por uma “política reformista insincera, porque personalista, e inviável, dentro da norma da democracia representativa”. Finaliza afirmando que o poder de Goulart “não é maior, nem desfruta de legalidade maior, do que o direito real, desde agora, de seu sucessor no poder”.²⁵⁵ Podemos observar que há uma radicalização no discurso da imprensa de oposição.

²⁵⁴ Os inelegíveis, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 6.

²⁵⁵ *Ibid.*, p. 6.

Diferentemente do que considerou nas vésperas do comício, após o evento, *Correio da Manhã* fala em “decretos de natureza demagógica”, onde “não se compreende a mobilização de massas humanas”²⁵⁶. Sobre o comício, afirma que “não passou de uma exibição sem outra finalidade a não ser a de abrir a perspectiva para uma nova atuação governamental que deixa o país de sobreaviso”. Este editorial já indica uma mudança de postura do jornal, quando inicia sob algumas críticas ao evento. O veículo comunicacional passa a caracterizar o acontecimento como causadora de uma “intranquilidade geral” no país. Além disso, no mesmo editorial do dia 14 de março, ao defender o Congresso, o jornal considera-o como “soberano para julgar os problemas das reformas de base (...), sem necessidade de comícios officiosos armados exclusivamente como elementos de uma guerra psicológica”²⁵⁷.

Em uma das edições que procede o comício, *Correio da Manhã* dedica totalmente a primeira página às fotografias²⁵⁸ (figura 22), preferindo retratar o acontecimento do comício através de uma única manchete e somente por imagens e legendas, hierarquizando o evento através dos temas: o deslumbro do menino, a segurança do comício, holofotes e o fantasia do evento, bispo e trabalhadores, cartazes da concentração, tanques militares, monopólio integral, e tochas e distúrbios²⁵⁹. Na segunda capa da mesma edição, pode-se observar que o veículo dá ênfase às chamas, tanto dos archotes e labaredas como das “palavras e gestos inflamados” do presidente²⁶⁰.

²⁵⁶ O último comício, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 6.

²⁵⁷ *Ibid.*, p. 6.

²⁵⁸ Em março de 1964, sobre as imagens visuais que se referem ao presidente ou ao governo, foram encontradas 5 charges em *Correio da Manhã*, 8 fotografias em *Jornal do Brasil* e 11 fotografias em *Última Hora*.

²⁵⁹ Comício pró reformas foi assim, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa II.

²⁶⁰ Discurso, petróleo e fogo, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa I.



Figura 22: Comício pró reformas foi assim.
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa.

Com relação ao presidente da República, *Correio da Manhã* dirige-se a ele como aquele que “deixou o país em expectativa”²⁶¹, o que é uma “ameaça ao regime democrático, encarnada no sr. João Goulart”. Considera seu discurso inflamado que tende a convulsionar a situação do país. No entanto, o jornal recomenda não se deixar dominar pelo pânico ou se assustar com comícios, alegando que “a reunião em praça pública é um direito soberano do povo”²⁶², já que considera que no país há uma “atmosfera de intranquilidade”²⁶³.

Última Hora, assim como *Correio da Manhã*, também dedicou a primeira página da edição posterior ao comício (figura 23) inteiramente voltado para o evento, em que enfatiza a participação popular através de manchetes como “*Democracia é isto: o povo livre na rua*” e “*Alma do povo na explosão cívica*”²⁶⁴, e o registro fotográfico com ângulo que demonstra a quantidade de pessoas presentes no evento (figura 24), valorizando a grandeza do evento e do apoio popular que Goulart e suas medidas reformistas receberam.

²⁶¹ Equívocos, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 15 mar. 1964, p. 6.

²⁶² Reformar e resistir, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1964, p. 6.

²⁶³ Os golpes e a democracia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 6.

²⁶⁴ **Última Hora**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa.



Figura 23: Jango assinou decretos históricos.
Última Hora, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa.



Figura 24: Comício das Reformas.
Última Hora, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, capa.

5.3 A imagem de João Goulart

Nesse contexto, o presidente João Goulart tinha como proposta unir e conciliar a esquerda e o centro, e isolar cada vez mais a direita. Previa-se, assim, a realização de reformas pactuadas, pela via de negociação. Entretanto, Goulart acabou isolado. De acordo com as considerações de Ferreira, “a sua política de conciliar o centro com a esquerda também se

mostrara um fracasso. Não por sua incapacidade, mas porque as partes negavam-se a pactos e compromissos” (FERREIRA, 2003, p. 379). O PTB, que representava as esquerdas no cenário político, tinha em sua ala mais radical uma política de confronto. As esquerdas passaram a criticar Goulart por sua política de conciliação e o pressionavam pelas reformas. O partido político PSD, identificado pelo centro no espectro político, acabou se aproximando aos poucos da direita, formando a ligação centro-direita. O PSD se viu cada vez mais assustado com a mobilização de operários e camponeses, aproximando-se, assim, da UDN, esta identificada como a direita do país, que repudiava João Goulart.

No início de 1964, João Goulart optou pela Frente de Mobilização Popular (FMP) e a Frente Única de Esquerda, liderados por Leonel Brizola, para receber amplo apoio das esquerdas. Assim, não aderiu à Frente Progressista de Apoio às Reformas, de San Tiago Dantas, que se aproximava do centro (PSD) e que não conseguiu unir as esquerdas. Goulart adotou, dessa maneira, uma estratégia política ofensiva com as esquerdas na realização do comício (ONOFRE, 2016, p. 175), o que acabou por radicalizar ainda mais a postura dos grupos contrários ao governo e fazer com que estes acreditassem que havia um golpe sendo planejado pelo presidente – mesmo que não houvesse nenhum indício de golpismo por parte do governo federal e das esquerdas (TOLEDO, 2004b; MELO, 2014).

Certamente, é possível especular que, em algum momento – diante da cerrada oposição do Congresso e de setores importantes da sociedade civil –, o Presidente da República teria cogitado da ideia de um golpe de Estado. Se fosse bem-sucedido, as reformas sociais e econômicas seriam impostas e realizadas por decreto, com o Congresso fechado ou inteiramente tutelado. À época, era isso o que a direita alardeava pela imprensa, fazendo clara analogia com o golpe que, em 1937, instituiu o Estado Novo. Para os setores reacionários, Goulart nada mais fazia do que ser fiel ao “caudilho” Vargas. O “dispositivo militar” de Goulart – exaltado em verso e prosa – revelou-se um fiasco no exato momento em que dele se exigia uma ação eficiente em defesa da ordem constitucional. Poderia então Goulart ter planejado um golpe de Estado com forças de comprovada incompetência e inépcia? (TOLEDO, 2004b, p. 37-38)

No contexto entre o final de 1963 e início de 1964, Bandeira afirma que o nacional-reformismo se revelou “impotente para atender às necessidades políticas” (BANDEIRA, 1977, p. 104). Goulart era um político que preferia o diálogo e a conciliação, evitando qualquer possibilidade de radicalização, e isso estava incluído a não imposição das reformas de base ao Congresso. Como o autor afirma, Goulart “construía sua carreira pública em campo aberto, por vias sempre pacíficas e recusava-se agora, como Presidente, a implantar as reformas ao preço da derrocada das instituições democráticas” (BANDEIRA, 1977, p. 104).

A política de negociação e conciliação de Goulart é vista pelo *Jornal do Brasil* como "personalidade múltipla", em que se multiplica "esforços para agradar hoje, aos empresários, e amanhã, aos sindicatos"²⁶⁵. Assim, a postura de conciliador de Goulart, tão caro ao seu modo de fazer política, é retratado como algo dúbio, impreciso e ambíguo. Sobre a mensagem que o presidente enviou ao Congresso, no que diz respeito às reformas, é considerado pelo jornal como "matéria de impertinência, de inépcia e impropriedade" e que possui caráter de ultimato.

O documento que o Presidente da República enviou ao Congresso, quarenta e oito horas depois dos desafios lançados em praça pública, somente por fidelidade à formalística pode merecer o nome de Mensagem. A sua essência é de um ultimato à democracia representativa. Do comício à Mensagem, o Sr. João Goulart soltou do tom ideológico, programático e constituinte, para a tomada de posição agressiva contra o mecanismo do regime. (Mensagem – ultimato, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1964, p. 6)

Ao longo do mês de março de 1964, *Correio da Manhã* em seus editoriais elaborou uma imagem negativa de João Goulart. A partir de meados ao final do mês, intensificando o posicionamento principalmente após a participação do presidente no Automóvel Clube, no dia 30 de março, o jornal passou a investir duras críticas com maior intensidade ao presidente e seu governo. Fica evidente que em meio a uma postura moderada vista no início de março, há indícios de que *Correio* não apoia completamente a política janguista, ainda que defenda a realização das reformas de base. Não apoia completamente porque, segundo o jornal, "a ameaça ao regime democrático" está "encarnada no sr. João Goulart"²⁶⁶, evidenciando, neste mesmo editorial, o seu "jogo arriscado". As críticas direcionadas ao presidente da República giram em torno da possibilidade, vista pelo jornal, de Goulart implementar um golpe no país.

Neste momento político do país, os jornais de oposição estavam elaborando representações negativas sobre o governo e o presidente. Entretanto, foi já em fins do ano anterior que setores conservadores do país, incluindo a grande imprensa, passaram a desconfiar das reais intenções políticas de Goulart. A desconfiança da imprensa de oposição junto ao seu governo teve início desde outubro de 1963, quando o presidente declara Estado de Sítio no país. Sua declaração acontece pouco tempo depois, menos de um mês, dos acontecimentos de sublevação dos sargentos em Brasília. O decreto de Estado de Sítio, vistos por muitos como uma maneira para futuro direcionamento a um golpe ou ditadura, foi um episódio que fragilizou ainda mais a imagem de Goulart na imprensa.

²⁶⁵ Crédito político, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1964, p. 6.

²⁶⁶ Os golpes e a democracia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 6.

A revolta de sargentos, cabos e suboficiais da Aeronáutica e da Marinha, que aconteceu em setembro de 1963, foi uma resposta à afirmação do Supremo Tribunal Federal em manter o impedimento de sargentos em se elegerem para ocupar cargos do Poder Legislativo. Alguns tinham sido candidatos e haviam vencido as eleições gerais de 1962, mas tiveram os seus mandatos cassados, como foi o caso dos sargentos Antônio Garcia Filho, pela Guanabara, Aimoré Zoch Cavalheiro, pelo Rio Grande do Sul, e Edgar Nogueira Borges, por São Paulo. Isso desencadeou, em Brasília, “uma insurreição popular armada de âmbito nacional” (FERREIRA, 2003, p. 370). Os episódios que sucederam foram de indisciplina por parte dos suboficiais e sargentos.

A luta dos sargentos, que se fortalecia e ganhava a simpatia popular e apoio em suas demandas, enfraqueceu-se consideravelmente. (...) Setores civis conservadores e de direita ficaram impressionados com o episódio e as comparações foram inevitáveis. Se um grupo mal articulado de sargentos, cabos e soldados tomou a capital de República com facilidade, o que poderia acontecer se a rebelião fosse liderada por oficiais da ala janguista do Exército? (...). O movimento enfraqueceu politicamente o governo, desgastando-o profundamente. (FERREIRA, 2011, p. 363)

Poucos dias depois, em outubro de 1963, o presidente João Goulart envia pedido de Estado de Sítio ao Congresso Nacional. Segundo Figueiredo, “o ataque da direita forneceu a Goulart um pretexto para apoiar a insistência de seus ministros em decretar estado de emergência, sem se desincompatibilizar com seus aliados de esquerda, em participar o movimento sindical” (FIGUEIREDO, 1993, p. 134).

Para Goulart, os poderes de emergência certamente seriam um instrumento para reprimir a crescente oposição de direita ao governo. Mas, para os militares, a medida serviria também para restaurar a disciplina dentro das Forças Armadas e conter a agitação social. Goulart foi acusado de pretender repetir o golpe de Vargas em 1937, que estabelecera a ditadura do Estado Novo. (FIGUEIREDO, 1993, p. 134)

Tanto os grupos de oposição ao governo como os grupos de esquerda viram na possibilidade do Estado de Sítio forte desconfiança às intenções do presidente Goulart (FIGUEIREDO, 1993). No dia 7 de outubro, portanto, não tendo apoio suficiente para aprovação no Congresso, o presidente retira o pedido de estado de emergência. Alguns meses depois, já no final de março de 1964, quase duas semanas após o Comício das Reformas, foi deflagrada a revolta dos marinheiros, no dia 25 de março. Essa revolta foi desencadeada depois que o ministro da Marinha, Sílvio Mota, emitiu ordem de prisão aos principais organizadores

do evento de comemoração ao aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais, “entidade considerada ilegal” pela oficialidade.²⁶⁷

A situação ficou ainda mais grave quando o presidente João Goulart participou do encontro dos sargentos e suboficiais no Automóvel Clube do Brasil, no dia 30 de março, para “prestigiar a festa pelos 40 anos da Associação dos Suboficiais e Sargentos da Polícia Militar” (FICO, 2014, p. 52). Mesmo marcado com antecedência, sua participação nas comemorações, em que seria homenageado pelos suboficiais, coincidiu com o momento político do país que se encontrava em efervescência gerado pela revolta dos marinheiros, ocorrido poucos dias antes.

A presença do presidente da República no evento dos sargentos foi interpretada como uma afronta, na medida em que convulsionou ainda mais a radicalização política do país. Segundo Décio Saes, a existência do movimento popular nas Forças Armadas, com a reivindicação e luta da baixa oficialidade, “reaglutinará todas as facções da alta oficialidade (legalistas, golpistas, nacionalista, pró-imperialista) em torno de um mesmo propósito: a restauração da ordem e da hierarquia” (SAES, 1991, p. 499). A presença do presidente Goulart em atividades de militares subalternos “era como se estivesse prestigiando a quebra da hierarquia” (FICO, 2014, p. 52).

No dia 27 de março, *Correio da Manhã* considera o episódio da revolta dos marinheiros como “grave caso de indisciplina”²⁶⁸. Pede-se ao presidente que tranquilize o país “em vez de perturbá-lo, a fim de que termine o seu mandato dentro do regime legal”²⁶⁹. Insinua-se possivelmente a existência de eventuais perturbações vindas de Goulart e de que ele corromperia com a legalidade, novamente dando indícios de possível golpe. Podemos perceber a ideia de crise na legalidade do país, tendo em vista que a imprensa começa a construir a ideia de que Goulart troca a legalidade por uma atitude ofensiva e possivelmente antidemocrática.²⁷⁰

A mensagem divulgada pelo governo foi vista pelo jornal como “notas oficiais tão inócuas”, de que estas não adiantariam para tranquilizar o “incêndio”²⁷¹. O governo foi retratado como “incapaz de restabelecer a disciplina”, tendo como motivos a “fraqueza involuntária” ou “conivência com os rebeldes” dando a entender que por conta dessa “fraqueza” do governo estaria “aberto o caminho para um conflito militar de consequências imprevisíveis”. Além

²⁶⁷ LAMARÃO, Sérgio. A revolta dos marinheiros. Disponível em: <goo.gl/SFb1Hz>. Acesso em: 04 abr. 2018.

²⁶⁸ O dia de hoje, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 27 mar. 1964, p. 6.

²⁶⁹ *Ibid.*, p. 6.

²⁷⁰ Essa percepção também vai marcar parte da historiografia dedicada ao golpe, como os estudos de Argelina Figueiredo e Jorge Ferreira.

²⁷¹ Governo e indisciplina, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1964, p. 6

disso, o jornal culpabiliza o governo em ser o responsável pela crise militar, já que, não conseguindo ser capaz de manter a coesão interna nas Forças Armadas, teria sua autoridade no campo civil fragilizada. Além da indisciplina militar, de acordo com *Correio*, existe a indisciplina civil, representada pelo governo. O jornal vai retratando a indisciplina na corporação e culpabiliza o governo por isso.

São agentes da Presidência da República, de sua assessoria de imprensa, que proclamam reivindicações radicais e inconstitucionais, como a da “Constituinte com Jango”. Incompatibilizam o presidente da República com o Congresso, com as Forças Armadas, com a imprensa, com os partidos políticos, com a opinião pública. Mas o sr. João Goulart não os desmente. Ao contrário: notas oficiais tão inócuas como a de hoje, meros jogos de palavras ajudam a intensificar a confusão perigosa. (...). O sr. João Goulart também deve ter interesse em manter a disciplina no círculo dos seus auxiliares, para que as ondas da indisciplina não o devorem e para que não devorem o país. (Governo e indisciplina, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 29 mar. 1964, p. 6)

No último dia do mês, *Correio da Manhã* possui reação negativa sobre a reunião do presidente da República com sargentos no Automóvel Clube, considerando o encontro como um “espetáculo deprimente”²⁷². Os suboficiais são retratados como “agentes da insubordinação” e “destruidores da hierarquia e da disciplina”, que fizeram uma “pregação abertamente subversiva”, com calorosos aplausos do presidente Goulart.

O comício de ontem foi o prolongamento do comício do dia 13 de março, em frente ao Ministério da Guerra. Ali, naquela data, iniciava o sr. Goulart a etapa final de sua caminhada para a destruição do regime, para a alteração das regras do jogo democrático, que ele vem fazendo de carta marcada com seus tradicionais parceiros do extremismo e da corrupção. (O desafio, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6)

O mesmo pode ser considerado sobre *Jornal do Brasil*. No que diz respeito a participação do presidente no Automóvel Clube para receber homenagem de suboficiais, o jornal reforça seu posicionamento crítico ao presidente, indicando que ele está perdido e cavando a própria cova.

O Presidente da República, no discurso de ontem aos sargentos e suboficiais, deu mais a impressão de um homem perdido num processo que se acelera dia a dia do que de um comandante desse processo. (...). Agora, temos o espetáculo do timoneiro perdido na tormenta, cavando o túmulo da democracia e o seu próprio. (...). Seu prestigiamento da indisciplina nas Forças Armadas não é e nunca será o papel de um Presidente da República. Ele agora fala às Forças Armadas como se falasse ao CGT, como se falasse a não sabemos que grupos de agitadores cuja função fosse usar as armas sagradas da República para reivindicações trabalhistas. (Desgoverno e ilegalidade, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6)

²⁷² O desafio, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6.

A atuação de Goulart nestes dois momentos de revolta militar somados à sua participação no comício, fez com que sua reputação decaísse diante do posicionamento dos jornais. Se desde 1961 os jornais tradicionais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* delinearam insatisfação, ainda que de modo discreto, com relação a ascensão de João Goulart ao poder, e tenham defendido sua posse, bem como a implantação do parlamentarismo em 1961 e o retorno do presidencialismo em 1963, com uma estratégia de desestabilizar e enfraquecer o presidente e seu governo, no contexto de 1964 ficou clara a disposição contrária dos jornais sobre o presidente e a defesa de sua derrubada. Ao longo do mês de março, os jornais destinam críticas ao governo, ao comício e, especificamente no final do mês, ao presidente, no contexto que daria início às articulações do golpe civil-militar.

No que se refere a *Última Hora*, este jornal apresenta os últimos acontecimentos a partir de uma perspectiva que destoa completamente do discurso presente em *Correio e Jornal do Brasil*. Após a revolta dos marinheiros, *Última Hora* elogia a atitude política de João Goulart em resolver o impasse e a crise militar deste momento político. Em editorial em capa, sob título “*Saldo positivo*”, o jornal discorre de modo otimista a resolução da crise, em que o presidente “manteve o princípio de autoridade e evitou maior exploração política da crise na Armada”²⁷³. Este editorial aparece, em capa, de modo tímido, diante da manchete principal que recebe amplo destaque em caixa alta, ocupando em torno de um terço da primeira página: “*Decisão de Jango resolveu a crise*”²⁷⁴. Na ótica do jornal, a atitude e ação do presidente resolveu a crise, embora na visão dos conservadores e da imprensa de oposição tenha agravado a situação política do país. Nesse sentido, podemos perceber *Última Hora* funcionando como propaganda do governo Goulart. A colunista Adalgisa Nery questiona a indisciplina militar dos próprios oficiais contra o presidente.

Há poucos meses numa reunião do Clube Militar, oficiais de altas patentes urravam pedindo a cabeça do Presidente da República, aproveitando-se da motivação que era o aumento de seus vencimentos. Essa reunião serviu para as mais amplas e indisciplinadas demonstrações políticas. Alguém pegou cadeia? Vamos analisar as coisas como verdadeiramente são: a disciplina militar foi quebrada não pelos componentes humildes da tropa e sim pela cúpula, pelos chefes, pelos que têm patentes e responsabilidade de comando. (NERY, Adalgisa. O mau exemplo, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1964, p. 4)

²⁷³ Saldo positivo, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964, capa.

²⁷⁴ *Última Hora*, Rio de Janeiro, 28 mar. 1964, capa.

No que se refere à participação do presidente na reunião com sargentos no Automóvel Clube, *Última Hora* trata o pronunciamento de Goulart como um discurso histórico.

O Presidente da República traçou um quadro realista da situação brasileira que emocionou, pela sua sinceridade, pela sua autenticidade. Foi um depoimento que define, historicamente um momento e uma posição política. Depois de ouvi-lo, o povo sente-se mais perto do seu Presidente da República, porque sabe que pode contar com ele para a defesa de seus interesses mais sentidos, mais legítimos. Dos verdadeiros interesses nacionais. (Discurso histórico, **Última Hora**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, p. 4)

Última Hora traça a imagem de Goulart como um político sensato - pôr expor um quadro realista do cenário político do país - sincero e autêntico. O discurso do presidente significou uma interpretação do jornal de crítica aos especuladores e espoliadores, fazendo com que *UH* questione o financiamento da campanha antipopular e antidemocrático existente no período.

Podemos observar a diferença com o discurso apresentado pelo jornal *Correio*. No fim do mês, este periódico alia a imagem de João Goulart com seus “tradicionalis parceiros do extremismo e da corrupção”²⁷⁵. A imagem que se propõe do presidente é de destruidor do regime. O jornal faz uma conexão deste contexto com o comício, radicalizando seu posicionamento, que no início de março poderia ser considerado moderado. O editorialista tende a desvincular as reformas com a política do presidente, já que as reformas estruturais só foram utilizadas “como slogan para agitação”²⁷⁶.

A imagem de João Goulart era vista com desconfiança, considerado como agente político ambíguo e possuidor de fraqueza política. Posteriormente à queda do presidente e seu governo em 1964, essa imagem contraditória se alia em parte à teoria do populismo²⁷⁷, em que sua política e governo eram vistos como demagógicos. Já desde o início dos anos 1950, no início da carreira política de Goulart, este recebia recorrentes críticas da imprensa. O jornal

²⁷⁵ O desafio, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6.

²⁷⁶ *Ibid.*, p. 6.

²⁷⁷ De acordo com Angela de Castro Gomes, o populismo é uma política de massas e um “fenômeno vinculado à proletarização dos trabalhadores na sociedade complexa moderna, sendo indicativo de que tais trabalhadores não adquiriram consciência e sentimento de classe”. Apoiando-se nos estudos de Francisco Weffort, a autora afirma que o populismo é o “produto de um longo processo de transformação da sociedade brasileira, instaurado a partir da Revolução de 1930, e que se manifesta de uma dupla forma: como estilo de governo e como política de massas”. Segundo Weffort, tem como características a massificação da sociedade, perda da representatividade da classe dirigente e um líder dotado de carisma de massas. Para Moniz Bandeira, o “chefe carismático surge nos momentos em que as lutas de classes se aguçam, capta as necessidades das massas, que o plasmam, por outro lado, para sua liderança”. (GOMES, Angela de Castro. *O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito*. **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º 2, 1996, p. 31-58; WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 26. BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977, p. 28).

Correio da Manhã, por exemplo, o acusava de mobilizar trabalhadores para desencadear paralizações no país. Também dizia que Goulart tinha planos ambiciosos para tomar o poder por meio de greve geral (FERREIRA, 2011, p. 80).

É possível perceber que o *Jornal do Brasil* traça a imagem de Goulart conforme a imagem de outros políticos. Evidencia e constrói uma imagem pública positiva de Juscelino Kubitschek, enquanto ao mesmo tempo fala em reformismo ambicioso de poder e continuísta de João Goulart que entra como mais uma caracterização à imagem pública negativa do presidente.

O Senador Juscelino Kubitschek, ostentando os títulos de autoridade de quem dirigiu por cinco anos os destinos desta Nação, de quem entrou e saiu do Poder pelas vias democráticas, apresentou-se aos brasileiros para desvendar-lhes a face positiva do País, que nunca deixou de existir e apenas se achava intencionalmente escamoteada do testemunho do povo. Ele desmoralizou, só em fazer o retrato sincero do Brasil, os falsos dilemas que nos colocavam entre as reformas janguista e o caos, entre a submissão à política oficial de salvação e a ilegalidade, entre o reformismo ambicioso de poder e continuísta do Sr. João Goulart e o reformismo fidelista do Deputado Leonel Brizola. (Clareira democrática, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1964, p. 6)

O mesmo ocorre quando o jornal dedica espaço para considerações em torno do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. Há a construção de uma imagem negativa de Goulart baseado na imagem positiva de Magalhães Pinto.²⁷⁸

O Presidente da República deveria ver, na atitude presente de homens até agora serenos como o Governador Magalhães Pinto, um aviso grave. O Governador de Minas jamais foi incluído entre os adversários do Presidente que se dispõem a tocar fogo no País ao menor sinal de crise política. No entanto, o Governador de Minas fez um manifesto à Nação que dá a medida do assombro, do estarecimento que se abatem sobre o País diante da aplaudida indisciplina que corrói a Marinha. No entanto, ao invés de ler e entender esses sinais austeros, o Presidente, além de se colocar ao lado dos amotinados, contra seu Ministro da véspera, reiterou no seu discurso de ontem que governa “com o povo e não com as instituições. (...) O Presidente se limitou a apoiar e prestigiar os rebeldes. (Desgoverno e ilegalidade, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6)

²⁷⁸ José de Magalhães Pinto (1909-1996) trabalhou em instituições bancárias desde os anos 1920. Em 1945, foi eleito deputado à Assembleia Nacional Constituinte, pelo partido União Democrática Nacional (UDN). Em 1958, foi presidente da UDN de seu estado, Minas Gerais, e no ano seguinte presidente nacional do mesmo partido. Em 1960, elegeu-se governador de Minas. Fez parte da articulação do golpe junto aos marechais Odílio Denis e Olímpio Mourão Filho, que derrubou Goulart do poder, e participou das negociações para a escolha do novo presidente do país. No período ditatorial, foi um dos subscritores do Ato Institucional n. 5, de dezembro de 1968. (MAGALHÃES PINTO. In: ABREU, Alzira Alves de (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/fqq393>. Acesso em: 03 jun. 2018).

Com isso, podemos entender que a imagem pública de um agente social e político pode ser construída em relação à imagem pública de outros agentes. A imagem negativa que *Jornal do Brasil* se dispõe a construir sobre João Goulart é um contraponto à imagem pública positiva que o jornal considera do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto. No sentido de que são referenciados aspectos positivos deste governador (sereno, possui sinais austeros) enfatiza-se uma imagem pública negativa do presidente pelo jornal. Além disso, a imagem pública do presidente se alia à imagem pública daqueles de quem apoia, como é o caso dos sargentos e suboficiais. *Jornal do Brasil* elabora a imagem pública destes membros das Forças Armadas como rebeldes e indisciplinados. A imagem de rebeldia e desobediência acaba, mesmo que indiretamente, sendo alinhada à imagem do presidente.

Além disso, o periódico, ao afirmar que João Goulart é temível para aliados, cria possível rixa entre políticos da mesma posição ideológica, fazendo com que o presidente pareça estar isolado.

O Presidente João Goulart passará à História como homem mais temível para os seus correligionários do que para os adversários. Apesar do esforço quase maníaco que tem feito para destruir o Governador da Guanabara, este, vendo às claras quem o combate, consegue defender-se das investidas presidenciais. Em situação mais difícil está o Governador Miguel Arrais, de Pernambuco. Homem de esquerda, como é às vezes o Presidente da República, apenas avesso a estados de sítio e golpes, o Sr. Arrais está sofrendo agora um ataque cerrado do janguismo. (Janguismo em Pernambuco, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1964, p. 6)

Jornal do Brasil procura desvincular João Goulart de seu partido PTB, promovendo uma cisão, desvinculação, ruptura e divisão da base de apoio partidário do presidente. Assim, há uma clara tentativa de impor um isolamento de João Goulart em relação a seu partido político e base partidária, sem alguém para se aconselhar politicamente. De acordo com o jornal, “o Sr. João Goulart é tão mau Presidente da República quanto do PTB. (...). O Sr. João Goulart, convençam-se os petebistas, perdeu todo interesse no PTB”²⁷⁹.

O Partido Trabalhista Brasileiro teve a sua grande oportunidade quando, com a renúncia do Presidente Jânio Quadros, ascendeu à Presidência da República o Presidente do PTB. Era de se esperar que, uma vez firmado no poder depois do plebiscito contra o parlamentarismo, o Sr. João Goulart fosse governar como petebista. No entanto, em lugar de ficar com o PTB, o Sr. João Goulart ficou com o plebiscito. Cada vez mais instaura no poder um PPB, ou Partido Plebiscitário Brasileiro. Agora, principalmente, passando ao Sr. Brizola o PTB como quem passa um fardo incômodo, o Presidente da República assume em definitivo a presidência do seu novo Partido – o Partido que exclui todos os demais. (Túmulo dos partidos, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1964, p. 6)

²⁷⁹ Túmulo dos partidos, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 25 mar. 1964, p. 6.

No caso de *Última Hora*, a imagem pública positiva que se constrói em torno de João Goulart, quando este participa da aula da Faculdade de Arquitetura, ganha destaque porque, como contraponto, o impresso faz críticas ao governador da Guanabara, Carlos Lacerda, como o “paraninfo” que não recebe tamanha receptividade dos estudantes, como o presidente recebeu.²⁸⁰ Assim, delineando uma imagem desfavorável de Lacerda, o jornal promove ainda mais destaque positivo para Goulart.

O ‘paraninfo’ é publicitário, às vezes comprando essa honra, enquanto a recepção ao Presidente ontem é a verdadeira face dos estudantes brasileiros, cujas associações de classe estão hoje na vanguarda do movimento de renovação do País, renovação que exclui os corvos, falcões e outros componentes dessa fauna predatória que quer manter o Brasil no atraso e na miséria. (O Presidente e o ‘paraninfo’, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1964, capa)

Os veículos comunicacionais apenas reafirmam com maior ênfase seus posicionamentos, que já vinham sendo esboçados no início do mês e que ao final de março ganham maior destaque. Em um contexto de intensos posicionamentos políticos das esquerdas e direitas, a imprensa tradicional acabou por construir a ideia de radicalização no país. Investiu críticas às ideias tanto da direita como da esquerda, por considera-las radicais e antidemocráticas. Além disso, construiu a ideia de que havia dois golpes em curso, um sendo planejado pelo governo e outro pela sua oposição. Essa imprensa passa a não tolerar as ações governistas e se declara contrária a elas. *Última Hora*, por sua vez, acaba por reforçar seu apoio ao presidente e ao governo, identificando membros da direita política como golpistas.

No caso da imprensa, o episódio marcou uma inflexão nas relações com o governo. Até então, os donos dos jornais haviam apoiado a posse de Jango e apostaram na saída parlamentarista. A seguir, deram novamente apoio a Goulart em sua campanha para o retorno ao sistema presidencialista. Com a insurreição dos sargentos, a maioria dos jornais afastou-se do governo e aumentou suas críticas ao presidente. Intensificaram-se, em particular, as mensagens sobre o perigo do comunismo e o risco de cubanização do país. O discurso anticomunista tornou-se a tônica na imprensa a partir do episódio da tomada de Brasília pelos sargentos. (FERREIRA, 2011, p. 364)

Além das recorrentes investidas contra o governo, o presidente e sua política reformista, *Correio* faz críticas quanto à radicalização política existente no país. Ainda que afirme que a ameaça da radicalização, seja da esquerda ou direita, “ocupe uma pequena área da superfície política sem grande aprofundamento social”²⁸¹, o jornal promove ao longo de seus textos

²⁸⁰ Os editoriais que se encontram em capa normalmente destinam críticas ao governo da Guanabara e ao governador Carlos Lacerda.

²⁸¹ Defesa das instituições, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, capa.

opinativos a “bandeira da anti-radicalização”²⁸² e uma “campanha anti-radical”²⁸³. Ao se colocar como contrário a radicalização, o jornal investe duras críticas ao posicionamento extremo da esquerda e da direita.²⁸⁴

A culpa é, igualmente, dos dois lados. A esquerda começou reivindicando as reformas. Mas gradualmente evoluiu para um programa amplamente revolucionário. A direita começou exigindo que as reformas sejam democráticas e razoáveis, mas hoje não quer saber de reforma nenhuma. Quanto mais os esquerdistas se excedem, tanto mais também se excedem os direitistas e vice-versa. É este o desenvolvimento da radicalização. De um país em desenvolvimento ameaça o Brasil tornar-se campo de guerra e, enfim, deserto. Pois as consequências econômicas da radicalização só podem ser catastróficas. (Bandeira da razão, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, p. 6)

O editorialista de *Correio* deslegitima o presidente e considera suas atitudes como “baixos truques de pelotiqueiro”²⁸⁵. Com sentido figurado depreciativo, pelotiqueiro é aquele que tende a iludir as pessoas com truques que por ventura precisam de agilidade e, que nesse caso, o jornal interpreta e lê o presidente como uma espécie de ilusionista político. Além disso, foi considerado sobre Goulart o seu desvio da legalidade para “buscar os atalhos da conspiração”, deslegitimando não somente o presidente, mas toda a organização sindical-militar que o acompanha ideologicamente. Assim, “a subversiva manifestação de ontem foi um dos pontos altos dessa sua arrancada pelos descaminhos da ilegalidade”²⁸⁶.

O editorialista ainda afirma que o país, nos últimos dois anos, “vem sendo coagido, conturbado, desorganizado e intranquilizado pela ação nefasta de um homem que não trabalha nem deixa a Nação trabalhar em paz”²⁸⁷ afirmando sua intolerância ao cenário político do país. Este é um importante editorial, que pode ter sido ofuscado pelo editorial “*Basta!*” publicado em capa e escrito em conjunto pelos jornalistas Otto Maria Carpeaux, Carlos Heitor Cony e redator-chefe Edmundo Moniz (FICO, 2014, p. 65). Em ambos editoriais, os jornalistas de *Correio da Manhã* deixam claro o posicionamento contrário à permanência de Goulart no poder.

Basta de farsa. Basta da guerra psicológica que o próprio Governo desencadeou com o objetivo de convulsionar o país e levar avante a sua política continuísta. Basta de demagogia para que, realmente, se possam fazer as reformas de base. Quase todas as medidas tomadas pelo sr. João Goulart, nestes últimos tempos, com grande estardalhaço, mas inexequíveis, não têm outra finalidade senão a de enganar a boa-fé

²⁸² Bandeira da razão, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, p. 6.

²⁸³ Alternativas falsas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 8 mar. 1964, p. 6.

²⁸⁴ A radicalização também foi incorporada por parte da historiografia dedicada ao período.

²⁸⁵ O desafio, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6.

²⁸⁶ *Ibid.*, p. 6.

²⁸⁷ *Ibid.*, p. 6.

do povo, que, aliás, não se enganará. (Basta!, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, capa)

O período político exercido por Goulart no governo é visto como “três anos desgraçados”, em que o presidente “agiu às escuras em vez de liderar o país”²⁸⁸. Segundo o veículo comunicacional, apenas agitou, intranquilizou e convulsionou o país. Criou-se assim uma imagem, em torno do presidente, de ser incapaz, irresponsável, enganador, demagógico, destruidor e traidor.

É demais. O sr. João Goulart destruiu as bases da liberdade neste país. Destruiu os fundamentos da nossa independência. Destruiu, por muito tempo, todas as possibilidades do nosso desenvolvimento, tornou difícil as possibilidades de reequilibrar as finanças e a economia do país, e mais difícil ainda as possibilidades de acabar com a miséria do nosso povo, à qual acaba de acrescentar a desgraça de um conflito fratricida. É culpado de um monstruoso crime político. Não pode continuar presidente da República. (Não pode continuar, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, p. 6)

Quando o sr. João Goulart saiu de seu neutro período de omissão foi para comandar a guerra psicológica e criar o clima de intranquilidade e de insegurança que teve o seu auge na total indisciplina que se verificou nas Forças Armadas. Isto significou e significa um crime de alta traição contra o regime, contra a República, que ele jurou defender. (...). É o maior responsável pela guerra fratricida que se esboça no território nacional. Por ambição pessoal, pois sabemos que o sr. João Goulart é incapaz de assimilar qualquer ideologia, ele quer permanecer no Governo a qualquer preço. (Fora!, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, capa)

O editorialista de *Jornal do Brasil* questiona Goulart como homem providencial, na medida em que agora os termos dedicados a ele são colocados como autopromoção. Além disso, há os termos “moderado” e “autoritário”, também direcionados ao presidente, pela “supressão dos poderes democráticos” pela sua parte. Além disso, ainda relaciona a imagem de João Goulart com o comunismo e brizolismo, termos usados em tom depreciativo, e sua postura de “complacência” com eles.

Ora, toda gente sabe que o nosso Presidente da República tem-se esforçado muito para se colocar na posição de homem providencial, ou de candidato a homem providencial. Tem-se esforçado, ao mesmo tempo, em agitar expectativas irrealizáveis a curto prazo, no regime de democracia representativa, para candidatar-se à realização moderada, mas autoritária, dessas expectativas. Assim, se autopromove como homem providencial, moderado e autoritário, através da supressão ou do abastardamento dos poderes democráticos. (Em tempo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6)

Sobre João Goulart, *Última Hora*, por sua vez, elabora sua imagem como um “tranquilizador”, onde o presidente não tem o objetivo de causar desordem social. Menciona

²⁸⁸ Não pode continuar, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 1 abr. 1964, p. 6.

sua “maturidade, seu alto senso de justiça social, temperado pelo equilíbrio”²⁸⁹. Com frequência menciona-o e cita suas falas e discursos em capa. O presidente está presente nas manchetes de grande destaque, com letras garrafais e a utilização de alto contraste em suas cores, além de fotografias que ocupam boa parte da página. Dessa maneira, a diagramação do periódico também contribuiu para que o comício e o presidente ganhassem muito destaque em capa.

Última Hora considera o evento do comício como um ato histórico, reforçando a aproximação do Presidente com o povo, seja ideologicamente ou fisicamente. Esse contato direto do presidente com os setores populares, trabalhadores, enfim, com a população, em praça pública, faz com que *UH* evidencie enfaticamente a existência de uma relação de proximidade mútua. Essa relação se estabelece através do compromisso de comparecimento ao comício, pelo povo, e do discurso de cunho progressista e reformista, pelo presidente. Isso faz o jornalista Octávio Malta, encarregado da coluna Jornais e Problemas, considerar João Goulart como o "amigo do povo". Aquele que está disposto a "descer à praça pública", no sentido de se equiparar à população, estar em mesmo nível que eles para poder escutar suas reivindicações²⁹⁰. Tal disposição pode conferir a ideia de que não são mais necessárias as regras institucionais quando se possui a amizade e o apoio ao presidente.

Porém, modestamente, o presidente da República desce à praça pública. Quer falar ao povo num local que é caminho do povo, do trabalhador, do funcionário, do homem da rua. Falará, portanto, da praça (...). E sendo do povo, deve ser também do presidente da República, que é um amigo do povo. (...) O povo quer ouvir a palavra do presidente da República. O presidente da República quer falar ao povo. Não irá fazê-lo escondido, em local arredado, em logradouro escuso. Deve fazer e irá fazê-lo, indo ao encontro do povo, um encontro histórico, falando claro e de perto, de muito perto para ser ouvido e muito bem ouvido. (MALTA, Octávio. Desintervenção. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, Jornais & Problemas, p. 4)

Assim, fica evidente a necessidade em que *Última Hora* estabelece uma conexão do Presidente com o povo, com a população e seus eleitores. O veículo comunicacional reforça o diálogo do presidente com diversos setores da população como atividade democrática, reforçando uma democracia direta e não mais representativa. Trata estes setores populares como aqueles que são parte da efetiva mudança e renovação que o país precisa passar, ao passo que setores da oposição governista são tratados com reacionários, retrógrados, acomodados, indiferentes, ou seja, aqueles que não acrescentam para a renovação brasileira, que entrava o crescimento do país e barra as reformas. Quando João Goulart participa da aula inaugural da

²⁸⁹ O pânico e a mensagem, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 17 mar. 1964, capa.

²⁹⁰ MALTA, Octávio. Desintervenção. *Última Hora*, Rio de Janeiro, 7 mar. 1964, Jornais & Problemas, p. 4.

Faculdade Nacional de Arquitetura, o presidente é recebido “entusiasticamente” pelos estudantes e enquanto discursava, “a cada menção das reformas de estrutura, suas palavras eram afogadas pelas exclamações de apoio e solidariedade dos estudantes”²⁹¹.

Estudantes que são a juventude brasileira que, em breve, há de liderar a Nação, juventude bem diferente dos acomodados, indiferentes e reacionários que continuam a entravar o progresso do povo brasileiro nos dias de hoje. (...) A juventude brasileira quer as reformas, a emancipação econômica do País, objetivos contrários aos do IBAD a que Carlos Lacerda serve, diligentemente. (O Presidente e o ‘paraninfo’, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1964, capa)

O comício é interpretado pelo *Última Hora* como o momento político de aproximação e encontro do Presidente João Goulart com trabalhadores e “integrantes de todas as camadas da população”²⁹². Segundo o texto em capa, *Última Hora* afirma ser o “encontro que representa o passo decisivo no caminho das reformas”²⁹³.

Desde o início do mês de março, *Jornal do Brasil* investe críticas ao governo e a realização do comício. Como podemos ver, o comício foi caracterizado a partir de uma série de adjetivações depreciativas, considerado como um “show de retórica reformista ao ar livre”, “intranquilidade e radicalização”, “superficialidade espumante do comício”, “pregação da ruína nacional”, “comício de agitação”²⁹⁴. As reformas são retratadas e vistas como “expectativas inatingíveis a curto prazo”²⁹⁵, reformas radicais, “política reformista insincera”²⁹⁶. Além disso, o jornal caracteriza o presidente João Goulart como indivíduo sem compromisso, inelegível, que tem o objetivo de agitar as ruas e os campos. O jornal fala em nome do país quando este desconfia da ambição do Presidente da República.

Jornal do Brasil deixa claro seu posicionamento e fala em nome do país. O jornal acaba sendo o porta-voz do seu público-leitor e consumidor, em maior parte àqueles pertencentes às elites e classes médias letradas, por ser um jornal tradicional carioca.

O comício de hoje nos dirá muita coisa. Nele saberemos se o Presidente perderá talvez sua última oportunidade de fazer a reversão da crise, para retomar o diálogo político dentro da Constituição, visando à solução democrática. Desde logo, porém, nos cumpre dizer que não seremos complacentes com qualquer forma plebiscitária ou de pressão ilegítima sobre o Congresso, para dele obter reformas constitucionais. O país só aceita os compromissos previstos na democracia representativa e no regime de liberdades. Ele rejeita categoricamente os homens providenciais, autênticos ou não,

²⁹¹ O Presidente e o ‘paraninfo’, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 10 mar. 1964, capa.

²⁹² *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa.

²⁹³ *Ibid.*, capa.

²⁹⁴ Votos para o comício, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, p. 6.

²⁹⁵ *Ibid.*, p. 6.

²⁹⁶ Os inelegíveis, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 6.

manipuladores totalitários da pseudovontade popular. (Em tempo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6)

5.4 *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*: motivos para o golpe de Goulart

5.4.1 Reeleição

A possibilidade de revisão constitucional que previa a reeleição de cargos executivos e, principalmente, a reeleição do presidente da República, é vista pela grande imprensa de oposição como um motivo para Goulart perpetuar no poder e fazer um golpe, atentando contra o regime democrático. *Jornal do Brasil* critica a reeleição e defende a troca de governantes. A possibilidade de ocorrer a reeleição é tratado como “continuismo caudilhesco”, em que o presidente reformista, com “constituição desfigurada a dedo”, quer poderes de monarca²⁹⁷. A reforma e a revisão constitucional que possibilitaria a reeleição de candidato é vista como “antidemocrática e atenta contra a normalidade do processo democrático” e considera que “a perpetuação, por reeleição, consolida oligarquias, mesmo as que se têm por revolucionárias”²⁹⁸. Refuta-se, assim, a possibilidade de reeleição do presidente nas disputas eleitorais de 1965.

A partir do dia 24 de março, *Correio da Manhã* também faz críticas à decisão do presidente no que diz respeito ao decreto que institucionalizaria a reeleição de mandatos políticos, pois até então não se permitia mandatos consecutivos de um mesmo candidato à Presidência da República. A alteração constitucional é vista como perigosa, quando o jornal elenca como pretexto para o presidente continuar no poder e implementar um possível golpe.

O perigo da revisão da Constituição estaria em servir de pretexto para a tentativa do continuismo do atual presidente, o que merece o temor e a repulsa da opinião pública como mereceria o continuismo de qualquer um de seus antecessores. (Legalidade sem demagogia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1964, p. 6)

Nesse sentido, João Goulart é colocado contra a opinião pública, já que o veículo comunicacional tende a promover “temor e repulsa da opinião pública”²⁹⁹ junto a decisão do presidente: “se o presidente João Goulart visa a modificar a Constituição no capítulo das inelegibilidades, pode estar certo de que terá contra ele a maioria esmagadora do Congresso e da opinião pública”³⁰⁰.

²⁹⁷ Moenda continuísta, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, p. 6.

²⁹⁸ *Ibid.*, p. 6.

²⁹⁹ Legalidade sem demagogia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 24 mar. 1964, p. 6.

³⁰⁰ Emendas e responsabilidades, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 26 mar. 1964, p. 6.

5.4.2 Reformas de base

Outro motivo no qual *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* sugerem como pretexto ao golpismo são as reformas de base. Desde meados do mês de março de 1964, nos dias anteriores aos acontecimentos que viriam a ser a gota d'água para a deposição do presidente, *Correio da Manhã* já vinha delineando possíveis cenários de golpismo na política e do próprio rumo do país, afirmando que “o grande pretexto do golpismo são as reformas de base”³⁰¹. Assim, o veículo afirma que as reformas são na realidade “pseudo reformas”, que João Goulart não quer de fato fazê-las, somente usá-las de pretexto para implantar um golpe.

Sobre as medidas reformistas, *Correio* retoma e reafirma sua posição de defesa junto às reformas de base, quando menciona com frequência o Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base, com realização na cidade de São Paulo, em janeiro do ano de 1963. Como mencionado no capítulo anterior, este evento obtinha patrocínio do *Correio da Manhã* em parceria com o jornal *Folha de S. Paulo*. O jornal, com um posicionamento que tende a contrariar o governo e com críticas ao comício, apoia as reformas de base e se coloca como o precursor do debate no país, retomando seu posicionamento no contexto do plebiscito.

Há a necessidade, assim, do jornal sempre se afirmar em sua defesa às reformas. Vale lembrar que tais reformas, no entanto, não são o mesmo projeto de Goulart. Em pelo menos quatro editoriais diferentes, o periódico retoma a sua participação no Congresso das Reformas, reforçando ao leitor sua autoimagem como pioneiro do debate das reformas no Brasil.

Foi este jornal o pioneiro das reformas de base. Quando elas serviam apenas de pretextos propagandísticos, ou para generalizações vazias, organizamos o “Congresso Brasileiro para a Definição das Reformas de Base” que apontou, com seriedade, os freios existentes ao progresso e definiu as modificações indispensáveis para que seja vencida pacificamente a crise econômica, social e política. (Congresso & Reformas, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1964, p. 6)

Quanto às reformas de base, não deixaremos passar o ensejo de lembrar que este jornal foi o primeiro a proclamar-lhes a inadiável necessidade. É uma atitude que não podemos abandonar, mas afirmar com decisão cada vez maior. (O último comício, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 14 mar. 1964, p. 6)

Não nos cansamos de lembrar que fomos os primeiros a sistematizar, em congresso celebrado em São Paulo, aquelas reformas, que continuamos considerando necessárias e inadiáveis. Em primeira linha: a reforma agrária. (Reformas sem ditadura, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 18 mar. 1964, p. 6)

³⁰¹ Os golpes e a democracia, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 19 mar. 1964, p. 6.

Sobre as reformas, *Correio da Manhã* também publica charge de Augusto Bandeira, em que o presidente troca os pneus do carro “*Brasil*” (figura 25). Para fazer o Brasil andar, é preciso das reformas de base. Para realizar as reformas, assim, precisaria da ajuda da Câmara, representada na charge por uma mulher, que o auxilia.

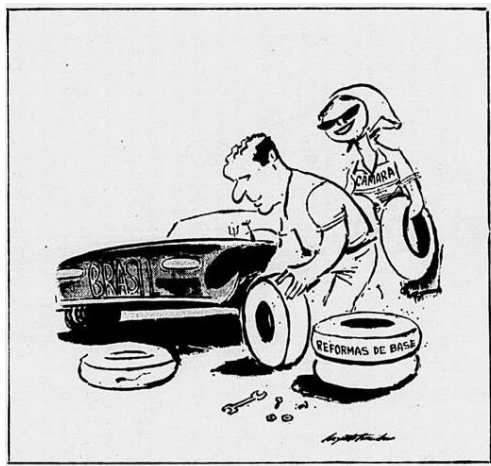


Figura 25: AUGUSTO BANDEIRA. Goulart, Reformas de base e a Câmara. *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1964, p. 6.

No último dia de março de 1964, *Correio da Manhã* retoma a trajetória do governo, deslegitimando suas ações, indicando que as crises existentes durante o período foram criadas por Goulart, sendo mais um caminho para possíveis golpes. A imprensa passa, então, a incorporar um discurso golpista em sua narrativa.

A pretexto de realizar reformas estruturais, de que em verdade só se utiliza como slogan para agitação, impôs ele ao Congresso Nacional que votasse a toque de caixa, ao tempo do regime parlamentarista, toda uma série de leis, que entretanto ficaram no papel e por fim caducaram sem jamais ser aplicadas. Sob o mesmo pretexto, criou novas crises, até alcançar a convocação do plebiscito que lhe devolveu os plenos poderes presidenciais. Mas, ao alcança-los, em lugar de aplica-los na adoção das reformas, deles se valeu tão somente para ameaçar o Parlamento e para montar um dispositivo de força inteiramente à margem das vias constitucionais, tendo como alvo a permanência no poder. (O desafio, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1964, p. 6)

Jornal do Brasil, por sua vez, deslegitima as reformas de base do presidente. O reformismo social de João Goulart é visto como uma ação “reacionária” e “agitação caudilhesca”³⁰². Passa a ideia de que o presidente foi desmascarado. Sua política reformista é vista como uma “campanha caudilhesca com a aparência de reformismo” e “demagogia

³⁰² Antirreformismo, *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 8 mar. 1964, p. 6.

reformista do governo antirreformista”³⁰³. *Jornal do Brasil* se posiciona contrariamente à possibilidade de João Goulart se reeleger, criticando a possibilidade de reeleição instituída por uma reforma para prorrogar mandatos políticos. Este é um importante editorial que classifica o governo e o presidente como antirreformistas, na estratégia de confundir o leitor e deslegitimar a política reformista de Goulart. O mesmo pode ser dito sobre a caracterização do governo como “pseudo reformista”³⁰⁴, aliando a política reformista de João Goulart com a agitação promovida por ele e seu governo. Assim como *Correio da Manhã*, *Jornal do Brasil* também delineia um cenário de possível golpe por parte de Goulart.

O jornal defende a ideia de que a reforma constitucional para a realização das reformas é “assunto de exclusividade total do Congresso”, não tendo o direito de Goulart como presidente “tentar mudar a lei máxima” através de pressões. Entretanto, o jornal aconselha o diálogo entre o Presidente e o Congresso, em vias constitucionais, repudiando a relação Presidente e a população, que sugere apenas agitação e desordem social. Afirma que “essa política de providencialismo põe em risco a própria ordem social”.

(...) são *ilegítimas e inconstitucionais* as pressões promovidas e comandadas pelo Presidente da República para obter do Congresso reformas através de *emendas constitucionais*. (...) Nem o Presidente da República nem as massas em comício detêm o poder constituinte. Não podem pretender exercê-lo sem violar a Constituição.

(...) A linha de compromisso que todos nós preconizamos passa pelo Congresso, poder tão soberano como o Presidente, e eleito, como ele, pelo mesmo sistema eleitoral e pelo mesmo povo. O que é bom para um é bom para outro. Portanto, só é possível o compromisso democrático em termos de comum acordo entre o Presidente e o Congresso, no que diz respeito às leis ordinárias (...). Antes, ou melhor, em lugar de tentar o comando das ruas, deverá o Presidente tentar o comando político e democrático do Congresso, na busca da linha de compromisso, reabrindo-se assim o diálogo entre o Presidente e o Congresso. (Em tempo, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 6)

5.4.3 Monopólio do papel

A partir do dia 20, as críticas que *Correio* destina ao presidente dizem respeito ao monopólio de importação e distribuição do papel de imprensa. De acordo com o editorialista, “se trataria de uma das medidas destinadas a sufocar a crítica livre dos atos do governo e de anestesiar a opinião pública para que ela pudesse suportar a avalanche de decretos

³⁰³ Ibid., p. 6.

³⁰⁴ Reformismo estéril, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 mar. 1964, p. 6.

inconstitucionais que constituem a preparação da ditadura”³⁰⁵. De novo, o jornal traça, através do monopólio do papel, mais um motivo para a possibilidade de uma ditadura por Goulart. O diário constrói uma imagem de possível golpe. Dois dias depois, o jornal publica charge sobre monopólio governamental do papel, ação que pode interferir na liberdade de expressão da imprensa e da própria democracia, podendo “esmagá-la” enquanto João Goulart empurra o rolo do papel (figura 26).



Figura 26: AUGUSTO BANDEIRA. Democracia e Monopólio do Papel.³⁰⁶
Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 22 mar. 1964, capa.

5.5 Expressão conservadora do campo político brasileiro

Nesse momento político, enquanto as esquerdas estavam se dividindo, a direita teve uma postura ofensiva, aglutinando forças política e militar para a derrubada de Goulart do poder. A direita brasileira, governadores e deputados dos partidos UDN e PSD, latifundiários, empresários e setores religiosos tiveram amplo apoio da classe média que “sob a bandeira do anticomunismo e da defesa da propriedade, da fé religiosa e da moral, saíram às ruas” contra o governo, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 19 de março de 1964 (TOLEDO, 1983, p. 99). Os movimentos civis foram estimulados por setores militares, que aderiram ao movimento golpista, sob um clima sócio-político favorável à intervenção militar (SAES apud TOLEDO, 1983). Além disso, as articulações ao golpe foram apoiadas e financiadas pelo governo norte-americano, contemplando força política, militar e material

³⁰⁵ Papel e Liberdade, **Correio da Manhã**, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964, p. 6.

³⁰⁶ Esta charge está posicionada à direita inferior da primeira página, não estando relacionada a nenhuma manchete.

conhecida como Operação Brother Sam, somando ao forte aparato repressivo militar que se constituía no país.

O movimento denominado Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em São Paulo no dia 19 de março, que reuniu cerca de 500 mil pessoas, foi apresentado pela *Última Hora* através da presença de Plínio Salgado no evento, em que este “prega” a revolução do povo contra as reformas – frase que ganha amplo destaque em manchete, em caixa alta, ocupando boa parte da primeira página do veículo (figura 27).³⁰⁷ Além disso, a marcha também é abordada a partir da perspectiva da Ação Católica da Arquidiocese de São Paulo, em que este grupo expressou “profundo constrangimento” com o evento, considerado como exploração da fé³⁰⁸.



Figura 27: *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964, capa.

Correio da Manhã trata tanto o Comício das Reformas de Base como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, que ocorreu no dia 19 de março, em São Paulo, como “uma demonstração importante da vitalidade do sistema democrático”³⁰⁹, reconhecendo que numericamente foram gigantescos. Entretanto, afirma ter dúvidas às porcentagens da população e do eleitorado que comparece aos comícios, considerando que “há experiências decepcionantes de comícios pré-eleitorais nas diversas eleições do país”³¹⁰.

³⁰⁷ Revolução contra as reformas, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1964, capa.

³⁰⁸ Ação Católica repeliu a exploração da fé, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1964, capa.

³⁰⁹ A hora atual, *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 21 mar. 1964, p. 6.

³¹⁰ *Ibid.*, p. 6.

O nacionalismo, nesse período, foi o fio condutor de como pensar as condições da sociedade brasileira, sua realidade, bem como o objetivo de fornecer caminhos para a consciência nacional. A partir de diversas interpretações e matizes, e como ideologia predominante de um posicionamento político voltado às esquerdas, entre as décadas de 1960 e 1970 – o pré e pós golpe - o modelo de um nacionalismo popular, reformista e mobilizador ao povo e nação foi sendo substituído por um nacionalismo autoritário.

Esta marcha pode ser considerada como parte de uma expressão conservadora e autoritária da sociedade brasileira deste período, que a própria imprensa de oposição e seus respectivos discursos também se enquadram. O pensamento conservador foi decisivo na trajetória do governo de João Goulart (1961-1964), principalmente no contexto do Comício das Reformas. De acordo com Robert Nisbet (1987), o conservadorismo é uma das ideologias fundamentais da modernidade, assim como o liberalismo e o socialismo. Todavia, a ideologia conservadora acaba sendo muito mais próxima ao liberalismo, que tem em seus princípios voltados ao indivíduo, contrário ao socialismo, este dedicado às massas. Além disso, o conservadorismo se apoia no liberalismo econômico, onde este acaba por preencher lacunas da ideologia conservadora.

Os conservadores são céticos em relação ao novo e ao futuro, e o que orienta a expectativa é o passado. Assim, não há diálogos com conservadores, porque é a tradição e seus valores que ditam o comportamento social, carregado por preconceitos. Os conservadores acreditam na importância das instituições como mediadoras entre os indivíduos e o Estado. Já em relação a autoridade e poder, a questão da liberdade está relacionada à ordem, considerando a liberdade o produto desta ordem. Assim, o Estado tem como função reprimir ou mesmo agir pela manutenção da ordem, pensando que o bem-estar social está regido por ela. Além disso, as tradições seletivas fazem parte da construção oficial de identidade nacional pelo Estado.

Para os conservadores, a desigualdade é natural, enquanto a igualdade é artificial. Por isso a manutenção de uma ordem natural – que precede a ordem social. O organicismo, dessa maneira, é o ritmo natural do ser humano e faz parte de seu movimento. Há nessa lógica diferenças biológicas; existe uma ordem natural que deve ser mantida. Isso define a diferença entre conservadores, que defendem a ordem natural, e progressistas, que defendem a ordem social.

A propriedade, segundo a ideologia conservadora, como direito, é considerada mais importante que a vida, esta primitiva, com base biológica. Assim, a liberdade é relativa. A

propriedade é o que diferencia os homens; é sua autodefesa e, na concepção conservadora, isso é inviolável. É o resultado do esforço e conquista de seus bens.

E na prática política (...), a marca de contraste da política conservadora tem sido o seu grande favoritismo pelo setor privado, pela família e pela comunidade local, pela economia e a propriedade privada, e por uma grande dose de descentralização no governo, de modo a respeitar os direitos corporativos das unidades mais pequenas do Estado e da sociedade. (NISBET, 1987, p. 71)

De acordo com Gabriela Nunes Ferreira, os conservadores fazem parte de uma tradição privatista ou feudalista. Além de defender os direitos civis, consideram que os costumes devem ganhar precedência sobre a lei. A ideologia conservadora tem como modelo um Estado unitário e centralizado, forte e com traços autoritários, tendo a existência de um princípio hierárquico. Assim como salientado por Nisbet, Ferreira afirma que o presente é visto por eles como resultado do passado, tendo uma coexistência deste com àquele. A nação é compreendida como uma comunidade orgânica, no qual o homem está situado em uma sociedade particular. Essa concepção difere do pensamento progressista, onde o presente é parte de “potencialidades futuras” e o indivíduo pensado em “termos universais” (FERREIRA, 2010, p. 73).

Nesse período, houve articulações da chamada direita brasileira, que consistia em políticos, militares e empresários, para desestabilizar o governo e que se autodeclaravam anticomunistas. Surgiram os órgãos Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) que reuniram forças para a desestabilização do governo janguista. O IBAD chegou a financiar “candidaturas de parlamentares conservadores” (FERREIRA, 2005, p. 342). O IPES elaborou campanhas de propaganda contra o presidente Goulart, que o associavam ao comunismo, além de promover palestras, cursos e distribuição de publicações (FICO, 2014, p. 35). Esta instituição se articulou com grupos de oposição, como a Campanha da Mulher pela Democracia (Camde), a Confederação Brasileira de Trabalhadores Cristãos e Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (FICO, 2014, p. 35).

O complexo IPES-IBAD desencadeou ampla campanha baseada na histeria anticomunista, convencendo setores significativos de empresários, políticos, jornalistas, religiosos, sindicalistas, profissionais liberais, militares e trabalhadores de que Goulart, de fato, tinha intenções de comunizar o país. (FERREIRA, 2005, p. 342)

A partir de 1962, intensificou-se a desestabilização contra o governo Goulart com apoio dos Estados Unidos. O IBAD era o órgão responsável que repassava os recursos financeiros norte-americanos para campanhas de candidatos de oposição ao presidente, nas eleições gerais de 1962. Em 1963, os EUA também destinavam apoio aos governadores opositoristas. A

potência norte-americana esteve presente na América Latina, a partir de 1961, com seu programa de recurso financeiro denominado Aliança para o Progresso. O objetivo da Aliança era combater o comunismo (FICO, 2014, p. 27), evitando que os países sul americanos se tornassem regimes socialistas, como Cuba tornou-se em 1961. A Operação Brother Sam, inicialmente articulado em 1962, foi um plano de desestabilização e derrubada do governo Goulart, por sua suposta aproximação com o comunismo, através de ação militar e recursos de força-tarefa naval para dar suporte ao golpe no Brasil (FICO, 2014, p. 75-78).

Última Hora constantemente se volta contra a chamada direita brasileira. Sobre o comício, os jornalistas deste jornal desmentem a agitação, a desordem e o pânico em torno do evento político. O veículo promove e mobiliza seus leitores a comparecer ao evento, de que este ocorrerá de modo tranquilo. Para isso, critica as provocações e agitações feita pelo IBAD, assim como pelo governador Carlos Lacerda e seus “cúmplices”. *Última Hora* associa as imagens deste político, seus aliados e da instituição IBAD como encarregados de criarem uma “atmosfera de terror”³¹¹.

A jornalista Adalgisa Nery, dedicada à coluna Retrato sem Retoque, avalia que a realização de comícios em qualquer país do mundo “fazem parte da contextura do regime democrático” e em praças públicas, que são “o autêntico lar do povo”. A presença das classes trabalhadoras, massas operárias e concentração do povo são “a vida e as energias da democracia”³¹². Entretanto, a colunista considera que, no Brasil, “os defensores das liberdades democráticas”, “escalões da eterna vigilância de si mesma”, “marechais do espírito cristão” entenderam o evento como “manifestação subversiva e atenta contra a ordem”³¹³.

Desde que foi falada a realização do comício do próximo dia 13, os reacionários e mofadas figuras da nossa elite política estão em pânico, como se um comício em praça pública não fosse um autêntico uso democrático. Farão tudo para que a ordem do povo seja conturbada e o IBAD está aí para ajudá-los, a fim de justificarem as delícias de suas ordens privadas. (...) A presença do Presidente da República é, inclusive, demonstração inequívoca de que estando abertamente ao lado do povo, ouvindo o povo, integrando-se nas reivindicações do povo, nada mais fez do que praticar o exato significado da palavra democracia: um regime do povo, para o povo, pelo povo. (NERY, Adalgisa. Comício e ordem democrática, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, p. 4)

A jornalista constrói uma diferenciação entre a ordem do povo, baseada nas “reivindicações populares, manifestações de pensamento e de vontade da coletividade”, com a ordem da, segundo palavras dela, minoria reacionária, parasitas, potentados de privilégios,

³¹¹ O povo em comício, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa.

³¹² NERY, Adalgisa. Comício e ordem democrática, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, p. 4.

³¹³ *Ibid.*, p. 4.

elites carcomidíssimas, retrógados intransigentes, latifundiários e parasitas privilegiados. Ou seja, constrói-se uma imagem pública negativa para as elites políticas do país, como aqueles carregados de ódio, que promovem pânico. O ódio dos conservadores faz com que o jornal evidencie ainda mais a tranquilidade daqueles que participam do comício, seja do Presidente da República ou de setores populares que o apoiam, colocando a democracia ao lado destes: “A fúria da reação contra o comício do dia 13 nega ostensivamente tudo aquilo que diz defender: a democracia”³¹⁴.

Tendo o comício a proteção militar, o jornal evidencia que “nada podem esses agitadores contra as Forças Armadas, escudo da lei e da ordem, expressão mais alta da soberania popular”³¹⁵. Assim, *UH* promove o comparecimento do povo, justamente para desarmar os considerados “inimigos da democracia”: “Que o povo compareça, pois. Em massa. E em ordem. Para desespero e derrota dos inimigos da democracia e da liberdade, os únicos interessados na provocação e na baderna”³¹⁶.

Sobre este assunto, Octávio Malta critica Carlos Lacerda e sua imagem delineada através da figura do “corvo”, como a ave fascista.

Enfim, o comício é um fato concreto. Apesar da proibição, e mais do que a proibição, os cartazes arrancados, as intrigas, as ameaças, os espantalhos armados para atemorizar o povo, ninguém levou em conta o Corvo – ave de camisa preta, a ave fascista! (...). Por que iria agora render-se à ave fascista, às baixas manobras do Corvo? (MALTA, Octávio. Jornais e Problemas. O povo e a ave fascista, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, p. 4)

O corvo tem uma simbologia interessante, pois é o animal que representa a morte, por rondar carcaças mortas. Além da imagem da morte, representa também a imagem do nefasto, do azar. Também existe a figura dos “gorilas”, termo utilizado pelas esquerdas para caracterizar a direita brasileira, normalmente encontrada nas caricaturas políticas. Segundo Motta, “a figura foi uma das principais armas discursivas usadas pelas esquerdas para atacar seus adversários” (MOTTA, 2007, p. 196), em que sua representação metafórica é de que “as forças de direita tinham as mesmas características do símio, associadas à imagem de atraso e reação” (MOTTA, 2007, p. 198).

O ódio ao político carioca já havia inspirado a criação de uma figura caricatural para atacá-lo, o corvo, imagem que evocava características malignas e sinistras. Embora

³¹⁴ NERY, Adalgisa. Comício e ordem democrática, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, p. 4.

³¹⁵ O povo em comício, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1964, capa.

³¹⁶ *Ibid.*, capa.

Lacerda já possuísse sua própria “persona caricatural”, a figura do gorila renovou o arsenal satírico de seus adversários. (MOTTA, 2007, p. 204)

Assim como as esquerdas simbolizaram as direitas como “gorilas”, as direitas passaram a retratar as esquerdas a partir do viés comunista. A representação do comunismo, como um mal a ser combatido, foi retratado através do perigo vermelho, simbolizado por meio de referências demoníacas.

A maioria das representações envolve temas que denotam as características maléficas atribuídas aos comunistas, que eram responsabilizados pela ocorrência de uma gama variada de males. Eles trouxeram à tona temores arcaicos – foram associados à imagem da peste, por exemplo – mas também despertaram ansiedades do mundo moderno, como a inflação, que foram acusados de provocar visando à desestabilização da ordem econômica. No limite, chegou-se a operar a associação comunismo=demônio, na medida em que a revolução foi vituperada como encarnação do “mal absoluto”. (MOTTA, 2002, p. 48)

De acordo com Motta, já no final de 1963, “os setores conservadores e centristas, juntamente com a direita, estavam unidos e mobilizados contra a esquerda, e intensificaram a campanha para insuflar o temor anticomunista no meio da sociedade” (MOTTA, 2002, p. 258). A tradição anticomunista demonstrou “notável capacidade de influir no jogo político” (MOTTA, 2002, p. XXII).

O comunismo foi identificado à imagem do “mal”, tal qual as sociedades humanas normalmente entendem e significam o fenômeno, ligando-o à ideia de sofrimento, pecado e morte (Ricoeur, 1988). A ação dos comunistas traria forma de sofrimento como fome, miséria, tortura e escravização; a nova organização social por eles proposta levaria ao pecado, pois questionava a moral cristã tradicional defendendo o divórcio, o amor livre e o aborto; e a morte estaria sempre acompanhando o rastro dos bolcheviques, a quem se acusava de assassinar em massa seus oponentes e de provocar guerras sangrentas. (MOTTA, 2002, p. 47-48)

Frequentemente o jornal *Última Hora* investe duras críticas ao Congresso Nacional e às elites políticas do país por se apoiarem no “programa antinacional do IBAD”³¹⁷.

Desde que foi falada a realização do comício do próximo dia 13, os reacionários e mofadas figuras da nossa elite política estão em pânico, como se um comício em praça pública não fosse um autêntico uso democrático. Farão tudo para que a ordem do povo seja conturbada e o IBAD está aí para ajuda-los, a fim de justificarem as delícias de suas ordens privadas. (NERY, Adalgisa. Comício e ordem democrática, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1964, p. 4)

³¹⁷ Água e ideologia, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1964, capa.

Já na segunda metade de março, *UH* denuncia a maneira como o comício está sendo interpretado por setores de oposição ao governo. Afirma que o cenário político do país após a realização do comício está sofrendo “intensa deformação que deve ser denunciada e combatida”³¹⁸.

Com o volume quase monopolista de seus recursos de “guerra psicológica”, as forças anti-reformistas manipularam a repercussão do comício no sentido de transformá-lo não no divisor de águas entre Reforma e imobilismo, mas sim na opção falsa entre “legalidade” e “ilegalidade”. A desonestidade, o personalismo difamatório com que a direita interpreta o discurso e a mensagem presidencial a ninguém pode surpreender, bastando que nos lembremos do destino de Getúlio e Jânio em seus melhores momentos. (A grande deformação, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, capa)

O pânico e a histeria da direita, que se instalou no país, segundo *Última Hora*, ocorreu porque “o pronunciamento e a mensagem do Presidente vieram no comício alicerçados em impressionante apoio popular, o que lhes deu maiores possibilidades de êxito”³¹⁹. Assim, evidencia que tal “gritaria” vinda da direita e dos setores conservadores que a apoiam não foi capaz de silenciar “o clamor nacional pelas reformas autênticas”, já “arraigadas na consciência popular”³²⁰. Reforça-se, assim, a política de reformas de João Goulart com o enorme apoio dos setores populares e trabalhistas do país.

³¹⁸ A grande deformação, *Última Hora*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1964, capa.

³¹⁹ *Ibid.*, capa.

³²⁰ *Ibid.*, capa.

6. CONCLUSÃO

A tentativa da imprensa de desqualificar as imagens do presidente João Goulart em parte se associa ao olhar que ela teve em demonstrar as esquerdas, setores populares identificados a ela e ao presidente, como antidemocráticas, quando lideranças esquerdistas apontam para a realização das reformas de base de modo inconstitucional, através do fechamento do Congresso.

Neste ponto, conclui-se que o olhar da imprensa sobre os acontecimentos da realidade pode interferir nas decisões políticas e inflar a atmosfera de um país, na medida em que superdimensiona posicionamentos de lideranças políticas. Sua leitura sobre a realidade política do período também pode inculcar uma ideia, um modo de pensar, e interferir no olhar sobre a história e principalmente na escrita desta.

Mesmo não se aliando a ideia de manipulação da imprensa, já que reduz sua atuação e desmerece seus leitores como incapazes de serem críticos e conscientes do que leem - estes em sua maioria possuem um posicionamento definitivamente pré-concebido quando leem jornais - é possível considerar que a grande imprensa do país teve um papel importante ao conceber uma leitura sobre a realidade capaz de influir sobre percepção da história do país.

A grande imprensa do período esteve, em sua maioria, identificada com posicionamentos alinhados ao bloco econômico do mercado internacional, que convinha defender sobretudo por seus interesses privados, tendo em vista que os veículos comunicacionais há muito tempo já estavam consolidados como empresas privadas. Seus donos e proprietários fizeram parte da articulação em torno de derrubada de um governo que acreditavam ser ameaçador para os princípios aos quais seguiam. Articulação que era composta pelos setores conservadores da sociedade, apoiados no pensamento liberal e, principalmente, sustentados por forças simbólicas e materiais estrangeiras, identificado pela potência norte-americana, para a destituição de um governo que acreditava-se ter possíveis tendências comunistas. Em 1964, a visão da direita e dos setores conservadores, a qual se inclui os veículos comunicacionais da grande imprensa brasileira, construiu imagens do presidente João Goulart, seu governo e dos setores populares que o apoiavam como contrários à democracia. A legalidade defendida por estes em 1961, segundo a imprensa, agora não mais estava posicionada na esquerda.

Construiu-se, através da noção de caos e subversão das esquerdas, a ideia de que a luta social a qual defendiam poderia comprometer com a democracia do país. As esquerdas estavam enfraquecidas e por isso, de acordo com Caio Navarro de Toledo (2004) e Demian Bezerra de

Melo (2014), não poderiam articular um golpe como os setores conservadores, apoiados no aparato político e militar dos EUA, fizeram. A ideia de radicalização que a imprensa construiu sobre a atuação das esquerdas e da direita fez com que a atmosfera do período se resumisse a setores da sociedade querendo impor seus projetos de qualquer maneira, mesmo que isso significasse o rompimento do regime democrático. Isso significava, portanto, a ideia de que os dois lados do espectro político articulavam um golpe.

Os jornais cariocas, por um momento, não se posicionam claramente junto a nenhum destes setores opostos, criticando tanto as esquerdas como a direita. Após João Goulart participar das comemorações no Automóvel Clube, a imprensa, que até então tinha um posicionamento moderado e que era discreta às suas insatisfações com o presidente, agora se posicionava claramente contra ele, na medida em que passou a defender a sua queda, por acreditar que Goulart estava articulando um golpe, tendo como base de apoio setores trabalhistas, sindicais e populares. Tal olhar jornalístico nos faz refletir o quanto a visão da realidade política e social oferecida pela sua atividade profissional interfere na interpretação da sociedade sobre os acontecimentos diários e sobre a história do país.

Os jornais *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* se colocam como portadores e representantes da democracia, mas uma democracia que não inclui a participação efetiva da população, em especial os trabalhadores, nas decisões políticas e que desconsidera a luta social empreendida por estes, julgando-os como instrumento subversivo. Igualmente, uma democracia que não engloba a ampliação da cidadania e que, mesmo defendendo arduamente a realização das reformas de base, no caso de *Correio da Manhã*, desconsidera a real intenção do que as reformas representavam para as camadas sociais a qual não dialogava. A grande imprensa dialoga majoritariamente com setores da elite política conservadora e classe média, portanto não tem o compromisso diante das lutas sociais empreendidas por trabalhadores no país. A mudança aclamada pelos setores menos privilegiados, que exigem transformações para melhores condições sociais e trabalhistas, representadas nas reformas de base, é apenas divulgada por esta imprensa como atos de rebeldia, filiação ao comunismo, para gerar o caos no país. A luta social e política, portanto, é vista como subversão e não é tratada como reivindicação necessária para conquistar benefícios.

Historicamente, sabemos que são as lutas políticas, sem tréguas, dos trabalhadores e das camadas populares que podem produzir significativos benefícios materiais e culturais para as classes dominadas. Assim, questionar as reformas “radicais” em nome da preservação das “instituições democráticas” implica, objetivamente, justificar as democracias realmente existentes; numa palavra, significa legitimar as democracias liberais excludentes em que as liberdades e os direitos políticos têm

reduzida eficácia no sentido de atenuar as profundas desigualdades sociais e as distintas opressões extra-econômicas (de gênero, raça, sexuais etc.) existentes na sociedade. (TOLEDO, 2004, p. 47)

Essa ideia faz com que as imagens do governo e do presidente também sejam enfraquecidos, já que são associados a rebeldia das esquerdas e por essas serem a base de apoio de Goulart. Os trabalhadores e as camadas sociais menos favorecidas reivindicavam melhores condições e as reformas de base representariam o instrumento necessário para tal mudança. Suas reivindicações batiam de frente com os setores identificados com o pensamento conservador, sobretudo pela grande imprensa de oposição, que defendiam uma democracia nos preceitos liberais - uma democracia restrita. Os opositoristas consideravam os setores populares e esquerdistas, bem como o presidente Goulart, como não democráticos. A grande imprensa fez parte de uma campanha que englobou a participação maciça da classe média, encabeçada por setores conservadores e liberais, identificados pelo empresariado, latifundiários, políticos, entidades como IPES e IBAD, financiadas e apoiadas pelo governo norte-americano. O discurso radicalizado de lideranças políticas acabou por inflar ainda mais a atmosfera política na época. Os jornais passaram a condenar a radicalização política das esquerdas e direita. No entanto, eles mesmos também passaram a radicalizar seus discursos durante o período.

A tentativa de construção de imagens públicas do agente político João Goulart elaboradas pela imprensa acaba se mesclando com as representações e imagens que os jornais constroem sobre o governo e a situação política do país, bem como forma-se a partir da construção das imagens de adversários políticos e bases de apoio. Tendo um mesmo acontecimento e personagem político, foi visto que há a possibilidade de várias realidades construídas. A produção jornalística, nesse sentido, é considerada aqui como um significativo espaço de expressão e difusão de representações públicas. Há diversas relações de disputas, desde o que compete ao espaço público e ao privado; a disputa entre a produção jornalística e o campo político; a articulação dos jornais entre si e do conteúdo que divulgam; e as disputas entre imagens dicotômicas, fazendo com que narrativas entrem em conflito. A grande imprensa, principalmente os jornais de oposição *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil*, com postura empresarial – em espaço privado - e formadora de opinião – em espaço público -, caracterizou-se pela ideologia conservadora e liberal democrática, como representante de uma elite letrada, por vezes também conservadora. O jornal *Última Hora* acaba sendo uma exceção, por sua ligação com o trabalhismo.

Em 1964, *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* frequentemente desconfiam de que João Goulart irá promover um golpe, tendo as reformas de base como pretexto. Estes jornais mudam de postura ao longo do período de 1961 a 1964. Enquanto traçam perspectivas negativas para João Goulart, já prevendo sua deposição, *Última Hora* combate essa ideia e todas aquelas que deslegitimam o momento político do país e as decisões do governo. Identificado com a ideologia e tradição trabalhista, este periódico constrói uma imagem do presidente como um representante ideal para a população e para os trabalhadores, conferindo centralidade ao político gaúcho em suas páginas.

De todo modo, as críticas conferidas ao presidente na imprensa - de maneira discreta em 1961 e 1963, e com maior ênfase em 1964 – reverberou no espaço político, na medida em que atuou como reforço à insatisfação de setores conservadores, que contemplava a direita e foi ganhando respaldo entre militares. Mesmo considerando que não foi o discurso midiático que levou o país à ruptura democrática, este contribuiu consideravelmente quando passou a divulgar imagens públicas negativas do presidente, o que inflou e reforçou - através de um discurso cada vez mais radicalizado - as decisões do campo político e militar. Considera-se que, no caso do jornal *Última Hora*, não foi suficiente por parte desta imprensa, que apoiava o presidente, divulgar imagens positivas de Goulart ou do seu governo. Ou seja, "a disputa era desigual", já que *Última Hora* seria um dos poucos jornais a apoiar João Goulart (FERREIRA, 2011, p. 109).

A imprensa alinhada ao trabalhismo e conseqüentemente à esquerda, não obteve respaldo entre suas próprias bases, quando no episódio do golpe civil-militar não houve forte resistência das esquerdas. O discurso com viés esquerdista de *Última Hora* não foi suficiente para unir forças de apoio ao presidente. No caso do outro lado do espectro político, os setores conservadores empenhados em derrubar Goulart do poder, obtiveram o “apoio” da imprensa tradicional, que com seu prestígio em meio à formação de opinião pública do país pôde servir de legitimação às decisões políticas e militares golpistas. *Última Hora*, mesmo conferindo prestígio entre setores trabalhistas, por seu diálogo e sua linguagem que aproxima a imprensa às camadas populares do país, não obteve amplo poder para “interferir” no campo político e militar. Este jornal também radicalizou seu discurso, na medida em que declara apoio incontestado ao governo e tende a ser um veículo de propaganda política.

Nos faz refletir o quanto a construção de imagens marcadamente negativas de Goulart na imprensa contribuiu para a ruptura institucional democrática do país, já que ao final do período em que atuou na presidência da República foi associado à ilegalidade. A construção de imagens pela imprensa acabou alimentando a oposição e seus adversários no campo político e

militar. As imagens do presidente sofreram distorção tanto pelo exagero em críticas na grande imprensa de oposição - *Correio da Manhã* e *Jornal do Brasil* - como o exagero em superestimar sua atuação política na imprensa considerada governista - em *Última Hora*. A construção de suas imagens interferiu no jogo político, porque foi relacionado ao caos, a agitação social, ao comunismo, à indisciplina, à quebra de hierarquia e protocolo, fazendo com que setores conservadores da sociedade não tolerassem a permanência de Goulart no poder e defendessem sua queda.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. 1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____; et al. (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001.

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo internacional em redes**. Cadernos da Comunicação. Série Estudos; 20. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008. Disponível em: <goo.gl/hkCdsk>. Acesso em: 24 maio 2018.

BAHIA, Juarez. **Dicionário de jornalismo: século XX**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2015.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964)**. Coleção Retratos do Brasil, vol. 110. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2014.

BARBOSA, Diana Teixeira. Uma análise sobre a construção da imagem pública de Severino Cavalcanti. Universidade de Brasília, Instituto de Ciência Política. **Dissertação de Mestrado**. Brasília, 2006.

BARTHES, R.; GREIMAS, A. J.; BREMOND, C.; ECO, U.; MORIN, V.; GRITTI, J.; METZ, C.; TODOROV, T.; GENETTE, G. **Análise estrutural da narrativa**. Tradução de Maria Zélia Barbosa Pinto. 6. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BERGER, Cristha. Toda a notícia que couber, o leitor apreciar e o anunciante aprovar, a gente publica. In.: MOUILLIAUD, M (org.) **O Jornal: forma e sentido**. Brasília: Paralelo 15.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz. Rio de Janeiro, Lisboa: Editora Bertrand, DIFEL, 1989.

BRAGA, K.; SOUZA J., DIONI, C.; BONES, E. (coord.) **João Goulart: Perfil, Discursos e Depoimentos (1919-1976)**. 2.ed. Série Perfis Parlamentares, n. 6. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 2014.

BRASIL. Constituição (1946). Emenda constitucional n.º 4, de 2 de setembro de 1961. Institui o sistema parlamentar do governo. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 8034, 2 set. 1961. Disponível em: <goo.gl/waHXRL>. Acesso: 18 abr. 2018.

BRASIL. Lei Complementar n.º 2, de 16 de setembro de 1962. Dispõe sobre a vacância ministerial, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano CI, n. 175, p. 1, 17 set. 1962. Disponível em: <goo.gl/sftGNt> e <goo.gl/E5uG2N>. Acesso em: 4 jan. 2018.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. A imprensa periódica como fonte para a história do Brasil. In: Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História, 5., 1969, Campinas. **Anais do**

V **Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**. Portos, rotas e comércio. São Paulo: FFLCH-USP, 1971, v. 2. p. 239. Disponível em: <goo.gl/CCxJG5>. Acesso em: 25 maio 2018.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto, EDUSP, 1988.

_____; PRADO, Maria Lígia. **O bravo matutino**: imprensa e ideologia no jornal *O Estado de S. Paulo*. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1980.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 5.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHAMPAGNE, Patrick. **Formar a opinião**: o novo jogo político. Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARAUDEAU, Patrick. As estratégias da Encenação da informação. In.: **Discurso das Mídias**. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural**: entre práticas e representações. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/ Bertrand Brasil, 1990.

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES (CTG). In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/MiQujH>. Acesso em: 25 fev. 2018.

DELGADO, Lucília. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DAMASCENO, Patrícia Lopes. O design editorial da cultura: um estudo do projeto gráfico do Segundo Caderno do jornal Zero Hora. **Dissertação (Mestrado)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2012. 306 f. Disponível em: <goo.gl/8ytvHv>. Acesso em: 27 mai. 2018.

DARNTON, R. Jornalismo: toda a notícia que couber a gente publica. In.: DARNTON, R. **O Beijo de Lamourette**. Mídia, Cultura e Revolução. Cia das Letras. 1990.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

FACHEL, Claudio. **Fotojornalismo e Legalidade (1961)**: Última Hora Rio-Grandense. Porto Alegre: Medianiz, 2011.

FERNANDES, Fernanda Moreto. Levando a sério a palhaçada: um estudo da natureza ambivalente do riso. **Dissertação de Mestrado**, Antropologia Social, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: O golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **João Goulart**: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

_____. A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961. In: FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. O último ato: sexta-feira 13 na Central do Brasil. In: FERREIRA, J. **O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____. O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília (org.). **O Brasil Republicano**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre a memória e a história**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

_____. A reforma do Jornal do Brasil. In: ABREU, Alzira Alves de (org.); RAMOS, Plínio de Abreu... [et al.]. **A imprensa em transição: o jornalismo brasileiro nos anos 50**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FERREIRA, Gabriela Nunes. Leis e costumes no pensamento político e social brasileiro. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

_____; BOTELHO, André. Revendo o pensamento conservador. In: FERREIRA, Gabriela Nunes; BOTELHO, André (Orgs.). **Revisão do pensamento conservador: ideias e política no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 2010. (Col. Pensamento Político-Social, v.3).

FICO, Carlos. **O golpe de 1964: momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014.

FIDELIS, Thiago. Sensacional, mas não sensacionalista: a criação do jornal Última Hora (UH). **Anais do XX Encontro Regional de História**. Uberaba: ANPUH, 2016. Disponível em: <goo.gl/37gq8B>. Acesso em 10 maio 2018.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. Tradução Carlos Alberto Aguiar. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GOMES, Angela de Castro. **O vice de JK**. Disponível em: <goo.gl/3hDnCr>. Acesso em: 04 jan. 2018.

_____; HANSEN, Patrícia Santos (orgs.). **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

GOMES, Ângela de Castro. Reflexões em torno do populismo e do trabalhismo. **Varia Historia**, nº 28, dez. 2002, p. 67.

_____. **História e historiadores: a política cultural do Estado Novo**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 1996.

_____. O populismo e as ciências sociais no Brasil notas sobre a trajetória de um conceito. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 31-58. Disponível em: <goo.gl/FTPkVn> Acesso em: 17 maio 2018.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era de comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOLDENSTEIN, Gisela Taschner. **Do jornalismo político à indústria cultural**. São Paulo: Summus, 1987.

GRUSZYNSKI, Ana Cláudia. A forma que (in)forma: o projeto gráfico do jornal impresso na contemporaneidade. In: **XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. 34., 2011. Recife. Anais... Recife: Intercom, 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/index.htm> Acesso em: 10 mai. 2018.

HERMETO, Miriam. “Olha a gota que falta”: um evento no campo artístico-intelectual brasileiro (1975-1980). **Tese (Doutorado)**. Programa de Pós-graduação em História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <goo.gl/QU1a51>. Acesso em: 21 fev. 2018.

KONRAD, Diorge; LAMEIRA, Rafael. Campanha da Legalidade, luta de classes e golpe de Estado no Rio Grande do Sul (1961-1964). **Anos 90**, Porto Alegre, v. 18, n. 33, p. 67-98, jul. 2011.

KORNIS, Mônica de Almeida. **Parlamentarismo: sim ou não?** Disponível em: <goo.gl/AuevYr>. Acesso em: 19 dez. 2017.

_____; MONTEIRO, Débora. O movimento sindical urbano e o papel do CGT. Disponível em: <goo.gl/hsR3se>. Acesso em: 25 fev. 2018.

LAMARÃO, Sérgio. A revolta dos marinheiros. Disponível em: <goo.gl/SFb1Hz>. Acesso em: 04 abr. 2018.

LEAL, Carlos Eduardo. Verbete Correio da Manhã. In: ABREU, Alzira Alves de (coord.). **Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)**. Rio de Janeiro: FGV CPDOC, 2015. Disponível em: <goo.gl/gQhzuy>. Acesso em: 19 dez. 2017.

LUCA, Tânia Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tania Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2011.

_____. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.

MACCOMBS, M. & SHAW, D. A Função do Agendamento dos *media*. In.: TRAQUINA, N. **O poder do jornalismo: Análise e textos da teoria do agendamento**. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 2000. P. 47-62.

MAGALHÃES PINTO. In: ABREU, Alzira Alves de; et al. (orgs.). **Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro pós-1930**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. Disponível em: <goo.gl/fqq393>. Acesso em: 03 jun. 2018

MATTELART, Armand. **História das teorias da comunicação**. 9. ed. São Paulo: Loyola, 2006.

MEDEIROS, Benício. **A rotativa parou!:** os últimos dias da Última Hora de Samuel Wainer. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MELO, Demian Bezerra de. O plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos sessenta. **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009, 227 f. Disponível em: <goo.gl/g24Xz3>. Acesso em: 27 nov. 2017

_____. O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão. In: MELO, Demian Bezerra de (org.). **A miséria da historiografia:** uma crítica ao revisionismo contemporâneo. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MOREIRA, Cássio Silva. **O projeto de nação do governo João Goulart:** o plano trienal e as reformas de base (1961-1964). Porto Alegre: Sulina, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A figura caricatural do gorila nos discursos da esquerda. **ArtCultura**, Uberlândia, v. 9, n. 15, p. 195-212, jul.-dez. 2007. Disponível em: <goo.gl/jDJAPz>. Acesso em: 02 mai. 2018.

_____. **Jango e o golpe de 1964 na caricatura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006a.

_____. João Goulart e a mobilização anticomunista de 1961-64. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart:** entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006b.

_____. **Em guarda contra o perigo vermelho:** o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

MUNDIM, Pedro Santos; TOMAZ, Nilmar Lage Fonseca. O conceito de imagem pública política nos estudos de comunicação: análise de um caso. **Rev. Estud. Comun**, Curitiba, v. 8, n. 16, p. 133-140, maio/ago. 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **1964:** História do Regime Militar Brasileiro. São Paulo: Editora Contexto, 2014.

NISBET, Robert. **O conservadorismo.** Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

NOLETO FILHO, Pedro Aquino. **A imagem pública do Congresso: uma análise político-midiática.** 2009. 322 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Programa de Pós-Graduação em Comunicação, Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

OLIVEIRA, Maria Rosa Duarte. **João Goulart na imprensa:** de personalidade a personagem. 2ª ed. São Paulo: Annablume, 1993.

ORTIZ, Renato. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

OTERO, Jorge. **João Goulart:** lembranças do exílio. Rio de Janeiro: Casa Jorge Editorial, 2001.

ONOFRE, Gabriel. As duas faces de Jango. In: FREIRE, Américo, FERREIRA, Jorge. **A Razão Indignada.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

PÉCAUT, Daniel. **Os intelectuais e a política no Brasil:** entre o povo e a nação. Tradução: Maria Júlia Goldwasser. São Paulo: Editora Ática, 1990.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO. **Correio da Manhã**: compromisso com a verdade. Cadernos da Comunicação, Série Memória. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 2002. Disponível em: <goo.gl/Jrp71o>. Acesso em: 3 jun. 2018.

RODRIGO ALSINA, Miquel. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1989.

RODRIGUES, Leôncio Martins. Sindicalismo e classe operária (1930-1964). In: FAUSTO, Boris (org.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Tomo III. O Brasil Republicano, 3.vol., Sociedade e Política (1930-1964). Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1991.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Nelson Werneck Sodré e a história da imprensa. *Intercom – RBCC São Paulo*, v.38, n.2, p. 275-288, jul./dez. 2015. Disponível em: <goo.gl/7f9Gz5>. Acesso em: 5 jul. 2018.

_____. Imprensa e história no Rio de Janeiro dos anos 1950. Rio de Janeiro: E-papers, 2007.

SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). **Por uma História Política**. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4.ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SOUZA, Jorge Pedro. **Fotojornalismo**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

_____. **Fotojornalismo**. Porto: Universidade Fernando Pessoa, 2002.

SAES, Décio. Classe média e política no Brasil (1930-1964). In: FAUSTO, Boris. História geral da civilização brasileira. Tomo III. **O Brasil republicano**. 3.vol. Sociedade e política (1930-1964). 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand, 1991.

SILVA, Célia Lúcia. MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro. Estratégias comunicativas para a (des)construção a imagem pública: a política de imagem no contexto de campanhas eleitorais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 45-63, jul./dez. 2009.

SILVA, Renato Pereira da. Imprensa e política: o governo Goulart nas páginas do Correio da Manhã (1961-1964). **Dissertação (Mestrado)** – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2015, 199 f. Disponível em: <goo.gl/CCHkJa>. Acesso em: 25 nov. 2017.

TRAQUINA, Nelson. Ser ou não ser notícia. In: **Teorias do Jornalismo II**. 2ed. Florianópolis: Insular, 2008.

_____. **Teorias do Jornalismo I**. 2.ed. Florianópolis: Insular, 2005.

_____. (org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Lisboa: Vega, 1993. (Parte 1: Molotch & Lester, Galtung & Ruge; Parte 3: Gaye Tuchman, Bird & Dardenne, Michael Schudson)

TOLEDO, Caio Navarro de. **O governo Goulart e o golpe de 64**. 3.ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. **O governo Goulart e o golpe de 1964**. 4.ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 24, nº 47, p.13-28 – 2004a. Disponível em: <goo.gl/trL9kW>. Acesso em: 10 abr. 2018.

_____. 1964: Golpismo e democracia. As falácias do revisionismo. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.19, 2004b, p.27-48. Disponível em: <goo.gl/5nCFYA>. Acesso em: 15 mai. 2018.

VIZENTINI, Paulo. Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil Republicano**. O tempo da experiência democrática. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WEBER, Maria Helena. Imagem pública. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas (org.). *Comunicação e Política*: Conceitos e abordagens. Salvador: Edufba, 2004, p. 259-307.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

FONTES

CORREIO DA MANHÃ. **24 agosto de 1961 a 30 de setembro de 1961.**

_____. **1 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1963.**

_____. **1 de março de 1964 a 4 de abril de 1964.**

JORNAL DO BRASIL. **24 agosto de 1961 a 30 de setembro de 1961.**

_____. **1 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1963.**

_____. **1 de março de 1964 a 4 de abril de 1964.**

ÚLTIMA HORA. **24 agosto de 1961 a 30 de setembro de 1961.**

_____. **1 de janeiro de 1963 a 31 de janeiro de 1963.**

_____. **1 de março de 1964 a 4 de abril de 1964.**



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Pró-Reitoria de Graduação
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar
Porto Alegre - RS - Brasil
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564
E-mail: prograd@pucrs.br
Site: www.pucrs.br